

Universidade Federal de Juiz de Fora

Pós-Graduação em História

Mestrado em História

Felipe Azevedo Cazetta

**FASCISMOS E AUTORITARISMOS: A CRUZ, A SUÁSTICA E O
CABOCLO - FUNDAÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO DE PLÍNIO
SALGADO – 1932-1945**

Juiz de Fora

2011

Felipe Azevedo Cazetta

**FASCISMOS E AUTORITARISMOS: A CRUZ, A SUÁSTICA E O
CABOCLO - FUNDAÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO DE PLÍNIO
SALGADO – 1932-1945**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Mercado, Trabalho e Poder, pela Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado

Juiz de Fora

2011

**FASCISMOS E AUTORITARISMOS: A CRUZ, A SUÁSTICA E O
CABOCLO - FUNDAÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO DE PLÍNIO
SALGADO – 1932-1945**

Felipe Azevedo Cazetta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de mestre e aprovada em 21 de Março de 2011:

Orientador: Prof. Dr. Ignacio Godinho Delgado (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof(a). Dr(a). Cláudia Maria Viscardi (Presidente)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (Membro Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Dedico esta dissertação à Maria do Carmo, mãe que eu adotei e que me aceitou entre seus filhos.

AGRADECIMENTOS

De início, revelo minha dívida de gratidão com um indivíduo que esta fora dos círculos acadêmicos, não entende “o que” e nem “por que” eu faço, e acha que o que estou pesquisando só será lido por mim apenas e por mais meia dúzia de pessoas (o que não deixa de ser uma regra para as dissertações, com temas que atendem cada vez mais ao indivíduo em si em lugar da sociedade como um todo – pretendo não seguir essa regra). Embora seja considerado todos estes pontos, meu pai nunca deixou de acreditar em mim (mesmo que em algumas ocasiões, de forma descrente, ele ainda acreditava).

Angelo César Cazetta contribuiu de maneira sensível na minha maneira de pesquisar, através da experiência que foi me passada ao longo de pouco mais de uma década de convivência ativa, e para isso não precisou entrar na academia superior, nem ter uma escrita empolada, o que serve de exemplo para muitos que se enclausuram na inacessível torre de marfim, que é o elitismo ininteligível da escrita – e infelizmente, ainda me enxergo em minha fortaleza. Pois bem, feito este agradecimento ao elemento central da formação do meu caráter e do meu comportamento social vamos às demais partes importantes, que contribuíram para o surgimento desse trabalho.

Agradeço à jovem e promissora historiadora Leonara Lacerda, que se propôs a avançar cerca de 150 anos de seu objeto de pesquisa (famílias escravas no sul de Minas), para ler e comentar sobre a dissertação que está sendo proposta. Agradeço também ao professor Ignacio Delgado por ter me orientado, oferecendo sua experiência, no intuito de sempre melhorar a organização e o conteúdo de minha pesquisa.

Agradeço aos meus colegas do GEINT (Grupo de Estudos sobre o Integralismo) que mesmo sem me conhecer, e eu a eles, contribuíram de forma essencial para localização e tratamento das fontes. Igualmente sou grato àqueles que forneceram críticas, pois mesmo aquelas desprovidas de um intento de auxiliar na consolidação do saber, auxiliam sem saber. Faço aqui nesta parte um agradecimento especial ao Arquivo de Rio Claro, e meus mais profundos votos que tenham sucesso na tarefa de digitalização das importantes fontes que lá estão, que excedem, e muito, o Fundo Plínio Salgado.

Finalizando a parte acadêmica de minha gratidão, dou meu muito obrigado a Rodrigo Patto Sá Motta e Cláudia Viscardi por aceitarem prontamente o convite para participarem da minha banca de dissertação.

Faço aqui a citação de pessoas que incentivaram e contribuíram de maneira ímpar para que esta dissertação, e antes disso, minha estadia em Juiz de Fora, antes de ser contemplado com o auxílio da CAPES, fossem possíveis. Agradeço aos meus avós, tanto a minha avó paterna, matrona

do clã dos Cazetta, que toda vez que eu a visitava, me mobilizava a continuar nos meus estudos, como meus avós maternos, com os auxílios financeiros quando foram necessários, mas acima de tudo com as conversas patrocinadas nos almoços de fim de semana. Com isso, encerro as referências das pessoas das quais tenho dívida de gratidão – muitas delas com a certeza de que nunca serão pagas – com a consciência tranquila por não estar cometendo alguma injustiça.

“Não temos o direito, por qualquer motivo, a viver isolados. Não nos é permitido enganar-nos nem encontrar a verdade por acaso. Pelo contrário, assim como é necessário que uma árvore dê frutos, assim nós frutificamos nossas idéias, nossos valores, nossos “sim”, nossos “se”, nossos “como” que se desenvolvem, todas aparentadas e relacionadas entre si, como testemunhas de uma vontade, de uma saúde, de um terreno, de um sol. Serão de nossos gostos estes frutos de nosso pomar? Mas que importa as árvores?”

Nietzsche - Genealogia da Moral

RESUMO

Esta dissertação aborda os elementos teóricos existentes no Integralismo de Plínio Salgado. Procura-se observar singularidades do pensamento de Plínio Salgado, e as apropriações realizadas de outros autores e correntes teóricas. Paralelamente, há o exame dos aspectos dos regimes fascistas da Itália e da Alemanha, assim como as ditaduras autoritárias de Portugal e Espanha, com o objetivo de observar as semelhança e as divergências com o integralismo de Plínio Salgado. Esta tarefa é realizada com o objetivo de perceber as apropriações realizadas pelo chefe integralistas no intuito de tornar coeso e legitimado seu arcabouço doutrinário. Partindo deste princípio, Salgado respalda-se tanto em modelos estrangeiros (os fascismos e o salazarismo por exemplo), como em autores nacionais (Farias Brito, Alberto Torres e Oliveira Vianna), perpassando por intelectuais estrangeiros, tal como o mexicano José Vasconcelos, com a finalidade de elaborar seu projeto de Estado Integral, dentro dos princípios de “Deus, Pátria e Família”, tripé do integralismo.

PALAVRAS-CHAVES: Integralismo. Plínio Salgado. Autoritarismo. Totalitarismo.

ABSTRACT

The thesis addresses the theoretical elements that exist in Integralism Plinio Salgado. Attempt to observe the uniqueness of the thought of Plinio Salgado and appropriations made by other authors and theoretical approaches. In parallel, there is the examination of aspects of the fascist regimes of Italy and Germany, such as authoritarian dictatorships of Portugal and Spain, observing the similarities and differences with the Plinio Salgado's integralism. This task is performed in order to realize the appropriations made by the integralism leadership in order to make cohesive and legitimized its doctrinal framework. With this assumption, Salgado draws upon foreign models (fascism and salazarismo for example), such as national authors (Farias Brito, Alberto Torres and Oliveira Vianna), permeated by foreign intellectuals, with purpose of preparing its draft Estado Integral, within the principles of "Deus, Pátria e Família", tripod of integralism.

KEYWORDS: Integralism. Plinio Salgado. Authoritarianism. Totalitarianism.

LISTA DE SIGLAS

ANI – Associação Nacional Italiana

AIB – Ação Integralista Brasileira

APHRC - Arquivo Público e Histórico de Rio Claro

GEINT – Grupo de Estudos Sobre o Integralismo

FET-JONS - *Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*

PNF – Partido Nacional Fascista

PSI – Partido Socialista Italiano

SEP - Sociedade de Estudos Políticos

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	12
PARTE I: EUROPA: FASCISMOS E AUTORITARISMOS: A SUÁSTICA E A CRUZ	20
1-O FASCISMO ENQUANTO FÓRMULA POLÍTICA: BREVE ABORAGEM SOBRE OS MOVIMENTOS ITALIANO E ALEMÃO	22
1.1- O FASCISMO COMO FENÔMENO POLÍTICO.....	24
1.2- O FASCISMO ENQUANTO DOCTRINA E ORGANIZAÇÃO: DA IDEOLOGIA À FORMA DE GOVERNO.....	45
2-ALÉM DOS FASCISMOS: OUTRAS ALTERNATIVAS DE EXTREMA-DIREITA NO ENTRE-GUERRAS (PORTUGAL E ESPANHA)	70
2.1-REGIMES AUTORITÁRIOS EM PORTUGAL (1917-1945).....	75
2.2-A ESPANHA DE FRANCO: ENTRE O FASCISMO E O CACIQUISMO.....	86
PARTE II: FUNDAÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO DE PLÍNIO SALGADO – 1932-1945: A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E O CABOCLO	96
PRÓLOGO.....	97
1- “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: BASES E FUNDAMENTAÇÃO DO PENSAMENTO DE PLÍNIO SALGADO	113
1.1- DEUS: A REPERCUSSÃO DAS PREGAÇÕES DE LEÃO XIII E DA FILOSOFIA DE FARIAS DE BRITO NA DOCTRINA DE PLÍNIO SALGADO.....	115
1.2- PÁTRIA: PENSAMENTOS DE ALBERTO TORRES E OLIVEIRA VIANNA NAS OBRAS DE PLÍNIO SALGADO.....	124
1.2.1-PÁTRIA: <i>LA RAZA CÓSMICA E A QUARTA HUMANIDADE</i>	136
1.3-FAMÍLIA: ESTADO, INDIVÍDUO, CORPORATIVISMO.....	144
3 -CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
4 -BIBLIOGRAFIA	159
5-ANEXOS	170

INTRODUÇÃO

Este esforço de pesquisa irá explorar movimentos/regimes autoritários e totalitários de direita, em cinco países distintos (Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e Brasil) entre os anos de 1932 e 1945 no intuito de examinar a inserção do pensamento fascista nestes modelos trabalhados. O eixo central da pesquisa será o integralismo brasileiro, mais especificamente o projeto político-ideológico elaborado pelo chefe da AIB, Plínio Salgado.

Desde os primeiros estudos sobre o integralismo, a influência fascista é considerada como componente central de seu arcabouço¹, sendo obrigatório, portanto, o exame dos principais regimes fascistas; ou seja, o ocorrido na Itália, em razão de ser o primeiro governo fascista, fornecendo modelo para os demais países que seguiram a ideologia; e a Alemanha, pelo seu potencial econômico e poderio bélico, tornando o fascismo atraente para países em dificuldades econômica e política internas.

Sem o triunfo de Hitler na Alemanha no início de 1933, o fascismo não teria se tornado um movimento geral. Na verdade, todos os movimentos fascistas com algum peso fora da Itália foram fundados após sua chegada ao poder, (...). Além disso, sem a posição internacional da Alemanha como potência mundial bem-sucedida e em ascensão, o fascismo não teria o impacto sério fora da Europa, nem teriam governantes reacionários não fascistas se dado o trabalho de posar de simpatizantes fascistas, como quando Salazar de Portugal alegou, em 1940, que ele e Hitler estavam 'ligados mesma pela ideologia.'²

O caso espanhol reserva menor contato com o integralismo, embora as semelhanças sejam presentes tanto na *Falange Española* e, posteriormente, na FET-JONS (*Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*), quanto no Franquismo, seja com respeito as tradição católicas, seja pela postura ambígua de movimento de massas (no caso da FET-JONS), porém, evitando a politização popular, tal como o integralismo de Plínio Salgado. Para a pesquisa, o interesse na trajetória espanhola até a ascensão de Franco ao poder, está conectado à im-

¹ cf.:TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: Difel; Porto Alegre: UFRGS, 1974; CHASIN, J.. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978; VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1988. Para trabalhos recentes, ver: SILVA, Giselda Brito. *A Lógica de Suspeição contra o Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco*. Recife: tese doutoramento para a UFPE, 2002; BATISTA, Alexandre Blankl. *Mentores da Nacionalidade*": a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006; SCHMIDT, Patrícia. *Plínio Salgado: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

²HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 120.

portância que os regimes fascistas de Mussolini e Hitler obtiveram na vitória franquista frente às forças de esquerda, durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1937). Desta forma, a relevância em destacar a conjuntura política espanhola, até o fim da Segunda Guerra Mundial, está na observação do comportamento do governo, sob interferência externa fascista.

Portugal é o caso de maior proximidade com o integralismo de Plínio Salgado, devido ao estreitamento de laços entre o chefe da AIB e aquele país. Salgado viajou a Portugal em dois momentos importantes: entre 1927 e 1930, como tutor do filho de Souza Aranha, proprietário do jornal *A Razão*, para quem Salgado trabalhará após seu retorno³; e exilando-se de 1938 a 1946, após a tentativa de golpe ao Estado Novo, conhecida como *putch Integralista*.

Na primeira visita de Plínio, Portugal passava pelo golpe político que resultará no Salazarismo. Nesta viagem à Europa Plínio sofreu influências relevantes, evidenciadas na composição teórico-doutrinária de seu movimento integralista em 1932. Hégio Trindade afirma em nota, que “A posição de Salgado, (...), tem muitas afinidades com o Integralismo lusitano. Os autores de Portugal que mais o influenciaram foram António SARDINHA, ROLÃO PRETO, Oliveira SALAZAR, João ALMEAL, Hipólito RAPOSO.”⁴

Após a apresentação dos conteúdos trabalhados, passa-se à estruturação dos objetos da pesquisa. A organização do texto se fará em duas partes, onde na primeira - *EUROPA: FASCISMOS E AUTORITARISMOS: A SUÁSTICA E A CRUZ* - serão abordados os regimes italiano, alemão, espanhol e português, passando em revista às conjunturas internas e externas que possibilitaram ou impediram a ascensão do Fascismo nestes países. Esta parte será constituída por dois capítulos, contendo no primeiro, aspectos da ideologia fascista, e a forma como ela foi desenvolvida na Itália e na Alemanha; as alianças políticas firmadas; a distinção entre a concepção *teórica* anti-burguesa e anti-capitalista, e sua oposição *prática*, sob o objetivo de ascender ao poder.

No segundo capítulo haverá a exploração do cenário político ibérico entre o início do século XX e o final da Segunda Guerra Mundial, visando à análise de regimes políticos que, embora influenciados pelo fascismo, não podem ser definidos como tais, salvo melhor juízo. Devido, entre outros motivos, à complexa organização política de Portugal e Espanha - redes de clientela política, trocas de favores e apadrinhamentos políticos, ações denominadas de *caciquismo* -, assim como a influência política e social mantida pela Igreja, e a forma como esta intervenção se dava, o fascismo não pode se adaptar da mesma forma vista em Itália e Alemanha. Neste segundo capítulo será perceptível a predominância da bibliografia de língua inglesa, em função da carência de literatura disponível em português, sobre o assunto. Portanto, a tradução dos trechos citados, realizada pelo

³ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *op.cit.* p. 24.

⁴TRINDADE, Hégio. *op.cit.* p. 262.

autor desta dissertação, estará disponível logo abaixo do excerto referido.

A segunda parte da pesquisa dissertará sobre o integralismo de Plínio Salgado e alguns de seus afluentes teóricos, que vão além da contribuição do fascismo. Composta de um capítulo dividido em três itens, a esta parte será disposta a partir da decomposição do lema “Deus, Pátria e Família” - tripé do integralismo. Analisando cada um destes três componentes, foi possível se alcançar alguns intelectuais que constam na obra de Plínio Salgado, tais como: Farias Brito, Alberto Torres, Oliveira Vianna e José Vasconcelos. Além destes, há, inerente à obra do chefe integralista, a presença da religiosidade cristã. Portanto, neste capítulo, se analisará também, as idéias contidas na *Encíclica Rerum Novarum*, redigida pelo papa Leão XIII em 1891, apropriadas por Plínio Salgado, em defesa à família e combate ao materialismo, representado pelo liberalismo e pelo socialismo.

Através da estruturação iniciada a partir dos fascismos italiano e alemão, passando pelo autoritarismo de Salazar e Franco, chegando ao integralismo de Plínio Salgado, pretende-se realizar o exame das teorias do chefe integralista, estando ciente das distinções entre o fascismo – considerando suas formas diversas, determinadas pelas variações culturais -, e os demais regimes de exceção apresentados pela dissertação, ou seja, as ditaduras autoritárias de Salazar e Franco.

Busca-se com esta dissertação, analisar a complexidade do arcabouço teórico integralista organizado por Plínio Salgado, e, por conseguinte, propor a relativização da função do fascismo nos projetos políticos do chefe integralista, através da comparação feita entre integralismo, fascismos (italiano e alemão) e autoritarismos (português e espanhol). Desta forma, não se procura anular a participação da ideologia fascista no integralismo constituído por Salgado. No entanto, há a proposta de transcender o esquema *integralismo-fascismo*, através da demonstração de correntes de pensamento apropriadas por Salgado, que destoam das formas fascistas.

Para tanto, foram consultadas fontes primárias, majoritariamente artigos e livros produzidos por Plínio Salgado, e secundárias, explorando pesquisas acadêmicas concluídas, no intuito de tecer diálogo com a historiografia clássica, assim como buscar bibliografia contemporânea sobre o assunto. A literatura acerca do integralismo é relativamente recente, podendo ser estabelecido como marco de seu surgimento o ano de 1974 – lançamento, no Brasil, da obra *Integralismo (o fascismo brasileiro da década de 30)*⁵. Após este título, outras obras sobre o assunto surgiram, assistindo o adensamento de produções acadêmicas a partir dos finais dos anos 1990.

Hélgio Trindade, ainda em 1971, a partir de sua tese de doutoramento pela Universidade de Paris I (*L'Action intégraliste brésilienne: un mouvement de type fasciste des années 30*), abre discussão sobre a AIB, analisando, a partir do método “de um lado, conforme a abordagem clássica

⁵TRINDADE, Hélgio. *op.cit.*

dos estudos históricos e ideológicos, e de outro, utilizando o enfoque psico-sociológico através de entrevistas semidiretivas e pesquisas por questionário.”⁶ a semelhança de seus aspectos de direita-extremista com os existentes na Europa, concluindo que a Ação Integralista seria um fascismo adaptado às condições brasileiras.

Em 1978, Marilena Chauí lança *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*⁷. Neste texto, a autora analisa as estratégias presentes nos discursos integralistas realizados, delineando semelhanças com os pronunciamentos fascistas, tais como uso excessivo de metáforas e hipérboles no intuito de despertar emoções homogêneas nas massas. No mesmo ano, 1978, José Chasin publica seu “*Integralismo: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*”⁸, portando críticas às opções metodológicas e às conclusões atingidas por Héglio Trindade. Sobre a obra do autor gaúcho, Chasin entende que,

Em síntese, o esforço em estabelecer uma forte tensão social, vinculada de algum modo, à emersão do proletariado urbano, revela que Trindade concebe o fascismo como fenômeno *estritamente* político, e sua análise obriga, então, as fronteiras da politologia; mais precisamente as concepções comportamentalistas.⁹

Em sua réplica, Trindade aponta deficiências similares na obra de Chasin, dissertando ser o trabalho acadêmico deste último

Teoricamente monolítico e apoiando-se exclusivamente em textos de Plínio Salgado, o fio condutor de sua análise é um esforço exaustivo e monocórdico em negar o caráter fascista do integralismo a fim de preservar sua premissa básica que só admite a existência do fascismo como 'um fenômeno de expansão da fase superior do capitalismo.’”¹⁰

O objetivo da obra de Chasin se concentra em combater a hipótese de que o integralismo se-

⁶ TRINDADE, Héglio. *op.cit.* p.10.

⁷ CHAUI, Marilena. *Apontamentos para uma crítica a Ação Integralista*. In. CHAUI, Marilena & Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (p.17-151).

⁸ CHASIN, J.. *op.cit.*

⁹ *Idem*, p. 43. (Grifo do original)

¹⁰ TRINDADE, Héglio. *Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30*. in. FAUSTO, Boris (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*. (Tomo III). Rio de Janeiro: Difel, 1981. p. 310. apud. BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* p. 19). Entretanto, Wanderley Guilherme dos Santos afirma que: “Héglio Trindade promove completa confusão, em seu trabalho, dos conceitos de autoritarismo, corporativismo, fascismo, extrema-direita e eventualmente, até monarquia, o que o leva a atribuir a movimentos ou personagens de direita comportamentos, características e opiniões que podem ser atributos autoritários, sem necessariamente de direita. Considere-se por exemplo uma das passagens em que procura caracterizar a orientação fascista do líder do movimento integralista brasileiro Plínio Salgado. Plínio Salgado, diz Trindade, enquadra-se na corrente fascista porque sustentava a opinião de que “só os governos fortes, que disponham da verdadeira autoridade, poderão utilizar um dia os entendimentos necessários impor ao mundo contemporâneo um ritmo seguro’. Ora, opinião semelhante não é apenas insuficiente para caracterizar qualquer fascismo, ele não permite nem mesmo a diferenciação de autoritarismo, pois pode e tem sido sustentada por inúmeros liberais.” SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. p. 30. apud. BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* pp. 20-21. (Grifo do original)

-ria uma cópia, ou mimetismo, da ideologia fascista européia. O autor busca, para sustentar a oposição, observar apontamentos de originalidade na teoria da AIB. No entanto, Chasin embasa sua justificativa em fontes produzidas apenas por integrantes e ex-integrantes do integralismo, dotando seus escritos de argumentação unilateral. Desta forma, incorpora-se em sua obra a retórica de originalidade, buscada por Plínio para seu movimento.

Gilberto Vasconcelos lança um ano depois, em 1979, sua obra *Ideologia Curupira: Análise do discurso integralista*. A contribuição de Vasconcelos se faz a partir da análise da trajetória modernista de Plínio. Ainda que destine boa parte do exame à herança modernista de Plínio Salgado, Gilberto conclui que o integralismo seria, devido às condições nacionais internas, um fascismo aculturado, porém, particular.

Ao Estado Integral, caberia restituí-la [a formação da nacionalidade], eis onde desemboca a idolatria nacionalista do elemento pré-colonial. Seu grande desafio, criar uma ‘cultura exclusivamente brasileira’, como insistiram os ensaios de *O Curupira e o Carão*. O primeiro passo, portanto, seria pôr fim à reprodução dos simulacros europeus. De que modo? Rompendo com as ‘nações velhas’, esquecendo Ocidente. Utopia narcisista vislumbrando um Brasil debruçado sobre si mesmo e auto-suficiente, insulado do mundo; contente da vida, mas assexuado, sem flancos e orifícios: mônada entrincheirado pelo cerco do totalitarismo.¹¹

Decorrida uma década desde o surgimento dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre o integralismo, o debate aprofunda-se. A partir da abordagem que utiliza obras literárias e doutrinárias do líder integralista, Benzaquen de Araújo¹² explora a possibilidade da derivação fascista pela AIB, dialogando com conceitos como *Totalitarismo*, *Autoritarismo*, *Ditadura* entre outros demais, pertencentes a Barrington Moore, Hannah Arendt, Juan Linz e Karl Mannheim.

Da mesma forma que a década de 1970 foi bastante salutar para o surgimento e fortalecimento do integralismo como possibilidade de investigação acadêmica, os anos de 1990 e 2000 tiveram seu significado na mudança dos rumos das pesquisas em torno da AIB. Nas últimas duas décadas, foram criadas várias abordagens dentro do mesmo objeto.

A partir da digitalização de fontes tornando-as disponíveis em sítios da *internet*, há a possibilidade de encontrar informações com maior velocidade e facilidade. Nos anos 2000, a partir da disseminação do uso da *internet*, observou-se a organização de grupos de estudo virtuais, que facilitaram o contato entre as pesquisas e os pesquisadores, tornando mais dinâmico o desenvolvi-

¹¹VASCONCELOS, Gilberto. *op.cit.* p. 53.

¹²ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *op.cit.*

-mento do diálogo científico. Um dos importantes grupos virtuais desta natureza é o Grupo de Estudos sobre o Integralismo (GEINT).

Sintoma da nova fase de debates, iniciada a partir da década de 1990 foi a análise do integralismo através de sua organização, deixando em segundo plano, a comparação com os fascismos europeus. Rosa Maria Cavalari em “*Integralismo: ideologia e organização de um movimento de massa no Brasil*”¹³ investiga os órgãos de doutrinação do integralismo, e a maneira com que a formação pedagógica se dava entre os integralistas, através de periódicos, cerimônias, rituais e vasto aparato simbólico.

Em 1998, Gilberto Calil em sua dissertação de mestrado¹⁴, amplia os vetores de pesquisa sobre o assunto, iniciando a abordagem a respeito da experiência partidária de Plínio Salgado após seu segundo retorno de Portugal e fim da Era Vargas, com a fundação do PRP (Partido da Representação Popular). A pesquisa assiste aprofundamento em 2005, com o desenvolvimento da tese de doutorado: “*O Integralismo no processo político brasileiro: A trajetória Partido de Representação Popular (1945-1965) – Cães de Guarda da Ordem Burguesa.*”¹⁵

Giselda Brito Silva por sua vez, em tese de doutoramento apresentada no ano de 2002, aborda enfoques regionais da atuação integralista. A autora de “*A Lógica de Suspeição contra o Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco*” analisa os discursos integralistas, observando o modo com que foram utilizados tanto durante a ascensão do movimento quanto na perseguição dos membros da AIB pela DOPS-PE (Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco).

Mesmo sem negar a simpatia do integralismo ao fascismo, Giselda ressalta que o potencial de adesão exercido pelo movimento de Plínio Salgado, em Pernambuco, foi despertado principalmente pelo anticomunismo, através do intuito de conservar a ordem anteriormente instaurada, assim como pelo aspecto religioso predominante naquela sociedade. Deste modo, a autora defende a variedade de razões que mobilizaram as adesões ao integralismo, de região para região do país. Giselda Brito Silva expõe sobre sua tese que

Dos dados colhidos, pudemos aprofundar os estudos e trabalhar com algumas diferenças que marcaram a atuação do movimento em Pernambuco em relação a outros Estado e regiões. O que vai diferenciar o integralismo e a repressão nesse Estado dos demais Estados, especialmente do Sul do país, são as vinculações com

¹³CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1990.

¹⁴CALIL, Gilberto Grassi. *A Nova face do Verde: o integralismo no pós-guerra e a criação do PRP*. Rio Grande do Sul: Dissertação de mestrado pela PUC-RS, 1998.

¹⁵CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Processo Político: A trajetória Partido de Representação Popular (1945-1965) – Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. Rio de Janeiro: tese de doutoramento pela UFF, 2005.

as idéias nazifascistas que tinham uma característica mais marcante no Sul do país do que aqui no Nordeste.¹⁶

Passando em revista a outra perspectiva de exame, Alexandre Blankl Batista¹⁷ propõe abordar o pensamento de Salgado como elemento central de sua pesquisa, excedendo o período de vigência da AIB. A partir da análise do pensamento de três autores nacionais citados com certa frequência por Salgado (Euclides da Cunha, Farias Brito e Alberto Torres) o autor examina a forma com que estes foram incorporados e adaptados aos anseios de Plínio, com a intenção de confirmação e respaldo das idéias do chefe integralista.

Em relação aos aporte teóricos, serão utilizados os conceitos de *fascismo* (retirados de Edvard Benes - *Democracia de Hoje e de Amanhã* -, e Emilio Gentile - *O Fascismo como Problema Interpretativo*); de *totalitarismo* (a partir das obra *Origens do Totalitarismo* de Hannah Arendt); e de *autoritarismo* (tal como apresentado nas obras de Juan Linz - *Regimes Autoritários* – e Guillermo O'Donnell - *Análise do Autoritarismo Burocrático*). Estes fundamentos teóricos estarão, por vezes, relacionados ao conceito de *apropriação*, lançado por Roger Chartier.

Sobre este conceito, o autor francês define: “A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que a produzem.”¹⁸ Este conceito será empregado para se observar as estratégias de legitimação doutrinária realizadas por Plínio Salgado.

É constante na obra do chefe integralista a presença de referências de autores que, em sua maioria, não se enxergavam como integralistas, ou não viveram para assistir à criação do movimento. Neste sentido, Chartier disserta que

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (...). As lutas de representação têm tanta importância como as lutas económicas para apreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, uma concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.¹⁹

Tais conceitos serão importantes para o objetivo tecer análises entre o integralismo concebido por Salgado, os autoritarismo e os totalitarismos de direita que se desenvolveram na Europa do entre-Guerras Mundiais.

¹⁶SILVA, Giselda Brito. *op.cit.* p.34.

¹⁷BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.*

¹⁸CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Tradução de Manuela Galhardo. 2ª ed. Alges: Portugal, 2002. p. 26

¹⁹*Idem*, p. 17.

O proposto exame das teorias de Plínio Salgado para o integralismo, através da abordagem comparativa, salvo melhor juízo, encontra-se até então inexplorado pelos trabalhos acadêmicos voltados ao assunto. O autor pioneiro a observar a proximidade teórica entre integralismo pensado por Salgado, e o salazarismo foi Héglio Trindade, contudo, sem desdobrar este aspecto, limitando-se apenas à observação que “A posição de Salgado, ao contrário, tem muitas afinidades com o Integralismo lusitano. Os autores de Portugal que mais o influenciaram foram António SARDINHA, ROLÃO PRETO, Oliveira SALAZAR, João ALMEAL, Hipólito RAPOSO.”²⁰ Portanto, esta é a novidade trazida pela dissertação que se apresenta.

²⁰TRINDADE, Héglio. *op.cit.* p. 262.

PARTE I:

EUROPA: FASCISMOS E AUTORITARISMOS: A SUÁSTICA E A CRUZ

O Fascismo deve ser visto como fenômeno político e social, restrito não somente ao continente europeu. Entretanto foi na Europa que surgiram as ideologias e os principais movimentos, causando marcas permanentes nas relações sociais e políticas do século XX, que ainda se estendem ao século XXI. Em função de ser o berço da ideologia fascista, a Europa converte-se em foco de estudos a respeito, por conter componentes sócio-culturais que tornaram possíveis regimes como os vistos na Itália de Mussolini e na Alemanha hitlerista.

Desta forma, serão apresentados na primeira parte da pesquisa, elementos que possibilitaram a ascensão dos movimentos fascistas na Itália e Alemanha, alcançando o poder central; assim como se examinará os componentes que impediram a conversão da ideologia em regimes políticos, através dos casos de Portugal e Espanha. Serão analisados os seguintes aspectos para o surgimento dos movimentos fascistas: a necessidade de haver levantes e o risco de ascensão do “perigo vermelho”; seguido por um indissolúvel cenário de conturbações políticas, crises econômicas e convulsões sociais; tentativas de tomar o poder e derrotas de revoluções sociais de influência esquerdista; temor dos setores médios, principalmente elementos burgueses, em se proletarizar; e progressiva atomização dos indivíduos - quesito relevante para a emergência de partidos totalitários em condição de formar suas fileiras e compor seus quadros políticos, para a disputa pelo poder.

Serão analisados também os elementos que possibilitaram a sustentação das forças fascistas junto à população - por intermédio do terror político e das estratégias de aterrorização, ou pela satisfação de parte das demandas das classes subalternas, a partir da participação política e da relativa melhoria nas condições de vida e trabalho, bem como dos setores conservadores, com a pacificação das massas; assim como serão examinadas as estratégias políticas de negociação com distintas correntes ideológicas, suscitando o modelo de *policracia* no momento de ascensão do fascismo ao Poder.

A respeito deste modelo de *policracia* percebido em alguns movimentos fascistas - principalmente o italiano e o alemão - para alcançarem o poder, Emilio Gentile sublinha que esta estratégia resulta em exigências políticas e econômicas aos regimes após instituídos no governo, pelas partes que contribuíram de alguma forma para seu sucesso na luta pelo Poder.¹

¹GENTILE, Emilio. *Itália Fascista: do partido armado ao Estado Totalitário*. in. GENTILE, Emilio & FELICE, Renzo de. *A Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo*. Tradução de Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone Editora, 1988 (p. 7-65). p. 33-45

Desta forma, é precioso destacar que nos principais regimes fascistas (Alemanha e Itália), houve a subordinação do respeito teórico ao pragmatismo estratégico, através das coalizões políticas - envolvendo conservadores, liberais, monarquistas – que confrontavam com os princípios defendidos pelos fascismos.

Os movimentos fascistas em sua totalidade proclamam-se, entre outras demais características, antiliberais e anti-capitalistas, contudo, conforme será visto, o universo retórico fascistas nem sempre foi coerente com as ações promovidas pelos próprios movimentos. Neste sentido, haverá a necessidade de abordar as propostas fascistas como fórmula teórica e como prática política, ambas com o intuito de tomar o governo central.

Por outro lado, existiram tentativas frustradas de atingir o poder, por parte de movimentos fascistas. Logo, há a necessidade de tecer considerações a respeito tanto destes movimentos, quanto das condições desfavoráveis encontradas, onde estas tentativas foram mal-sucedidas. Por haver vasta gama de movimentos fascistas que possuíram trajetória ao Poder não concretizada², decidiu-se por escolher aqueles desenvolvidos na península ibérica, por serem consideradas algumas das similaridades político-econômicas entre os contextos de Portugal e Espanha e o período compreendido pelo primeiro governo Vargas, tais como: a instauração de ditadura autoritária que precedeu a formação de movimentos influenciados pelos fascismos centrais; a Igreja desempenhando forte papel político em cenário nacional; governos centralizadores que esvaziaram de função seus respectivos *partidos únicos*, quando foram criados.

²PAXTON, Robert. *A Anatomia do Fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

1- O FASCISMO ENQUANTO FÓRMULA POLÍTICA: BREVE ABORAGEM SOBRE OS MOVIMENTOS ITALIANO E ALEMÃO

Este capítulo será lugar de dois objetivos relevantes para a pesquisa: 1) demonstrar o cenário econômico, político, e social da Itália e Alemanha - países onde os movimentos fascistas alcançaram o poder de forma pioneira - , no intuito de identificar as condições para o surgimento destes grupos de extrema-direita; 2) apresentar a ideologia fascista, consideradas as distinções culturais de país para país, onde o fascismo se assentou, ou buscou se fixar, bem como expor a distinção encontrada entre teoria defendida e prática fascistas para atingir o poder.

Nesta parte da pesquisa ocorrerá o delineamento dos fascismos, em ideologia e prática política. Nos diversos tipos de fascismos que vieram à tona, não podem ser consideradas as intenções, tampouco as declarações de originalidade como critério de definir especificidades. Um dos cerne destes movimentos é a exaltação do nacionalismo em sua fórmula exacerbada, junto ao anticomunismo e ao anti-liberalismo. Aspectos estes que, com exceção do exagero à devoção nacional, eram partilhados com outros grupos de direita do contexto. Hobsbawm observa a dificuldade em definir especificidades da ideologia fascista, diante da heterogeneidade de grupos que caracterizavam-se como tal, após a ascensão do Nazismo na Alemanha.

Não é fácil discernir, depois de 1933, o que os vários tipos de fascismo tinham em comum, além do senso geral de hegemonia alemã. A teoria não era o ponto forte dos movimentos dedicados à inadequação da razão e do racionalismo e à superioridade do instinto e da vontade. (...). Também o fascismo não pode ser identificado com uma determinada organização do Estado, como o Estado corporativista – a Alemanha perdeu logo o interesse por tais idéias, tanto mais porque conflitavam com a idéia de uma única, indivisa e total Comunidade Popular. Mesmo um elemento aparentemente tão fundamental como o racismo, no início estava ausente no fascismo italiano. Por outro lado, (...), o fascismo compartilhava nacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo etc. com outros elementos não fascistas da direita.¹

Vistas estas dificuldades de identificação da postura ideológica fascista nestes movimentos, serão observados aspectos inerentes ao conjunto teórico que forme a essência do fascismo, ainda que se considere a fragilidade filosófica de seu corpo doutrinário. Assim, há a intenção de se alcançar o *mínimo necessário* para a inserção de grupos extremistas de direita no conjunto fascista.

¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991. op.cit.* pp. 120-121.

Os focos a serem analisados ao longo deste capítulo, serão: as condições políticas, econômicas e sociais; o comportamento destes movimentos em relação às massas arregimentadas de diferentes setores da sociedade; a modificação desta relação quando os movimentos fascistas ascendem ao poder, tomando forma de regime; e a mutação ideológica ao longo da trajetória política destes movimentos.

Este capítulo será dividido em dois subitens, sendo o primeiro responsável por analisar os fascismos como fenômeno político, observando o contexto propício para sua emergência, e lançando vistas à (in-)satisfação e à marginalização político-eleitoral das diferentes camadas da sociedade, nos momentos anteriores à emergência dos movimentos fascistas. Serão abordadas também, de maneira sucinta, as condições econômicas dos países em que se desenvolveram estas formações de extrema-direita, no intuito de visualizar a coerência das propostas feitas pelos movimentos aos setores sociais atingidos.

Será feita a opção de delimitar apenas a Itália e a Alemanha como campos de análise, pois ambos os países condensam as condições internas e externas para o surgimento da intenção fascista despertada por amplos setores sociais afetados pelas crises e insatisfações políticas, sociais, econômicas, entre outros aspectos que serão levantados no decorrer deste subitem.

O segundo tópico será lugar do exame de aportes ideológicos comuns, que acusam os movimentos de serem fascistas. Pretende-se, fazer neste subitem, o levantamento das influências ideológicas, e da composição teórica das organizações fascistas, com maior atenção daquelas desenvolvidas na Itália e da Alemanha. É feita a opção pelo exame da Itália e a Alemanha nesta parte, devido à longevidade destes dois tipos de fascismo.

Inerente aos movimentos fascistas é, tal como a constância das afirmações de originalidade e as exacerbações nacionalistas, a busca pelo domínio político absoluto pela incorporação de componentes ideológicos frente ao pragmatismo e debilidade teórica presentes nestes movimentos em sua fase inicial. Aqueles agrupamentos que insistiram em manter sua forma fundamental, fechados em seus radicalismos, desfrutaram a posição de pequenos grupos isolados, fadados à duração efêmera.

Muitas vezes, (...), movimentos fascistas que não chegaram ao poder apresentam um perfil fascista mais bem desenhado que nos regimes estabelecidos. Regimes fascistas, na maioria das vezes, chegaram ao poder através de pactos e alianças com outras forças conservadoras, sendo obrigados a abrir mão de parte do seu ideário inicial.²

²SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Os Fascismos*. in. REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; & ZENHA, Celeste. *O Século XX*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (p. 111-164). p. 125.

1.1- O FASCISMO COMO FENÔMENO POLÍTICO

Será acompanhado aqui o cenário social, político e econômico interno de dois governos liberais fragilizados por sucessivas crises internas e externas, berços das versões mais duradouras e traumáticas de fascismo. O objetivo se concentrará em examinar a formação dos primeiros esboços de simpatia à ideologia fascista - alternativa à via comunista, para a saída das crises econômica e política, agravadas pelo imobilismo político qual foram arrebatados alguns destes regimes liberais.

A situação, após a Primeira Guerra, em vários países europeus, era de instabilidade causada pelo risco de revolução social. As condições de pauperidade nos campos, e de exploração intensiva da mão-de-obra fabril, eram combustível para a expansão dos partidos de esquerda após 1917. Há ainda outros elementos antecedentes à guerra, como focos de insatisfação em relação ao governo vigente, que persistiam após a guerra.

Em alguns países de governos desprovidos de experiência, força e tampouco, satisfação em tomar medidas de intervencionismo, foi observado o desgaste dos regimes liberais então no poder. Esta perda de legitimidade e a insatisfação popular a estes governos, associado à desarticulação econômica e destruição física destes países, criaram terreno propício para o surgimento de ideologias radicais, tais como os movimentos fascistas. Todavia, isto não significa dizer que a crise do liberalismo fosse causa imediata da ideologia fascista.

Segundo Hobsbawm, a ascensão dos regimes de extrema-direita é feita de maneira contra-revolucionária, no intuito de inibir as convulsões sociais e a pressão crescente vinda dos setores subalternos da sociedade - por vezes auxiliados pela esquerda política - diante da debilidade da máquina política liberal. Nas palavras do autor:

A ascensão da direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi sem dúvida uma resposta ao perigo, na verdade à realidade da revolução social e do poder operário em geral, e à Revolução de Outubro e ao leninismo em particular. Sem esses, não teria havido fascismo algum, pois embora os demagógicos ultradireitistas tivessem sido politicamente barulhentos e agressivos em vários países europeus desde o fim do século XIX, quase sempre haviam sido mantidos sob controle antes de 1914.³

Tais pressões vindas de estratos sociais antes marginalizados politicamente (trabalhadores fabris e camponeses, ex-combatentes, mulheres que ascenderam ao mercado de trabalho) imobilizaram os governos de recente tradição liberal, diante da inédita expansão das exigências por participação política.

³ HOBSBAWM, Eric. *op.cit.* p. 127

Portanto, o fascismo desempenhou, nos países em que passou para a fase de movimento de massas, reação contra o avanço político das esquerdas, e um obstáculo à ameaça de revolução social cada vez mais presente nos países afetados pela guerra. Hobsbawm defende que os movimentos fascistas possuíram maior chance de se sobressaírem em países onde o liberalismo e a tradição democrática eram frágeis ou, a partir de estratos sociais que os recusavam - tanto o liberalismo quanto a democracia – por não haver uma identificação sólida e direta entre aquelas propostas políticas e os indivíduos ou camadas sociais das quais eram provenientes.

A militância de classe média e de classe média baixa deu uma virada para a direita radical, sobretudo em países onde as ideologias de democracia e de liberalismo não eram dominantes. (...). Na verdade, nos principais países centrais do liberalismo ocidental – Grã-Bretanha, França e EUA – a hegemonia da tradição revolucionária impediu o surgimento de quaisquer movimentos fascistas de massa importantes.⁴

Logo, a passagem pelos momentos de crises interna e externa da Itália e da Alemanha, tornam-se essenciais para o entendimento do contexto em que os indivíduos carentes de representatividade estavam inseridos, para legitimar uma ideologia totalitária e empregadora do terrorismo político, como alternativa aos problemas e às crises que assolavam seus respectivos países. Serão adotados como modelos o fascismo italiano e o nacional-socialismo, sendo estes desenvolvidos em países que reuniram condições internas e externas para o surgimento da ideologia sob forma de movimento em condições de disputa pelo poder.

Portanto, ao voltar vistas para estes territórios assolados pelo Fascismo, observam-se na Itália, aspectos do desenvolvimento do capitalismo de tipo tardio, que irão influenciar no surgimento de idéias como o nacionalismo, o expansionismo e o imperialismo colonialista, utilizadas na composição fascista. O desequilíbrio na concentração de pólos econômico, contribuindo para constantes choques entre regiões mais pobres e mais ricas são presentes na península itálica, promovendo dificuldades para a estabilidade do país.

Mesmo após a unificação territorial, a Itália permanecia com fissuras sérias, tanto culturais quanto econômicas, traduzidas por concepções separatistas, fomentadas pelas regiões de índice de industrialização mais elevado, atacando as regiões predominante agrárias. Os fatores de disparidade interna que minavam o sistema liberal adotado como forma de governo, eram ampliados pelos acontecimentos externos. As crises de 1870 e 1890 promoveram transformações na economia italiana, aflorando alguns fatores benéficos, e outros nem tanto, no pólo industrial, situado na região Norte, porém sendo bastante hostil no predominantemente agrícola Sul.

⁴HOBSBAWM, Eric. *op.cit.* p. 124.

En tanto quedó en Norte la creencia de que el Sur era una 'bola de plomo', para la Italia, la persuasión de que la civilización industrial moderna de Alta Italia hubiera hechos progresos mucho más grandes sin esta 'bola de plomo', etc. A principios del siglo se inicia una fuerte reacción meridional, también em esto terreno...⁵

A crise de 1870 provocou queda nos preços dos produtos provenientes do campo, devido ao aumento da oferta de grãos vindos das Américas, através da evolução dos transportes de longa distância; e ao desenvolvimento de novas técnicas de produção, beneficiando o sucesso do plantio e a velocidade na colheita, inflando a quantidade de produtos agrícolas no mercado, derrubando seus preços⁶. Na Itália, a crise de 1870 se manifestou de forma tardia, porém foi determinante para a economia, tanto do Sul quanto do Norte, contribuindo para acentuar o fosso já existente entre as duas regiões.

Nos finais do século XIX, o país possuía economia voltada para o setor agrário, salvo algumas indústrias especializadas nas áreas têxteis, produção de seda e algodão. A indústria pesada desenvolvia-se timidamente, exceção feita às regiões em torno de Nápoles e da Ligúria – concentradas na produção industrial mecânica.

Constatada a fraqueza no setor fabril, e maior vigor do setor agrícola, algumas medidas de austeridade fiscal foram tomadas com a intenção de incentivar a migração de capitais, do campo para as cidades. Medidas que no momento da crise, intensificaram a pobreza camponesa. Estes fatores foram responsáveis por tensões sociais, resultando em focos de insatisfação vindos do campo, devido às condições miseráveis de sobrevivência; e das cidades, frente à onda de desemprego provocada pelo êxodo rural.

A partir das palavras de Robert Paris observa-se a estratégia econômica implementada no intuito de desenvolver o setor industrial. O autor afirma que “O sistema fiscal, o mais pesado da Europa segundo alguns, drenava uma boa parte desses rendimentos agrícolas para investi-los em empreendimentos públicos como rodovias e ferrovias, infra-estrutura indispensável ao capital industrial.”⁷

Em consequência da crise de 1870, os produtos agrícolas sofreram queda nos preços, acentuada pelos produtores ao colocarem ainda mais produtos do gênero no mercado, na tentativa de recuperar as perdas anteriores. Jeffrey Friden expõe que: “O valor dos produtos não manufatura-

⁵GRAMSCI, Antonio. *El “Risorgimento”*. Buenos Aires: Granica, 1974. p. 108-109.

⁶“Com a abertura da economia mundial e a aplicação de novas tecnologias de transportes, os grãos baratos do Novo Mundo invadiram o mercado mundial. A queda dramática dos preços agrícolas devastou muitas áreas rurais do Velho Mundo e levou muitas regiões, da Escandinávia à Sicília, a uma situação próxima da fome.(...). A produção de quase todos os bens agrícolas aumentou de forma significativa devido às mudanças tecnológicas, mas os benefícios desses avanços não eram distribuídos de forma proporcional.” FRIDEN, Jeffrey A.. *Capitalismo Global: História econômica e política do século XX*. Tradução de Vivian Mannheimer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. p. 23.

⁷PARIS, Robert. *As Origens do Fascismo*. Tradução de Elisabete Perez. São Paulo: Perspectiva S.A., 1976. p. 18.

-dos incluídos no comércio mundial caiu particularmente rápido. Matérias-primas como o trigo, o algodão e o carvão sofreram reduções de 59%, 58% e 57% respectivamente. Mas o valor dos produtos e serviços não diminuiu ou ocorreu de forma mais lenta.”⁸

A Depressão de 1870 provocou o êxodo de investimentos e de força de trabalho do campo para as atividades industriais, mais uma vez contribuindo para o cenário de disparidade entre as regiões de vocação industrial e as zonas de concentração agrícola. A insatisfação frente ao sistema econômico liberal, na crise de 1890 formou precedentes favoráveis à criação do primeiro movimento fascista, sendo este na Itália.

A última grande crise econômica do século XIX causou cicatrizes profundas no cenário político e social italiano. Os efeitos mais sensíveis foram a criação do Partido Socialista em 1892, e em 1893-94 a formações dos *Fasci* sicilianos⁹ - as duas organizações produto do desenvolvimento industrial rápido e desordenado. Formados pela parte oprimida do sistema capitalista, a tendência política à esquerda aflorava nos *fasci*, organizados como forma de proteger os camponeses da fome e do desemprego, através de laços de solidariedade mútua.

Frente à intensificação das mazelas sociais, a formação destes novos modos de exercer pressão por demandas contribuiu para a inserção política de elementos sociais antes marginalizados das ações do governo. O proletariado e o camponês saíram do isolamento e passaram a participar, de alguma forma, da agenda de negociação da esfera pública - ambos em processo de pauperização provocado pela sucessão de crises e expansão de capitais sob forma desorganizada, suscitando a disparidade de investimentos entre a indústria (maior beneficiada) e o campo.

Após este período de conturbação econômica e política a Itália passa por momentos de estabilidade interrompidos de forma mais violenta somente em 1914, com a Grande Guerra Mundial. Neste intervalo o país vive sua participação no imperialismo. Robert Paris afirma que “De fato, a partir de 1896 os primeiros sinais de progresso começavam a manifestar-se na indústria. (...). Com exceção da crise de 1907, a expansão em nada diminuída pela Guerra colonial de 1911, deveria prolongar-se até a véspera da Grande Guerra.”¹⁰

A experiência imperialista italiana colhe seus primeiros sucessos em 1911, com a conquista

⁸ FRIDEN, Jeffrey. *op.cit.* p. 24.

⁹Sobre a fundação dos *fasci* sicilianos é necessário fazer alerta à sua historicidade. Antes do século XX, *fasci* era vocabulário das esquerdas, retomando a valores de solidariedade e união. Portanto, ao se referir a criação de *Fasci* sicilianos evoca-se à atividade contestatória, por vezes liderada por componentes socialistas. Paxton disserta que “Os revolucionários italianos usaram o termo *fascio* em fins do século XIX, para evocar a solidariedade e o compromisso dos militantes. Os camponeses que insurgiam contra os senhores de terra na Sicília, em 1893-1894, denominavam a si mesmos de os *Fasci Siciliani*.” (PAXTON, Robert. *op.cit.* p. 15). Leandro Konder sinaliza na mesma direção: “No século XIX, o termo *fascio* foi adotado por *uniões* ou organizações populares, formadas na luta em defesa dos interesses de determinadas comunidades.” KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 30 (Grifo do original)

¹⁰PARIS, Robert. *op.cit.* p. 21.

da Tripolitânia – região hoje pertencente à Líbia. Na segunda metade dos anos de 1900, quando as turbulências internas se apaziguam, a Itália passa por relativa prosperidade, com crescimento da renda nacional e desenvolvimento da mineração e siderurgia. Robert Paris apresenta as seguintes cifras sobre o crescimento econômico-industrial italiano:

De 61.423 milhões em 1895, a renda nacional passou a 92.324 milhões em 1913. A produção de instrumentos de produção, que representava 28% da produção industrial em 1895, passou a 47% em 1913. Nascia o grande capital italiano. (...). A produção anual de ferro e de aço passaria assim de 300.000 toneladas em 1900 a um milhão de toneladas em 1913, a energia empregada na siderurgia, de 35.000Hp em 1900, elevava-se para 180.000 Hp em 1913; a mão de obra passava de 15.000 operários no início do século a 35.000 em 1913.¹¹

O capital italiano goza de segurança para expandir suas relações para além das fronteiras nacionais, havendo intervenção direta do setor privado na diplomacia italiana. Exemplo disso é o Banco de Roma. A instituição financeira viveu tempos difíceis entre o ano de 1880, correspondente a sua fundação, e o início do século XX, adquirindo estabilidade apenas nas primeiras décadas dos anos 1900. A conquista do equilíbrio abriu espaço para a expansão de seus investimentos, criação de filiais e fomento de sociedades no exterior - Egito, Eritréia, Marrocos e Tripolitânia.

Contudo, no ano de 1908 estoura a revolução turca, colocando os dirigentes do banco em alerta, e exigindo atitude enérgica do governo italiano, no intuito de estabilizar a região. Mediante a relutância do governo Giolitti em adotar alguma medida – militar – que retomasse a confiança dos investidores e a tranquilidade dos diretores da instituição, o presidente do Banco, Ernesto Pacceli ameaça entregá-lo à Áustria ou à Alemanha, coagindo o ministro Giolitti a lançar exércitos à Tripolitânia.¹²

Esta empreitada militar mobiliza o nacionalismo, fortalecendo tendências radicais, simpáticas ao expansionismo italiano. Grupos nacionalistas e de forte anseio imperialista irão tomar fôlego político e desempenhar pressão para o progressivo envolvimento da Itália em conquistas por colônias. Este incentivo ao expansionismo ignora, contudo, as condições internas de ineficiência industrial para esforços exigidos pelas lutas imperialistas. Em razão deste despreparo, na ocasião da Grande Guerra Mundial, a tensão interna empurra a Itália, desorganizada militar e economicamente, para a participação da contenda. As questões diplomáticas colocam-na ao lado da Entente por rivalidades históricas de natureza territorial com o Império Austro-Húngaro, que lutava pela Tríplice Aliança.

¹¹PARIS, Robert. *op.cit.* p. 21.

¹²*Idem*, p. 24-25.

Ao término do conflito, embora pertencesse ao grupo dos países vencedores, a Itália novamente estava em crise. A tese de “vitória mutilada” se populariza diante da decepção com as recompensas recebidas, consideradas inferiores aos esforços e sacrifícios impostos pela entrada no conflito. São disseminadas a insatisfação e a sensação de injustiça imputada à nação. O país vive à beira do colapso social, com o retorno das tropas de soldados inválidos e não adaptados às novas formas de produção e de relações sociais, modificadas ao longo do período belicoso.

O frágil Estado liberal italiano passava por experiência inédita, tendo a necessidade de estender seus tentáculos para campos dos quais não estava preparado para ocupar. O vasto contingente de militares incapacitados de retornar aos seus antigos postos de trabalho; a remodelação da sociedade, haja vista a maior atuação das mulheres e das crianças no mercado, em postos de trabalho anteriormente restritos à mão-de-obra masculina, acompanhada pela exigência por direitos iguais; bem como as complicações surgidas em decorrência do pós-guerra, são os fatores que arrebatam o Estado italiano para o imobilismo político, diante destas novas contingências. Sobre esta função que deveria ser adotada pelos Estados liberais após o conflito, René Rémond observa que

Ora, depois de 1918, modificou-se profundamente a relação entre a iniciativa privada e o papel do Estado; a guerra estendeu muitíssimo o campo de ação do poder público compelido não só a encarregar-se da direção da economia, mas também de regulamentar as relações sociais. (...). Com as seqüelas da guerra, que impõe a conservação de instituições e mecanismo improvisados para a guerra, e logo em seguida a crise econômica que anuncia o fim do liberalismo econômico, e também por via de consequência do liberalismo político, os governos são obrigados a intervir, mesmo que não tenham vontade de fazê-lo, quando os desempregados são milhões e quando toda a economia é acometida de paralisia progressiva. O aumento dos perigos internacionais constituiu um motivo suplementar para desejar um Estado forte.¹³

A concentração industrial ocorreu após o conflito, diante da falência das pequenas e médias empresas, solapadas pelo processo inflacionário iniciado ainda no decorrer da Guerra Mundial. No esforço de guerra, os investimentos do Estado para o abastecimento dos mecanismos de batalha prestigiam as grandes empresas. As indústrias química, siderúrgica e automobilística foram lançadas ao domínio de oligopólios.

Empresas como a FIAT (automobilística) e a Ansaldo (siderúrgica e naval) expandiram seus capitais, frente à incorporação de empresas menores que, aos poucos, abandonavam o mercado por não possuírem condições de se manterem economicamente lucrativas, ou ao menos evitarem gran-

¹³RÉMOND, René. *O Século XX: de 1914 aos nossos dias*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 65.

-des prejuízos. Os antigos proprietários de pequenas e médias indústrias, agora incorporadas pelos grandes oligopólios, conviviam com o perigo de caírem na proletarização.

A debilidade política interna era visível, tendo suas raízes no governo liberal. A tentativa do governo Giolitti em acalmar os ânimos a partir de políticas que visavam o retorno à paz social, desagradava às ambições dos grandes industriais. Estes buscavam estabilizar as linhas de produção, em confronto com as ações do governo, visto que tais medidas beneficiavam consideravelmente a questão camponesa e operária, em detrimento das providências favoráveis ao setor fabril. Era constante entre as lideranças da indústria pesada a preferência pelo nacionalismo, pelas políticas protecionistas ao jovem setor, e pelo imperialismo em lugar do liberalismo - pontos defendidos pelo ex-militante socialista Mussolini e seu movimento: o fascismo.¹⁴

Em razão do crescente processo inflacionário, que incidia sobre a massa de operários e camponeses, pressões vindas destes setores tornaram-se constantes, reivindicando melhores condições de trabalho e expansão dos direitos sociais. Este cenário de instabilidade é acentuado pela tendência ao separatismo, com o aumento da pobreza nos campos causada pelo remanejamento da mão-de-obra para setores estratégicos da indústria bélica, durante a Grande Guerra.

O abismo entre o Norte industrializado e o Sul agrícola viu-se aprofundado com o desenvolvimento da indústria, acentuado pelo esforço de guerra. Intensificando a crise interna, há a organização de camponeses e operariado para realização de paralisações e greves. Gramsci, em sua obra *El 'Risorgimento'*, destaca a turbulência política que eclodiu entre os anos de 1919 e 1926 – período que compreendia o recorte conhecido como os “Anos de Grande Medo”¹⁵:

(...) en 1920 los latifundistas sicilianos se reunieron en Parlermo y pronunciaron un verdadero ultimátum contra el gobierno “de Roma” amenazando con la separación, (...) muchos de estos latifundistas continuaron manteniendo la ciudadanía española e hucieran intervenir diplomáticamente al gobierno de Madrid (caso del Duque de Bivona em 1919) para que protegiera sus intereses amenazados por la agitación de los campesinos ex-combatientes.¹⁶

Este cenário de separatismo, junto a maior organização do operariado fabril e dos camponeses, fomentou um período endêmico de greves, contribuindo para desequilíbrio na política

¹⁴PARIS, Robert. *op.cit.* p. 31-32.

¹⁵Angelo Trento apresenta que os “Anos de Grande Medo”, situados entre os anos de 1918 e 1920, receberam este nome, pois compreendiam o retorno dos ex-combatentes, grande parte impossibilitados de retornar às suas antigas atividades, anteriores à I Guerra, além do custo de vida assistir a um aumento de 30% a 40% ao ano, e a organização de diversos movimentos de greve, ora por melhorias nas condições salariais, ora por motivos diretamente políticos. No setor industrial foram 300 em 1918. Em 1920, esta cifra salta para 1880 greves. No campo, ainda no ano de 1920, mais de 1 milhão de trabalhadores cruzaram os braços. TRENTO, Angelo. *O Fascismo Italiano*. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 12.

¹⁶GRAMSCI, Antonio. *op.cit.* p. 106-107.

e na economia do país. Passado o expansionismo imperialista, e a breve ascensão econômica, com a articulação do capitalismo industrial, a pequena e média burguesia assistem com terror o perigo de proletarizarem-se, diante do avanço da esquerda política, associado à decadência econômica que assolava o país. O temor da aristocracia ocupante do poder era ainda maior, em virtude da ameaça de eclosão de uma revolução socialista tal como ocorrida na Rússia em 1917.

Junto ao “perigo vermelho” os movimentos nacionalistas originados antes da Grande Guerra permaneciam ativos e ideologicamente organizados. Diante da expansão das ideologias de esquerda, cujo símbolo mais forte na Itália era o Partido Socialista Italiano (PSI), os nacionalistas adotaram a postura de oposição radical à esquerda. Entre as motivações aos ataques estão: o internacionalismo adotado pelos socialistas - interpretado como traição à pátria, diante das ambições nacionais -, e o princípio mobilizador mantido pelo PSI, regido pela *Revolução social* e pela *Ditadura do Proletariado*, adquirindo assim antipatia dos setores médios da sociedade no pós-guerra, em função da ameaça à proletarização.

Alguns destes movimentos de nacionalismo exaltado, antiliberais e anti-socialistas se viram, no pós-Guerra Mundial, aglutinados sob liderança de Benito Mussolini, ex-integrante do Partido Socialista Italiano, e ex-diretor do *Avanti!* (jornal oficial do partido). Após ser expulso do PSI, por fazer apologia à entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial – constrangendo o internacionalismo do partido -, Mussolini torna pública sua interpretação da luta de classes marxista, levando-a a escala mundial.

Segundo Mussolini, haveria no mundo, nações proletárias e nações dominadoras, sendo a Itália - empobrecida após a Grande Guerra - proveniente do primeiro grupo. Portanto, cabia mobilizar o país à luta mundial para modificar este status de inferioridade – tese que agradava às correntes nacionalistas existentes, tal como aos grandes industriais, em busca de novas fontes de mercado e matéria-prima. Dando fôlego à sua teoria, em 19 de março de 1919, Mussolini faz convite, pelo seu órgão de informação - o *Popolo d'Italia*, à população para formar um novo movimento. Em 23 de março do mesmo ano, consolida os *fasci di combattimento*, célula geradora do Partido Nacional Fascista¹⁷. As propostas mais fortes nos *fasci di combattimento* eram o ultranacionalismo e o expansionismo.

O cenário nacional do pós-Guerra Mundial na Itália era turbulento, tanto para a direita quanto para a esquerda política. Em 1919 o Partido Socialista colhe sucesso nas eleições para o parlamento. No entanto, a onda de greves, que aparentemente deveria ser vista com bons olhos pela esquerda, se faz desordenada e constante, prejudicando os projetos políticos do PSI. O movimento

¹⁷PARIS, Robert. *op.cit.* p. 64.

operário estava longe de se colocar sob controle dos dirigentes socialistas ou de alguma organização anarquista.¹⁸

As ligas católicas, no intuito de concorrer com os movimentos e partidos de esquerda, se engajaram na tarefa de retirar camponeses e operariado da área de influência do Partido Socialista Italiano e das associações anarquistas. Haja vista a heterogeneidade dos envolvidos nas paralisações, nem todos seguiam as mesmas bandeiras ideológicas, logo, não respondendo às mesmas lideranças, ou a alguma liderança. Por vezes, os integrantes das agremiações católicas superavam em muito os componentes das esquerdas.

Consciente da progressiva perda de afiliados nos campos, o PSI, após colher vitória nas urnas em novembro de 1919, avança sobre as zonas agrárias. A primeira iniciativa foi interferir na chamada Bolsa de Mão-de-Obra Agrícola - estabelecida de forma mais vigorosa no Vale-do-Pó - no sentido de oferecer melhores contratos aos camponeses, quanto a prazos e acertos salariais. A intervenção nos mecanismo de contratação, que agora só poderiam ser estabelecidos por períodos anuais, encareceu a mão-de-obra camponesa, utilizada apenas em período sazonal de colheita. A medida repercutiu negativamente entre os latifundiários locais, afetados pela crise de desvalorização dos produtos agrícolas.

A insatisfação dos grandes proprietários de terra foi incentivo à intensificação das ações terroristas dos *fasci di combattimento*, inauguradas com o ataque ao escritório do *Avanti!*, em abril de 1919, portanto, algumas semanas depois da fundação dos *fasci*.¹⁹ Os *camisas-negras* iniciaram campanha de terrorismo com ataques direcionados ao Partido Socialista Italiano, prefeituras e repartições públicas ocupadas pelos socialistas, bem como às Bolsas de Mão-de-obra.

Embora não seja esta a causa dos ataques, os sentimentos de abandono e traição pelos socialistas, no decorrer da guerra e ao seu final, não são desprezíveis. Diante do repúdio, por parte dos socialistas, ao nacionalismo que empurrava a Itália para a Guerra Mundial, e da forte adesão ao *squadrismo* por ex-combatentes e oficiais, o ressentimento era combustível para as investidas contra a esquerda na Itália. Confirmando o peso dos ex-combatentes nas primeiras fileiras dos *fasci di combattimento* Emilio Gentile afirma que:

¹⁸PARIS, Robert. *op.cit.* p. 71-72.

**Avanti!*: Jornal com seção em Milão, veículo de informação e divulgação do PSI.

¹⁹Segundo Robert Paris, o ataque foi efetivado com força majoritária do Movimento Futurista. O autor afirma que: “(...), por instigação de Mussolini e Marinetti, os *arditi* [força ofensiva especializada em ataques-surpresa, organizadas e montadas pelo Movimento Futurista] de Ferruccio Vecchi tomaram de assalto e saquearam as instalações do *Avanti!* em Milão: sem reação contra a 'chantagem lenilista', 'primeiro episódio da guerra civil', comentou Mussolini reivindicando para os fascistas 'toda a responsabilidade moral sobre o assunto!...'” (PARIS, Robert. *op.cit.* p. 50-51). Nesta ação, através de Paxton, tem-se que “Quatro pessoas foram mortas, inclusive um soldado, e trinta e nove ficaram feridas.” (PAXTON, Robert. *op.cit.* p. 19).

Na formação do *squadrismo* tiveram um papel decisivo os ex-combatentes e oficiais: um grande percentual dos 154.000 oficiais reservistas que estavam no exército ao final da guerra, provinha de estudantes da escola média e superior; em 1º de julho de 1919 foram dispensados 76.000, a 15 de dezembro outros 58.000, (...). Rejeitados pelo Partido Socialista, pela sua propaganda anti-militarista e pelo desprezo em relação aos veteranos, esta massa de ex-combatentes e de oficiais desmobilizados constitui um reservatório para recrutamento dos 'camisas-negras' esquadristas. Dos dados citados no congresso fascista de 1921, entre 151.644 inscritos havia: 87.156 combatentes, (...) ²⁰

Nos seis primeiros meses de 1920, Robert Paxton expõe os seguintes números da destruição realizada pelos *squadristi*: 17 jornais e gráficas atacados, 59 sedes socialistas, 107 cooperativas, 83 Ligas de Camponeses, 119 agências de emprego administradas pelos socialistas, 151 organizações culturais e 151 clubes socialistas. ²¹ A violência estava longe de ser gratuita, embora Mussolini explicasse nos primeiros anos de ação dos *fasci de combattimento* que “A violência é imoral quando é fria e calculada, mas não quando é instintiva e impulsiva.” ²²

Nas investidas terroristas contra as repartições públicas, especialmente as de posse socialista, o objetivo era demonstrar a incapacidade do governo liberal em restabelecer a ordem, assim como evidenciar a ineficiência dos socialistas em salvaguardar os interesses camponeses diante da onda de violência que assolava os campos. Paris afirma que “Nos campos, as agitações pelos reajustes dos salários agrícolas não cessavam. O Vale do Pó fora atingido pela 'grevemania'. As ligas 'brancas', católicas, com perto de um milhão, prevaleciam sobre os adeptos socialistas, que contavam com setecentos e cinquenta mil adeptos.” ²³

Em suma, a situação interna caminhava para o colapso econômico em virtude das constantes interrupções nas linhas de produção, suscitadas pelas greves por melhores condições sociais. Fato este que acarreta a exaustão do sistema político liberal, diante da insuficiência em responder de forma rápida e efetiva às indisposições que assolavam o país. Em dois anos, o fascismo abandona o status de movimento restrito a um pequeno grupo de ex-combatentes, e toma forma de partido de massas, afirmando-se nas regiões agrícolas do Vale-do-Pó, da Toscana, da Umbria e da Puglia. “Em dezembro de 1919, em toda a Itália existiam 31 *Fasci* com 870 inscritos. (...). Em novembro de 1921, o movimento se transformou em partido, com 320.000 inscritos e 2.200 *Fasci*.” ²⁴

Para concluir a parte que cabe aos fatores de ascensão do Fascismo na Itália, é válido recuperar a fala de Hobsbawm, onde o autor traça análise sobre as condições necessárias para a concepção de movimentos de extrema-direita de vertente fascista.

²⁰GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 28.

²¹PAXTON, Robert. *op.cit.* p. 110.

²²MUSSOLINI, Benito. *Opera Omnia*, vol. XII, p. 7. *apud.* KONDER, Leandro. *op.cit.* p. 32

²³PARIS, Robert. *op.cit.* p. 73.

²⁴GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 8.

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismo dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo querer ser leais; forte movimento socialista ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra o tratado de paz de 1918-1920.²⁵

Algumas considerações devem ser feitas para que o modelo do historiador britânico torne-se passível de generalizações. Segundo Robert Paxton, “No período entre as duas guerras, todas as nações do mundo e, com toda a certeza, todas as que possuíam políticas de massas, produziram alguma corrente intelectual ou algum movimento ativista *próximo* ao fascismo.”²⁶

Fazendo as devidas relativizações sobre a proporção dada pelo autor de *A Anatomia do Fascismo* à disseminação de correntes intelectuais ou movimentos próximos ao fascismo, o surgimento de grupos fascistas deve ser tratado mais como um fenômeno político e social que como um acontecimento histórico. Desta forma, entende-se que o fascismo não deve ser vinculado somente aos anos de 1918-1920, podendo emergir em contexto atual, caso as condições vividas no intervalo do pós-Guerra Mundial venham a se repetir.

Há a consonância com Hobsbawm em sua análise das condições ideais para o fomento dos movimentos fascistas na Europa, porém, é valioso para esta pesquisa estender a análise para outros países fora do limite europeu, tal como o Brasil. Quanto à avaliação concentrada no continente europeu, a observação de Hobsbawm é bastante pertinente.

A Alemanha sentiu de maneira mais violenta as punições impostas pelo Tratado de Versalhes. A intervenção das nações vitoriosas, sob o respaldo do tratado firmado após a Primeira Guerra Mundial, em assuntos políticos e econômicos internos da Alemanha, suscitaram sensação de debilidade interna e de indignação coletiva. O Artigo 231 do Tratado de Versalhes enfatizava a responsabilidade moral exclusiva do *Reich* alemão, sendo constantemente lembrado, como forma de justificar as ações que pesavam contra a Alemanha derrotada. O direito de autodeterminação dos povos, defendido pelo presidente estadunidense Wilson, era suspenso quando rogado pelos alemães em defesa da soberania nacional.²⁷

Os impactos da Guerra Mundial afetaram a Alemanha com maior intensidade, em virtude das punições impostas pelas nações vitoriosas – ao contrário da Itália, que terminou o conflito do lado vencedor. É válido lembrar do vigor econômico desfrutado pela Alemanha antes da Grande Guerra Mundial. O país passava por desenvolvimento econômico sustentado pelos progressos técni-

²⁵HOBBSAWM, Eric. *op.cit.* p. 130.

²⁶PAXTON, Robert. *op.cit.* p. 101.(Grifo meu)

²⁷FEST, Joachim. *Hitler*. vol. 1. Tradução de Analúcia Teixeira Ribeiro...[etal.]. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 85.

-co-industriais, sendo responsável pela chamada II Revolução Industrial. Processo de ascensão econômica que fora interrompido após o término da I Guerra Mundial.

As medidas previstas pelo tratado de paz da Conferência de Versalhes implicavam em privações ao desenvolvimento industrial alemão, ora pela perda de territórios estratégicos - ricos em minério de ferro e carvão (matérias-primas para o desenvolvimento da indústria de base) -, ora pela imposição de racionamentos à produção fabril.

A fixação do recebimento das multas de guerra em papel-moeda possuía uma finalidade estratégica traçada pelas potências vitoriosas. A recusa das potências vitoriosas em receberem o espólio sob bens de produção, era considerada diante da possibilidade, e risco, desta prática mobilizar uma nova reação da atividade industrial alemã. Como efeito colateral, a medida impelia à Alemanha a recorrer a empréstimos estrangeiros para quitar as multas que incidiam sobre o país. Portanto, o país de Bismarck se via prejudicado de duas formas diretas: através da inibição do retorno às atividades industriais e pela obrigação em contrair dívidas externas, retardando mais uma vez o desenvolvimento econômico.

As penalidades suscitaram como reação a rejeição de valores e modelos institucionais externos ao país, como o liberalismo e o socialismo internacionalista. O apego ao nacionalismo foi a maneira imediata de reagir às imposições estrangeiras determinadas na conferência de Paz. A partir das duras penas imputadas à Alemanha, involuntariamente, a Liga das Nações fundava os alicerces do regime que decretaria sua falência: o nazismo.

O efeito da crise das instituições financeiras e políticas na Alemanha causou reação mais rápida e violenta às vistas na Itália, devido: ao maior desenvolvimento econômico alemão anterior à Grande Guerra; à unificação ter ocorrido com melhor sucesso que o visto na península itálica; bem como ter adotado regime político, anterior à Guerra Mundial, que funcionava de forma efetiva, mesmo que centralizadamente, sob os auspícios da monarquia dinástica dos Hohenzollern.

O contexto do Estado Nacional alemão, posterior à sua criação, era de estabilidade. Com o crescimento da atividade industrial, a maior organização do proletariado, e o crescimento do êxodo rural, medidas de controle da mão-de-obra fabril tiveram de ser tomadas para evitar o cenário de lutas sociais. Antecipando a demanda por direitos sociais, após pressões iniciais, é criado o sistema de seguridade trabalhista. Tal medida de controle das classes populares foi iniciada no governo de Bismarck, com o surgimento do proletariado, absorvido a partir do lumpen campesino formado a partir do êxodo nos campos.

Ignacio Delgado afirma que as políticas sociais de Bismarck originaram-se “dentro de uma configuração de mercado que exibía expressivas concentrações operárias, as políticas sociais apare-

-ceram como resposta da coalizão do *ferro com o canteio* ao dinamismo do movimento operário social-democrata”²⁸. O que implica numa organização e mobilização operária precedente à iniciativa do Estado, pressionando por melhorias nas condições de trabalho, diante da penetração do mercado na vida dos alemães de forma universal e hegemônica, tornando-os “mercadorizados”²⁹.

Neste sentido, há o diálogo aberto com Pimenta de Faria quando este disserta que no momento da construção das políticas sociais no Alemanha de 1880, dois aspectos saltam aos olhos: “seu caráter seletivo ou corporativo e seu propósito explícito de pacificar os operários industriais, minar a organização trabalhista e promover a paz social.”³¹ Em consonância com essa idéia, T.H. Marshall afirma que o *Welfare-State* alemão foi posto em prática para fragmentar a solidariedade operária, ao fazer a distinção entre o sistema de seguridade social e ação assistencial geridos pelo Estado, pois, “No primeiro, quanto mais se tivesse, tanto mais se receberia (e também contribuiria), mas nesta última, na qual se empregava um teste dos meios, quantos mais se tivesse, tanto menos se receberia.”³² de modo que aqueles que sofressem acidentes de trabalho e fossem incapacitados de exercer suas funções no meio fabril, sofreriam o estigma de ser um ente parasitário na contribuição dos demais trabalhadores e do Estado.

Anterior ao fim da Primeira Guerra, é assistida a penetração do marxismo entre o proletariado alemão, bem como o fortalecimento do Partido Social-democrata, porém, nada que provocasse o pânico na ordem burguesa da forma como foi visto nos anos seguintes ao Tratado de Versalhes. Contudo, isto não quer dizer que a Alemanha gozasse de tranquilidade. Países vizinhos já sofriam com tensões políticas, ampliadas em decorrência das questões étnico-identitárias, proporcionando o risco de esfacelamento territorial - caso do império Austro-Húngaro, de população germânica minoritária embora representativa, e que caminhava para uma política de pró-eslavização.

Em Viena Adolf Hitler, filho de funcionário público pertencente a pequena-burguesia³³,

²⁸DELGADO, Ignacio Godinho. *Trajatória e Contra-Reforma da Política Brasileira*. in. SALGADO, Gilberto (org.). *Cultura e instituições sociais*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 10. (Grifo do original)

²⁹Gosta Esping-Andersen afirma que “Quando os mercados se tornaram universais e hegemônicos é que o bem-estar dos indivíduos passou a depender inteiramente de relações monetárias. Despojar a sociedade das camadas institucionais significou a mercadorização das pessoas. A introdução dos direitos sociais modernos, por sua vez, implica um afrouxamento no *status* de pura mercadoria”. ESPING-ANDERSEN, Gosta. *As três Economias políticas do Welfare State*. In. Lua Nova: Revista de cultura e política. *O Presidencialismo em questão & Welfare State e Experiências Neoliberais*. São Paulo: Centro de Estudos de cultura contemporânea, 1991(pp. 85-116). p. 102 .

³¹FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social.. in *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará/ ANPOCS, 1998 (p. 38-72). p. 50.

³²MARSHALL, T.H., *Política Social*. Rio de Janeiro Zahar editores, 1967. p. 65

³³“As relações da minha juventude compunham-se de pequenos-burgueses, por conseguinte, de um mundo que mantinha muito poucas relações com o verdadeiro operário.” HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Tradução de: Klaus von Puchen. São Paulo: Centauro, 2001. p. 23.

frente ao processo de proletarização que veio a sofrer entre os anos de 1909-1910, constata a insatisfação entre seus “companheiros de trabalho” da construção civil, conforme ele próprio se referia aos operários. Em *Minha Luta*, diante da curiosidade provocada pelo contato diário com os operários, Hitler atesta a insatisfação dos mesmos, quanto as condições de trabalho oferecidas na Áustria-Hungria.

Assim pude compreender: 1º que eles não estavam satisfeitos com sorte que tão áspera lhes era; 2º que odiava os empregadores que lhes pareciam os responsáveis por essa situação; 3º que injuriavam as autoridades que lhes pareciam indiferentes ante sua deplorável situação; 4º que faziam demonstrações nas ruas sobre a questão dos preços dos gêneros de primeira necessidade.³⁴

Embora a Alemanha desfrutasse de certa estabilidade interna o império não estava fora do perigo de levantes operários, em vista dos exemplos dados pelos países vizinhos. Entretanto, devido ao seu aparato protecionista robusto, suas leis trabalhistas vantajosas e aos aparelhos repressores mobilizado de maior força de ação, as instabilidades sociais puderam ser repelidas com agilidade na Alemanha. Desta forma, o *Reich* encontrava-se protegido das perturbações que envolviam os países fronteiriços.

Contrariando o objetivo de um chavão muito difundido, a Alemanha exibia um conjunto matizado onde acertos e insucessos, elementos de feudalismo e de progresso, autoritarismo e socialismo estatal estavam ligados de modo quase indissolúvel e, às vésperas da Grande Guerra, podia passar pela nação industrial mais moderna da Europa. Em apenas 25 anos, o produto nacional bruto fora mais que duplicado, e a faixa da população beneficiária da renda mínima sujeita ao imposto passará de 30 a 60%. Por fim, para citarmos um único exemplo apenas, a produção de aço, que em 1887 fora a metade verificada na Inglaterra, tinha quase duplicado.³⁵

Este bem-estar proporcionado pela estabilidade interna, oferece à Alemanha a ambição de estender seu raio de influências na conquista de mercados e territórios para a exploração de matérias-primas. Estes anseios despertavam a rivalidade das potências tradicionais. Rivalidades acirradas, devido à corrida imperialista que se deu a partir da segunda metade do século XIX. O clima de pacifismo diplomático fora afetado desde o choque entre as regiões germânicas e a França em 1871, resultando na criação da Alemanha como país reconhecido internacionalmente. Este embate modificou a pirâmide hegemônica que organizava as potências européias, provocando fissuras no pacifismo visto até então, desde o fim do Período Napoleônico. A Alemanha desponta

³⁴HITLER, Adolf, *op.cit.* p. 50.

³⁵FEST, Joachim. *op.cit.* p. 98.

como potência militar, e passa a ameaçar as antigas lideranças européias – Inglaterra e França.

Do ponto de vista britânico, a construção de uma esquadra alemã - (...) - significava o aumento das dificuldades em manter, sequer, seu objetivo mais modesto: o de ser mais forte que as duas outras marinhas, combinadas (o 'padrão duas potências'). Ao contrário de todas as outras, as bases da esquadra alemães estavam inteiramente no Mar Norte, de frente para a Inglaterra.³⁶

Utilizando a nomenclatura de Hobsbawm, a passagem da *Era dos Impérios* (período restrito ao intervalo de 1875 a 1914) à *Era dos Extremos* (anos de 1914 a 1991), significou a ruptura de um contexto de não hostilidade direta, por via diplomática ou bélica, entre as nações de grande influência mundial. “Desde 1815 não houvera nenhuma guerra envolvendo as potências européias. Desde 1871 nenhuma nação européia ordenara a seus homens em armas que atirassem nos de qualquer outra nação similar.”³⁷

Na iminência da eclosão do primeiro conflito de proporções mundiais, a incredulidade de sua deflagração deu lugar à confiança de um embate de curta duração. As nações unidas pela política de blocos diplomáticos eram empurradas, uma após a outra para a guerra, devido aos seus compromissos diplomáticos. O otimismo misturado ao desespero dos governantes, mobilizavam os dirigentes a investirem no conflito como solução dos problemas internos e externos. O nacionalismo e a solidariedade entre os co-cidadãos embalavam os voluntários no momento do alistamento militar.

Na Alemanha, segundo Joachim Fest, o envolvimento de boa parte da população, em amplitude nacional, minou os muros sociais que dividiam as classes. A guerra fornecia a superficial sensação de coesão interna perante o inimigo estrangeiro.

Na Alemanha, aqueles dias deram sobretudo a impressão de ter cimentado indissolavelmente a comunidade. (...). A frase pronunciada na tarde de 1º de agosto por Wilhelm II na praça do castelo real de Berlim – 'Não conheço mais partidos nem profissões religiosas, para mim não há mais que irmãos alemães.' - foi sem dúvida seu pronunciamento mais popular. (...). Alcançada havia quase cinqüenta anos, a unidade alemã só pareceu concretizar-se naquele dia.³⁸

De forma antagônica ao otimismo, o conflito revelava aos seus envolvidos sinais da imobilidade política e desgaste das tradicionais classes dirigentes em manter a ordem interna e sanar crises. O sentimento de falência da ordem política dominante se dissemina entre os soldados no

³⁶HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 441

³⁷*Idem*, p. 418.

³⁸FEST, Joachim. *op.cit.* p. 67.

campo de batalha dos dois lados envolvidos. A percepção da amplitude da guerra, o esgotamento do otimismo diante dos corpos dos companheiros mortos ou mutilados, a desilusão e questionamento das reais motivações da luta qual estavam travando afetavam o moral dos combatentes.

Com patente militar de cabo, Hitler atuou no campo de batalha ao longo da guerra com apenas duas interrupções, relatadas por seu biógrafo Joachim Fest. Em 1916, quando se fere superficialmente, é mandado para um hospital na cidade de Beelitz. Assim que pode ser liberado, conseguiu licença para ir a Berlim.

Nesta visita, constata que em lugar do entusiasmo e da solidariedade presentes nos alistamentos de 1914, a capital alemã fora ocupada pelas antigas querelas políticas, acompanhadas das primeiras consequências do conflito: “A miséria áspera, mais negra, era visível por toda a parte. A cidade de milhões estava faminta. O descontentamento era grande.” E ao se recuperar completamente foi realocado em um batalhão de reserva em Munique. Lá constata a disseminação do “Descontentamento, desânimo imprecações por toda a parte. Mesmo no batalhão de reserva, o moral era abaixo da crítica.”³⁹

Quando é internado pela segunda vez a situação na Alemanha, tanto no palco da guerra quanto em cenário político interno torna-se mais preocupante. A insatisfação neste período já havia deixado as fronteiras nacionais e se espalhado para os soldados em operação, através de informações transmitidas pelos recrutas que aderiam aos regimentos, à medida que os antigos soldados eram colocados fora de combate.

O envolvimento político passa a ser visto como algo que requisitasse de um antídoto. Nas palavras do cabo, “O veneno da Pátria começou, como em toda parte, a trazer até aqui seus efeitos. Os reforços mais novos falharam inteiramente – eles tinham vindo da Pátria já contaminados.”⁴⁰ Começa a se desenhar os primeiros aspectos que irão compor a teoria nazista, referentes à rejeição do parlamentarismo e da democracia liberal.

A maneira como a revolução responsável pela instauração da República de Weimar estourou, e concomitante a isso, a implantação do modelo político liberal em um país sem tradição ou estrutura de acomodar o sistema, gerou turbulências internas. O choque provocado pela derrota despertou as mais diferentes reações nas camadas sociais. Entre as massas populares a surpresa do resultado da guerra foi grande devido às poucas e nem sempre verdadeiras informações vindas do *front*.

Houve por algum momento a crença de vitória usurpada pelas forças da Entente, acompanhada pela revolta, dado o desenrolar da guerra e as punições abusivas, que consideravam a

³⁹HITLER, Adolf. *op.cit.* p. 145.

⁴⁰*Idem*, p. 151.

Alemanha como o único país a ser responsabilizado pela eclosão do conflito. Fest assinala que no verão de 1918 “Nunca a opinião pública alemã se imaginava tão perto da vitória e do fim da guerra (...), quando, na verdade a derrota era iminente.”⁴¹

Concomitante ao contexto interno, havia os compromissos imputados à Alemanha pela conferência de paz de Versalhes, acerca dos pagamentos das reparações de guerra, aos danos causados às potências vitoriosas. Porções territoriais economicamente estratégicas foram destituídas do domínio alemão, foi imposta a desmobilização parcial das Forças Armadas alemãs e estabelecido um limite bastante reduzido, em relação aos vistos antes da guerra, à manutenção do efetivo da marinha mercante e bélica. René Remónd disserta que:

Associada a ocupação do Ruhr e parcialmente sustentada pelo governo, para que a Alemanha não tivesse condições de pagar, a inflação teve conseqüências sociais e políticas graves. Arruinou toda uma classe de rendeiros e poupadores. Favoreceu também à concentração, visto que os industriais eram instigados a investir: as grandes empresas absorveram as pequenas. No plano psicológico e político, essa crise produziu um agitação, que traduziu pelo renascimento do terrorismo de extrema-direita e pela atividade dos corpos militares irregulares.⁴²

No contexto econômico o antigo vigor industrial desfrutado pela Alemanha pré-1914 foi convertido em vulnerabilidade dos investimentos bancários, corroídos pelo processo inflacionário crescente. A deterioração do sistema financeiro pode ser demonstrada pelo ano de 1923, quando a unidade monetária atingiu a desvalorização de um milionésimo de milhão em comparação ao valor visto em 1913, contribuindo para a recorrente requisição de empréstimos estrangeiros⁴³. Em 1929, a crise arrastará a Alemanha para a Depressão, sendo retirada apenas com a centralização econômica, os incentivos à indústria interna e o protecionismo implementados pelo nazismo, quando chega ao poder.

Os sintomas do pós-guerra - convulsões sociais, crises políticas e monetárias - disseminaram-se por boa parte dos países que estiveram envolvidos no conflito mundial. O império Austro-Húngaro foi, junto à Alemanha, um dos principais derrotados da guerra. A multi-etnicidade abrangida pela Áustria-Hungria de antes da Guerra Mundial, fragmentou-se com as punições atribuídas após o conflito. Além da queda da casa dinástica dos Habsburgo, o império deu lugar a dois países, assistindo à amputação de cerca de 70% da porção húngara.

A revolução proletária tomou o poder na Áustria por mais de 4 meses. Movimentação simi-

⁴¹FEST, Joachim. *op.cit.* p. 79.

⁴²REMÓND, René. *op.cit.* p. 56.

⁴³HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.* p. 94-95

-lar ensaiou-se na Tcheco-Eslováquia⁴⁴. Na Hungria, Bela Kun, intelectual judeu, permanece momentaneamente no poder através da coalizão socialista-comunista. A contra-revolução abre espaço para uma ditadura de características conservadoras, auxiliada por grupos fascistas⁴⁵. Na Alemanha a afiliação sindical do proletariado passara de 4 para 11 milhões de inscritos, de 1913 e 1919, ilustrando a força que as ideologias de esquerda tomaram depois de 1918.

Trotsky relata as transformações ocorridas na arena política e ideológica após a Grande Guerra Mundial. Segundo o autor, tanto o capitalismo quanto o proletariado, possuíam amplas condições de desenvolvimento antes da interrupção da Primeira Guerra Mundial, com a social-democracia acompanhando paralelamente este percurso. Porém, tal evolução, segundo Trotsky, foi interrompida de forma irreversível na Alemanha, devido à deflagração da Grande Guerra.

Até antes da guerra ainda havia uma perspectiva de crescimento automático do capitalismo e do proletariado, e do crescimento paralelo da social-democracia. A guerra interrompeu este processo e nenhuma força no mundo é capaz de restabelecê-lo. A putrefação do capitalismo significa que a questão do poder tem de resolver-se na base das forças produtivas atuais. Prolongando a agonia do regime capitalista, a social-democracia só tem como resultado a decadência contínua da cultura econômica, o fracionamento do proletariado, a gangrena social.⁴⁶

O cenário político alemão era imprevisível diante da radicalização das manifestações populares da esquerda e da direita. Enquanto partidos tradicionalmente de centro ou de direita (caso do Partido Democrático Alemão e do Partido *Zentrum*, católico e de centro) adotavam em seus programas posições simpáticas à socialização de alguns setores nacionais, o Partido Social-Democrata – formado pela esquerda, embora concorrente com o Partido Comunista Alemão – ocupou o governo da nova república surpreendendo às expectativas.

Mesmo diante das curtas ambições políticas, os social-democratas calculavam não possuir força suficiente para implementar o programa de governo através de recursos próprio. Contavam constituir alianças com as forças tradicionais no intuito de colher sucesso em suas propostas. Sobre a debilidade das propostas e projetos políticos do governo social-democrata, Fest afirma que

(...) os novos detentores do poder não dispunham praticamente de outro programa a não ser o de estabelecer a paz e a ordem. Programa que eles, aliás, só esperavam realizar se houvesse uma aliança com as forças tradicionais. (...). Com exceção das dinastias, os grupos sociais que ali haviam exercido influência determinante, não perderam quase nada do poder no decorrer daquela passagem para uma nova forma

⁴⁴KONDER, Leandro. *op.cit.* pp. 42-43.

⁴⁵PAXTON, Robert. *op.cit.* pp. 52-53.

⁴⁶TROTSKY, Leon. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas, 1979. p. 45.

de governo.⁴⁷

A partir da Conferência de Paz em Versalhes, encargos se sobrepuseram à Alemanha, atingindo os setores industriais e empresariais alemães. Eram feitos pesados empréstimos internacionais, no intuito de alavancar os negócios, sem que com isto fossem abandonados os compromissos impostos ao país no pós-Guerra. A economia alemã estava intimamente relacionada com os empréstimos externos e com os investimentos vindos do Ocidente. Com a crise de 1929 houve a escassez de capitais, em virtude da retração dos empréstimos, repercutindo de forma negativa no empresariado e nos grandes industriais que começavam a despontar novamente.

Junto à deterioração do sistema financeiro, e aos movimentos grevistas atuantes em vários setores estratégicos da produção do país, soma-se a debilidade da República de Weimar. Desde seu nascimento, o governo padecia com a sensação popular de que o regime era mais uma das imposições externas, como forma punitiva aos crimes cometidos durante a guerra.

Após a crise de 1929, em meio a acentuação da insatisfação pública, vinda tanto da direita quanto da esquerda, ocorrem mudanças em março de 1930, na forma de governo em Weimar. Ao fim do governo liderado pela social-democracia, há o trânsito da postura ideológica de centro, tendendo agora para a direita. Como forma de evitar a lentidão provocada pelos debates parlamentares que envolvem a sucessão de governo, os conservadores Brüning, Papen e von Schleicher são indicados pelo presidente Hindenburg, constringendo o liberalismo da República de Weimar.

Trotsky retrata o momento político vivido pelo governo conservador, diante do choque de forças que se trava entre os nazistas e os marxistas. O autor faz críticas aos novos dirigentes, frente à fragilidade demonstrada em intercederem nestes embates. Quando o Estado se fazia presente, segundo Trotsky, a mediação pendia sempre em prol da direita extremista.

Diante do choque que se aproxima entre o proletariado e a pequena-burguesia fascista – estes dois campos constituem juntos a maioria esmagadora da nação alemã – os marxistas do *Vorwaertz** chamam em socorro o guarda noturno. “Estado intervém!”. (...).

A isto Bruening [um dos chefes do governo conservador], se não tivesse preferido calar-se, teria respondido: “Vencer o fascismo por meio das forças policiais eu não poderia, mesmo que o quisesse; mas não o quero, mesmo que tivesse possibilidade. Movimentar a *Reichswehr* contra o fascismo significa cindir a *Reichswehr*, se não significasse empurrá-la inteiramente contra mim; mas o essencial é que voltar-se o aparelho burocrático contra o fascismo é soltar as mãos dos operários, dando-lhes plena liberdade de ação: as conseqüências seriam as mesmas que vós, social-demo-

⁴⁷FEST, Joachim. *op.cit.* p. 83.

**Vorwartz*: Jornal oficial do Partido Social-Democrata alemão.

-cratas, temeis, e que também tenho razões para temer duplamente.”⁴⁸

Portanto, o governo estava impedido de solucionar qualquer querela política interna, pois, segundo Trotsky, suas “mãos” estavam ocupadas, e se tivesse de intervir nestes conflitos, inevitavelmente teria antes de “soltar as mãos do movimento operário.” A situação era conduzida para um ciclo de convulsões sociais, diante do impasse que se prolongava na ordem política. “Bruening é obrigado a tolerar a existências das organizações operárias na medida em que não se decide ainda, hoje, a entregar o poder a Hitler e na medida em que não tem forças próprias para liquidação daquelas.”⁴⁹

As promessas de saneamento econômico, tal como a adoção de postura mais rígida em relação às penalidades impostas em Versalhes, feitas pelo partido Nazista, animavam os grandes capitalistas da Alemanha. O teor nacionalista contido nas pautas do Nacional-socialismo abrandava os ânimos dos empresários. Contudo o inconveniente surgia quando observava-se o “socialismo” que completava o nome da sigla, sugerindo um posicionamento ideológico à esquerda, diante da novidade do partido. Confusão observada por Hitler em seu livro, *Mein Kampf*: “A burguesia mostrava-se horrorizada por nós termos também recorrido à cor dos bolchevistas, suspeitando, atrás disso, alguma atitude ambígua.”⁵⁰

Contudo, o chefe nazista apresentava em discursos voltados para os setores médios da sociedade, que o sistema capitalista estava doente, todavia, não era intenção do nacional-socialismo extinguí-lo, mas saneá-lo e reorganizá-lo. “Fazia-se uma distinção entre os 'bons' capitalistas (patrióticos) e os 'maus' (acumpliciados com a conspiração judaica mundial.”⁵¹ Com estas observações, arregimentava-se o capital financeiro e a simpatia dos capitalistas, que antes da crise de 1929, apostavam nas mais diferentes vias para a retirada do país do colapso financeiro qual estava inserido, e visando evitar o radicalismo de esquerda, em expansão no cenário político e social europeu.

Em novembro de 1932 a República de Weimar chega ao fim. Diante do caos político e econômico interno⁵³, e da instabilidade social que colocavam em risco as atividades industriais e comerciais, o capital financeiro alemão pressionou o poder executivo para a nomeação de Hitler ao cargo de Primeiro Ministro - mesmo com a derrota dos nazistas nas eleições daquele ano. “(...) o velho Hindenburg (quase nonagenário) recebe uma carta pedindo a nomeação de Hitler para o pos-

⁴⁸TROTSKY, Leon. *op.cit.* p. 143.

⁴⁹*Idem*, p. 156.

⁵⁰HITLER, Adolf. *op.cit.* p. 361.

⁵¹KONDER, Leandro. *op.cit.* p. 46.

⁵³“No pior período da Depressão (1932-3) 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca (...) e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego. (...). O único Estado ocidental que conseguiu eliminar o desemprego foi a Alemanha nazista entre 1933 e 1938.” HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.* p. 94.

-to de Primeiro Ministro, assinada por alguns dos industriais e banqueiros mais importantes da Alemanha, (...).”⁵⁴

Em suma, pode-se concluir que os pontos centrais para a emergência do fascismo, utilizando a Itália e Alemanha como modelos são: ameaça constante, porém jamais efetiva, da realização de uma revolução social liderada pela esquerda, e reação das classes médias de maneira mais ou menos imediata a este perigo; colapso dos regimes liberais, quando postos em contraste com o aumento das demandas por inserção política das massas ao campo político; instabilidade social e falta de segurança, que afrouxavam a coesão da sociedade, levando os indivíduos à sensação de atomização.

Os mecanismos de governança liberal não mais respondiam da forma esperada, às necessidades e pressões populares. O liberalismo como até então fora praticado, não era adequado para a democracia de massas, ao contrário dos partidos fascistas, que se moldaram a partir da exigência das massas populares por maior atuação política. Os partidos fascistas, através da apropriação de estratégias lançadas pelos socialistas, para oferecer à população a participação requerida, obtiveram sucesso ao atingir o Poder, diante das pressões vindas destes setores sociais.⁵⁵

Embora fosse constante em discursos tanto do *Duce* quanto do *Fuhrer*, a lembrança de ações paramilitares e de conquista pelas ruas, essa expressão de força nunca foi requisitada ao assumir o poder. Nos dois países onde o fascismo tomou maior visibilidade – Itália e Alemanha – o governo foi lhes entregue ou concebido, por iniciativa do regime político anterior (o rei Vítor Emanuel III na Itália, e o Marechal Hindenburg na Alemanha), com grande apoio popular, mas nem sempre majoritário. Em outros termos, o fascismo, nas suas principais experiências, atingiu o Governo Central pela via constitucional.⁵⁶ Uma das distinções entre os regimes fascistas e os partidos tradicionais, é percebida, portanto, após o ascenso ao poder. Segundo Hobsbawm,

A novidade do fascismo era que, uma vez no poder, ele se recusava a jogar segundo as regras dos velhos jogos políticos, e tomava posse completamente onde podia. A transferência total de poder, ou a eliminação de todos os rivais, demorou bastante mais na Itália que na Alemanha (1933-4), mas, uma vez realizada, não havia mais limites políticos internos para o que se tornava, caracteristicamente, a ditadura desenfreada de um líder de Estado (*Duce; Führer*).⁵⁷

Embora cada regime empregado, se manifeste dentro de seus aspectos nacionais, adaptando-se às formas culturais ali presentes, há quesitos particulares, que tornam tais movimentos irmãos em sua ideologia. Hobsbawm fornece o exemplo das distinções contidas entre os diferentes tipos de

⁵⁴KONDER, Leandro. *op.cit.* p. 47.

⁵⁵HITLER, Adolf. *op.cit.* p. 361.

⁵⁶HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.* pp. 127-130.

⁵⁷*Idem*, p. 131

fascismo postos em prática, ao analisar a sua organização e suas intenções políticas na Itália e na Alemanha. Na Itália

O fascismo foi mais claramente um regime calcado nos interesses das velhas classes dominantes, que surgira mais como uma defesa contra a agitação revolucionária do pós-guerra do que como na Alemanha, como uma reação aos traumas da Grande Depressão e à incapacidade do governo de Weimar em enfrentá-lo. (...). Mussolini inspirou Hitler, e Hitler jamais deixou de reconhecer a inspiração e a prioridade italiana. Por outro lado, o fascismo italiano foi, e por um longo tempo continuou sendo, uma anomalia entre os movimentos da direita radical em sua tolerância e mesmo pelo certo gosto pelo 'modernismo' de vanguarda, e também em alguns outros aspectos - notadamente na completa falta de interesse pelo racismo anti-semita, até Mussolini se alinhar com a Alemanha em 1938.⁵⁸

Encerrando este item, observa-se o aumento da confiança e simpatia dos setores médio e pequeno-burgueses da sociedade nos movimentos de ultra-direita nacionalistas, em resposta às conjunturas internas (regimes liberais frágeis, evolução dos movimentos sociais e grupos de esquerda, e oscilações econômicas drásticas) e externas (inflação, desemprego proporcionado pela Grande Guerra, modificação dos códigos sociais). Buscou-se demonstrar aqui que o fascismo não foi a única alternativa para se sair das crises. Contudo outras soluções foram afastadas pelas classes médias, diante da rejeição destas às aspiração de esquerda; e pela persuasão através do terror - estratégia amplamente utilizada pelos fascistas. Cabe agora desenvolver o aprofundamento das diretrizes ideológicas e, como os movimentos fascistas organizavam-se politicamente, na intenção de partirem para concorrência pelo Poder em disputa, aberta a possibilidade, proporcionada pela conjuntura de crises e radicalização.

1.2- O FASCISMO ENQUANTO DOUTRINA E ORGANIZAÇÃO: DA IDEOLOGIA À FORMA DE GOVERNO

O cenário de instabilidade, a dissolução do tecido social tradicional, a transição para uma nova forma de relações e códigos morais no pós-1918, aceleraram o processo de atomização visto no início do século XX, com as crises políticas e o individualismo fomentado pelo liberalismo. Este contexto disponibilizou condições para que a ideologia fascista se desenvolvesse, e atraísse a simpa-

⁵⁸HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. p. 131

-tia de elementos que não encontravam inserção naquela nova sociedade. Setores conservadores da economia (industriais, banqueiros e latifundiários) foram os principais financiadores do fascismo, diante do “perigo vermelho”.

Nesta parte da pesquisa, serão vistas as formas lançadas pelos fascismos italiano e alemão em atrair integrantes para suas fileiras e consolidar legitimidade da opinião pública. Para cumprir o objetivo definido, pretende-se focar o campo teórico que reveste os movimentos fascistas, e o fascismo enquanto doutrina. Este subitem, portanto, dividirá atenção em dois focos principais a respeito do fascismo: sua organização e estruturação como movimento e em sua fase de regime; e aspectos de sua formação ideológica - as apropriações vindas de movimentos anteriores, seu revestimento “científico” e “filosófico”, que contribuíram para dar sustentação à mitologia política fomentada pelas lideranças fascistas instaladas no poder, no intuito de tornar o fascismo única crença interna a ser seguida pela população. O enfoque principal será a partir de então a organização interna do movimento e do regime; e a ideologia e as estratégias políticas adotados pelos fascismos.

O nazismo tem como eixo central o racismo, somando-se como componente importante o anti-semitismo. Ainda que seja considerado o peso fundamental do regime de Hitler para tornar o fascismo conhecido fora dos limites europeus⁵⁹, o racismo não ocupa em outros movimentos fascistas a relevância observada no nazismo. As explicações “cientificistas” desempenham função considerável ao suporte teórico das práticas fascistas de modo geral, porém o racismo possui um peso maior na ideologia nazista, em relação aos demais movimentos pertencentes ao fascismo. Para o exame desta particularidade, a decomposição da estrutura da sociedade alemã pode auxiliar na explicação do fenômeno racista, manifesto no nazismo alemão.

Observando dados sobre a sociedade alemã, há as informações que em 1925, ainda sofrendo com o impacto das penalidades previstas no Tratado de Versalhes, o país possuía população majoritariamente urbana e industrial. Tomando os índices apresentados por Wilhelm Reich, temos as seguintes cifras entre a população economicamente ativa (o autor despreza mulheres e crianças): 11.826 milhões de pessoas inseridas no proletariado urbano (setores fabril, de transporte de comér-

⁵⁹“Sem o triunfo de Hitler na Alemanha no início de 1933, o fascismo não teria se tornado um movimento geral. Na verdade, todos os movimentos fascistas com algum peso fora da Itália foram fundados após sua chegada ao poder, (...). Além disso, sem a posição internacional da Alemanha como potência mundial bem-sucedida e em ascensão, o fascismo não teria o impacto sério fora da Europa, nem teriam os governantes reacionários não fascistas se dado o trabalho posando de simpatizantes fascistas, como quando Salazar de Portugal alegou, em 1940, que ele e Hitler estavam ligados mesma pela ideologia.” HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. p. 120.

-cio, etc.), 6.157 milhões de pessoas pertencentes à classe média das cidades, 4.232 médios camponeses (com propriedade ente 5 a 50 ha). Reich apresenta outros estratos sociais como pequenos camponeses e trabalhadores agrícolas, porém, sem grande importância para o exame quando considerado o percentual do proletariado urbano e da classe média das cidades – juntos chegaram à cifra de 51,73% da população economicamente ativa no país, em um universo de 34.762 milhões de pessoas (lembrando que Reich considera nestas estatísticas, apenas a população masculina adulta entre os economicamente ativos).⁶⁰

Constata-se que a população alemã era de predominância urbana e, como consequência, parcela considerável da mão-de-obra nacional concentrava-se nas cidades. O operariado ocupava os postos de serviço oferecidos no setor industrial, comercial, entre outros. A atividade industrial, mesmo recebendo vetos ao seu funcionamento e desenvolvimento, pelo Tratado de Versalhes, continuava a assumir o lugar principal na economia do país. Os trabalhadores dos setores fabril, comercial e de transportes, situados por Wilhelm Reich na categoria de proletariados urbanos, detinham o lugar de estrato populacional mais numeroso, seguido pelos setores das classes médias.

Feita a comparação com as camadas sociais abrangidas pelo fascismo italiano, há os seguintes grupos, acompanhados de seus respectivos índices, colhidos no congresso do movimento fascista de novembro de 1921: os *trabalhadores* da terra correspondiam a 36.847 inscritos, equivalente a 24,3% das adesões; *proprietários* de terras e pequenos agricultores⁶¹, 18.084 ou 11,9%. Quanto aos setores de classe média urbana há: empregados públicos com 7.209 inscrições (4,7%); comerciantes e gerentes com 9.981 (6,6%) e; 4.269 industriais (2,8%). Das demais categorias apresentadas por Gentile estão: 23.418 trabalhadores da indústria (15,5%); 19.783 estudantes(13,0%); 9.981 profissionais(?) representando 6,6%; 1.680 professores (1,1%); e por fim, 1.506 trabalhadores do mar (1,0%).*

Munido destas informações, percebe-se que o maior desenvolvimento industrial, comercial e financeiro pertence à Alemanha, e não à Itália. Diante da retomada do crescimento interno destes setores, as empresas e atividades administradas por judeus destacam-se, junto aos demais capitalistas alemães. Entretanto, por ser visto como um elemento estrangeiro, o judeu passa a ser

⁶⁰REICH, Wilhelm. *op.cit.* p. 15

⁶¹Gentile justifica a popularidade do fascismo italiano nos campos se sobrepondo às cidades, argumentando que “(...) precisamente no pós-guerra, [o aumento] da classe média agrícola dos pequenos proprietários de terra e cultivadores diretos, precisamente na planície padana: este aumento foi calculado em mais de um milhão de novos proprietários, muitos dos quais eram ex-meeiros e ex-arrendatários que obtiveram a posse da terra em consequência da grande propriedade territorial, (...). O fenômeno foi observado pelos contemporâneos como ligado ao desenvolvimento do fascismo: com efeito, amplos setores desta nova camada média emergente aderiram com entusiasmo ao fascismo, não apenas para defender o *status quo* há pouco conquistado, (...), mas também com a vontade de conquistar uma colocação própria na gestão do poder.” GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 26.

*Categorias, dados percentuais e absolutos apresentados em: *Idem, ibidem.*

retratado como usurpador da riqueza nacional, em um momento em que o país começa a esboçar reação no pós-guerra. Na Itália, por outro lado, haja vista o agrarismo econômico vivido, o desenvolvimento aos setores fabris, comerciais, bancários entre outros, mesmo que promovido por elementos “estrangeiros”, era tratado de forma positiva, em razão do baixo desempenho destas áreas nas finanças italianas.

Em sociedades onde determinada atividade (econômica, cultural, social etc.) encontra-se desenvolvida, regulada e organizada em normas próprias, a inserção de um elemento estrangeiro tende a ser vista com desconfiança. Desta forma, há a tendência do coletivo em suprimir este ente externo. No caso alemão, o elemento judeu ameaçava a estabilidade interna, tanto econômica quanto cultural, segundo a retórica nacional-socialista. Logo, entende-se ser o anti-semitismo – e conseqüentemente o racismo – nazista manifestado através da relação de *estabelecidos e outsiders*, tal como apresentado por ELIAS & SCOTSON.

A partir da observação de um pequeno povoado no Inglaterra, os autores concluem que as relações de poder eram dadas através do nível de integração interna pré-existente, ou seja, “Baseava-se no alto grau de coesão de famílias que se conheciam havia duas ou três gerações, em contraste com os recém chegados, que eram estranhos não apenas para os antigos residentes, como também entre si.”⁶² Desta forma, assim como visto em Winston Parva – comunidade analisada por ELIAS & SCOTSON – entende-se que mesmo existindo concorrência nacional entre os industriais e capitalistas alemães, ao haver a introdução de um elemento estrangeiro (eticamente), há a codificação deste como ameaça à estabilidade daquela sociedade – temor traduzido em anti-semitismo, suporte principal da ideologia nazista.

O anti-semitismo desempenhado pelo nazismo é entendido como nacionalismo (embora sejam categorias distintas), diante das crises política (queda da dinastia Hohenzellern e instauração da República de Weimar) e econômica (crise de 1929 associada às penalidades impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes). Frente a esta conjuntura, o discurso de exaltação da superioridade racial ariana, defendida por Hitler, em detrimento da natureza supostamente corrompida do judeu, restabelece a coesão interna antes abalada.

Todavia, a superioridade étnica descrita pelos nazistas, não abrangia a totalidade dos cidadãos alemães. A relação vista pelos autores de *Os Estabelecidos e os Outsiders* de que “A reputação dos 'estabelecidos' era engrandecida por um pequeníssimo número de famílias 'socialmente superiores', enquanto a dos 'outsiders' era decisivamente marcada pelas atividades de

⁶²ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L.. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações do poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 22.

seu setor 'mais baixo'.⁶³ pode ser observada igualmente na articulação do anti-semitismo nazista. Portanto, o racismo presente não poderia estar situado no nacionalismo, visto que, nas palavras de Hannah Arendt:

Essa nova comunidade, tentativamente concretizada no movimento nazista na atmosfera pré-totalitária, baseava-se na absoluta igualdade de todos os alemães, igualdade não de direitos, mas de natureza, e na suprema diferença que os distinguia de todos os outros povos. Depois que os nazistas chegaram ao poder, esse conceito gradualmente perdeu a sua importância e cedeu lugar, por um lado, a um desprezo geral pelo povo alemão (desprezo que os nazistas sempre haviam nutrido, mas não podiam demonstrar até então em público), e por outro lado, a um grande desejo de aumentarem os próprios escalões com “arianos” de outros países, (...).⁶⁴

Em nota Arendt ratifica este desprezo demonstrado pela alta cúpula do nazismo para com o povo alemão, ao citar uma fala de Hitler em 1923: “O povo alemão consiste em um terço de heróis, outro terço de covardes, e outro terço de traidores.”⁶⁵ E em mesma nota, expressa um discurso de Goebbels já em 1934, onde se observa o prestígio dado ao Partido em detrimento do restante da população: “Quem é o povo para reclamar? Membros do Partido? Não. O resto do povo alemão? Devem dar-se por felizes por ainda estarem vivos. Seria o cúmulo se deixássemos que nos criticassem aqueles que vivem à nossa mercê.”⁶⁶

Portanto, entende-se o racismo no nacional-socialismo não inserido em concepções nacionalistas, mas relacionado aos interesses de uma determinada classe, cujos integrantes detectam risco (existente ou ficcional) de serem sobrepujados por elementos externos (o judeu, no caso alemão), e serem, com isso, deslocados para uma posição social inferior a antes ocupada. Benedict Anderson afirma que “Os sonhos do racismo, na verdade, têm sua origem na ideologia de *classe*, e não na de nação: sobretudo nas pretensões de divindade entre os dirigentes e nas pretensões de 'linhagem' e de 'sangue azul' ou 'branco' entre aristocracias.”⁶⁷

É importante ressaltar, no entanto, que a inserção da comunidade judaica, tal como sua hostilização na Alemanha, são anteriores ao surgimento do nazismo como alternativa política em cenário alemão - tendo o nazi-fascismo potencializado a reação racista, em razão do discurso de superioridade racial ariana e do anti-semitismo enquanto propaganda política. Entre vários exemplos que podem ser citados como inspiradores Hitler – Georg von Schönerer, Karl von Lueger,

⁶³ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L..*op.cit.*, p. 56.

⁶⁴HANNAH, Arendt. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 409-410.

⁶⁵*Hitler's Speeches*, editado por Baynes, p. 76. *apud.* HANNAH, Arendt. *op.cit.* p. 410.

⁶⁶Citado de Kohn-Bramstedt, pp. 178-9 *apud.* HANNAH, Arendt. *op.cit.* p. 410.

⁶⁷ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 209.(Grifo do original)

Chamberlain – nos aprofundaremos em um.

Joachim Fest, biógrafo de Hitler, detecta em 1907 propaganda anti-semítica bastante similar ao conteúdo fanático esboçado por Hitler em seu período de liderança nacional-socialismo. A revista *Ostara*, escrita por Lanz von Liebenfels, apresentava teorias eugênicas de forte teor racial, tais como a seleção metódica dos recém-nascidos. Previa também um conjunto de medidas de “higiene racial” que compreendiam “a esterilização, a deportação para a ‘floresta dos símios’, assim como a liquidação por meio de trabalhos forçados e assassinatos”⁶⁸. Nesta revista, de maneira complementar, apresentava-se a promessa de substituir a luta de classes, impelida pelos socialistas, pela luta de raças. No embate racial descrito, as partes beligerantes dividiriam-se, de acordo com a mitologia germânica, entre os *Asinge* (heróis) e os *Äfflinge* (subomens)⁶⁹. Portanto entre o que Hitler executou e o que von Liebenfels propunha, eram poucas as diferenças.

Embora houvesse a proposta “científico-racista”, os meios e as condições encontradas por von Liebenfels eram díspares às percebidas por Hitler para mobilizar as massas. Contudo, as publicações de von Liebenfels funcionam como evidência para situar as bases “científicas” lançadas pelo nazismo, inserindo-as em contexto que abrange os finais do século XIX e início dos anos 1900 - período de vigor industrial e fortalecimento das camadas médias da sociedade alemã, justificando, portanto, a sensação de ameaça diante da percepção de concorrência externa (eticamente), atribuída aos judeus.

Em vista disso, o “cientificismo” que respalda o fascismo de um modo geral, embora existente, não se circunscreve na ótica racista com a mesma intensidade vista no arcabouço nazista. Hannah Arendt aponta para a tonalidade profética em que era moldado o “cientificismo” do fascismo. A mobilização das massas, através da atuação sobre o conjunto de crenças das massas desempenhou papel relevante aos movimentos fascistas. A criação das explicações “científicas”, junto à aura profética do líder, tornava as massas maleáveis à aprovação de ações a serem executadas.

Arendt enfatiza a penetração desta crença profética atuante mesmo no alto escalão do nazismo, portanto, não devendo ser enxergadas intenções como a manipulação cética e maquiavélica das massas em prol do regime.

Mas não se deve duvidar que a liderança nazista realmente acreditava em doutrinas como a que segue, e não as usava somente como propaganda: 'Quanto mais fielmente reconhecemos e seguirmos as leis da natureza e da vida, (...), tanto mais nos conformamos ao desejo do Todo-Poderoso. Quanto melhor conhecemos o desejo do Todo-poderoso, maior será nosso sucesso.'⁷⁰

⁶⁸FEST, Joachim. *op.cit.* p. 35.

⁶⁹ *Idem, ibidem.*

⁷⁰Ver memorando de Martin Borman sobre “A relação entre o nacionalismo e o cristianismo” em *Nazi conspiracy*, VI,

Entretanto, as profecias lançadas em discursos não poderiam, ou não deveriam, ser realizadas em curto prazo, caso contrário, os laços de fidelidade estabelecidos entre população e Estado – ou massa e líder - seriam rompidos, estagnando o movimento requisitado para a sobrevivência do fascismo. Era imprescindível para a saúde da ideologia o uso de promessas e do terror como prática política de organização, com a finalidade pedagógica de demonstração do poder do chefe.

Neste ponto o “cientificismo” fomentado pelos movimentos e regimes fascistas se aproxima da religiosidade cívica, mantendo a massa fiel e domesticada, a partir da confiança a-crítica no líder. Desta forma, a politização das massas realizada pelo fascismo, atraindo a população para dentro do movimento, e posteriormente para o interior do regime, foi crucial para o desenvolvimento político visto na Alemanha e na Itália.

As propostas fascistas, assentadas sob teorias de comprovação duvidosa, em lugar de promover o descrédito dos seus seguidores, apenas fortaleciam a fé da massa na onisciência do líder. A impossibilidade de atestar o prometido, no momento presente do discurso, tornava mais sólida a crença na divindade do chefe, portador da sabedoria para reger o destino da nação.

A propaganda totalitária aperfeiçoou o cientificismo ideológico e a técnica de afirmação profética a um ponto ignorado de eficiência metódica e absurdo de conteúdo porque do ponto de vista demagógico, a melhor maneira de evitar a discussão é tornar o argumento independente de verificação no presente e afirmar que só o futuro lhe revelará os méritos.⁷¹

Desta forma, a crença na realização da promessa feita estava assegurada pela divindade incorporada na liderança. Questionar uma ordem ou sentença proferida pelo líder, seria tão absurdo e inaceitável quanto cometer uma ação herética. Nos *dez mandamentos do Miliciano fascista*, redigido possivelmente entre os anos de 1925 e 1929 - período de consolidação das bases jurídicas do regime fascista – os três últimos desígnios possuem grande valor para demonstrar a sacralidade e a onisciência que revestiam o *Duce*: “8º-*Mussolini sempre tem razão*.; 9º-O voluntário não pode invocar atenuantes quando desobedece.; 10º-Uma coisa te deve ser querida mais que todas as outras: *a vida do Duce*.”⁷² Fica exposto que a imperfeição não pertencia à essência do *duce*, conforme apresentado no 8º mandamento. Logo, a desobediência e/ou erro dos milicianos deveriam ser punidos sem atenuantes. Afinal, de acordo com o 2º mandamento, “Os dias de prisão são sempre

1036 ss. apud. ARENDT, Hannah. *op.cit.* p. 394-395.

⁷¹ARENDT, Hannah. *op.cit.* p. p. 395.

⁷²ROUX, G. *Organização do Estado Novo Italiano: Estudo de Direito Político*. São Paulo: Saraiva & Cia. Editores, 1937. p. 106. (Grifo meu)

merecidos.”

Artifício similar pode ser encontrado no nazismo, ainda em sua forma de movimento. Hitler lança mãos da retórica profética em vários momentos, deixando registrados alguns destes em seu livro *Minha Luta*. O trecho que será exposto a seguir aborda uma das razões elencadas por Hitler para a perseguição aos judeus: “Os maiores conhecedores das possibilidades do emprego da mentira e da calúnia foram, em todo os tempos, o judeu. (...). Quem não reconhece essa verdade ou não quiser reconhecê-la, não poderá nunca concorrer a vitória da verdade nesse planeta.”⁷³

Por requirirem para si o posto de campeões do nacionalismo (visando a luta pelo expansionismo territorial sob o signo da italianidade, ou da “purificação” étnica, como é o caso do nazismo), o fascismo, ainda em sua fase de movimento, reveste-se de mecanismos para recriar a realidade interna do país. Frente às representações de uma nação imperialista, forte e dominante – portanto, distantes da realidade vivida -, os fascistas lidavam mal com o contexto de crise que vigorava sobre os países em que vieram a se instalar.

Desta forma, era imperativo para a sobrevivência das organizações fascistas, a substituição da realidade de fato - de debilidade política, falência econômica, endividamento externo - pela formada no seio do movimento. Esta re-criação da realidade cumpria a função de atrair simpáticos, conquistar fôlego político por via da adesão de novos militantes e, captação de investimentos provenientes de industriais, banqueiros e empresários que buscavam solução imediata para o fim da crise perseverante no país. Leandro Konder disserta sobre a incapacidade dos adeptos da ideologia fascista em conviver com a realidade de crise econômica e política:

Fascinados pelo mito de uma nação homogênea, 'perfeita', os fascistas se ligaram mal à nação concreta, despunham-se de depurá-la, violentavam-na. O artificialismo da retórica fascista corresponderia então, à inevitável falsidade dos sentimentos patrióticos por eles tonitroados. As formas intolerantes de devoção à pátria recorriam à ênfase formal para compensar o conteúdo rarefeito do conceito de Pátria na boca dos fascistas.⁷⁴

Embora a tônica socialista (em seu formato nacionalista) fosse presente no nome dos movimentos ou em suas propostas, não era intensão do regime fascista a dissolução das classes ou a expropriação da propriedade privada. A crítica anticapitalista era considerada em nível moral, direcionada ao individualismo e à “imoralidade antiestatal” - como refere-se Emilio Gentile – da burguesia.⁷⁵

⁷³HITLER, Adolf. *op.cit.* p. 174.

⁷⁴KONDER, Leandro. *op.cit.* p. 38.

⁷⁵GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 49.

O direito a propriedade era negado somente aos inimigos do Estado, em outras palavras, aos estrangeiros, aos próprios socialistas e aos judeus. A estes eram feitas outras sanções ainda mais graves (tal como visto nos guetos e campos de concentração, e nas prisões, devido a afiliação política), não correspondentes a medidas inscritas nos modelos teóricos de socialismo. A relação de cumplicidade entre fascismo e capitalismo se deu, nas palavras de Hobsbawm, nos seguintes termos:

Primeiro [o fascismo] eliminou ou derrotou a revolução social esquerdista, e na verdade, pareceu ser esse o principal baluarte contra ela. Segundo, eliminou os sindicatos e outras limitações aos direitos dos empresários em administrar sua força de trabalho. (...). Terceiro, a destruição dos movimentos trabalhistas ajudou a assegurar uma solução extremamente favorável da Depressão para o capital. (...). Finalmente, como já disse, o fascismo foi eficiente na dinamização e modernização das economias industriais - (...).⁷⁶

O “socialismo fascista” seria tomado pela perspectiva corporativa, onde a solidariedade e a unidade inter-classista prevaleceriam sobre a luta de classes acusada pelos marxistas. Deste ponto, o fascismo assume a postura de nacional-socialismo através da intenção de promover o *regime de produtores* - nomenclatura ambígua que atraía para o partido tanto empresários quanto o proletariado. “A fala fascista em favor de uma comunidade solidária, harmônica, sem conflitos, fundada em um *regime de produtores*, abria caminho para o estabelecimento de um vínculo dúbio, conscientemente manipulado, com o socialismo.”⁷⁷

Fica exposto que não era objetivo dos fascismos a eliminação das classes, mas sim a superação dos conflitos existentes entre elas, mantendo o modo de produção anterior (capitalista), buscando modificar apenas as relações entre patrão e operário, através da participação estatal nos sindicatos, absorvidos pelo governo. Algumas das propostas fascistas, conflitantes com o formato liberal tomado pelo capitalismo entre os finais do século XIX e início do XX, não eram justificadas a partir de uma possível simpatia política às esquerdas, mas como demonstrações tradicionalistas, visando angariar a confiança dos setores políticos e econômicos conservadores.

Contudo, não se pode referir à ideologia fascista como conservadora. Ao passo que construía retórica patriarcalista, preparando a sociedade para a devolução dos postos de trabalhos aos homens e chefes de família, não abriam mão do envolvimento das mulheres na mobilização po-

⁷⁶HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. p. 132.

⁷⁷SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Os Fascismos. op.cit.* p. 143. - Complementar a isto, José Luis Bendicho Beired afirma que “Em vez de interpelar os homens como cidadãos, o Estado fascista interpelava-os como produtores. Assim, ao invés de conflitos de classe, passava-se a ter a integração dos homens-produtores ao Estado, e a paz social no interior do corpo social.” BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 115.

-lítica pró-fascista. Esta restrição feita às mulheres ao mercado de trabalho – mas não à política – refletia a insatisfação dos fascistas quanto às mudanças culturais, sociais e políticas ocorridas na sociedade liberal durante a Guerra-Mundial. Embora este aspecto recupere parcialmente os anseios conservadores, Hobsbawm alerta que o fascismo

Enfatizava muitos *valores* tradicionais, o que é outro assunto. (...). Contudo, os movimentos fascistas – italiano e alemão – não apelavam aos guardiões históricos da ordem conservadora, a Igreja e o rei, mas ao contrário, buscavam complementá-los com um princípio de liderança inteiramente não tradicional, corporificado no homem que faz a si mesmo, legitimizado pelo apoio das massas, por ideologias seculares e às vezes cultas. O passado ao qual eles apelavam era uma invenção.⁷⁸

O culto à Nação na concepção fascista, estava associado às imagens ligadas a família, sendo, pois, os co-cidadãos irmãos entre si e filhos da grande pátria. Este vínculo estabelecido entre pátria e família, além de manter a coesão entre os compatriotas, promovia a dissolução das fronteiras entre o público e o privado. Wilhelm Reich descreve esta rearticulação implementada pelos nazistas:

As representações da pátria e da nação, são no seu núcleo subjetivo-afectivo, representações da mãe e da família. (...). Compreende-se assim, por que razão o nacional-socialista Goebbels escolheu, para epígrafe dos seus dez mandamentos do calendário popular nacional-socialista de 1932, (...), as palavras seguintes: “A pátria é a mãe da tua vida, não o esqueças.”⁷⁹

Aliada a estas modificações conceituais, que credenciam o acesso do Estado a domínios antes vetados aos governos liberais, há ainda na fase de movimentos, a construção de estruturas institucionais similares e concorrentes aos órgãos públicos. Se as instituições públicas possuíam escolas, polícia, e redes de assistência, os movimentos fascistas atuantes e mobilizados, possuíam escolas, polícia e redes de assistência fascistas. Desta forma, arbitrário a qualquer anticapitalismo, as classes foram preservadas, modificando apenas a função e a relação das mesmas entre si, ou seja, eliminando a luta existente através da inserção da nova ordem fascista.

Apenas a formação desta estrutura para-estatal dificilmente provocaria a queda do governo vigente e emergência de um Estado fascista. Todavia, a consolidação de uma organização paralela, assinala a perda da legitimidade do poder central. A partir destas reproduções de funções de domínio estatal os movimentos fascistas minam a legitimidade do Estado liberal. Esta copilação dos órgãos estatais permite a estruturação do Estado fascista clandestino, concorrente do governo legal.

A vantagem dos fascistas em recriar os órgãos do governo está na capacidade de reprodu-

⁷⁸HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. pp. 120-121. (Grifo do original)

⁷⁹REICH, Wilhelm. *op.cit.*. p. 56

-ção indefinida, mantendo a organização fluida e estável sem, no entanto, impedir a penetração de novos integrantes. Ao contrário do que ocorreria nas instâncias institucionais, a assimilação de maior número de componentes na estruturação fascista não a torna hipertrofiada ou lenta, mas permite a criação de novos estratos e graus de militância, alguns deles com funções similares, no intuito de concorrerem entre si pela fidelidade ao líder. Exemplo percebido por Arendt quanto ao funcionamento do partido nazista:

Toda história do partido nazista pode ser narrada em termos de novas formações dentro do movimento. A SA, as tropas de assalto (fundada em 1922), foi a primeira formação supostamente mais militante que o próprio partido; em 1926, foi fundada a SS como formação de elite da SA; três anos depois, a SS foi separada da SA e colocada sob comando de Himmler; Himmler levou apenas alguns anos para repetir o mesmo jogo dentro da SS: um após outro - e cada qual mais militante que o grupo anterior - vieram à luz, (...).⁸⁰

Diante desta ativa compartimentação interna, e pelo mistério em relação aos escalões hierárquicos, devido a reprodução sucessiva dos níveis de ordenação, o fascismo opera de forma semelhante às vistas em sociedades secretas. À medida que o militante subia de posto, a sensação era de obter maior acesso à liderança e ao segredo de todas as ascensões hierárquicas possíveis, dominado apenas pelo *fuhrer* ou pelo *duce* e seus funcionários mais próximos. O segredo mantido pelo topo da hierarquia fortalecia ainda mais o mito de onisciência e domínio dos destinos criado pelos líderes.⁸¹

Os mitos, tais como os rituais, cumpriam funções estratégica no interior do fascismo, não só promovendo nova representação do contexto vivido, como politizando as massas - à maneira fascista. Segundo Girardet; “O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetiva recusável do real. Mas a narrativa legendária, é verdade que ela também exerce função explicativa, (...), constituindo um criptograma do qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e acontecimentos.”⁸²

Enquanto os ritos teatralizavam a história e a interpretação oficial da ascensão fascista ao poder; o mito pregado pelo fascismo sob forma de regime, incentivava a homogeneidade das mas-

⁸⁰ARENDDT, Hannah. *op.cit.* p. 418.

⁸¹“Protegido pelos olhares externos, pela lei do segredo, a Organização impõe-se por outro lado, pelo rigor de sua compartimentação interna e sua estrutura hierárquica. A forma pela qual se apresenta, no mais das vezes, é de uma pirâmide com escalões e estritamente compartimentados: a cada escalão recentemente galgado corresponde para o homem do complô, um grau suplementar de conhecimento, de autoridade e de responsabilidade. No topo, para onde confluem todos os fios de todas as intrigas e de onde partem todas as palavras de ordem, assenta-se uma autoridade soberana, definida ao mesmo tempo como implacável e invisível.” GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 34-35.

⁸²*Idem*, p. 13.

-sas, dotando-as de organização interna e de coesão. As massas deveriam ser obrigatoriamente incorporadas aos rituais políticos, em razão do potencial pedagógico transmitido pelas liturgias fascistas.

A politização, no entanto, não significou a autonomia coletiva ao exercício de voz política no momento da tomada de decisões públicas. “Desde o início, o fascismo concebe a política como a manifestação da vontade de potência de uma elite que sabe plasmar a mentalidade da massa e criar, como um artista, novas realidades históricas.”⁸³ Portanto, a participação das massas na política era restrita à função de fonte de simpatia e apoio incondicional ao regime.

O mito assumiria seu papel essencial de articulação e organização aos indivíduos atomizados, instruindo-os a obedecer e comportarem-se de acordo com as ordens e vontade do líder. Todavia, o *fuhrer* ou o *duce* se colocavam como funcionários, perante os anseios populares, no intuito de manter a ficção da participação ativa do coletivo ao exercício do poder, e ligação do povo com o líder. É importante para a manutenção do regime totalitário, a aparência do líder como “funcionário das massas que dirige”, de modo a estabelecer um vínculo ficcional de cumplicidade entre quem governa e quem é governado.

Essencialmente, o líder totalitário, é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige; (...). Como simples funcionário, pode ser substituído a qualquer momento e depende tanto do 'desejo' das massas que ele incorpora, como as massas dependem dele. Sem ele, elas não teriam representação externa e não passariam de um bando amorfo; sem as massas, o líder seria uma nulidade. Hitler, que conhecia muito bem essa interdependência, exprimiu-a certa vez num discurso perante a SA: 'Tudo que vocês são, o são através de mim; tudo que eu sou, sou através de vocês.'⁸⁴

O chefe, segundo a religião cívica que se deseja empregar, por ser a corporificação das vontades e dos anseios das massas, era capacitado de amplos poderes através desta retórica mítica. Frente à reelaboração da realidade interna, o combate aos sistemas de crenças antecedentes à instalação do fascismo passou a ser foco de primeira necessidade para a confirmação da religião cívica pretendida pelo regime fascista. Mesmo para o fascismo italiano, onde tornava-se mais visível o pragmatismo, aproveitando-se de órgãos existentes para consolidar sua máquina estatal, era necessária a dissolução das crenças existentes antes da ascensão fascistas.

Exemplo observado sobre a intenção totalizante do culto ao *duce* ou ao *fuhrer*, e o esforço em difundir a liturgia do nacionalismo fascista é dado pela ênfase ao desenvolvimento e extensão do sistema de ensino estatal por todo o país, com maior uniformidade possível. A escola, tal como o

⁸³GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 31.

⁸⁴ARENDT, Hannah. *op.cit.* p. 375.

exército e a própria sociedade, possuem função estratégica na formação do cidadão para o Estado. A sistema de ensino, juntamente à família, é responsável pelas primeiras noções de identidade a serem inculcadas. É neste campo que se formam as orientações e códigos de pertencimento. A escola, pois, é lugar privilegiado para o início dos rituais de culto nacional e inserção dos mitos e ritos oficiais, visto que “O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto uma visão única de sua identidade, e uma visão idêntica de sua unidade.”⁸⁵

Destacado o papel estratégico das instituições escolares, constata-se a existência de organizações milicianas infantis fascistas, paralelas à instrução escolar, tanto alemãs (sendo a *Juventude Hitlerista* o exemplo mais conhecido) quanto italianas (com os *Balillas*). Há com isso a intenção de iniciar o indivíduo na cultura e na devoção do Estado ainda em fase infantil, para que o quanto antes os valores fascistas façam parte de sua personalidade. Assim, na Itália por exemplo, o processo de inculcação ideológica principia aos sete anos de idade da criança.

É após a escola oficial que as crianças são reunidas para receber a educação especificamente fascista, que ocupa três campos: o físico, o nacional e o moral. Praticam sports, recebem uma instrução militar e são educados segundo a nova doutrina. (...). O regimen fundou aquilo a que chama o “Livro de Estado”. Redigido e posto em dia por uma comissão especial, o Livro de Estado assegura a pura ortodoxia fascista.⁸⁶

Diante do pragmatismo da ideologia fascista, tais regimes, quando aberto o acesso ao Poder, assentaram-se sobre estruturas governamentais já consolidadas, conforme ocorreu com a utilização de alguns programas pré-fascistas de disseminação da língua italiana nas escolas, por Mussolini, no intuito de unificar o país. A monarquia, as Forças Armadas, a burocracia e a magistratura foram conservadas intactas diante do processo de *fascistização* da sociedade, entretanto, a instituição eclesiástica não contou com a mesma sorte. “Quanto a Igreja, ela representava indubitavelmente o maior obstáculo à pretensão do fascismo em controlar todos os aspectos da vida dos italianos, e constituiu o 'contrapoder' mais importante na sociedade política totalitária”.⁸⁷

Diante da proximidade geográfica entre Roma e o Vaticano, o fascismo italiano, mais que

⁸⁵BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 117. Em *Razões Práticas* Bourdieu reforça o potencial de dominação simbólica presente na escola, a partir de citação de Thomas Bernhard, onde há a seguinte passagem: “A escola é a escola do Estado, na qual transformamos jovens em criaturas do Estado, (...). O Estado me fez entrar nele obrigatoriamente, como fez com todos os outros, e me tornou dócil em relação a ele, (...).” BERNHARD, Thomas. *Mâitres Anciens (Alte Meister Komödie)*. Paris: Gallimard, 1988, p. 34. *apud*. BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução de: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 92.

⁸⁶ROUX, G. *op.cit.* pp. 120-121.

⁸⁷GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 40.

seu congênere alemão, viu-se obrigado a intensificar o culto de sua religiosidade secular. Embora a Itália fosse um país de população majoritariamente católica, o fascismo se colocou como concorrente em potencial do Vaticano pela influência sobre a mentalidade da população.

O culto a nação e à pátria em caráter devocional, e a transformação do *duce* em divindade secularizada eram os pontos fortes da nova religião estatal posta em movimento, sob a intenção de fazer frente ao perigo ideológico representado pelo Vaticano. Segundo relato de um contemporâneo,

Com o Fascismo, nasceu na Itália uma nova religião. Na verdade, nada tem de eclesiástica. (...). A divindade é a Pátria. (...). Lêde os jornais fascistas, em todas as páginas aparecem as expressões: Itália santa, Itália divina. Os mortos pela Pátria ou na Revolução dos Camisas-Negras são os mártires dum ideal de que eram apóstolos. Em sua honra erguem-se altares, ascendem-se chamas votivas, celebram-se ritos. (...). Finalmente, como todas as suas irmãs, a religião fascista julga possuir verdade inteira e absoluta. Um dos lugares tenentes do Duce, Bottai, ministro das Corporações, dizia-o ainda recentemente: “Assim como um católico não discute sua fé, também nos não discutimos os dogmas do nosso credo fascista.”⁸⁸

Na Itália a concorrência ideológica entre regime fascista e Igreja Católica fez-se explícita na tarefa de atrair discípulos. Recuperando o cenário cultural entre os últimos anos do XIX e anos iniciais do século XX, o território italiano era ameaçado constantemente pelo risco de fragmentar-se entre o Norte (industrializado) e o Sul (agrícola). As rupturas iam além das questões econômicas, abrangendo diversidades culturais e distinções entre os dialetos falados em diversas partes do país, sendo a instituição mais antiga e estável na Itália, a Igreja católica. O catolicismo era, portanto, a única tradição cultural de amplitude nacional em perfeito funcionamento.

Sob a unidade totalitária imposta pelo fascismo, as massas foram nacionalizadas e os conflitos de natureza cultural e econômico foram reduzidos. Os levantes que ocorriam nos campos no imediato pós-Guerra Mundial foram sanados, ou silenciados, em virtude da maior atenção dada pelo regime fascista às áreas agrícolas. “Arroteamento dos terrenos incultos, enxugo dos pântanos, melhoramento das técnicas agrícolas, instituição de cursos ambulantes, de combóios de propaganda, de laboratórios automóveis...”⁸⁹ Além destas medidas que beneficiavam, em sua maioria o campo, Mussolini dissolveu as agremiações sindicais existentes, recriando-as no interior do Estado Fascista. Tal medida privava os trabalhadores da liberdade de organização, da luta contra o patronato, da reivindicação por maior acesso aos direitos trabalhistas.

A partir destas alterações o fascismo adquiriu autonomia para modificar pontos importantes do “mundo do trabalho”. Foram tomadas medidas que incidiam sobre o sistema assistencial; sobre o

⁸⁸ROUX, G. *op.cit.* p.111.

⁸⁹*Idem*, p. 69-70

sistema previdenciário; no tempo de trabalho e; na regulação do tempo livre do trabalhador, através de sistemas de socialização organizados pelo governo de Mussolini, criando vínculos entre a massa e o Estado.⁹⁰

A unificação e pacificação da Itália, praticadas pelo fascismo não eram suficientes para assegurar a hegemonia interna. O catolicismo era a força a ser combatida, dentro e fora dos campos ideológicos. Nas primeiras décadas do século XX, a hierarquia católica inseria-se com maior vigor na vida política italiana, com ligas operárias próprias que por vezes sobrepujaram, em número de integrantes, as agremiações socialistas. Retomando, Robert Paris informa que em meados do ano de 1919 “As Ligas 'brancas', católicas, com perto de um milhão de adeptos, prevaleciam sobre os socialistas, que contavam com setecentos e cinqüenta mil elementos.”⁹¹ Porém, a partir da ascensão do fascismo ao poder, e com a incorporação das agremiações sindicais pelo Estado, a Igreja Católica assistiu a paralisação de seus anseios em estender-se à sociedade civil, para além de suas fronteiras convencionais.⁹²

O fascismo criou escolas, jornais, propaganda entre outros veículos de disseminação do poder, que foram suplantando seus concorrentes, tornando-se único nos campos em que disputava posições. Atento aos italianos que se encontravam fora do país de maneira permanente, o governo pensava formas de estender suas áreas de influência para alcançá-los.

Algumas das soluções para atingir os emigrados foram encontradas através da criação e da ampliação dos *fasci all'estero*, dos *dopolavoro all'estero* e das *Casa d'Italia*. Estas instituições possuíam função de ressocialização dos italianos residentes em outros países, com sua pátria mãe, através de festividades, cultos fascistas e obras assistencialistas, disponibilizando ambulatórios, refeitórios, colônia de férias, maternidades.

Nas Casas d' Italia que o fascismo fez surgir de um canto a outro do mundo, o italiano, qualquer que seja sua condição (social), encontra atmosfera da fraternidade mais acolhedora entre a gente de sua própria raça e que sabe compreendê-lo e ajudá-lo quando necessário. Nelas ou próximo a elas serviços médicos gratuitos ou semi-gratuitos e ambulatórios, serviços de assistência da infância e da maternidade (oferecidas pelos *fasci femminini*), seções *dopolavorísticas*, onde se cultivam todas as diversões sadias, grupos de ginástica, bandas musicais, grupos filodramáticos e, onde é necessário, cozinhas populares gratuitas, estão disponíveis.⁹³

⁹⁰GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 50.

⁹¹PARIS, Robert. *op.cit.* p. 73.

⁹²BEIRED, José Luis Bendicho. *op.cit.* p. 117.

⁹³BASTIANI (1939, pp. 62-63), citado em GUERRINI (1994, p. 386). *apud.* BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes e o Brasil, 1922-1943*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História (IFCH/UNICAMP), 1998. p. 45

Entretanto, nas obras de assistência o governo fascista necessitou de maiores esforços para se consolidar vitorioso, tanto dentro quanto fora da Itália. Considerada a grande variedade e especificidade destas instituições, algumas deles de forte caráter antifascista (tais como as existentes na Argentina, na França e na Bélgica⁹⁴) era inviável utilizar-se da estratégia recorrente - criação de concorrentes fascistas, com funções similares às instituições a serem fechadas; tecer sabotagens à estrutura destas organizações em disputa com o regime fascista. Optou-se pela incorporação das obras assistencialistas. As conquistas se deram de forma progressiva, porém, lenta, iniciando pela expansão sobre as entidades de cunho patriótico, ou àquelas sensíveis a chantagens financeiras.

Houve o avanço do governo sobre as associações dentro e fora do território italiano. Tais instituições de apoio e auxílio social deveriam se submeter de modo completo ao governo fascista – algo engenhoso, pois assim o Estado desfrutava do controle da entidade sem que precisasse investir financeiramente na mesma, além do que, poderia se beneficiar com o sucesso da organização assistencialista, ou fechá-la sem maiores problemas caso fosse necessário, evitando grandes desgastes a sua imagem. Segundo João Fábio Bertonha,

O alvo privilegiado desta ofensiva fascista eram as organizações católicas de ajuda ao imigrante, sendo o caso mais emblemático o da *Opera Bonomelli*, organização católica que sofreu tamanha pressão do regime, que a Igreja decidiu pelo seu fechamento em 1927, para evitar seu subordinação ao fascismo.⁹⁵

Constata-se que embora houvesse casos de colaboração entre organizações católicas e governo fascista, muitas delas, por persistirem insubordinadas acabaram por extinguirem-se, por ordem do governo ou do papado, no intuito de evitar que o assédio fascista convertesse alguma das organizações da Igreja, subvertendo-as em proveito do regime.

Preocupação semelhante, porém de menor proporção, foi desempenhada pelo nazismo, na intenção de fortalecer a ficção interna, a partir da criação de sua mitologia política. Há na Alemanha o reforço das crenças germânicas, atribuindo-lhes função explicativa para ações executadas por seções das tropas de assalto do nazismo. Assim, os distúrbios sociais causados pelos surtos de violência e terror, eram legitimados, em parte, através da tradição e enraizamento mítico-religioso germânico.

O terceiro Reich não teve de criar seus mitos fundamentais: pelo contrário, foi tal-

⁹⁴Sobre as associações italianas, ver: BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes e o Brasil, 1922-1943*. p. 42-46

⁹⁵*Idem*, p. 42.

-vez a mitologia germânica, ressuscitada no século XIX, que deu sua forma, seu espírito, suas instituições a uma Alemanha que se tornava magnificamente maleável devido a desgraças sem precedentes; foi talvez por ter antes sofrido em trincheiras assombradas pelo fantasma de Siegfried que Adolf Hitler pode conceber, forjar, exercer uma Soberania tal qual nenhum chefe germânico concebeu desde o reinado fabuloso de Odin.⁹⁶

Na esteira oposta ao fascismo italiano, que recrudescer sua religião política no intuito de combater a fé católica, no caso alemão houve a diluição dos sistemas de crenças pré-existentes ao arcabouço do nazi-fascismo. Mesmo a perspectiva religiosa visando o combate ao povo semita era refutada, de modo a suavizar e minimizar qualquer culto litúrgico que não fosse o controlado pelo Estado. Adorno e Horkheimer expõem que “O anti-semitismo racista quer se abstrair da religião. Ele afirma que se trata da pureza da raça e da nação. Os nacional-socialistas notaram que os homens há muito deixaram de se preocupar com a salvação eterna”⁹⁷.

Ao passo que Mussolini rivalizava-se com a Igreja católica, com o objetivo de sobrepujá-la, e torná-la menor em relação ao fascismo, Hitler lançou mãos da instrumentalização da fé, para projetar seu caminho político profético. Enquanto Mussolini procurava a ruptura com os sistemas de crenças em vigor, para a instalação do culto fascista, Hitler utilizava-se da fé espiritual como suporte retórico para traçar sua trajetória de líder escolhido. O *fuhrer* age através da subversão do uso da fé, utilizando-a para fins políticos, instrumentalizando-a, alterando a relação de devoção e sacralidade entre homem e fé.

A fé, auxiliando o homem a elevar-se acima do nível vulgar, contribui em verdade para a firmeza e segurança de sua existência. Tome-se a humanidade contemporânea a sua educação apoiada nos princípios de fé e da religião na sua significação prática, quanto à moral e aos costumes, eliminando-a e sem substituí-la por outra educação de igual valor, e ter-se-á em consequência um grave abalo nos fundamentos da existência humana. *E deve ter-se em mente que não é só o homem que vive para servir os altos ideais, mas que também, ao contrário, esses altos ideais pressupõem a existência do homem.* (...). A conversão da representação ideal de uma concepção do mundo da máxima veracidade em uma fé política e em uma organização combativa definida e centralizada, pelo espírito e pela vontade é o serviço mais importante, pois o feliz resultado desse trabalho dependem exclusivamente as possibilidades de vitória de uma idéia.⁹⁸

Quanto à preocupação dos alemães estabelecidos em países estrangeiros, tal como na Itália fascista, foram estabelecidos órgãos de assistência e veículos de disseminação da cultura germânica

⁹⁶G. Dumézil. *Mythes et Dieux des Germains*, Paris, 1939. *apud.* GINZBURG, Carlo. *Mitologia Germânica: sobre um velho livro de Georges Dumézil.* in GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (p.181-206). p. 185.

⁹⁷ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 164.

⁹⁸HITLER, Adolf. *op.cit.* p. 289-290. (Grifo meu)

para o exterior. Ana Maria Dietrich evidencia formas de comportamento e de organização dos alemães assentados no Brasil, entre os quais, os membros da sede brasileira do partido nazista. Sobre estes últimos, Dietrich sublinha que

Tais grupos tinham um perfil sectário, não desejando se envolver com a sociedade brasileira como um todo e com a política local, daí a estreiteza da relação entre imigração e o partido. A divulgação das idéias e a participação nas atividades e associações estavam restritas a um público bastante específico: os alemães e seus descendentes.⁹⁹

Similar às *Casa d'Italia* estas sedes do partido nazista, espalhadas por 17 estados do Brasil entre as décadas de 1930 e 1940, segundo Dietrich, “comemoravam datas festivas do III Reich, organizavam-se em clubes, escolas e publicavam jornais em língua alemã.”¹⁰⁰ Portanto, a mesma preocupação de Mussolini em manter os vínculos dos italianos emigrados como a Itália e com o fascismo, era percebida no caso do nazismo a partir da extensão dos braços do partido nazista para além dos territórios alemães.

Todavia, a relação entre os colonos alemães e seus descendentes, com as sede do partido nazista não estavam isentas de conflitos e tensões, diante do fato de que nem todos teuto-brasileiros eram afiliados, ou se sentiam representados pela autoridade nazista. O ponto alto destas tensões foi sentido a partir das demandas dos alemães imigrantes por participação política. Dietrich afirma que “Os adeptos do 'germanismo brasileiro' queriam eleger governantes que protegessem seus interesses. Isto viria contra a política da não-interferência na política local, uma das premissas instituídas pelo partido nazista.”¹⁰¹

O impasse atraiu a atenção do governo alemão. Foi emitido entre os dias 28 e 29 de julho de 1938 um memorando regulamentando as normas de conduta que deveriam ser seguidas pelos alemães e seus descendentes, na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai. Este documento estabelecia restrições e sugestões de comportamento visando a segurança dos colonos alemães em terras estrangeiras, assim como a manutenção da boa relação diplomática entre os respectivos países sul-americanos e a Alemanha. Neste documento consta que:

Providências devem ser tomadas sôbre o seu uniforme e para a perfeita obediência em tôda a parte. Devem ser consideradas revogadas, por esta nova instrução, quaisquer outras, contraditórias, sôbre o uso da saudação alemã, do uniforme e das

⁹⁹DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo do Oiapoque ao Chuí: a distribuição dos grupos nazistas no Brasil dos anos 30* (p. 17-28). in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 19.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 18.

¹⁰¹ *Idem*, p. 24.

insígnias do partido, a ostentação da bandeira, etc., particularmente em escolas.

Os grupos da juventude constituem um importante alvo de ataque e de perigo. (...). Treiná-los nos grupos da juventude vai frontalmente contra a política básica sobre as populações dos países sul-americanos.¹⁰²

No entanto, a aspiração por disseminar o mito político-religioso em escala nacional é considerado pelos fascismos apenas a partir do momento em que alcança sua fase madura. Antes disso, há outras características da ideologia fascista que devem ser consideradas, porém, imperceptíveis ao ser fixada a análise do pensamento fascista quando este assume formato de regime político. Portanto, há de ser feito breve apanhado a respeito de alguns movimentos anteriores ao fascismo italiano e alemão, que influenciaram-nos de maneira marcante em seus arcabouços teórico-doutrinários e em suas ações políticas.

Edvard Benes identifica o fascismo como um movimento de posição reacionária em relação a ordem existente. Em primeiro instante, era desprovido de qualquer tonalidade doutrinária que pudesse identificá-lo com algum posicionamento ideológico.¹⁰³ Tal indiferença às posições doutrinárias tornou possível a construção de arcabouço teórico heterogêneo quanto à natureza de suas fontes. Esta ausência de posicionamento ideológico inicial possibilitou a incorporação de novos elementos teóricos ao longo da formação dos movimentos.

Juan Linz oferece definição do fascismo calcando delimitações a partir da negação (anti-liberal, anti-parlamentar, anti-socialista) como fator ideológico relevante - mesmo que somente este aspecto não funcione como elemento definidor, sendo necessária a observação mais ampla de outros vetores.

O fascismo é tudo isso desde que se ligue a tradição nacional histórica real ou imaginada, *não comprometido com uma continuidade conservadora em relação ao passado recente*, ou um mero retorno reacionário a ele, mas orientado para o futuro. Aquelas instâncias negativa são uma conseqüência lógica para o fato de ele ser um movimento tardio na cena política, tentando tomar lugar dos partidos marxista, liberal, socialista e clerical e arrebanhar seus simpatizantes. Elas são também fruto do nacionalismo exacerbado que rejeita o apelo da solidariedade de classe através de fronteiras nacionais e põem em seu lugar a solidariedade de todos aqueles envolvidos na profusão em uma nação contra outras nações, apoderando-se da noção de nação proletária, os países pobres contra as plutocracias ricas, que era por acaso naquele tempo também poderosas democracias.¹⁰⁴

¹⁰²MEMORANDO DA REUNIÃO EM MONTEVIDÉU DOS CHEFES DE MISSÃO NA ARGENTINA, BRASIL, CHILE E URUGUAI, EM 28 E 29 DE JULHO DE 1938. 6903/E518244-56. in. *O III Reich e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editôra Laudes S.A., 1968. p. 105.

¹⁰³BENES, Edvard. *Democracia de Hoje e de Amanhã*. Tradução de Jiri Reiszman. Rio de Janeiro: Editôra Calvino, 1945. p. 124-125.

¹⁰⁴LINZ, Juan. *Regimes Autoritários*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira. in. O' DONNEL, Guillermo [et al.]. *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (p. 119-189). p. 193 (Grifo meu).

Nas palavras de Robert Paris o fascismo de Mussolini deve muito de sua estrutura doutrinária à Associação Nacionalista Italiana (ANI). Após ser incorporada ao regime em 1923, a ANI forneceu maior sofisticação teórica à ideologia fascista italiana. Nascida em dezembro de 1910, a Associação Nacionalista Italiana surgia com proposta já consolidada, ao contrário do fascismo: “Da mesma maneira que o socialismo tirara o proletariado do sono e o tornara capaz de 'ditar sua classe às outras classes', o nacionalismo, substituindo a luta de classes pela 'luta das nações', deveria, segundo Corradini, suscitar na Itália 'a vontade da guerra vitoriosa'.”¹⁰⁵

O incentivo nacionalista ao expansionismo e ao imperialismo, significou para o fascismo enriquecimento de sua retórica, justificando o pragmatismo calcado na emoção, na vontade e nos instintos, presentes na ideologia italiana e comum às congêneres. Benes acentua que o fascismo está inserido em uma corrente autoritária que tomou força no pensamento político europeu, posterior ao fim da Grande Guerra. Benes disserta que para este sistema autoritário que encontrou corpo mais robusto no fascismo,

(...) a vida humana é apenas uma luta, luta entre indivíduos, entre classes, entre entidades sociais coletivas, entre os países e as nações. Se a luta constitui fator essencial do desenvolvimento social da humanidade, é a força bruta que finalmente decide. Se a força bruta constitui elemento decisivo na vida social, todas as forças materiais tem função primária na vida humana. Sob aspecto metafísico, isso significaria que a base de toda existência é material e não espiritual.¹⁰⁶

A aversão ao socialismo e o incentivo à *luta entre as nações* - ambos aspectos saídos da retórica *nacionalista* * -, em adição ao materialismo pragmático apresentado pelo fascismo, desde sua criação, encontraram ressonância entre os setores burgueses e médios da sociedade italiana, simpatia que não se repetiu no proletariado. Era difícil, do ponto de vista do operariado, mobilizar esforços de alguma forma, em prol da causa imperialista, visto que esta intenção traria, diretamente, poucas mudanças em seu benefício.

Outro grupo incorporado pelo fascismo, importante para a estruturação estética e doutrinária do movimento de Mussolini, foi o *Futurismo*. As palavras de incentivo à violência; à renovação política a partir da inserção da jovialidade¹⁰⁷ e o fechamento do Senado tomado pela aristocracia tradicional, substituindo-o, tal como posto em prática por Mussolini nos anos de 1928-29¹⁰⁸, podem

¹⁰⁵PARIS, Robert. *op.cit.* p. 29

¹⁰⁶BENES, Edvard. *op.cit.* p. 120.

*Nacionalista está sendo usado aqui no sentido de proveniência da Associação Nacionalista Italiana.

¹⁰⁷No quarto tópico do Manifesto do Partido Futurista encontra-se a seguinte proposta: “Substituiremos o Senado por uma Assembléia de jovens de menos de trinta anos, eleitos pelo Sufrágio Universal.” Manifesto do Partido Futurista. *apud.* PARIS, Robert. *op.cit.* p. 89.

¹⁰⁸“Um outro passo importante nesta direção é dado nos anos de 1928-29, com a lei de 17 de maio de 1928, nº 1019 sobre a reforma da representação política, que atribuiu aos sindicatos e a outras associações reconhecidas a proposta dos candidatos à Câmara dos Deputados: os candidatos eram sucessivamente selecionados pelo Grande Conselho fascista,

ser encontrada no futurismo como fonte de inspiração.

Os surgimentos da ANI e do Movimento Futurista estão compreendidos na primeira década do século XX, não por acaso, intervalo em que a Itália participa de maneira mais vigorosa do imperialismo mundial, com a conquista de Tripolitânia. A experiência de Marinetti na região conquistada proporcionou ao líder do movimento futurista grande fascínio, declarando em seu Manifesto Futurista: “Queremos glorificar a guerra, única higiene deste mundo, o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas idéias pelas quais se morre...”¹⁰⁹

A apologia feita por Marinetti e seu movimento ao militarismo não estava restrita ao campo retórico. O futurismo contava com formações milicianas denominadas *arditi*. Estas formações desempenharam papel relevante nos primeiros dias após a fundação do movimento dos *fasci di combattimento* por Mussolini, uma vez que constituíam a organização mais próxima à hierarquia militar. Grande parte dos componentes do *fasci*, envolvidos no atentado terrorista ao *Avanti!* em abril de 1919, eram também participantes do *arditi* liderado por Ferruccio Vecchi.¹¹⁰

Outro foco de derivação absorvido pelo fascismo, este de efeito mais ritual que teórico, está em Gabriele D'Annunzio. D'Annunzio, em 1919, possuía maior reconhecimento popular na Itália que Mussolini e seu movimento fascista. Além dos poemas e peças teatrais de forte conteúdo crítico à vida cotidiana e política italiana, D'Annunzio tornou-se célebre pelo constrangimento diplomático que proporcionou entre a Itália e o recém criado Estado da Iugoslávia, após a Grande Guerra.

“Em setembro de 1919, D'Annunzio liderou um bando de nacionalistas e de veteranos de guerra num assalto ao porto adriático de Fiume, que os autores do Tratado de Versalhes haviam dado ao novo Estado da Iugoslávia.”¹¹¹ Após consolidada a vitória, D'Annunzio proclama a *República de Carnaro* no território ocupado. A república d'annunziana era regida por governo marcial de inclinação às massas, com passeatas uniformizadas, e saudações ao estilo romano com braços estendidos e gritos de guerra.¹¹² Após o fracasso de D'Annunzio em Fiume, Mussolini herda parte de seus militantes e seu aparato simbólico teatral, presente nas marchas uniformizadas e nas saudações ao modo romano em cumprimento ao líder.

Gentile vem a caracterizar o fascismo italiano: “Nascido como movimento 'anti-partido' nacionalista e libertário, o fascismo absorve durante seu crescimento, ideologias e mitos de direita e

que compilava a lista única nacional a ser submetida ao juízo plebiscitário dos eleitores, também estes selecionados segundo o 'censo do trabalho', que podiam aprová-lo ou rejeitá-lo, sem poder de escolha individual.” GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 37-38.

¹⁰⁹MANIFESTO FUTURISTA de 22/02/1909 *apud*. Enciclopédia do Século XX. Marinetti, Filippo Tommaso. 5º vol. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/Editora Expressão e Cultura, 1972. p. 1304.

¹¹⁰PARIS, Robert. *op.cit.* p. 50-51.

¹¹¹PAXTON, Robert. *op.cit.* p. 107

¹¹² *Idem*, p. 106-107.

de esquerda, ostentando seu desprezo pelo sistema doutrinário e pensamento político formal.”¹¹³ Embora sua avaliação seja restrita ao movimento desenvolvido na Itália, o exame pode ser expandido ao o fascismo como um todo.

São conhecidas as influências de teor racial sofridas por Hitler, ainda nas primeiras décadas do século XX, através das leituras da revista *Ostara*¹¹⁴, de von Liebenfels, e acentuada nos campos de batalha e, pela derrota alemã na Grande Guerra, situando como um dos culpados pela derrocada os judeus. Além da penetração do conteúdo racial presente na Alemanha desde início do XIX, no arcabouço doutrinário de Hitler, há no nazismo, tal como no fascismo italiano, as apropriações dos partidos de esquerda. Em *Mein Kampf* afirma-se que “A cor vermelha de nossos cartazes, foi por nós escolhida, após reflexão exata e profunda, com o fito de excitar a Esquerda, de revoltá-la e induzí-la a freqüentar nossas assembléias; isto tudo nem que fosse só para nos permitir entrar em contato e falar com essa gente.”¹¹⁵

Conforme visto, a flexibilidade do fascismo em aceitar membros provenientes de diferentes tradições de pensamento e experiências foi importante para sua formação e trato político com as camadas sociais, atingindo todos os setores da pirâmide societária. Este fato forneceu vantagem sobre os partidos tradicionais da Itália e Alemanha, que possuíam propostas ancoradas em uma clientela fixa, seja ela as camadas aristocráticas ou o proletariado de esquerda. “Enquanto os demais partidos identificavam-se firmemente com um único interesse, uma única classe ou um único enfoque político, os fascistas conseguiram prometer alguma coisa a todos.”¹¹⁶

A permeabilidade dos movimentos fascistas em aceitar integrantes de posturas ideológicas tanto de esquerda quanto de direita, representou ganhos, e algumas perdas (que foram contornadas sem muitos problemas) em relação às formações partidárias presentes. Bernstein, em artigo, disserta sobre as diferenças entre as propostas contidas nos programas políticos, consolidadas em reuniões entre dirigentes políticos, e as promessas feitas em meio ao calor dos discursos. A este respeito o autor conclui que entre a carta-programa e os discursos partidários às massas, o intervalo existente é o responsável pela mediação política dos partidos e suas intenções políticas.

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então ao domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codi-

¹¹³GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 24.

¹¹⁴“Hitler visitou ocasionalmente Lanz para conseguir alguns números atrasados que faltavam em sua coleção. Aparentemente dedicou-se com fervorosa atenção ao exame da doutrina de Liebenfels, mas lhe deixou a impressão de um moço modesto e retraído.” FEST, Joachim. *op.cit.* p. 35

¹¹⁵HITLER, Adolf. *op.cit.* p. 361.

¹¹⁶PAXTON, Robert. *op.cit.* p. 117

-ficada. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que tem como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhe é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas da população.¹¹⁷

Entretanto, diante da heterogeneidade de teorias, pensamentos e propostas absorvidos pelos fascismo, não há meios de se estabelecer um programa rígido de governo, e futuramente segui-lo. Desta forma, frente à inexistência de uma proposta política sólida, a mediação dissertada por Bernstein fica restrita ao discurso aberto às massas, sem a fixação das pautas de governo em suporte sólido.

Parte da justificativa da flexibilidade política assumida pelos movimentos e partidos fascistas, pode ser encontrada na ausência de um programa político oculto pré-estabelecido.¹¹⁸ Esta flexibilidade ideológica pode ser exemplificada através da proposta de *nacional-socialismo*, abrangendo as pautas políticas da direita, com seus anseios nacionalistas e, ao mesmo tempo, atraindo integrantes das esquerdas, com sua indumentária superficial de socialismo.

Sem um programa rígido e frente à sua abstração ideológica, os fascismos na Itália e na Alemanha aliam-se e utilizam de meios particulares aos sistemas liberais para ascender ao poder. O fascismo italiano reveste-se por maior duração da roupagem liberal, utilizando de ferramentas políticas já existentes para instalar-se no poder, criando em seus anos iniciais, uma ditadura de perfil autoritário. Por isso, percebe-se entre os anos de 1922-1924 grande crise interna ao Partido Nacional Fascista (PNF), diante da variedade de vozes políticas abrangidas pelo movimento, como apoio em sua ascensão política, e conseqüentemente, absorvidas pelo regime.

Diante da aparente unidade que revestia o PNF, as instâncias patrocinadoras da emergência fascista ao poder fracionavam a autoridade e a organização dos antigos *fasci*. Composto por um agregado de interesses diversos, o fascismo italiano era tomado por correntes de diferentes nuances internas (normalizadores, revisionistas, dissidentes e intransigentes), na discussão de um projeto de governo para o futuro do país.¹¹⁹

¹¹⁷BERSTEIN, Serge. *Uma situação contrastada: Descrédito e Fecundidade*. in. RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996 (p. 57-97). p. 61.

¹¹⁸“Às vésperas da tomada do poder, respondendo a todos que desejavam saber qual é o programa do seu movimento (já transformado em partido), ele esclarece singelamente: 'O nosso programa é simples: queremos governar a Itália.'” (*Opera Omnia*, vol. XVIII, p. 416. *apud.* KONDER, Leandro. *op.cit.* p. 33.). Na Alemanha, “Hitler apresentou um programa (os 25 pontos de Fevereiro de 1920) e o proclamou imutável, embora passando por cima de muitos de seus dispositivos. Embora os aniversários do programa fossem celebrados, ele era menos um guia para ação do que um sinal de que o debate havia sido encerrado dentro do partido.” PAXTON, Robert. *op.cit.* p. 41.

¹¹⁹Após Mussolini ascender ao poder, há a dissolução do *squadristo*, colocando-o na clandestinidade, além de implementar a reestruturação dos quadros de liderança do partido. Estas medidas causam a insatisfação dos fascistas intransigentes quanto aos rumos da “revolução”. “Os intransigentes e os esquadristas estavam convencidos de que a política de Mussolini, sustentada por coadjuvantes moderados e sobretudo pelos nacionalistas, que afluíram ao PNF com a dissolução de sua associação em 1923, teria levado à liquidação da 'revolução fascista' em proveito exclusivo das classes dirigentes.” GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 33-34.

As diversas correntes de pensamento que faziam parte do *regime* fascista, externas ao movimento, conspiravam pelo enfraquecimento e imediata dissolução do *Partido Único*. Mussolini consolida seu poder pessoal diante dos choques que ocorrem no interior da esfera central de poder, entre as forças tradicionais (monarquia, exército, poder econômico, *élites* sociais e institucionais) e a ala intransigente do PNF, mantenedora do ímpeto revolucionário. Com a inserção do esquadrismo na clandestinidade o partido perde seu braço armado, tornando-se fragilizado em relação ao Estado, enfraquecendo sua relativa autonomia. Portanto, os anos iniciais do governo fascista, assentado sobre as forças tradicionais presentes na Itália antes da “Marcha sobre Roma”, foram tomados pelo aspecto autoritário-carismático em lugar da ditadura de moldes totalitários, como fora empregada posteriormente.

O pragmatismo próprio aos regimes fascistas, inibia-os substituir instituições liberais por algo originalmente fascista, de forma tal que, parte do aparato administrativo e jurídico do governo anterior fora preservado. Outra contradição entre o discursos e a prática fascista está no teor anti-capitalista presente nestes movimentos. Conforme visto anteriormente, o fascismo italiano projetou-se a partir da retórica de proteção aos interesses dos produtores agrícolas latifundiários prejudicados com as medidas políticas tomadas pelos membros do PSI no poder. Hobsbawm afirmar que na Itália

O fascismo foi mais claramente um regime calcado no interesses das velhas classes dominantes, que surgira como uma defesa contra a agitação revolucionária do pós-guerra, do que como na Alemanha, como uma reação aos traumas da Grande Depressão e à incapacidade do Governo Weimar em enfrentá-los.¹²⁰

Todavia, como pode ser demonstrado, o nazismo, mesmo sofrido menor pressão externa, não subiu ao poder ileso de intervenções e auxílios dos grandes capitalistas, combatidos no discurso nacional-socialista. São significativos os nomes dos capitalistas – Fritz Thyssen (investidor no nazismo desde 1923), Fritz Springorum (indústria química, contribuinte de Hitler desde 1931), o banqueiro Emil Meyer entre outros¹²¹ - e o montante de capital injetado no Partido Nacional-Socialista, como demonstração de simpatia por estes integrantes do capitalismo, fornecendo a possibilidade do nazismo em chegar ao poder.

Wilhelm Reich disserta que: “O nacional-socialismo serviu-se, em função dos diferentes objectivos da sua propaganda, de meios diferentes e fez promessas diferentes conforme as camadas sociais a quem se dirigia. Assim, por exemplo, na primavera de 1933, a propaganda chamou a aten-

¹²⁰HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. p. 131-132

¹²¹KONDER, Leandro. *op.cit.* p. 19.

-ção para o carácter revolucionário do movimento nazi porque queria conquistar os operários da indústria, e celebrou o Primeiro de Maio após ter tranquilizado a nobreza em Potsdam.”¹²²

Buscou apresentar nesta seção as heranças teóricas imediatas, herdadas e incorporadas pelos fascismos alemão e italiano, no intuito de situá-los no período compreendido pela onda nacionalista que assolou a Europa entre os anos iniciais dos séculos XIX (com a derrota de Napoleão Bonaparte) e XX (acirramento dos conflitos imperialistas e das relações diplomáticas entre as potências europeias). Acompanhado deste intuito, tentou se demonstrar as relações heterodoxas que eram estabelecidas entre fascismos, capitalistas e conservadores, na formação de alianças políticas, visando a aceitação fascista pela opinião pública. Outro ponto em que se procurou focar foi a fundação, pelos regimes fascistas, da religião cívica – com a criação de mitos, rituais e crenças próprias - rivalizando-se com a religião católica.

A relação pouco amistosa entre Vaticano e os regimes fascistas será marcante para compreender o fracasso desta ideologia de extrema-direita em países como Portugal e Espanha, onde a Igreja tradicionalmente desempenhou forte atuação política e social, excedendo os campos seculares a ela delimitados. Os regimes autoritários que subiram ao Poder nestes dois países serão examinados no próximo capítulo.

¹²²REICH, Wilhelm. *op.cit.* p. 37.

2- ALÉM DOS FASCISMOS: OUTRAS ALTERNATIVAS DE EXTREMA-DIREITA NO ENTRE-GUERRAS (PORTUGAL E ESPANHA)

Este capítulo se firmará na tentativa de organizar parâmetros de comparação entre os regimes totalitários de direita e a via autoritária de Poder. Estas balizas serão delimitadas frente à compreensão dos regimes Salazarista e Franquista como não-pertinentes ao fascismo, embora constatadas organizações e formações institucionais similares às vistas nos regimes italiano e alemão; contudo, insuficientes para a inserção de Espanha e Portugal no grupo de países que tiveram regimes fascista. Serão observados neste capítulo os seguintes pontos: a relação da Igreja com as instâncias políticas e sociais dos governos de Espanha e Portugal; a infiltração das elites tradicionais no interior das ditaduras que emergem, inviabilizando o domínio totalitário destas; assim como o tratamento de Salazar e Franco ao seu corpo de governo e com a massa de governados, no intuito de restringir-lhes acesso ao Poder.

Alguns países em crise no primeiro pós-Guerra Mundial, em virtude dos resultados do conflito ou por causas anteriores à deflagração bélica, ofereceram campo de difícil acesso para a ideologia fascista se lançar à luta pelo Poder. Juan Linz afirma que, o sucesso desfrutado por grupos de extrema-direita totalitária em países como Itália e Alemanha, foi minoritário em outros territórios onde o fascismo se aventurou, sendo requisitadas várias componentes para que o modelo se consolidasse como alternativa ao momento de colapso dos sistemas político e econômico liberais.¹

Compreende-se o fascismo no período de 1918-1939, como apenas uma das opções políticas que se evidenciaram, diante do contexto de acentuação dos choques entre as idéias de cunho totalitário/autoritário e a concepção liberal de regimento governamental. Todavia, entre estes dois paradigmas político-ideológicos, desenvolveram-se níveis graduais de exercício do Poder, mais próximos ou mais distantes de alguma destas alternativa.

Sabendo que o objeto desta pesquisa se apega às concepções de Plínio Salgado para o integralismo - movimento de tonalidades autoritária e totalitária, com aberto diálogo à ideologia fascista -, busca-se analisar governos que, à medida que optaram por combater o modelo liberal em suas relações econômicas, políticas e sociais, não aderiram por completo à visão de mundo particular aos fascismos.

Frente à extensão e heterogeneidade das formas de governo autoritárias que surgiram duran-

¹LINZ, Juan. *op.cit.* p. 198.

-te a Primeira Guerra Mundial ou no intervalo das duas guerras mundiais, optou-se por explorar regimes ditatoriais que se fixaram na porção ibérica da Europa. A escolha de examinar os governos autoritários do Portugal salazarista e da Espanha de Franco se faz por razões ligadas à análise do integralismo de Plínio Salgado.

A lusofilia é presente na constituição intelectual do líder da AIB, justificando a atenção que será dada ao regime de Oliveira Salazar. Há características do salazarismo que permeiam pontos importantes na teoria de Salgado, porém são ofuscados pelas similaridades também existentes com os fascismos. Neste sentido, é válido esgotar as alternativas possíveis de apropriação e releituras doutrinárias feitas por Plínio Salgado, considerando seu contato com os fascismos (principalmente a versão italiana), mas levando em conta as contribuições à formação teórica de Salgado, que vão além da ideologia dos países centrais do Eixo.

É relevante lembrar os laços amistosos mantidos pelo líder da AIB com Portugal, estando por duas vezes no país - uma em viagem como tutor do filho de Souza Aranha pela Europa (1927-1930), e outra em exílio (1938-1945). Relatando suas experiências na primeira viagem à Europa, Salgado escreve que:

Vira a renovação política da Turquia, o fascismo na Itália, lera uma vasta literatura comunista que circulava em Paris, estudara a social democracia alemã, (...), observara a anarquia dos espíritos na Espanha e a nova ordem em Portugal, e tudo me mostrava a morte de uma civilização, o advento de uma nova etapa humana.²

Em parte que caberá ao exame do salazarismo, a análise irá até o final da Segunda Guerra. A escolha do recorte temporal é feita devido à mudança de postura política que o regime português veio a sofrer quando, visando a simpatia dos órgãos internacionais (ONU, FMI, BID), houve a preocupação consciente de remodelação institucional, eliminando focos de *fascização* incorporados nos anos de progressivo crescimento do potencial econômico, político e bélico nazi-fascista*.

Quanto ao franquismo há a intenção comparativa entre os regimes autoritários e suas diferenças com o fascismo como ideologia, a partir das alianças internas e externas. Portanto, haja vista a forte contribuição dada por Hitler e Mussolini à Guerra Civil Espanhola, no intuito de reprimir as forças opositoras ao general Francisco Franco (republicanos, anarquistas, socialistas, entre outros demais), o regime autoritário espanhol viu-se fortemente ligado às forças do Eixo, mesmo sem, no entanto, a adesão completa ao fascismo.

O ponto que aborda o potencial *fascizante* do regime espanhol gera polêmicas. Consultada a

²SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. In. *Obras Completas*. Vol. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 20.

*cf: PASCHKES, Maria Luiza de. *A Ditadura Salazarista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

bibliografia historiográfica, é frequente encontrar abordagens que interpretam o Franquismo como governo fascista. Respaldo-se em textos de autores como Juan Linz, no entanto, há correntes de pesquisa que se opõem a esta postura, optando por entender o regime espanhol pelo conceito de *autoritarismo*.

According Linz, the Francoist dictatorship was an 'authoritarian' regime in which 'political families' – Catholic, Monarchist, Falangist, Carlist, and the army – shared power. Although Franco was the supreme referee, the 'families' were allowed a limited autonomy within the political system. (...). Linz and his followers have been harshly – and not always honestly – attacked their account, mainly by Marxist historians and sociologists who categorize Francoism as a 'Fascist' regime. [“De acordo com Linz, a ditadura Franquista foi um regime 'autoritário' em que 'famílias políticas' – Católica, Monarquista, Falangista, Carlista, e militar – compartilharam o poder. Embora Franco seja a referência suprema, às 'famílias' foi possibilitada autonomia limitada com o sistema político. (...). Linz e seus seguidores tem atacado severamente – e nem sempre honestamente – a avaliação, principalmente de historiadores e sociólogos marxistas, quem categorizam Franquismo como um regime 'Fascista'.”] [Tradução nossa]³

Antes de explorar os tipos autoritários pretendidos, é pertinente pontuar que mesmo sem assistir a fixação ideológica do fascismo em sua forma plena e totalizante, Portugal e Espanha, situados na periferia dos centros ideológicos*, tenderam a incorporar e manipular alguns traços pertencentes a estes pólos de irradiação doutrinária. Embora haja a pretensão destas regiões “periféricas”, em tornarem-se regimes** totalitários em seu domínio político, a ditadura autoritária foi uma realidade predominante, devido à existência de instâncias de cooptação e inculcação anteriores à inserção fascista naquele ambiente social.

Em alguns países, o campesinato católico, a classe média e mesmo alguns operários, tinham se identificado com partidos clericais e/ou democracias-cristãs na defesa da religião e encontravam na doutrina social da Igreja uma resposta a muitos

³ CAZORLA-SANCHEZ, Antonio. *Dictatorship from Below: Local Politics in the Making of Francoist State, 1937-1948*. in. *The Journal of Modern History*. Chicago: University of Chicago Press, 1999 (p. 882-901). p. 883-884. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3003926>. Acesso em: 13/10/10.

* Expressão retirada de: LINZ, Juan. *op.cit.* p. 126.

**Optará aqui pelo termo *regime* em lugar de *governo* para que seja sublinhado o potencial de penetração, na vida da sociedade, a partir destas formas de exercício do poder, cerceando a manifestação política de interesses que entram em conflito com estes regimes autoritários. Guillermo O'Donnell, em explicação a respeito do conceito diz: “Entendo por regime o conjunto de padrões realmente vigentes (não necessariamente consagrados jurídica ou formalmente) que estabelecem as modalidades de recrutamento e acesso aos papéis governamentais, bem como os critérios de representação com base nas quais se formulam expectativas de acesso a tais papéis.” (O'DONELL, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Tradução de Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 29.) Classificação similar é exposta por Linz: “Falamos antes de regimes autoritários do que governos para indicar a relativamente baixa especificidade das instituições políticas: eles frequentemente penetram na vida da sociedade, impedindo, ainda que à força, a expressão política de certos interesses de grupo (...) ou modulando-os através de medidas intervencionistas semelhantes as dos regimes corporativistas.” LINZ, Juan. *op.cit.* pp. 122-123.

problemas para os quais o fascismo pretendia ser uma resposta.⁴

Por se manifestar como fenômeno tardio nestas regiões, o fascismo teve de buscar alianças com setores políticos hegemônicos. A partir desta estratégia, para ser aceito, torna-se ideologicamente diluído em razão das concessões feitas aos grupos em condição de concorrer pelo Poder. A Igreja católica foi um dos obstáculos para a institucionalização do fascismo como forma de regime. Nos países ibéricos os empecilhos persistiram frente ao restabelecimento do diálogo do Estado com a Igreja a partir da deposição dos governos liberais, vigentes na Espanha e em Portugal.

A partir da Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, o Vaticano busca recuperar a influência política perdida com a secularização implementada pelos governos liberais aos assuntos políticos. Em Portugal, por exemplo,

Durante os primeiros anos da República [década de 1910] deram-se várias tentativas de restaurar a Monarquia e o Rei no exílio continuou a representar, para um reduzido mas altamente mobilizado sector, a principal referência. A Igreja Católica, por outro lado, sofrendo as desventuras do anticlericalismo republicano, constituiu outra fonte de legitimação das alternativas autoritárias.⁵

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, desde o século XIX o poder eclesiástico inicia esforços por convencer os poderes seculares “(...) de que o enfraquecimento da Igreja, sob influxo das idéias liberais, fora um erro, pois a religião era a única capaz de derrotar o socialismo.”⁶ Opondo-se ao liberalismo e ao socialismo, a Igreja ocupa o lugar reivindicado pelos fascistas para oferecer-se como solução aos problemas internos.

As condições para o fascismo se desenvolver em determinada região ou país, conforme visto anteriormente, são: o temor generalizado dos setores burgueses diante dos sucessivos levantes e ascensão do “perigo vermelho”; seguido por um indissolúvel cenário de crises políticas, e inflação acentuada; tentativas e derrotas de revoluções sociais de esquerda; e *progressivo processo de atomização dos indivíduos* - requisito relevante para a emergência de partidos totalitários em condição de formação de sua massa de seguidores, para a disputa pelo poder. A importância da atomização na formação dos movimentos totalitários é retrata por Arendt, ao assinalar a necessidade dos indivíduos afetados neste processo em tornarem-se parte de algo, sentirem-se pertencentes e protegidos por um grupo, deixando de ser uma unidade para compor o conjunto:

⁴LINZ, Juan. *op.cit.* p. 197

⁵PINTO, António Costa. “*Caos e Ordem*”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010 (p. 39-54). p. 40.

⁶MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p. 167-168.

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. (...). Não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais – família, amizade, camaradagem – só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencem ao partido.⁷

O processo de atomização dos indivíduos nos Estados ibéricos foi interrompido pela forte influência da Igreja católica, que oferecia acalento e solidariedade nos momentos de crise, mantendo a coesão social e antecedendo, neste ponto, à ação fascista. As dificuldades em se atingir todas as camadas sociais, ênfase às camadas subalternas, de modo satisfatório para se erigir um movimento de moldes totalitários, acabou por levar agrupamentos fascistas marginais a confrontarem-se com as ditaduras no poder, sendo derrotados e desaparecendo; quando não optaram por alinharem-se, corroborando com o *status quo* dos regimes autoritários em que estiveram subordinados.⁸

Todavia, a redução do fascismo ao papel de coadjuvante à constituição do aparato autoritário de governo não anula as apropriações da ideologia fascista, pelas ditaduras no Poder. Retomando à citação de Juan Linz: “Certamente os regimes autoritários na periferia dos centros ideológicos tendem a imitar, a incorporar, a manipular estilos ideológicos dominantes.”⁹ Sob esta perspectiva, há similaridades na consolidação do poder político, entre os modelos autoritários e totalitários, feitas as devidas considerações.

Os *Partidos Únicos*, são bons exemplos das fronteiras existentes entre os fascismos italiano e alemão, e as ditaduras ibéricas. Tais estruturas de poder estão presentes em ambos regimes de exceção, no entanto, o *Partido Único* é mais ativo nos fascismos, em relação ao salazarismo, por exemplo. Juan Linz aponta para algumas distinções neste ponto:

O partido único, com frequência (...) [é] um partido baseado mais na função de elementos diferentes do que num único corpo disciplinado. Geralmente tais partidos [em regimes autoritários] são uma criação de cima mais do que de base, instaurados pelos grupos no poder, em vez de serem instrumentos de conquistas do poder, como nos sistemas totalitários.¹⁰

Conforme será visto, os aspectos culturais e sociais disponíveis em Portugal, assim como a inclinação de certos elementos das Forças Armadas à política, influenciaram na opção por regimes autoritários, como forma de conter as instabilidades políticas internas naquele país. Sobre a ascen-

⁷ARENDR, Hannah. *op.cit.* p. 373.

⁸LINZ, Juan. *op.cit.* p. 198

⁹*Idem*, p. 126.

¹⁰*Idem*, p. 124.

são de fórmulas autoritárias, tem-se que esta é precedida por momentos políticos de democracia liberal, seguida por níveis de mobilização das camadas sociais conservadoras, insatisfeitas com o contexto conjuntural, apoiando elementos antiliberais e antidemocráticos ao golpe político.¹¹ Ao contrário dos movimentos totalitários, estes elementos respaldados pelos setores tradicionais da sociedade, quando alcançam o poder se manifestam, segundo Juan Linz, como:

Sistemas políticos com pluralismo limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, de mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns pontos de seu desenvolvimento, e no qual um líder ou, ocasionalmente, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas na realidade bem previsíveis.¹²

2.1 – REGIMES AUTORITÁRIOS EM PORTUGAL (1917-1945)

Conforme explicitado na introdução deste subitem, os marcos temporais serão aqui compreendidos dentro das balizas de 1917, com o ascenso da breve ditadura de Sidónio Pais (1917-1918), e 1945. Embora a última trave deste recorte leve em consideração o fim dos fascismos como forma de governo, e seja indubitável a influência sofrida pelo salazarismo por estes regimes centrais, o Portugal de Salazar guarda consigo aspectos que não permitem sua inserção, de maneira satisfatória, na classificação conceitual do fascismo típico-ideal.

Como será visto a seguir, salvo melhor juízo, o Portugal pós-1918 (ano da morte de Sidónio Pais e retorno do governo republicano liberal) reunia condições desfavoráveis para a instauração de um regime totalitário, tal como o fascismo propunha-se - o que não implica na inexistência de tentativas de movimentos fascistas em tomar o Poder. Organizações fascistas existiram em boa parte da Europa do entre-guerras, tendo como representante português de maior relevância o Nacional Sindicalismo, chefiado pelo ex-participante e um dos fundadores do Integralismo Lusitano, Rolão Preto.

Portugal, ainda sob vigência monárquica nos anos iniciais do século XX, demonstrava aversão ao liberal-republicanismo. Valores como a manutenção da hierarquia social encontrados na imprensa católica lusitana, confrontavam-se diretamente com o parlamentarismo e a democracia, inscritos no modelo político liberal. A Encíclica *Rerum Novarum* de 1891 possuía grande aceitação na sociedade portuguesa do início do XX. Na carta papal há a contestação da mentalidade surgida através da Revolução Francesa, vista como manancial do pensamento materialista a ser combatido,

¹¹ LINZ, Juan. op.cit. p. 155.

¹² *Idem*, p. 121.

encarnado no liberalismo e no socialismo.

O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles [os homens das classes inferiores] uma protecção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. (...). Os *Socialistas*, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado.¹⁴

Ainda com estas oposições, a Revolução Republicana de 1910 consolidou-se vitoriosa como alternativa política ao modelo monárquico, que vinha sofrendo pressões internas do parlamento, visando reduzir a autoridade real. Tal desmobilização do poder imperial arrastava-se por longa data. Fora sentido pela casa dinástica portuguesa de Bragança, já em 1820 o perigo trazido pela Revolução Liberal, exigindo que o rei D. João VI retornasse à Portugal pós-período Napoleônico, para assumir a monarquia constitucional, que atribuía poderes bastante reduzidos ao imperador, em relação aos antes vistos.¹⁵

Foi através destas tensões políticas que em 1910 a Coroa sucumbiu diante da Revolução Republicana. Todavia, em razão do longo domínio exercido pela monarquia, bem como do anti-liberalismo predominante, a vigência republicana sofrerá forte oposição. Para António Costa Pinto “A Revolução Republicana foi um fenómeno político precoce que abriu Portugal para os dilemas da democratização e da política de massas do século XX.”¹⁶

A secularização política trouxe ao governo republicano a rejeição da Igreja Católica. A adoção ao liberalismo provocou também, o repúdio dos monarquistas que ainda estavam na política. Outro aspecto negativo foi sentido com a maior abertura econômica e menor controle do mercado, requisitados pelo liberalismo, acentuando o fosso existente entre a população camponesa empobrecida e a magra camada urbana que comportava igualmente suas divisões sociais.

¹⁴ Papa Leão XIII. *Encíclica Rerum Novarum*. (Grifo do original). Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 01/06/10

¹⁵“A inquietação sobre destino da nação [portuguesa] e o compromisso com sua regeneração serviram também de ocasião para que se apresentasse como nacionais as preocupações, os interesses e os objetivos corporativos de diferentes categorias sociais, como negociantes, magistrados, intelectuais e militares. Essa momentânea articulação entre interesses diversos, e que a questão da relação com o Brasil e como o governo do Rio de Janeiro assumia importância crescente, encontrou uma linguagem política e uma base para ação comum num conjunto impreciso de idéias nacionais e liberais, que em boa parte serviam apenas para racionalizar uma ávida aspiração de mudança. Essa aspiração acabou por conduzir à Revolução Liberal de 1820.” PEDREIRA, Jorge. *Economia e Política na Explicação da Independência do Brasil*. in. MALERBA, Jurandir (org.). *A independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006 (p. 55-97). p. 84.

¹⁶PINTO, Antonio Costa. *op.cit.* p. 40.

O limite da tolerância social e política para com o republicanismo foi rompido com a entrada de Portugal na Grande Guerra Mundial em 1916. A justificativa da participação do país no conflito estava na esperança de retomar possessões coloniais ocupadas pelos alemães, colocando-se então ao lado da Inglaterra, sua aliada histórica. Outras questões ocupavam plano secundário nas motivações para a entrada na guerra, tais como o despertar patriótico, a ativação do orgulho nacional e, com isso, a tentativa de legitimação do regime republicano, em princípio de crise. Entretanto, as condições econômicas e sociais internas não eram favoráveis ao esforço de guerra. A inadequação estrutural para o envolvimento bélico emergiu sob forma de instabilidades internas. A conturbação pôde ser percebida pelos integralistas lusitanos - movimento surgido como reação à instauração da República, em 1913

O movimento torna-se organização política no mesmo ano da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Segundo Fernando Martins, esta modificação no status do Integralismo Lusitano significou a transformação de simples idéias políticas, em um “proto-partido”. A modificação no estatuto do Integralismo Lusitano proporciona a ampliação de suas ambições, almejando “agir e intervir junto ao poder formalmente constituído ou a constituir-se.”¹⁷

Às divergências políticas sobre a permanência de Portugal no conflito, somavam-se as crises de abastecimento e a crescente mobilização operária, potencializada pela carestia dos recursos para a subsistência. Tais fragilidades internas abriram espaço para a experiência autoritária substituindo o republicanismo.

Sobe ao Poder Sidónio Pais, ex-militar e membro dos setores conservadores da sociedade¹⁸, apoiado pelos partidos tradicionais¹⁹. A meta inicial de seu programa de governo era a retirada de Portugal da guerra. Progressivamente Pais colocaria sua ditadura personalista em movimento, expulsando alguns líderes republicanos do país, rompendo com a constituição de 1911, e buscando a reaproximação com a Igreja.

Sidónio tentou implantar um modelo autoritário-presidencialista e plebiscitário. Consequente a estes esforços, fundou o Partido Nacional Republicano (PNR) - esboço de partido único. Após adquirir respaldo popular, em boa parte promovido pelas entidades eclesiásticas, o di-

¹⁷ MARTINS, Fernando. *op. cit.* p. 92.

¹⁸ PINTO, Antonio Costa. *op.cit.* p. 40.

¹⁹ Retomando Linz, “Em regimes autoritários, os homens que chegam ao poder refletindo as opiniões de vários grupos e instituições, não tiram sua força apenas do apoio daqueles grupos, mas da confiança neles colocada pelo líder ou pelo grupo governante, que certamente leva em consideração seu prestígio e influência. Eles tem uma espécie de base eleitoral que se pode chamar de base eleitoral em potencial, mas essa não é a única nem a principal fonte de seu poder. A constante de co-opção de líderes é o mecanismo através do qual diferentes instituições ou setores se tornam participantes do sistema, o que contribui para que a elite apresente certa heterogeneidade do ponto de vista da experiência pregressa e carreira: um pequeno número de políticos profissionais ou homens que fizeram carreira em organizações estritamente políticas, contingentes maiores recrutados na burocracia, entre as elites tecnocráticas, no Exército e algumas vezes em grupos religiosos.” LINZ, Juan. *op.cit.* p. 123-124.

-tador implanta o sufrágio universal, sendo eleito presidente sem grandes dificuldades. Sob seu governo, fora do PNR, apenas os monarquistas e os católicos possuíam representação no parlamento. A justificação da preservação destes setores se fundamenta no apoio dos monarquistas desde a articulação do golpe, ganhando portanto a chefia de inúmeras instituições dentro do governo, como forma de retribuição.

Os católicos focavam sua simpatia ao ditador por razão semelhantes, ou seja, o anti-republicanismo e o antiliberalismo defendido por Pais, contrastante com o anti-clericalismo da Constituição de 1911.²⁰ Em vista do seu antiparlamentarismo Sidónio Pais colocou em prática um sistema de governo antiplutocrático, fazendo oposição às oligarquias partidárias. Contudo, o ditador não teve oportunidade de executar todos os projetos esperados por seus aliados, sendo assassinado em 1918 - um ano após assumir o poder - por um antigo sindicalista rural.²¹

Após sua morte as Forças Armadas declaram-se neutras nas disputas políticas pelo Poder, sendo o governo retomado pelos republicanos. O assassinato de Pais rompe com a unidade formada sob liderança carismática, retornando a série de turbulências políticas e sociais, acentuadas pelas atuação operária, mobilizada e sob a orientação da Confederação Geral dos Trabalhadores, criada em 1919.

Apenas em 1920, Portugal assistiu a ascensão e queda de nove presidentes, e mais cinco no ano seguinte. Neste quadro de instabilidade, de 1910 (ano de início do governo republicano) a 1926 (ano de seu fim) passaram pela presidência de Portugal quarenta e cinco governantes, e não menos que cento e noventa e três ministros²². Em meio à instabilidade política e social, torna tentador o retorno à via autoritária. Segundo Costa Pinto, “A perspectiva de intervenção militar e o apelo da elite conservadora fizeram dos militares os actores centrais da queda da democracia (...)”²³ Algumas tentativas de golpe foram realizadas sem sucesso, porém em 1926 o regime republicano sucumbiu aos apelos autoritários.

Oliveira Salazar não estava no grupo de articulação golpista, tampouco participou dos primeiros anos de governo militar. A maior proximidade que manteve do Poder entre os anos de 1926 e 1928, foi a recusa ao convite em ocupar a Pasta de Finanças, por analisar a situação financeira do país como bastante insolúvel, sendo reconsiderado em 1928, sob fortes concessões em proveito de Salazar. Antes de assumir o Ministério das Finanças, Oliveira Salazar ocupava a cadeira de Direito Econômico pela Universidade de Coimbra. Suas atividades durante o período republica-

²⁰PINTO, Antonio Costa. *op.cit.*. p. 40-41 .

²¹Idem, p. 41.

²²PASCHKES, Maria Luiza de. *op.cit.* p. 12.

²³PINTO, Antonio Costa. *op.cit.* p. 41-42.

-no, segundo Costa Pinto, eram inscritas aos horizontes definidos pelo movimento católico social, do qual manteve contato através do Centro Acadêmico de Democracia Cristã (CADC - organização de estudantes católicos), e posteriormente pelo Centro Católico Português (CCP) sendo um dos dirigentes, e eleito deputado pela legenda em 1921.²⁴

No momento em que Oliveira Salazar reconsidera a oferta de Ministro das Finanças, o cargo é aceito a partir de negociações, tendo adquirido poderes mais amplos em relação aos demais ministros. Tal abertura dada a Salazar permitirá, de 1928 a 1932, o progressivo controle da Ditadura Militar apoiando-se sobre setores estratégicos da sociedade portuguesa, como a Igreja e contingentes das Forças Armadas (integrantes do CCP). Mesmo diante deste respaldo, e surgindo como nome importante para o saneamento econômico, Salazar não é visto como herói nacional, tampouco como liderança carismática, priorizando a tecnocracia ao contato com as massas.

Salazar mantinha, ao contrário de Mussolini e Hitler, tratamento frio com os demais ministros e conselheiros estatais. Embora ocupasse vários ministérios, optou por aqueles estratégicos para a manutenção de sua autoridade e saúde do regime. Assumindo a pasta das finanças de 1928 a 1940, Oliveira Salazar acumulou o Ministério das Relações Exteriores a partir de 1937, até 1947, e sob a preocupação de manter o controle militar ocupou o Ministério da Guerra de 1936 a 1944.²⁵ Portanto, mesmo lançando mãos de organizações similares às vistas no fascismo, Salazar afastou a utilização do carisma como forma primeira de legitimação de seu poder.

A institucionalização do partido único foi concretizada em Portugal no ano de 1930, porém sua função foi diversa da vista nos correlatos italiano e alemão. A versão portuguesa, denominada de União Nacional, foi destituída de papel relevante na participação governamental. No fascismo italiano, por sua vez, o partido é responsável pela politização popular e atração das massas para o interior do movimento e, posteriormente do regime. O PNF (Partido Nacional Fascista) adquiriu tamanha importância dentro do regime italiano, que levou Mussolini a suspender sua autonomia.

No período da secretaria de Roberto Farinacci (fevereiro de 1925 – março de 1926), o PNF vive seu período de mais ativa autonomia em relação ao governo. Farinacci reconstruiu a organização do partido em base unitária e disciplinar, tentou lhe restituir a função de movimento revolucionário na política de fascistização do Estado através da radical eliminação das oposições e do regime tradicional. (...). Todavia, o projeto totalitário de uma 'política do partido', que devia atribuir ao PNF a função de artífice da construção do Estado Novo fascista,

²⁴PINTO, Antonio Costa. *op.cit.* p.42.

²⁵PINTO, António Costa. *Elites, Single Parties and Political decision-making in Fascist-era Dictatorship*. In. *Contemporary European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 (p.429-454). p. 432. Disponível em:<http://journals.cambridge.org/action/displayFulltexttype=1&fid=115020&jid=CEH&volumeId=11&issueId=03&aid=115019>. Acesso em: 01/06/10.

foi levada a falência por Mussolini.²⁶

A União Nacional (Partido Único português), ao contrário, possuía apenas a função de “seleccionar os elementos para a Câmara dos Deputados e para a administração local e assegurar alguma legitimidade às 'eleições não-competitivas' que regularmente se realizavam”.²⁷

Todavia, ainda que posto em prática o Estado ditatorial, Salazar via como necessária a aparência democrática do governo, através do estabelecimento do sufrágio universal e direto na eleição para presidente da república, assim como a existência da Assembléia, imbuindo o regime de aparente liberdade ao poder legislativo. Contudo, por trás desta “participação popular”, o partido único se mantinha e zelava pelo exercício seletivo prévio às eleições.

Nas eleições que ocorriam, estavam contidos apenas os candidatos que eram vinculados ao partido único e aprovados pelo Estado. Opondo-se ao superficial estatuto democrático, estava o controle estatal aos meios de comunicação de massa, submetendo as propagandas políticas à supervisão e controle do Estado. Da mesma forma, era restrito o acesso a prédios públicos e às urnas no momento de apuração dos votos, em outras palavras, não existiam meios de assegurar a veracidade dos resultados eleitorais.²⁸

A estrutura corporativa do regime era outra forma de legitimar-se, interferindo na organização da sociedade, no sistema de crenças popular e nas formas de ensino e educação. A estrutura hierárquica, *vertical* e *linear*, contrária a vista no totalitarismo fascista – *piramidal*, com várias organizações *paralelas, e concorrentes entre si* – contribuía para a disseminação do culto ao Estado, em lugar da valorização do líder em si. Devido à sua característica tecnocrática, Salazar era visto como o mantenedor e funcionário do Estado, evitando a imagem de “herói nacional”, criada na Itália e na Alemanha nazi-fascistas.

Segundo Paschkes, “O corporativismo fundava-se nas 'relações naturais' entre os homens: no parentesco (família), na residência (município) e na profissão (associação, corporação). A isto Salazar denominava de 'ideal de nação organizada', onde o Estado deveria confundir-se com a nação.”²⁹ Para que esta ordem vigorasse, o Estado salazarista contava com o aparato de inculcação, que se fazia presente ora entre organizações de formação da mulher e da mãe para o Estado Português (OMEN - Obra das Mães para a Educação Nacional; e o correlato fascista, porém com funções distintas, MPF – Mocidade Portuguesa Feminina)³⁰; ora na criação de concursos populares,

²⁶GENTILE, Emilio. *op.cit.* pp. 34-35.

²⁷PINTO, António Costa. “*Caos e Ordem*”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. p. 43.

²⁸PASCHKES, Maria Luiza de. *op.cit.* pp. 18-19

²⁹*Idem*, p. 23.

³⁰COVA, Anne & PINTO, António Costa. *Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa*. Disponível em: www.penelope.ics.ul.pt/indicespenelope_2121_07_DMelo.pdf Acesso em: 01/09/2010.

que incentivavam o imaginário nacional de um Portugal mítico, agrário e formado por pequenas aldeias.

O projeto cultural do salazarismo procurou uma 'restauração sistemática dos valores da tradição'. Conseqüentemente, maior atenção foi dada a temas de caráter etnográfico e folclórico que passou por uma verdadeira revitalização. (...). Concursos como 'a aldeia mais portuguesa de Portugal' e a Exposição do Mundo Português procuraram reproduzir formas tradicionais e hábitos da população não só no território português como em todo o 'Império'. Outro aspecto importante foi a promoção do cinema que, com clara vocação popular, valorizava os 'sadios valores da honestidade cristã e da família pobre, mas honrada'.³¹

A reforma educacional posta em prática por Salazar, junto à cristianização, eram componentes estratégicos na formação do Estado Novo “ideal”, sintetizado através do lema “Deus, Pátria, Família, Trabalho.”³² Muito distante da formação educacional fascista, apegada à “(...) mística combatente e imperialista, foram os valores de resignação e obediência e, sobretudo, uma sociedade 'orgânica' que desconhece o conflito, por um lado, e a política, por outro, reservada que estava a uma elite paternalista chefiado por Salazar, que caracterizaram o novo ensino primário.”³³

Todavia, Salazar procurava reforçar a aceitação de seu regime, através da instrumentalização de mitos e ritos, aproximando-se da fascistização das formas de governo após a instauração do Estado Novo nos anos 1930.

Realizará então um peculiar casamento de valores nacionais de matriz integralista e conservadora com as influências radicais e fascizantes recebidas da Guerra Civil de Espanha e do triunfal ascenso dos fascismo e do hitlerismo no Europa, ainda que este segundo componente possa sentir, (...), menos ao nível dogmático de seus conteúdos, mas sobretudo no tocante à definição dos alvos e instrumentos, dos métodos e da iconografia que acompanha seu enunciado e inculcação.³⁴

Tal respaldo mitológico se firmava a partir da manipulação, apropriação e atualização do folclore português em prol do regime. Imagens como o *corporativismo como ordem natural das coisas*; a *ruralidade como essência portuguesa*; o culto à *pobreza honrada* e a *fé católica como matriz essencial do nacionalismo português* eram alguns dos mitos recorrentes na propaganda do

³¹MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: alguma interpretações*. in. LOCUS: revista de história. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História/Departamento de História, 2007 v.13, n.02 (p.9-31). p. 24.

³²COVA, Anne & PINTO, António Costa. *op.cit.* p. 81.

³³*Idem, ibidem.*

³⁴ROSAS, Fernando. *O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo*. In Revista Análise Social. Lisboa: Universidade de Lisboa. Vol. 35. 2001 (p. 1031-1054). p.1033. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>. Acesso em: 01/09/10.

regime como reforço mental à obediência e resignação popular.³⁵ Fernando Rosas explora sete destes mitos, entre os quais quatro são citados acima.

Portugal era visto como país essencialmente agrário, sendo a terra o principal meio de enriquecimento nacional, retomando ao pensamento social medieval, onde o homem estaria ligado à propriedade rural. Esta aliança entre homem e o solo seria intermediada pela sociedade, integrando-o, tal como o corpo, que une harmonicamente seus membros e órgãos distintos. Desta forma, o liberalismo e sua dedicação ao mercado e à indústria, eram vistos como atentado às tradições portuguesas, fundadas na pequena aldeia e na pequena propriedade.³⁶ Fugindo do recorte de análise estabelecido (1917-1945), em 1953, Salazar dizia, para o I Plano de Fomento, que “aqueles que não deixam se obcecar pela miragem do enriquecimento indefinido, mas aspiram, acima de tudo, uma vida que embora modesta, seja suficiente, sã e presa à terra, não poderiam nunca seguir por caminhos onde a agricultura cedesse à indústria.”³⁷

Esta fala de Oliveira Salazar remete a outros dois tipos de mito: o culto à *pobreza honrada* e ao *corporativismo como ordem natural das coisas*. A principal vantagem deste primeiro mito, o da pobreza honrada, está na naturalização da condição de modéstia econômica, vendo-a como elemento da identidade nacional. Disseminava-se assim o conformismo com a miséria, desencorajando manifestações e choques inter-classistas.

Evidente é que as lutas de classes não eram evitadas apenas pela resignação proposta pela identidade da pobreza ao nacionalismo português. A intenção de eliminar os conflitos sociais era subsidiada pela estrutura corporativa que estendia-se sobre os sindicatos. Esta incorporação sindical pela máquina estatal era vantajosa para o regime, visto que o Estado dotava-se de agilidade em detectar focos de liderança sindical, podendo desta forma, estabelecer negociações com as partes insatisfeitas, ou debela-las de forma violenta. Havia, igualmente, a facilidade de cooptar os elementos agitadores para o interior do Estado a partir de vantagens individuais, estabelecendo uma nova formação de elites sociais, através da reorganização econômica. Paschkes afirma que “A estrutura corporativa de Salazar representou, portanto, um novo arranjo de classe dominante portuguesa como alternativa ao capitalismo liberal e ao socialismo, para conduzir e desenvolvimento de seus interesses econômicos.”³⁸

O corporativismo salazarista foi ajudado, em grande medida pela Igreja, intimamente ligada às instituições estatais, após a criação do *partido único* português que incorporou, entre outros parti-

³⁵ROSAS, Fernando. *op.cit.* p. 1032-1035.

³⁶MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *op.cit.* p. 13-15

³⁷SALAZAR, António Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*. vol. V. Coimbra: Editora Coimbra, p. 104. *apud.* ROSAS, Fernando. *op.cit.* p. 1035.

³⁸PASCHKES, Maria Luiza de. *op.cit.* p. 22.

-dos, o Centro Católico Português (CCP). Com este movimento de expansão do Estado sobre a organização católica, ao contrário do que se presenciou no fascismo italiano, a Igreja católica assumiu o controle ideológico dos setores da sociedade rural tradicional.

Quando Salazar institucionalizou seu Estado Novo e o seu Partido do Centro Católico foi dissolvido, pressupondo a sua integração no partido único, apontou para a hierarquia da Igreja a tarefa de 're Cristianização' do País, após décadas de secularização liberal e republicana, fechando por desnecessária, a esfera política, e abrindo-lhe a esfera social e religiosa.³⁹

O regime salazarista revelou-se coerente com a Encíclica *Rerum Novarum*, diante da crítica ao individualismo liberal e à fragmentação da sociedade (dividida entre senhores dos meios de produção, e trabalhadores explorados) disseminada pela luta de classes. O corporativismo português associou-se de maneira harmoniosa ao catolicismo e suas intenções sociais. Nas palavras de Cova & Pinto “A presença fortíssima do clero na direção efectiva nos núcleos do movimento seria, aliás, elemento dissuasor de tensões com o regime, por parte de sectores mais 'sociais', que no entanto, se viriam a verificar ocasionalmente.”⁴⁰ Sobre a Encíclica *Rerum Novarum*:

O conhecido documento propunha modelos de organização que se apresentava como uma alternativa tanto à tradição liberal, quanto à tradição socialista. Ambas propagadoras do conflito. Uma, a defender os interesses particulares da classe proprietária. A outra a defender os interesses do proletário. As duas perigosas e rigorosamente 'racionalistas'. O caminho a ser adotado seria o do resgate aos valores medievais. Da organização por ofícios, em caráter familiar. De proteção e de autoridade ao mesmo tempo. O 'ponto final' desta ordem seria o Estado, dotado de poderes para intervir em nome do 'bem comum'.⁴¹

Desta forma, em razão do relacionamento próximo entre o Estado salazarista e a Igreja católica; assim como a extensão ideológica às instâncias educacionais; o domínio de Salazar sobre o partido único e à penetração tardia das idéias fascistas no país, Portugal possuía poucas oportunidades para o desenvolvimento do fascismo, encarnado no Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto, ex-membro e um dos fundadores do Integralismo Lusitano.

Após frustrado o projeto integralista de retorno ao regime monárquico, devido à inclinação constitucional-liberal tomada pelo herdeiro do trono D. Manuel II – em confronto com as aspirações monárquico-centralizadoras e anti-liberais dos integralistas - Rolão Preto abdica da intenção de formar um sindicalismo mobilizado em prol da monarquia. Em sua doutrina, Preto faz alterações em relação ao papel de *homem providencial* que consolidaria o Império Lusitano.

³⁹ COVA, Anne & PINTO, António Costa. *op.cit.* p. 85.

⁴⁰ *Idem, ibidem.*

⁴¹ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *op.cit.* p. 21.

O imperador é deixado em segundo plano, substituindo-o pela figura carismática da liderança fascista, caminhando então, em direção à fundação do Nacional-sindicalismo.⁴² A mudança nos rumos dos projetos de Rolão Preto, não significou o desligamento imediato com o Integralismo Lusitano. Devido à debilidade do movimento, intensificada com a morte de sua principal liderança e mentor intelectual, António Sardinha, foi possível a coexistência de integralistas com os elementos fascistas liderados por Rolão Preto.⁴³

O golpe de 1926 significou a consolidação de Preto no cenário político. Apoiando o General Gomes da Costa, há a tentativa de formar milícias em apoio ao novo governo, fracassando após a derrubada do militar, pelo General Carmona. Este fato marcará a relação de animosidade entre Rolão Preto com a ditadura, acentuando-se com a inserção de Salazar ao Poder.

Com o declínio do desejo de constituir um exército miliciano de apoio às antigas forças golpistas, há a tendência das fileiras radicais do Integralismo Lusitano em converterem-se em formação partidária fascista. O Nacional-sindicalismo possuía em sua estruturação regimental, semelhanças tênues entre o fascismo italiano e a falange espanhola.⁴⁴

É importante sublinhar que apesar da formação da União Nacional - partido único português - acontecer em 1930, Salazar não fornece grandes obstáculos ao desenvolvimento do movimento de Rolão Preto até o ano de 1933. O ditador zelou por manter distância cuidadosa entre seu regime e as forças nacional-sindicalistas, tolerando passeatas esteticamente fascistas, com bandeiras, hinos e fileiras uniformizadas de homens em marcha organizada, que aconteciam desde setembro de 1932.

Porém, quando as críticas nacional-sindicalistas começaram a afetar o regime, revelando a intenção de deposição de Salazar, a distância mantida teve de ser rompida. Entre provocações de ambos os lados, através de discursos e artigos, “Em Setembro desse ano [1933], o Governo apoiou uma cisão do Nacional Sindicalismo ao oferecer o reconhecimento oficial a troco do afastamento de Preto e seus seguidores da direção do movimento, mas os promotores da cisão saíram vencidos.”⁴⁵ Em 1934 o Nacional Sindicalismo é posto na ilegalidade, provocando a tentativa de golpe contra Salazar, desferida por Rolão Preto, aliado a outras forças de oposição ao regime. A derrota sepultou, politicamente, Preto e sua formação fascista, sendo muitos dos ex-integrantes absorvidos por Salazar.⁴⁶

O insucesso dos forças fascistas em Portugal, revelam algumas divergências, tanto aos regimes quanto às culturas sociais, que tornam difíceis as possibilidades de infiltração do fascismo

⁴²PINTO, António Costa. “*Caos e Ordem*”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. p. 44.

⁴³*Idem, ibidem.*

⁴⁴*Idem, ibidem.*

⁴⁵PINTO, António Costa. “*Caos e Ordem*”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. p. 47.

⁴⁶*Idem, ibidem.*

na sociedade portuguesa. O primeiro aspecto que toma vulto é a intrínseca relação que a Igreja nutre com a política. No momento em que aquela viu seu acesso negado pelo governo republicano, frente ao processo de secularização do Estado, foi aberta uma série de conturbações e instabilidades que inviabilizaram a manutenção da forma de governo. Obviamente, o declínio do regime republicano não foi causado somente pela oposição da Igreja à laicização ocorrida na esfera política, porém as instâncias eclesiásticas exerceram forte oposição, desempenhando a função de mobilização ideológica contra a República e, posteriormente, respaldando o regime salazarista.

A Igreja Católica inibiu, de certa forma, o desenvolvimento da versão portuguesa de fascismo frente à antecipação do combate, proposto na Encíclica de Leão XIII, às ideologias das quais o fascismo visava atacar: o liberalismo e o socialismo. Portanto, o fato do fascismo ter sido uma ideologia de instalação tardia em Portugal, pesou de maneira negativa ao seu sucesso, pois possibilitou à Igreja, e posteriormente à ditadura salazarista, a tomada de espaços próprios para o crescimento do fascismo. Neste sentido, Fernando Rosas disserta que

A essa luz a “fascização” do regime, passado os primeiros entusiasmos, é vista com reservas por uma oligarquia tradicional, habituada, e com proveito, a contar com o Exército e a Igreja, para “manter a ordem”, e que encara os arrobos milicianos, a militarização de forças civis sem a tutela estrita do Estado, as mobilizações autônomas da “populaça”, mesmo por bons motivos, como formas potenciais de gerar desestabilização, de quebrar hierarquias tradicionais, de tender para suspeitos “internacionalismos” susceptíveis de por em causa o “interesse nacional”.⁴⁷

Concomitante à opção da Igreja em lugar da mobilização popular e da militarização civil, está o conservadorismo dominante na sociedade portuguesa e refletido no regime salazarista, de forte inclinação católica e de baixo potencial carismático, embora usasse de alguns instrumentos fascistas para tomar extensão em campos culturais e promover a infiltração do regime ao meio social.⁴⁸ A opção pelo baixo apelo político às massas influiu no aspecto frágil do partido único salazarista, contrastante com seus congêneres alemão e italiano.

O partido único lusitano foi esvaziado de funções estratégicas ou de importância política, encontrando-se acessível somente ao poder de Oliveira Salazar e de um pequeno número de ministros de sua confiança. Portanto, o partido único salazarista estava submisso aos anseios superiores, enfraquecido e carente de poderes, estava blindado à intervenções externas.

Portugal's single party being kept organisally weak and dependent, was never an important element in either political decision-making process or in the selection of

⁴⁷ROSAS, Fernando. *op.cit.* p. 1047.

⁴⁸MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *op.cit.* p. 23.

the ministerial elite. Several organisations, such as the militia (LP), the youth organisation (MP) and the political police (PVDE) were kept entirely dependent on the ministers. (...). The party's main function was to select local and parliamentary elites, and it remained small and devoid mobilisational organisations. [O partido único de Portugal era mantido em sua organização, fraco e dependente, não sendo elemento importante nos processos de tomada de decisão política ou na seleção da elite ministerial. Algumas organizações, tais como a milícia (LP), a organização da juventude (MP) e a polícia política (PVDE) mantiveram totalmente dependentes dos ministros. (...). A principal função do partido era a seleção das elites local e parlamentar, e conservar pequena e privada de autoridade organizações mobilizantes.] [Tradução nossa]⁴⁹

Por último, o apelo e a preocupação de Oliveira Salazar ao tratamento técnico à instituição política funcionou, igualmente, como inibidor da divinização da imagem do chefe, à excitação das massas e à exacerbação emotiva comuns à Itália e à Alemanha, criticadas pelo próprio ditador português. Exemplo da pouca simpatia dada ao comportamento fascista e suas estratégias de mobilização, pode ser observado quando, em referência ao movimento Nacional Sindicalista - de inclinação fascista -, Salazar descreve os seguidores Rolão Preto como “sempre febris, excitados e descontentes (...) que continuarão gritando diante do impossível: Mais! Mais!”⁵⁰.

Desta forma, nem Salazar seguia o estereótipo criado pelas lideranças fascistas, de chefe enérgico e providencial, representante e herdeiro direto da nação, como também não era interesse do Estado Novo português, a criação de um “homem novo” ao estilo hitlerista ou mussoliniano. Fernando Rosas distingue o “homem novo” do Estado salazarista como sendo

Esse chefe de família camponês, probo, devoto e ordeiro, era o especial 'homem novo' do salazarismo, a resgatar, entre nós, não pela acção do partido vanguardista, que nunca houve como tal, mas pela intervenção formativa de órgãos especializados da Administração ou da organização corporativa, em colaboração com a Igreja e em decorrência de uma visão totalizante da sociedade de matriz nacionalista, corporativa, católica, ruralizante e autoritária.⁵¹

2.2- A ESPANHA DE FRANCO: ENTRE O FASCISMO E O CACIQUISMO

A Espanha entrava no século XX com crise institucional acarretada pelo fim de seu domínio colonial na América, sendo a última possessão, perdida na guerra contra os Estados Unidos, em 1898, envolvendo a tutela da ilha de Cuba. Desde as incursões militares de Napoleão, o liberalismo e, em menor escala, a monarquia começaram a ser foco de instabilidade política, acentuada pelas regiões separatistas da Catalunha e dos países Bascos, pólos da frágil economia espanhola.

⁴⁹ PINTO, António Costa. *Elites, Single Parties and Political decision-making in Fascist-era Dictatorship*. p. 437.

⁵⁰ SALAZAR, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*. Vol.1. Coimbra: Coimbra Editora, 1935. p. 125. apud. PINTO, António Costa. “*Caos e Ordem*”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. p. 47.

⁵¹ ROSAS, Fernando. *op.cit.* p. 1053-1054.

A concentração econômica, associada ao baixo desenvolvimento agrário e industrial contribuía para o surgimento e crescimento do sindicalismo entre o proletariado, dotando-o de organização, ampliando o risco de uma revolução social através das pressões por mudanças na política econômica, e por melhores condições de trabalho.⁵² Este cenário acirrou-se com a I Guerra Mundial a partir da escassez de produtos essenciais, adquiridos através do mercado externo, devido à debilidade da produção interna. A miséria e o desemprego, causados pela elevação das taxas inflacionárias, juntamente à desvalorização monetária, tomavam espaço no cenário espanhol.

Conservadores e liberais desejavam a postura política mais atuante e o fortalecimento do Estado, oferecendo condições para um golpe ditatorial, sem que no entanto a Coroa fosse destituída do trono. Isto ocorreu em 1923, com a ascensão do General Primo de Rivera ao cargo de Primeiro Ministro. A base ideológica do novo ditador estava assentada no nacionalismo. Buscando a coesão nacional, tentou evitar choques partidários e querelas políticas. Desta forma, foi institucionalizada a dissolução dos partidos e a criação da *Unión Patriótica*, o partido único.

Os partidos anteriormente existentes não foram banidos de fato, mas conduzidos para o interior da *Unión Patriótica*, de modo que os conflitos, corrupção, trocas de favores existentes, foram preservados. Compras de votos, patriarcalismo, corrupção de fundos públicos, subornos no intuito de interferir em eleições para escolha das elites políticas – atos conhecidos como *caciquismo*⁵³ - embora combatidos desde as tentativas anteriores de reforma, continuaram presentes dentro do partido único do General Primo de Rivera.

A plataforma de governo, tal como a agenda pública do ditador notabilizaram-se pela continuidade das medidas conservadoras, exceção feita a criação de cargos públicos e à imposição de tarifas protecionistas a alguns produtos agrícolas.⁵⁴ Tais medidas não evitaram o colapso econômico no país, provocado pela Depressão mundial em 1929, que derrubou a moeda espanhola a valores correspondentes aos da crise de 1899.⁵⁵ A instabilidade econômica causou o fim do governo do General Primo de Rivera em 1930, e um ano depois, a deposição da monarquia. Estava inaugurada a II República Espanhola.

No início do período republicano foi vista a proliferação de partidos e grupos ideológicos, ênfase àqueles restauradores e de extrema direita. Aos *Carlistas**; e às JONS – Junta Ofensiva Nacional Sindicalista -, partidos já existentes, embora de pouca expressão nacional, juntaram-se em

⁵²PAYNE, Stanley G. *op.cit.* p. 2.

⁵³CAZORLA-SANCHEZ, Antonio. *op.cit.* p. 883.

⁵⁴PAYNE, Stanley G.. *op.cit.* p. 6.

⁵⁵*Idem*, p. 8.

*Grupo também chamado de *Comunión Tradicionalista*, possuía características reacionária aos valores liberais e tradicionalista quanto às crenças religiosas, assim como ao corporativismo monárquico.

1931 a *Renovación Española* (de postura monarquista, criado por Afonso XIII, após a destituição da Coroa), e a *Falange Española*, liderada pelo filho mais velho do general deposto, José Antonio Primo de Rivera. A Falange Espanhola veio a consolidar-se movimento, e futuramente partido de extrema-direita de maior relevância na Espanha, fundindo-se com outros partidos de menor projeção, porém, que ofereceram contribuições aos cofres e à ideologia do movimento.

Após experiências mal-sucedidas em campanhas eleitorais, Antonio Primo de Rivera concentrou esforços em tecer a ideologia que norteará a Falange, no intuito de fortalecer o nacionalismo e o Estado espanhol. Este projeto seria organizado com o respaldo da minoria radical, colhida dos setores elitistas da sociedade. No estatuto deste movimento estariam inscritas propostas de centralização política; reformas econômicas, de maneira a minar o sistema burguês-liberal; e a fórmula autoritária como meio de alcançar estes alvos. Em meados de 1933 José Antonio estabeleceu intenso contato com lideranças políticas associadas ao seu pai, com pensadores radicais monarquistas, integrantes das JONS, entre outras correntes nacionalistas com a intenção de formar um movimento de feições fascistas⁵⁶.

A fusão com as JONS – passando o novo partido a chamar-se *Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (FET-JONS) - representou o enriquecimento do arcabouço teórico do movimento de José Antonio Primo de Rivera. Ramiro Ledesma oferecia com seu grupo, a ideologia nacional sindicalista, o sentimento de retorno da Grande Espanha, e concomitantemente, o nacionalismo extremado.

Embora Ledesma refutasse o rótulo de fascista, defendia posicionamento ideológico difuso, simpatizando-se tanto com a Itália Fascista e com a Alemanha Nazista, quanto com a Rússia soviética. Citando o veículo de informação de Ledesma - *La Conquista del Estado* - de 6 de junho de 1931, Payne encontra as seguintes saudações: “Long live the new world of the twentieth century!/Long live to Fascist Italy!/ Long live to Soviet Russia!/ Long live to Hitler's Germany!/Long live to Spain we will make!/Down the burgeoise parliamentary democracies!” [Vida longa ao novo mundo do século XX!/ Vida Longa para Itália Fascista!/ Vida longa para Rússia soviética!/ Vida longa para a Alemanha de Hitler!/ Vida longa para a Espanha que nós iremos fazer!/ Abaixo às democracias parlamentares burguesa.] [tradução nossa]⁵⁷ Desta forma, mesmo diante da confusa propaganda de Ledesma, é possível de ser identificada a postura antiliberal e anti-burguesa e a exaltação de uma nova Espanha, calcada nas glórias do passado.

A segunda liderança das JONS Onésimo Redondo, de família camponesa e religiosa, trazia consigo três pontos que refletiam com clareza o meio onde foi criado. Eram eles: a unidade nacio-

⁵⁶PAYNE, Stanley G.. *op.cit.* p. 32.

⁵⁷*Idem*, p. 14.

-nal, a justiça social e o retorno aos valores tradicionais espanhóis. O resgate destes valores consistiria na recuperação da espiritualidade marcial da Espanha Feudal. Em comum com Ledesma, Redondo nutria o ódio à ordem econômica burguesa e acrescentava a luta contra as correntes de pensamento anticlericais presentes na República.⁵⁸

A adesão do *Renovación Española*, por sua vez, promoveu benefícios financeiros à Falange. O receio dos monarquistas era perceptível, diante da crescente tomada de espaço político da Falange. Haja vista a rejeição do nacional sindicalismo – qual estava agora integrado à Falange – a um possível retorno do regime de reinado, e à antipatia pessoal de Primo de Rivera a figura de Afonso XIII, o *Renovación Española* encontrava-se reticente quanto a aproximação da Falange. Contudo, segundo Payne, em razão da amizade mantida entre o líder da FET-JONS, e Antonio Goicoechea, líder do partido monarquista, foi firmado o pacto entre as duas partes.

O acordo realizado entre o movimento de Primo de Rivera e o *Renovación Española* estabelecia que, não havendo qualquer tipo de hostilidade da FET-JONS aos monarquistas, o *Renovación Española* se comprometeria a fornecer suporte econômico à Falange, dentro das circunstâncias permitidas. Este acordo se mostrou prejudicial aos monarquistas, visto que alguns meses após firmado, o *Renovación Española* entrou em dificuldades orçamentárias havendo necessidades de romper com o pacto.⁵⁹ Além do acordo de não-agressão entre as partes, foram organizados 10 pontos para a edificação do Estado Novo Espanhol, onde a tônica do documento baseava-se em valores como “justiça social”, assembleias corporativas, abolição dos partidos, e autorização da violência⁶⁰

Diante das articulações dos grupos de extrema-direita e conservadores, e com a Falange consolidando-se partido em 1933, os movimentos de esquerda não estavam passivos. A esquerda espanhola, atuante desde o período monárquico, intensificara os conflitos de rua*. Sobre a movimentação dos anarquistas, assim como a conjuntura política e social da Espanha nos primeiros

⁵⁸PAYNE, Stanley G.. *op.cit.*,p. 16-17

⁵⁹*Idem*, p. 62-63.

⁶⁰*Idem*, p. 63.

*Hobsbawm, em *Revolucionários*, relativiza o potencial dos anarquistas em transformar ameaças e especulações de organização militar e de provimento de armamentos em ação efetiva: “Entretanto, os anarquistas não podem se eximir da responsabilidade principal. Era deles a tradição predominante no movimento operário na maior parte do território republicano que sobreviveu ao levante militar inicial, e tradições tão arraigadas quanto difíceis de mudar. E mais, era potencialmente majoritário seu o movimento da esquerda na República. Não estavam em condição de ‘fazer’ a revolução sonhada, mas quando a decisão do governo da Frente Popular de resistir por todos os meios, inclusive armando o povo, transformou numa situação de fermentação social em uma revolução, eles foram os principais beneficiários do primeiro momento.” (HOBBSAWN, Eric. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggiore Gracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 85-86.). Deve-se considerar, no entanto, a fissura que passavam os movimentos de esquerda do período, em razão do “ (...) extremo sectarismo político da Internacional em 1928-34, no exato momento em que a queda da monarquia, em 1931, criava possibilidades de alianças estratégicas, que não foram autorizadas a pôr em prática (o que provavelmente tampouco desejavam) senão até alguns anos mais tarde.” *Idem*, p. 85.

anos da década de 1930, Payne disserta que: “The anarchists to set up a little Republic of their own, and the world depression exacerbated the existing social disputes. Workers grew restive, monarchists plotted rebellion, and the cabinet get down completely.” [Os anarquistas fixaram uma pequena República, e a depressão mundial exacerbou as disputas sociais existentes. O aumento da mobilização operária, uma rebelião conspiratória monarquista, e o gabinete caiu completamente.] [Tradução nossa]⁶¹

Os embates nas instancias decisórias da República, promovidos através de jogos políticos que envolviam corrupção parlamentar, compra de votos, apadrinhamento político, e outras práticas comuns ao *caciquismo*; a morosidade em resolver os problemas internos que assolavam o país (políticos, sociais e econômicos); bem como a pouca simpatia de alguns setores das Forças Armadas, dos conservadores, e dos monarquistas ao modelo político liberal, conspiravam contra a II República. As eleições de 1936 descortinaram as tensões políticas e sociais correntes desde o início do século XX.

Contrariando a lógica política, o golpe de Estado que colocou fim à II República Espanhola (1936/37), não foi iniciado pelos focos de polarização ideológica do momento. A articulação da conspiração teve início nas forças armadas, por empreendimento do general Emilio Mola, último chefe de polícia da monarquia, e recentemente condecorado comandante militar no Marrocos.

A Falange, assim como a *Únion Tradicionalista* (Carlistas), foram acionadas somente quando constatada a ausência de suporte ao golpe. Entre os demais setores das Forças Armadas prevalecia a postura política contrária à insurgência contra o regime, sendo boa parte dos oficiais vindos de camadas da pequena burguesia e não demasiadamente mobilizados por aderir à ideologia fascista, igualmente, eram pouco inclinados ao retorno da monarquia, ao ponto de se comprometerem em tal empresa.⁶² Apesar do apoio Carlista, os organizadores da conspiração decidiram por não implementarem a regeneração monárquica.

Deflagrado o golpe, nos primeiros momentos Primo de Rivera é capturado pelas forças da esquerda e republicanas. O líder da Falange seria condenado ao fuzilamento nos lances finais, quando as tropas italianas e alemãs fascistas passaram a intervir diretamente ao lado das forças militares golpistas. Mesmo oferecendo resistência, os opositores à sublevação militar não conseguiram manter posições diante do subsídio bélico oferecido pelos fascistas. No entanto, este apoio estrangeiro representará empecilhos ao exercício de um governo sólido e unificado sob o Franquismo.

É válido dizer que a intervenção militar em assuntos civis era vista pelas Forças Armadas

⁶¹PAYNE, Stanley G.. *op.cit.* p. 23.

⁶²*Idem*, p. 101.

espanholas como um dever cívico, no intuito de servir à Pátria e salvá-la dos perigos e instabilidades, sejam elas a franco-maçonaria, o bolchevismo, ou o perigo de desintegração imposta ora pelo risco de separação regional (caso da Catalunha e dos países Bascos) ora pelo liberalismo e pela democracia parlamentar.⁶³

No imaginário franquista, a vitória na guerra civil espanhola representou a conquista dos “verdadeiros espanhóis” contra as ideologias estrangeiras, remontando o cenário das cruzadas, na luta dos cristãos – incorporados pelas tropas golpistas - contra a invasão muçulmana – encarnada na imagem dos republicanos liberais, dos anarquistas e dos marxistas. Através da construção do imaginário da Guerra-Civil Espanhola perpassado pela legitimidade religiosa da “nova cruzada”, Franco e os integrantes de seu governo encontraram suporte para justificar os crimes anteriormente cometidos e os que ainda seriam praticados.

“For the Francoists, the war represented a crucial moment in a history of Spain in which group of 'true Spaniards' had take arm against a Republic controlled by 'foreign' Bolshevik, atheist, and a criminal enemies. Thus, they painted the conflict as a 'Crusade' against demons and the values of atheism, Freemasonry and Marxism.” [“Para os franquistas, a guerra representou um momento crucial na história da Espanha, no qual o grupo de 'verdadeiros espanhóis' pegaram em arma contra a República controlada por inimigos bolcheviques, ateus e criminosos estrangeiros. Deste modo eles pintaram o conflito tal como uma 'Cruzada' contra demônios e valores do ateísmo, Franco-maçonaria e marxismo.”][Tradução nossa]⁶⁴

Entretanto, a vitória no conflito e a ascensão de Franco ao poder, liderando também o partido de extrema-direita de maior projeção da Espanha, o FET-JONS, após a morte de Primo de Rivera, não garantiu governo estável e homogêneo. Franco convivia com a pressão na partilha do poder aos grupos aliados que contribuíram para sua vitória, assim como com a persistência do *caciquismo* em assuntos políticos. Exemplo do fracionamento do Poder na Espanha franquista é dado por Julius Ruiz quanto à tomada da cidade de Málaga:

The weakness of central authority in terms of dispersing “justice” can clearly be seen in the repression in Málaga following the occupation of the city in February 1937. The fledgling state was represented by the military legal column created for Madrid in November 1936. However, its authority did not uncontroverted by the heterogeneous force that took the city. Apart from another military legal column owing allegiance to General Queipo de Llano, Franco's legal column had to face

⁶³RUIZ, Julius. *Spanish Genocide?: Reflections on the Francoist Repression after to Spanish Civil War*. In. *Contemporary European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. (p. 171-191). p. 173.

⁶⁴ARCO-BLANCO, Miguel del. *Hunger and Consolidation of Francoist Regime (1939-1951)*. in. *European History Quarterly*. p.459. (p. 458-483). Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayFulltexttype=1&fid=315464&jid=CEH&volumeId=14&issueId=02&aid=315463> Acesso em 13/10/10

claims of supreme authority by General Roatta, head of Italian brigades. There were autonomous Falangist and Carlists militias operate the city. [“A falta de autoridade central nos termos de dispersão da 'justiça' pode ficar claramente observada na repressão à Málaga, seguida da ocupação da cidade em fevereiro de 1937. O jovem Estado foi representado pela coluna militar legal criada em Madrid em novembro de 1936. Entretanto, sua autoridade não foi incontestável devido às forças heterogêneas que tomaram a cidade. Frangmentando outra coluna militar legal, submissa ao General Queipo de Llano, face às reivindicações da coluna legal de Franco de suprema autoridade do General Roatta, chefe das brigadas italianas. Neste ponto havia milicias Falangistas e Carlistas autônomas operado na cidade.”] Tradução nossa⁶⁵

Diante da necessidade de confirmação de sua autoridade política no governo, Franco centraliza tarefas essenciais, tais como a distribuição de cupons de alimentação, intervenção nos preços de alimentos, valorização dos imóveis nas cidades⁶⁶. Com o aumento dos preços dos produtos essenciais havia apenas duas alternativas: recorrer aos mercados negros e seus valores abusivos, ou se submeter à humilhação coletiva das filas por comida. Além das formas explícitas de demonstração de poder, tais como a violência das prisões e penas de morte, as filas de alimentação foram um recurso utilizado pelo regime franquista para a submissão popular.

The food queue became one of main images of public life all over Spain even though when rationing was introduced the government forbidden such gatherings because with state control of supplies, queues would be 'unnecessary'. Large groups of people waiting for food became centres for discontent to grow as masses of the hungry came together. Here they talked each other, grumbled about the regime, and shared their thoughts.” [A fila por comida tornou-se uma das principais imagens da vida pública por toda a Espanha, quando o racionamento foi introduzido com o governo proibindo as reservas, porque com o controle de suplementos, filas seriam 'inúteis'. Amplos grupos de pessoas esperando por comida formaram centros de descontentamento crescente nas massas famintas. Aqui elas conversavam entre si, murmurando sobre o regime, e compartilhando seus pensamentos.] [Tradução nossa]⁶⁷

Contrária à intenção de afirmação da autoridade a partir da coerção, o *caciquismo* persistia, alheio a realidade repressora do regime. Embora tenha havido prisões e detenções de prefeitos e políticos locais no intuito de repelir tais práticas, a esfera política era cenário de compra de votos, favorecimentos em cargos políticos através de apadrinhamentos eleitorais, entre outras práticas do gênero. Mesmo havendo reformas na organização política, tanto no governo de Primo de Rivera quanto no regime de Franco, as “famílias políticas” (Carlistas, Monarquistas, Falangistas, Republicanos descontentes) foram preservadas, mantendo seus métodos anteriores de construir redes de interesses políticos e pessoais.

⁶⁵RUIZ, Julius. *op.cit.* p. 179.

⁶⁶ARCO-BLANCO, Miguel del. *op.cit.* p. 460.

⁶⁷*Idem*, p. 461.

Este enraizamento do caciquismo nas práticas decisórias do país, tornaram-se invulneráveis às reformas de Franco. Portanto, a fascistização efetiva do regime, segundo Carzola-Sánchez, tornou-se inviabilizada devido à fragmentação do Poder em instâncias regionais. A tentativa de construir um partido único de tipo fascista foi dissolvida pelo próprio General Franco e suas motivações políticas individuais.

This project was identified with Ramon Serrano Súñer, Franco's brother-in-law, a former CEDA [*Confederación Española de Derechas Autonomas*] deputy and the regime's second in command between 1937 and 1942. An earnest admirer of Italian Fascism (Alfredo Rocco's version rather than Roberto Farinacci's.) Serrano tried to create a strong state and single party. His plans were frustrated when he was removed from power in September 1942. His ouster had various causes, including increasing mistrust by Franco, outright opposition in the army, and the lack of deep social roots characteristic at the FET-JONS which was aggravated by its limited political autonomy, continuous infighting, and inadequate organization in vast areas of country. [Esse projeto foi identificado com Ramon Serrano Súñer, o genro de Franco, antes deputado do CEDA e segundo comando entre 1937 e 1942. Um sério admirador do fascismo italiano (preferência à versão de Alfredo Rocco à de Roberto Farinacci). Serrano tentou criar Estado e partido únicos fortes. Seus planos foram frustrados quando foi removido do poder em setembro de 1942. Seu afastamento possuiu várias causas, incluindo o aumento da desconfiança de Franco, franca oposição militar, e falta de profundas raízes sociais características do FET-JONS que foi agravado por sua limitada autonomia política e inadequada organização nas várias áreas do país.] [Tradução nossa]⁶⁸

Ainda que haja a igual penetração das “famílias políticas” no regime fascista italiano, Mussolini promoveu a restrição deste acesso, e posteriormente a “purificação” de seu governo, através do afastamento das oposições internas, dotando seu partido único de feições dóceis e domesticado à autoridade do Duce. Este caminho não pode se efetivar na Espanha, devido ao *caciquismo*. Considerando o poder desfrutado pelos elementos envolvidos nestas redes de interesse - havendo a participação até mesmo da Igreja nas medidas decisórias, por intermédio dos “apadrinhados” - tornou-se difícil se desvencilhar destes modos de operação. Carzola-Sánchez apresenta que:

The Church - (...) - intervened openly in these conflicts. In Aragón in the early forties, the Falange accused the Church of being the ally of old elite and their cacique politics. When he tried to limit the power of the local oligarchy in 1948, the governor of Navarra found himself confronted by the city council, the provincial government, and the archbishop.” [A Igreja - (...) - interveio abertamente nesses conflitos. Em Aragón nos primeiros anos de 1940 a Falange acusou a Igreja de ser aliada de velhas elites e seus caciques políticos. Quando tentou limitar o poder oligárquico local em 1948, o governador de Navarra encontrou-se confrontado com o concelho municipal, com o governo provincial, e com o arcebispo.”] [Tradução

⁶⁸CAZORLA-SANCHEZ, Antonio. *op.cit.* p. 890.

nossa]⁶⁹

Portanto, pode-se encontrar algumas diferenças entre os fascismos (tendo como exemplos principais o Fascismo italiano e o Nazismo) e o franquismo - confirmadas pela força das tradições políticas conservadoras ressaltadas pelo *caciquismo*⁷⁰. Outros aspectos definidores podem ser destacados através da religiosidade e do baixo potencial de mobilização popular oferecido pelo franquismo, em confronto ao praticado pelos fascismos.

Recuperando o que já foi citado, a retórica mítico-religiosa utilizada pelo franquismo após a vitória na guerra civil, para legitimar a luta travada contra os valores liberais e o bolchevismo não foi opção aleatória. Segundo Antonio Costa Pinto, revestindo o carisma de Franco, o general apegava-se fortemente a conteúdos religiosos, de forma não encontrada na Itália fascista e estranho ao nazismo de Hitler.⁷¹ Em via oposta, constata-se que, com exceção da Guarda de Ferro Romana, o fascismo europeu se respaldou em sistema de crenças “científico” e secular. “With the exception of the Roman Iron Guard, whose declared political aim was to save the souls of all living, dead and yet-be-born Romans for the nation (!), European fascist a secular and scientific belief system.” [“Com exceção da Guarda de Ferro Romana, quem declarava foco político a salvação das almas de todos os vivos, os mortos e os recém nascidos romenos da nação(!), o fascismo europeu é um sistema de crenças secular e científico.”] [Tradução nossa]⁷²

A relação entre o núcleo central do governo com o partido único também pode ser citada como ponto de dissonância entre os fascismos italiano e alemão (nazismo) e os regimes ibéricos de Franco e Salazar. Após a execução do chefe da Falange Espanhola, José Antonio Primo de Rivera, e consolidada a vitória na guerra civil, o movimento passa para a tutela de Francisco Franco, tornando-se o único partido em ação no país. Contudo, recorrendo a Costa Pinto, Franco lançou mãos da FET-JONS de forma utilitária, como fonte de apoio e massa de manobra estratégica, sem comprometimento ideológico. Desta forma, Franco mantém o controle sobre o partido conservando a simpatia dos demais aliados.⁷³

Embora o ditador espanhol fosse auxiliado pelos países fascistas, com equipamentos e efetivo militar, ao debelar a Guerra Civil, isso não implica na total assimilação do fascismo na Espanha após a guerra civil, havendo a forte tradição política anterior, que não deve ser desconsiderada. Outro fato relevante para a compreensão do auxílio dos líderes fascistas a Franco, é

⁶⁹CAZORLA-SANCHEZ, Antonio. *op.cit.* p. 894.

⁷⁰*Idem*, p. 901.

⁷¹PINTO, Antonio Costa. *Elites, Single Parties and Political Decision-making in Fascist-era Dictatorship*. p. 437.

⁷²LEVY, Carl. *Fascism, National Socialism and Conservative in Europe, 1914-1945: Issues for Comparativist*. in. *Contemporary History*. Cambridge: Cambridge Press, 1999 (p. 97-126). p. 104. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayFulltext?tipo=1&fid=44888&jid=CEH&volumeId=8&issueId=01&aid=44887> Acesso em: 14/10/10.

⁷³PINTO, Antonio Costa. *Elites, Single Parties and Political Decision-making in Fascist-era Dictatorship*. p. 439.

a predileção destes por regimes autoritários satélites, em lugar de criar ou defender novos concorrentes ideológicos.⁷⁴ Portanto, não se tratou de solidariedade internacional entre os grupos fascistas o suporte bélico fornecido às forças golpistas na Espanha. A explicação para os líderes nazi-fascistas em fornecer assistência aos exércitos rebelados, encontra justificativa estratégica, visando distanciar a ideologia socialista das fronteiras da Itália e da Alemanha.

A meta central desta Primeira Parte da dissertação, estacionou-se na necessidade de se fazer contornos e distinções dos governos *autoritários* (apresentados pelos regimes ditatoriais em Portugal e Espanha) e das formas *totalitárias* de Poder. Buscou-se delimitar fronteiras entre as ditaduras de Portugal e Espanha, com relação aos fascismos, visto que os regimes autoritários se manifestam desprovidos de ideologia norteadora, tal como afirma Juan Linz⁷⁵. Aspecto presente de maneira inicial nos fascismos, mas suprimido após os regimes de Mussolini e Hitler adquirirem poder suficiente para manterem-se no Governo sem o auxílio das forças políticas apoiadoras.

O segundo ponto que pretendeu se atingir foi a demonstração da dificuldade encontrada pela ideologia fascista em tornar-se alternativa competitiva pela luta do Poder, em sociedades coesas, embora com regimes políticos instáveis - conforme foram os casos de Portugal e Espanha no entre-guerras. A solidificação dos laços sociais, e manutenção das tradições morais, repudiando o liberalismo e socialismo foram antecipadas pela Igreja, sendo fascismo, naqueles países, ideologia retardatária ao solucionar problemas de desagregação e combate ao “perigo vermelho”.

O terceiro vetor destacado foi a distinção entre as redes clientelares que ocorriam no interior das esferas decisórias dos países ibéricos, conhecidas como *caciquismo*; e a configuração das *policracias* predominantes nos regimes fascistas. As formas de operação do *caciquismo* e da *policracia* eram diversas entre si. Enquanto o formato ibérico de negociação política se fazia descentralizadamente - com interesses regionais e anseios locais sendo considerados na atração de forças políticas, apadrinhamentos e exigência de cargos por “direito”; a *policracia* constituinte do regime fascista, girava em torno da figura do líder, de onde emanavam as decisões, portanto, sendo centralizado o *locus* da demandas políticas, sob o controle da liderança fascista, desta forma, distinto das ditaduras Salazarista e Franquista.

Em suma, a intenção central desta primeira parte foi estabelecer distinções entre regimes autoritários e regimes totalitários, ainda que se considere a possibilidade de intercessões entre ambos os governos de exceção, conforme se evidenciou nos Estados de Salazar e Franco.

⁷⁴PAXTON, Robert. *op.cit.* p. 189.

⁷⁵LINZ, Juan. *op.cit.* p. 121.

PARTE II:

**FUNDAÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO DE PLÍNIO SALGADO –
1932-1945: A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E O CABOCLO**

Esta parcela será responsável pelo eixo central da pesquisa, sendo a investigação sobre integralismo de Plínio Salgado o foco que se pretende atingir. A primeira parte servirá de maneira fundamental. Conceitos como *autoritarismo*, *totalitarismo* e *fascismo* serão, obrigatoriamente, explorados nesta segunda parte, visto que aqui se fará a investigação sobre o pensamento de Plínio Salgado e suas fundações para o integralismo.

Porém, antes, será necessário que se faça breve contextualização a respeito das correntes de pensamento em vigor entre os finais do século XIX e anos iniciais do XX - período fértil em concepções autoritárias para o Estado Central - com a finalidade de situar Salgado às tradições autoritárias já formadas. Há ainda a necessidade do conhecimento das formas de organização política e ideológica do movimento como um todo, para posteriormente se realizar o aprofundamento teórico a respeito do arcabouço doutrinário do Chefe da AIB.

Buscaremos, por um lado, fazer a contextualização do cenário intelectual brasileiro nas décadas iniciais da Primeira República, percebendo o interesse destes pensadores em torno da população brasileira, no intuito de fomentar a identidade nacional; e por outro lado, analisar a inserção das idéias *proto-fascistas* em território nacional. Para a apresentação da Ação Integralista Brasileira (AIB) será realizada a abordagem sobre o aparato ritual e litúrgico integralista; as fissuras hegemônicas e doutrinárias no interior do movimento; assim como a preocupação em manter a hierarquia e a unidade ideológica da Ação Integralista ao longo de sua extensão nacional, por intermédio da utilização dos jornais do movimento, com o objetivo de popularização doutrinária e disseminação das ordens de Plínio Salgado, Chefe Nacional.

PRÓLOGO

No Brasil, as últimas décadas do século XIX e os anos iniciais do século XX correspondem ao cenário de transformações intelectuais, reflexo das conjunturas que se apresentavam no contexto político, econômico e cultural. A transição do período monárquico para o modelo republicano foi traumática para os alguns pensadores do período, visto que estes encontravam-se ligados à Coroa,

compondo a corte imperial. O período republicano, sucessor da monarquia, foi duramente atacado por estes intelectuais opositores do regime liberal, em virtude das turbulências sociais, descontrolado econômico e alteração do modelo de governo.

A preocupação em torno da desagregação do Estado frente à adesão ao federalismo e ao regime democrático-liberal culminou não apenas em mero pessimismo de alguns pensadores. As críticas à República promoveram densa discussão, no intuito de apresentar formas de restabelecer a “ordem” e a “organização nacional”, retirando o país do “caudilhismo político”¹ a que fora reduzido o sufrágio universal, seguindo as concepções ideológicas dos autores integrados a esta discussão. A autonomia entre os estados, segundo intelectuais como Alberto Torres², Oliveira Vianna³ e Plínio Salgado⁴ fortalecia as oligarquias regionais e afrouxava a unidade do Estado brasileiro. Contudo, tais críticas não evitaram a inserção de alguns destes pensadores na máquina burocrática do Estado*.

Ainda que por vezes intelectuais do período fossem absorvidos pelo funcionalismo público, a relação entre estes e o Estado esteve longe de ser unilateral e/ou em favor do Governo. Conforme

¹ “Verificando que a democracia está desvirtuada por erros do sistema; que o sufrágio universal é a maior das mentiras, a fonte de todo o caudilhismo político, o instrumento de opressão dos ricos contra os pobres; que a quantidade excessiva de partidos decorre do sufrágio e que os partidos são hoje em número tão grande que só servem para anarquizar a Nação, enfraquecê-la, dividi-la e alimentar a popularidade dos demagogos espertos; que a maior enfermidade do país é o regionalismo político, alimentado pelos partidos situacionistas e oposicionistas dos estados, que não dão tempo aos brasileiros de pensar um pouco nos problemas gerais da Nação; (...); que os parlamentares políticos constituem um entrave às medidas de ordem econômico-financeiras que só um governo forte, ético, baseada em novos princípios, poderá tomar: (...)” SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. in. *Páginas de Ontem*. in. *Obras Completas*. Vol.10. São Paulo: Editora das Américas, 1955 (1ª edição de 1937). p. 185-186.

² “É fato, já definitivamente consagrado pela observação, que as democracias contemporâneas se estão consolidando em oligarquias e (...) não havendo apreendido o caráter da evolução política do nosso tempo, que apresenta o problema da formação do Estado, como órgão da associação política, as democracias, restringindo os poderes nominais das autoridades, conservaram o espírito e a natureza de seu antigo papel social; e como a este regime, a um tempo enfraquecido e desfraldado, ficou faltando a inspiração dos verdadeiros móveis do governo, continuaram a por em prática a vida sublegal da política, o império da vontade dominante avolumada com a multiplicação por uma grande massa de pessoas, agravada pela irresponsabilidade e temporariedade das funções, sem órgão de unidade e de continuidade política.” TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. 4ª edição. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 38

³ Justificando o recorte cronológico de sua pesquisa, em *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna expõe que: “Essas investigações históricas abrangem um período que se estende desde os primeiros séculos coloniais, até os fins do Segundo Império. Daí em diante, depois da abolição do trabalho servil em 88, o nosso povo entra numa fase de desorganização profunda e geral, sem paralelo em toda sua história. Todas as diretrizes da nossa evolução coletiva se acham, desde essa data, completamente quebradas e desviadas.” VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: Populações Rurais do Centro-Sul*. Vol.1. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. p. 18-19.

⁴ “Mas o nosso 'nacionalista' ainda não fica aí. Meteu-se-lhe na cabeça que haveríamos de praticar aqui o sufrágio universal, como na mais perfeita das Repúblicas. Num país sem meios de comunicações, onde a fiscalização das eleições é praticamente impossível; num país dividido em Estados, onde predomina a vontade de um governador que dispõe de toda a máquina policial e toda a máquina eleitoral, e onde as violências não constituem os pecados de um Estado, mas de vinte, nesse país, o 'nacionalista' entendeu de práticas as grandes eleições presidenciais, de quatro em quatro anos, para que o pobre eleitor votasse em homens que ele absolutamente jamais conheceu.” SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. In. *Obras Completas*. v. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 122. (Primeira edição de 1935.)

*Exemplo dado por Alberto Torres, que ocupou diversos cargos públicos, entre os quais se destaca o de presidente do Rio de Janeiro, entre os anos de 1897 e 1900. (TORRES, Alberto. *op.cit.* p. 34.)

sublinha Daniel Pecáult, os intelectuais não se percebiam como grupo, haja vista as variações de comportamento diante do Estado liberal. Enquanto alguns trabalhavam no intuito de legitimar a nova forma de governo, outros forneciam oposição ao Poder Central, exigindo transformações estruturais radicais quanto à atuação do regime na economia, na política, na sociedade. Neste aspecto, Pecáult sublinha que

Encontram-se tipos muito diversificados de relação entre intelectuais e regime. Alguns se comportam como ideólogos do autoritarismo, ocupam funções no estado, (...). Outros se contentam em aventurar-se por conta própria em busca do Brasil autêntico, lutar para impor temas nacionais, (...) e havendo a oportunidade, apresentar sugestões e pedidos ao governo e seu círculo. Outros, porém, engajam-se resolutamente nas associações, movimentos e ligas que proliferam após 1930.⁵

Os pensadores dos anos de 1920 e 1940, através da necessidade de retomarem o posto de elite intelectual, passaram a voltar atenções para o problema da identidade nacional. Desde meados dos anos 1910 há o interesse dos intelectuais em retornar às esferas de decisão. Alberto Torres, por exemplo, defende esta postura nos seguintes argumentos:

Se os governantes abrem as portas de seus gabinetes e dão acesso às capacidades, o país ganha em riqueza intelectual; se apertam o círculo por estreiteza de vistas ou por intolerância, as forças dispersam-se, aniquilam-se, e não só o próprio governo torna-se um instrumento de incapazes, como as boas inteligências perdem uma força prática de arrimo.”⁶

Entretanto, deve-se alertar que embora se debruçassem sobre o mesmo problema, os intelectuais não se comportavam como classe ou grupo fechado. Ao contrário, o membro da *intelligentsia*, como afirma Karl Mannheim, possui maior tendência de mudar suas posições e convicções, devido ao seu menor engajamento resultante da capacidade superior, em relação aos demais indivíduos, de explorar várias abordagens de um mesmo acontecimento e adotar o posicionamento que mais lhe favoreça.⁷

Diante do anseio de tecer a unidade nacional, era natural que o intelectual - funcionário do Estado ou não - se dedicasse a questões políticas para compreender a sociedade brasileira e suas relações sócio-culturais. Esta preocupação com a mentalidade e o comportamento da população se manifesta como reação à influência política dos regimes oligárquicos regionais, e ao poder dos coronéis locais, condicionado, segundo os pensadores autoritários, pelo federalismo. O nacionalis-

⁵PECÁULT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 74-75.

⁶TORRES, Alberto. *op.cit.* p. 92.

⁷MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 81.

-mo atinge os pensadores da Primeira República como resposta também, às conjunturas internacionais, entre as quais podem ser destacadas, a ameaça de retorno à condição colonial, diante da política imperialista praticada nos primeiros anos do século XX tanto por potências européias (e o sempre presente “perigo vermelho”) quanto pelos Estados Unidos.

As transformações sociais, a inserção de novas correntes políticas e ideológicas, a maior organização das classes subalternas em reivindicar demandas, a alteração do padrão tradicional de moralidade são fatores que mobilizaram intelectuais de diversas filiações teóricas ao campo da política, com o objetivo de costurar o tecido nacional, mantendo a coesão social. A este cenário de turbulências, somava-se o crescimento econômico nacional dos anos iniciais do século XX, beneficiado pela modernização interna, bem como pela alta dos preços de produtos agrário da pauta de exportação brasileira, no mercado internacional.

Em consequência do interesse pela identidade nacional, o aperfeiçoamento da máquina estatal passa a dividir atenção nas pesquisas realizadas por alguns intelectuais voltados para o assunto, consolidando a *ideologia de Estado*, tal como refere-se Bolívar Lamounier⁸. Parcela expressiva dos autores do período (anos 1920-1940) acreditavam estar no liberalismo o foco do problema da fraqueza institucional do país, apontado-o como ilusão da modernidade, importação de modelos estrangeiros. Para estes autores, era necessária a abolição do liberalismo como forma de regime, para a afirmação dos reais valores nacionais.

Em reação ao liberalismo; às modificações da tradição moral nacional; à penetração de ideologias de esquerda, estes intelectuais foram seduzidos pelo pensamento autoritário de direita. Entretanto, a concepção de direita extremista alimentou frentes distintas de reivindicação, tais como: o ultra-nacionalismo; o clamor pela modernização cultural nacional; o ressurgimento do catolicismo como militância sócio-política; o impulso anti-liberal.

Diante destas possibilidades autoritárias disponíveis, havia alguns aspectos comuns, tais como a reação à filosofia iluminista, e a oposição aos valores e teorias surgidos partir da Revolução Francesa. Princípios de ordem e hierarquia eram consonantes entre estas correntes de pensamento autoritário.⁹ Tais similaridades se constituem através da assimilação feita pelos intelectuais das pri-

⁸Sobre o que Lamounier chama de *ideologia de Estado*, “(...) pode ser vista como uma construção intelectual que sintetiza e dá relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade deste. Condensa em primeiro lugar, toda a reação ao iluminismo e ao utilitarismo. A importância desta construção se dá pela constituição (...) de uma visão de mundo política na qual são afugentadas todas as representações conducentes à noção de 'mercado político', (...).” (LAMOUNIER, Bolívar. *Formação do Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma Interpretação*. in. FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 2º vol. 2ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978. p. 357). Entretanto, o autor não encontra unanimidade quanto à aceitação do termo. A respeito do conceito *ideologia de Estado*, Pecáult defende que “A expressão é ambígua (...). Nem todos as correntes antiliberais se mostravam igualmente dispostas a remeter ao Estado tarefa de organizar a sociedade. Os católicos o fizeram dentro de certos limites.” PECÁULT, Daniel. *op.cit.* p. 45.

⁹LAMOUNIER, Bolívar. *op.cit.* p. 357.

-meiras décadas do século XX, às concepções sociológicas denominadas de *proto-fascistas*. Tais idéias, segundo Lamounier,

(...), embora exercendo inequívoca influência na formação do fascismo como doutrina e como movimento político, são muito anteriores a ele, achando-se plenamente configuradas antes de 1910. Desde as últimas décadas do século XIX é patente a influência das correntes profascistas no Brasil. (...). De qualquer modo, não cabe dúvida de que o ponto de partida é o estudo das metáforas organicistas que permeiam aquela, e que se vinculam diretamente à mescla de organicismo-historicismo e positivismo comtiano da sociologia proto-fascista européia.¹⁰

Estes fatores proto-fascistas que influenciaram o pensamento autoritário na Primeira República encontraram terreno fértil em solo brasileiro, visto que formas de repressão, concepções de hierarquia e de ordem social já encontravam-se fixados desde períodos coloniais, pelo patriarcalismo senhorial. Oliveira Vianna traça descrição sobre a moralidade e o código de valores existentes entre os grandes fazendeiros, através do autoritarismo patriarcal, transmitido por gerações.

É imensa a ação educadora do pater-famílias sobre os filhos, parentes e agregados, adscritos ao seu poder. É o pater-famílias que, por exemplo, dá noivo às filhas, escolhendo-o segundo conveniência da posição e da fortuna. Ele é quem consente no casamento do filho, embora já em maioridade. Ele é quem determina uma profissão, ou lhe destina uma função econômica na fazenda. Ele é quem instala na sua vizinhança os domínios dos filhos casados, e nunca deixa de exercer sobre eles a sua absoluta ascendência patriarcal.¹¹

Nesta miscigenação de teorias proto-fascistas vindas da Europa, com o comportamento autoritário-patriarcalista presente em território nacional, estava o positivismo e a linguagem organicista em seus aspectos conservadores. Estas contribuições foram importantes no intuito de delegar tão somente à elite nacional o dever das mudanças. Assim, a ordem e a hierarquia poderiam ser preservadas, mantendo a conexão entre o passado e o presente, conforme preconizado pelos ensinamentos comtianos. Temas relacionados à manutenção da *ordem* foram visitados com frequência pelos pensadores autoritários, no intuito de construir a *organização nacional* - título de uma das obras de Alberto Torres.

O pensamento de Comte encontrava combinação com o patriarcalismo coronelista, sendo o positivismo adaptado e hibridizado à realidade local. Em seu formato nacional, o “positivismo brasileiro” acentuaria o caráter antidemocrático da doutrina comtiana, sendo utilizado para justificar a manutenção da ordem política e social interna. Através destes pilares teóricos, os intelectuais que

¹⁰LAMOUNIER, Bolívar. *op.cit.* p. 361.

¹¹VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais Do Brasil: Populações Rurais do Centro-Sul.* p. 49.

faziam oposição ao modelo político adotado na I República encontravam legitimidade para definir a democracia liberal como elemento de desagregação nacional. Segundo Pecáult, o positivismo aculturado seria a “(...) recusa a tudo que seja divisão política, manifestada pelos partidos ou pelos clãs; recusa a própria política na medida em transforma-se em um fim em si mesma, (...)”¹²

Além destes fatores apresentados, outro aspecto contribuiu para a adaptação do positivismo em terras brasileiras: a interpretação desta doutrina como suporte para a renovação do catolicismo no Brasil, diante da crise passada pela religião. Incapaz de tomar posição diante do regime de escravidão nos finais do século XIX e subordinada ao Estado Imperial, a Igreja Católica afastava os jovens republicanos e abolicionistas. Riolando Azzi disserta sobre a crise religiosa que envolvia Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Lemos – pioneiros na disseminação do positivismo na Brasil – influenciando na opção pela ciência comtiana:

Na realidade, não houve neles uma perda de fé, mas uma crise de consciência. Ambos buscavam um novo caminho e novas metas para expressar o sentimento religioso. Segundo eles a Igreja Católica submissa à monarquia e conivente com a permanência do regime escravocrata, já não apresentava o ideal de vida capaz de atrair a juventude. *Por outro lado, nenhum deles procurava aderir a um tipo de vida puramente materialista*¹³

Haja vista a pouca simpatia desfrutada pelo liberalismo, em virtude da debilidade política do sistema de governo, assim como por possibilitar a ascensão de manifestações políticas vindas de setores da sociedade antes marginalizados, o positivismo foi aceito tanto entre intelectuais autoritários quanto entre coronéis. Os valores de ordem e organização encontrados no positivismo, uma vez traduzidos para o vocabulário conservador, tiveram grande aceitação política, oferecendo explicação “científica” para o exercício e manutenção do poder político. Através da interpretação própria aos coronéis e às elites aristocráticas, a doutrina positivista assume justificativa para mudança lenta, gradual e sob controle, visando a maturação do corpo social, sem que com isso, haja qualquer forma de desequilíbrio na ordem vigente.

Pois bem: a acentuação deste mundo de idéias na ideologia estatal centralizadora se deu através de uma acentuação do elemento positivista e dos aspectos conservadores da linguagem organicista. Dentro desta perspectiva, é palpável a adequação da metáfora organicista para expressar a visão conservadora do próprio processo de mudança que se pretende acionar, ressaltando a perdurabilidade do passado no presente, a concepção do princípio interno contido na origem, a indispensável maturação do corpo social antes da efetivação de reformas ou enxer-

¹²PECÁULT, Daniel. *op.cit.* p. 56.

¹³AZZI, Riolando. *Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 1980. p. 31. (Grifo meu).

-tos institucionais.¹⁴

A partir desta perspectiva, o positivismo encontrou lugar na defesa do Estado centralizador, visto que, “O poder estatal forte é necessário não somente para erradicar os males do passado, (...), como também para manter sob controle o próprio processo de mudança, assegurando o que porventura exista de bom.”¹⁵ O discurso de organização e harmonia social, desenvolvido pelo positivismo exerce sedução entre os pensadores autoritários, situados entre os anos 1920 e 1940. Alberto Torres é um dos intelectuais simpáticos à perspectiva do Estado como organizador da mentalidade popular, no intuito de criar a *identidade brasileira*, sendo assim o mantenedor da coesão nacional.

Estudando esse assunto, no ponto de vista da cultura geral e da utilização da cultura na formação das correntes de opinião, uma vez verificando que a sociedade dos governantes exerce, entre nós – por herança de tradição e por contingência comum a todos os povos novos – verdadeira supremacia é *inevitável concluir que estimular e desenvolver a cultura e animar sua ação sobre o meio social é dever dos que governam.*¹⁶

Oliveira Vianna transita na mesma direção, deixando transparecer sua inclinação à metodologia positivista. José Luis Beired afirma que “Lançando mãos da categoria sociológica positivista [Oliveira Vianna] construiu o que poderíamos chamar de uma 'teoria da história do Brasil', presente num todo de sua obra.”¹⁷ Entre os intelectuais do autoritarismo o positivismo tornou-se popular devido à ênfase à ordem e à organização, oferecendo suporte “científico” – qual era baseada a teoria de Comte - para a defesa de seus interesses como elite cultural responsável por guiar o Brasil.

É válido retomar a relevância dos estudos desenvolvidos pelos intelectuais, a respeito dos comportamentos e da identidade nacional do brasileiro. Neste sentido, a ferramenta mais visitada entre os pesquisadores que se enveredaram por estes campos era buscada na sociologia¹⁸. Sendo conhecido como o pilar fundador da sociologia moderna, o positivismo adquiriu a simpatia entre os intelectuais, como respaldo metodológico para as pesquisas a serem realizadas. No entanto, é válido

¹⁴LAMOUNIER, Bolívar. *op.cit.* p. 362.

¹⁵*Idem, ibidem.*

¹⁶TORRES, Alberto. *op.cit.* p. 93. (Grifo meu)

¹⁷BEIRED, José Luis Bendicho. *op.cit.* p. 79.

¹⁸Alexandre Blankl Batista alerta para o cuidado que se deve tomar quando se disserta sobre penetração do cientificismo na realidade dos intelectuais, devendo haver relativizações em relação papel científico e técnico ocupado por estes atores históricos. “Se considerarmos real o fato de que a intelectualidade passou a pensar o Brasil nos anos 1920, no sentido de propor reformas e reivindicar a construção de uma nação moderna, temos que ter cuidado de não exagerar no tom de determinismo do papel científico. De modo geral, o clamor pela racionalidade técnica era, naquele tempo, no Brasil, ainda muito incipiente, mesmo que a ciência fosse gradativamente ganhando adeptos em âmbito ideológico, especialmente entre as vanguardas.” BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* p. 31.

repisar, conforme apresenta Pecáult, que “É claro que a influência do positivismo não aparece aí por acaso; uma influência *que não implicava* – longe disso – *uma fidelidade à doutrina de Augusto Comte*.”¹⁹

No momento de entrada no Brasil, o positivismo estabelece contato com as demais ideologias proto-fascistas que estavam sendo apropriadas, adquirindo, desta forma, caráter híbrido. A doutrina comtiana moldava-se à postura política de maior predominância em cada região do território nacional. Contudo, não se deve analisar a *física social* de Comte como sendo a doutrina hegemônica nos campos político e intelectual, não estando isenta de concorrentes em condição de fazer-lhe frente.

Com a obrigatoriedade do alistamento militar, a doutrina positivista começa a declinar nas Escolas Militares, seu principal reduto. Seu ensino, de cunho civil, perdia espaço à medida que se progredia a profissionalização das Forças Armadas, prestigiando a partir de então a instrução para o combate.²⁰ O catolicismo atualizado pela encíclica papal de 1891, as correntes de pensamento de esquerda, assim como concepções distintas de corporativismo, que igualmente reivindicavam o Estado forte e ditatorial eram algumas das ideologias que se apresentavam ao contexto, como adversárias.

A entrada da Igreja em campo político na I República se faz a partir da queda da monarquia, e declaração de secularização do Estado. A hierarquia católica perde território na sociedade. Funções que no I e II Império eram delegadas à Igreja (registros de batismo, casamentos, registros de óbito, educação escolar) passam a ser realizadas por órgãos do governo. A partir de então, a hierarquia católica assume oposição ao Estado Republicano,²¹ sendo acentuada a rejeição, com a adoção do liberalismo como sistema de governo – modelo repudiado pelo Vaticano por considerá-lo catalizador da ganância e da opulência. Na Encíclica *Rerum Novarum* consta que:

A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.²²

A reação católica, a partir da renovação espiritual, assiste seu início com o enfraquecimento

¹⁹PECÁULT, Daniel. *op.cit.* p. 34-35. (Grifo meu).

²⁰*Idem*, p. 63.

²¹CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1937)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: DIFEL, 1974. p. 197.

²²Papa Leão XIII. *Encíclica Rerum Novarum*. Disponível em: www.vatican.va às 19h:45min. Acesso em: 01/06/10.

da Igreja, na segunda metade do século XIX. Antiliberal, anticomunista e defendendo anseios moralizantes a Reação Católica toma fôlego nos anos 1920, a partir do fortalecimento das ideologias de esquerda, do desenvolvimento econômico, e da modificação dos valores morais tradicionais. O filósofo cearense Raimundo Farias de Brito inicia a retomada dos espaços perdidos pela Igreja, através da luta contra os pensamentos desviantes da moral cristã, destacando em suas obras o combate às correntes materialistas de pensamento, entre as quais se encontra o cientificismo positivista.

É de crer que seja contingência humana inventar dificuldades para depois destruí-las, crear phantasmas para com os mesmos encher-se de espanto e terror. (...) No caso de Augusto Comte, por exemplo, o phenomeno é de impressionar vivamente. O preconceito positivista chegou a tornar-se uma força social. Em nosso paiz teve poder para ditar leis ao governo e impor uma fórmula sectária à bandeira da Nação. É que a nova doutrina vinha talvez em epocha de dissolução moral, e numa tal situação em que tudo o que viesse servia.²³

Influenciado pelas idéias do filósofo cearense, seu seguidor Jackson Figueiredo cria em 1922 o Centro D. Vital, força centrípeta da intelectualidade católica, mobilizando a ação política em nome da fé.²⁴ Edgar Carone afirma que o potencial de militância da “ação católica” nos primeiros anos da década de 1920 assume postura mais de crítica em detrimento da prática.

Porém, com a revolução de 1930, eles retomam violentamente a arena política: a Liga Eleitoral Católica (1933), o Centro Dom Vital e outras organizações vão liderar e controlar as atividades de grupos políticos, numa ostensiva atitude de repressão sobre todas as formas liberais e esquerdizantes. Daí seu apoio – mas não total identificação – aos movimentos integralistas e das oligarquias, traduzindo uma atitude dúbia entre conservadorismo e reacionarismo fascistóide.²⁵

Entretanto, deve-se abordar com atenção a relação estabelecida entre a hierarquia católica com os quadros do integralismo. Não é prudente interpretar o catolicismo existente no integralismo, como corrente predominante no movimento. Além disso, deve se considerar igualmente o canal de negociações privilegiado, estabelecido entre Estado e Igreja, durante o governo Vargas. Fato este que inibia em certa medida, a simpatia incondicional da hierarquia católica brasileira às fileiras do

²³ BRITO, Raimundo Farias de. *A Base Phisycy do Espírito*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1912. p. 45.

²⁴“A partir da pregação de Jackson de Figueiredo, nos anos vinte, o tradicionalismo católico muda inteiramente de figura. Primeiro faz uma profissão de fé republicana. Segundo, levanta uma bandeira aglutinadora da sociedade: a bandeira da Ordem e da Autoridade. (...) Foi nos anos 20 que esta postura melhor se definiu tendo como marco a revista a Ordem, em 1921, e a fundação do Centro Dom Vital, em 1922. (...) O Centro Dom Vital e a revista A Ordem deveriam desempenhar centro divulgador da elite econômico-cultural brasileira, que neste momento se encontrava muito próxima da Filosofia Francesa.” CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIUCRS, 2001. p. 42.

²⁵CARONE, Edgar. *op.cit.* p.197.

integralismo.

Para Francisco Martins Souza, 'a hierarquia nunca permitiu que a Ação Integralista se identificasse plenamente com a Igreja Católica. De um lado porque o Integralismo não se resumia ao tradicionalismo católico (...). De outro lado, porque Getúlio Vargas sempre negociava diretamente com a Igreja e nunca por intermédio da Ação Integralista.²⁶

Durante a Primeira República o contexto de crises econômicas e fragilidades políticas cedeu lugar, por via golpista em 1930, a um regime ideologicamente ambíguo, que ora reprimia ora atendia as demandas sociais vindas das esquerdas e das direitas. Tal indefinição política do Governo Provisório foi fértil para o surgimento ou fortalecimento de movimentos políticos extremistas²⁷. Mobilizadas pelas exterioridades das ideologias fascistas italiana e alemã, as classes médias, no Brasil, ansiosas por maior inserção nas esferas de Poder, investiram tanto nos movimentos de extrema-direita, quanto no governo varguista, também possuidor de sua liderança carismática.

Hobsbawm aponta para a superficialidade com que os fascismos no poder foram percebidos na América-Latina. Segundo o autor, foram apropriados dos fascismos, pelos movimentos e lideranças latino-americanos, apenas a deificação e o populismo na forma de agir, peculiares a Mussolini e Hitler. Segundo o historiador britânico,

(...) as massas que eles [os líderes latino-americanos] queriam mobilizar, e se viam mobilizando, não eram as que temiam o que poderiam perder, mas sim as que não tinham nada a perder. E os inimigos contra os quais eles as mobilizaram não eram estrangeiros nem 'grupos de fora' (embora seja inegável o conteúdo anti-semita no peronismo e outras políticas argentinas), mas a 'oligarquia' – os ricos, a classe dominante local.²⁸

Neste contexto de indefinições e disputas ideológicas, surge a Ação Integralista Brasileira a partir do desdobramento da Sociedade de Estudos Políticos (SEP). Fundada em 1932, a SEP possuiu duração efêmera devido ao incêndio do jornal *A Razão* - local onde se encontravam seus arquivos e fichários²⁹, comprometendo o funcionamento da organização. Porém a SEP foi de grande importância para o integralismo, fundamentando suas bases, e colocando em contato as lideranças

²⁶CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIUCRS, 2001. p. 43.

²⁷Para informações sobre movimentos de extrema-direita no Brasil, tais como o Partido Fascista Brasileiro; Ação Social Brasileira (ou Partido Nacional Fascista); Legião Cearense e outros, conferir: CARONE, Edgar. *op.cit.*; TRINDADE, Hélgio. *op.cit.* p. 111-124.

²⁸HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. p. 137.

²⁹SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. p. 23.

extremistas regionais espalhadas pelo território nacional, sendo, posteriormente, algumas delas incorporadas pela AIB.

Após a fusão de movimentos de extrema-direita tais como o *Partido Nacional Sindicalista* de Olbiano Mello, e a *Legião Cearense do Trabalho* chefiada por Jeovah Motta e Helder Câmara,³⁰ a AIB passa a ser o principal movimento de massas existente no Brasil, e conseqüentemente, o mais importante grupo de extrema-direita em ação no território nacional. Fato marcante na formação das fileiras integralistas, está no peso que a religiosidade ocupa para a adesão e no potencial de mobilização entre os integrantes, mesmo considerando as diferenças na intensidade deste fervor entre as lideranças do integralismo.

Hélgio Trindade afirma que “O fato relevante, porém é que não obstante estas diferenças de intensidade da prática religiosa, a religião, e tudo o que se vincula à filiação e à crença religiosa, é muito valorizado entre os integralistas de todos os níveis.”³¹ Em mesma obra, Trindade apresenta tabelas com dados sobre as motivações para filiação ao integralismo. São apresentadas como fatores para a adesão ao movimento dos “camisas-verdes”: o *Anticomunismo*, com 54% da média nacional; a *Simpatia/fascismo*, com 40%; o *Nacionalismo*, com 50%. Observa-se que a simpatia ao fascismo aparece apenas em terceiro lugar quando consideradas as alternativas em separado.

Quando relacionadas estas com outras variantes (*Oposição ao governo; Autoritarismo; Espiritualismo; Corporativismo; Desenvolvimento/país; Anti-semitismo*), a associação que possui a segunda maior incidência (69,5%) é o *Anti-comunismo e Espiritualismo*, perdendo apenas para o *Anticomunismo* combinado à *Oposição ao Governo* (72,0%)³². Dados que demonstram a relação ideológica estabelecida entre, não somente os integralistas, mas os opositores das esquerdas políticas como um todo, com a assimilação do comunismo ao Demônio. A demonização do comunismo fortaleceria a adesão de correntes religiosas, aos movimentos que visavam o combate às ideologias de esquerda.³³

O posicionamento católico recebeu considerável importância no arcabouço doutrinário tanto de Plínio Salgado quanto do movimento integralista. Segundo Jarbas Medeiros a religiosidade representou o diferencial entre a ideologia dos “camisas-verdes” e as concepções fascistas³⁴. Gilber-

³⁰TRINDADE, Hélgio. *op.cit.* p. 134; CARONE, Edgar. *op.cit.* p. 295.

³¹*Idem*, p. 154-155.

³²*Idem*, p. 163-164.

³³A religiosidade, assim como a demonização dos opositores, foram instrumentos importantes para as frentes anticomunistas no Brasil, de forma mais intensa entre os anos de 1930 e 1960. “Nos anos de 1930, a demonização do comunismo foi freqüente, tanto no discurso católico como no leigo. Na primeira metade da década de 1960, entretanto, o tema apareceu menos recorrente em comparação ao período anterior, o que não significa dizer que estivesse ausente.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *op.cit.* p. 50.

³⁴MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1978. p. 390. apud. SILVA, Giselda Brito. *op.cit.* p. 69.

-to Vasconcelos, no entanto, revela-se descrente quanto a este ponto de vista, afirmando que é natural nas ideologias fascistas a fusão das mais diversas correntes de pensamento, no intuito de articular sua visão de mundo. Esta “salada teórica”, conforme o autor de *Ideologia Curupira*, é realizada “em virtude do extremado irracionalismo” que acomete os movimentos fascistas. Sobre o integralismo, Vasconcelos disserta que:

Apresentá-lo como 'ideologia eclética' para designar o fato de ter se abeberado das mais diversas fontes, nacionais e estrangeiras, como o fez Trindade, acaba por deixar no ar a questão de sua especificidade, posto que todo discurso fascista ostenta inelutavelmente – que floresça num país hegemônico ou periférico – uma 'salada teórica', isto é, uma ideologia heteróclita em virtude de seu extremado irracionalismo.³⁵

Ricardo Benzaquen de Araújo, por sua vez, revela que embora a discurso integralista seja revestido pela superfície fascista, há pontos da teoria do Chefe integralista que merecem ser observados, no intuito de enriquecer o debate.

Se por um lado, a crítica de Plínio Salgado era praticamente idêntica a do conservadorismo, por outro, sua insistência numa completa transformação da vida social no Brasil e no Mundo, num corte absoluto com todas as tradições anteriores, (...), levava-me a questionar a perspectiva [de que o integralismo seria a assimilação nacional do fascismo] que vinha até então adotando.³⁶

É fortuito atentar para que, embora Plínio Salgado fosse o chefe da AIB, suas teorias não exerciam influência hegemônica no movimento. *Grosso modo*, o conjunto doutrinário da Ação Integralista pode ser fragmentado em três frentes principais, delineadas pelo pensamento de Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Embora seja comum entre os três pilares do integralismo as preocupações com a expansão do comunismo; com a fragmentação nacional imposta pelo liberalismo e pelo federalismo; e com a corrupção moral posta em prática pelo materialismo cosmopolita, estes pontos são abordados de maneira singular por cada autor.

O pensamento de Plínio Salgado é tomado pela abstração, com discursos metafóricos e revestidos de imagens hiperbólicas contra os comunistas, o cosmopolitismo e o capitalismo liberal. Como forma de modificar a sociedade, professava a *Revolução Espiritual* guiada pela *Idéia-Força*. Sobre esta revolução buscada por Plínio:

Verifica-se hoje o desequilíbrio, o desenvolvimento do ângulo mal presentido ao

³⁵ VASCONCELOS, Gilberto. *op.cit.* p. 50.

³⁶ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *op.cit.* p. 19-20.

alvorecer do grande século do individualismo e do liberalismo.

Por isso, a Revolução (direito sagrado do Espírito, interferência da Idéia Autônoma, golpe de Homens Superiores animados pela soberana fôrça do Pensamento) é hoje, como foi sempre, universal.³⁷

As interferências do meio católico onde foi criado, influências pessoais, e instrução auto-didática, fizeram-se presentes no pensamento de Plínio, que por vezes tende à religiosidade – revestindo sua teoria de abstração e carga metafísica³⁸ -, e à contradição³⁹ doutrinária.

Miguel Reale, de forma contrária ao líder da AIB, apresenta sua compreensão a respeito do integralismo - destacando sua dissertação sobre a interpretação sobre o Estado Integral - de maneira formal, revestida de aparato jurídico, sem esconder, no entanto, sua simpatia pelo Estado Fascista italiano⁴⁰. Desta forma, Reale se consolida como o principal teórico do integralismo.

A compreensão de Gustavo Barroso sobre o integralismo, possui igualmente suas especificidades. A Revolução Espiritual, assim como na doutrina de Plínio Salgado, se faz presente em Gustavo Barroso, porém, o líder das Milícias Integralistas formula seu pensamento remetendo-o ao período medieval, imbuindo sua teoria de tonalidades conservadora e anti-semita.⁴¹

Nos textos doutrinários, Gustavo Barroso busca apresentar regras de comportamento, que segundo Rodrigo Santos Oliveira, não se evidenciam nos pensamentos de Salgado. No entanto, a demonstração central de heterogeneidade teórica entre Plínio Salgado e Gustavo Barroso encontra-se no posicionamento e compreensão do integralismo diante dos movimentos fascistas europeus. Segundo Santos Oliveira,

³⁷SALGADO, Plínio. *Psicologia de Revolução*. in. *Obras Completas*. Vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. (Primeira edição de 1933). p. 38.

³⁸“Se não cai uma folha sem que seja permissão de Deus, segue-se que tudo o que se verificou na História obedeceu a um pensamento superior. Lutamos contra o mal; mas às vezes êste triunfa. É o mistério, que a nossa compreensão limitada no tempo e no espaço não pode penetrar” *Idem*, p. 13.

³⁹O conceito de classe é bastante fluido nas obras de Plínio Salgado, ora sendo defendida sua inexistência, ora afirmando a realidade das classes – geralmente como sinônimo de profissão, ou agrupamento corporativo. Exemplo destes dois aspectos descritos, podem ser observados em uma mesma obra. Em *Palavra Nova de Tempos Novos*, Salgado escreve: “O marxismo prestou-nos o serviço de mostrar que não há classes. (*sic!*)” mas algumas páginas depois, Salgado apresenta a seguinte frase: “A Classe é uma realidade? Também não o negamos.” SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. in. *Obras Completas*. Vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. (Primeira edição de 1937). p. 212-233.

⁴⁰TRINDADE, Hégio. *op.cit.* p. 229-237.

⁴¹“Assim, ele [Gustavo Barroso] vai situar sua revolução espiritual em plena Idade Média, sede de seu cristianismo totalitário que supostamente deveria encerrar todos os conflitos, congelar o tempo e uniformizar os homens em torno de um ideal comum.

Sucedo apenas que, se a fôrça da mensagem cristã foi suficiente para fazer com que as várias etnias que se misturavam no Ocidente medieval abandonassem as suas heranças particulares, identificando-se sob o mesmo credo, ela, porém, não teve condições de convencer a uma raça singular, de origem oriental, a seguir o exemplo das demais.

E foi exatamente essa raça, a judia, que, impulsionada por anseios materialistas, comandou a dissolução do espiritualismo medieval, criando a modernidade, o capitalismo e o comunismo, (...). Em decorrência disso, Gustavo Barroso acaba por assumir, ao contrário de Plínio Salgado, uma posição decididamente restauradora, restauração buscada obviamente, através da neutralização ou da liquidação dos únicos culpados, os judeus.” ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *op.cit.* p. 108-109.

Já em *O Integralismo e o Mundo*, o autor [Gustavo Barroso] discorre sobre a difusão do fascismo no mundo, país por país. Coloca o integralismo como expressão do fascismo no Brasil. Neste ponto, mais uma vez, ele entra em discordância com a visão “oficial” do movimento – leia-se Plínio Salgado – que pregava que o integralismo não era fascismo. (...). Nestas obras, ainda apresenta, mesmo que de forma “diluída”, porém com certa constância, a questão do anti-semitismo, que se fará de forma central em outras obras, (...) - e que não encontramos grande incidência em Salgado e Reale.⁴²

A heterogeneidade no interior da AIB não se manteve apenas quanto à influência filosófico-doutrinária de seus principais líderes. A doutrina integralista, ao longo do território brasileiro, manifestava-se de formas distintas - ora através de tendências religiosas, ora por configuração abertamente nazi-fascista.

Na região Nordeste, os aspectos anticomunista e religioso foram predominantes, sendo o processo de repressão aqui justificado como mecanismo de luta contra a desordem praticada pelos integralistas, especialmente após 1937. A questão nazista também vai influenciar após 1939, mas o peso é inferior em relação a outras regiões apesar de termos localizado atividades nazistas de certa representatividade em Paulista. Entretanto, de modo mais geral, o componente anticomunista, nacionalista e religioso teve um peso grande as atividades integralistas em Pernambuco.⁴³

Diante destas distinções teóricas e práticas inseridas no interior do integralismo, havia a necessidade de dar coesão à doutrinação do movimento em extensão nacional. Ritos, símbolos e jornais integralistas exerceram função fundamental para a unidade doutrinária dos “camisas-verdes”, zelando para que, em vista da especificidades culturais presentes nas sedes integralistas espalhadas pelo território brasileiro, o movimento não se fragmentasse.

Ao consultar *O Monitor Integralista* – veículo de informação oficial da Ação Integralista⁴⁴ -, destaca-se a minúcia com que ritos e códigos de identificação são descritos, no intuito de distinguir os membros da AIB do restante da população. Sobre os uniformes, forma direta de se detectar um integrante do movimento, há extensa descrição de como a vestimenta do militante integralista deve ser composta:

Capítulo VIII-Dos Uniformes (Estatutos da Ação Integralista Brasileira, aprovados

⁴²OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa Integralista: Imprensa Militante (1932-1937)*. Rio Grande do Sul: tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela PUC-RS, 2009. p. 262

⁴³SILVA, Giselda Brito. *op.cit.* p. 34.

⁴⁴Segundo o Art. 9º dos Estatutos de 1934, da Ação Integralista, aprovados no Congresso de Vitória “A secção do 'Monitor Integralista' funciona directamente ligada ao Chefe Nacional, e é dirigida por um Chefe, que é o director do boletim official.” no artigo 11º do mesmo estatuto, há: “O 'Monitor Integralista' só publicara actos, notas e noticias officiaes e, em nenhuma hypothese artigos, mesmo de doutrina ou estudos.” *O Monitor Integralista*. Primeira quinzena de Dezembro de 1934. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP. Fundo Plínio Salgado. 131.021-131.038 038.

em 1934): “XXXII – Os uniformes serão: 1º) Camisa de côr 'verde-inglez', de collarinho pregado, e prêso por botões nas pontas; passadeiras de 6cms na ponta e 5 na base, que deve ser em semi-circulo terminando a 1 cm do collarinho; dois bolsos á altura do peito, com pestanas rectas abotoadas; no terço médio do braço esquerdo um circulo branco com 9,5 cms. de diametro circundado por um vivo preto de 9,5 cms. de largura e sob o campo branco um 'sigma' preto cujas dimensões serão de 7 cms. por 6; - 2º) Gravata preta lisa cahindo até próximo ao cinto;- 3º) Gorro verde de duas pontas, com distintivo identico ao do braço, do mesmo lado, co as seguintes dimensões: 7 cms. para o diametro do círculo, 0,5cm. para o friso envolvente, e 5 cms. por 3 para o 'Sigma'; 4º) Calças pretas ou brancas conforme o clima ou a estação, devendo os E.M. [Chefes de Estado Maior] providenciarem no sentido do uso do uniforme das calças, de accordo com Directivas Especiaes; 5º) Cintos e sapatos pretos de preferência.⁴⁵

Tamanho detalhamento opera-se para identificar os militantes entre si, perpetuando laços de solidariedade, fraternidade e memória coletiva. Segundo Patrícia Schmidt, “Além das padronizações, os ritos geram um sentimento de pertencimento no indivíduos, que se sentem pertencendo a uma comunidade, criam relações de sociabilidade.”⁴⁶ Portanto, a incitação ao imaginário coletivo estava longe de ser restrita à uniformização, abrangendo o cotidiano e as ocasiões especiais da vida do militante.

Os rituais integralistas expandiram-se para além do movimento em circunstâncias tais como batismos, casamentos e funerais de militantes da AIB, infiltrando-se em cerimônias religiosas e civis. Durante o casamento de membros do movimento, por exemplo, Rosa Maria Cavalari expõe que

No ato religioso, que deveria ser realizado na igreja ou templo, salvo motivo de força maior, a noiva deveria estar vestida *conforme a tradição brasileira, isto é, com o próprio vestido de noiva, grinalda e véu, trazendo o distintivo integralista ao lado do coração* e o noivo deveria trajar camisa verde e calça preta.⁴⁷

A incorporação dos rituais e símbolos integralistas à vida privada do militante era promovida com o objetivo de despertar a identidade interna dos integrantes do movimento. Além disso, Gilberto Calil afirma que: “Os rituais tinham como função ainda o disciplinamento hierárquico, treinando os integralistas para a disciplina e o acatamento de ordens superiores. Os mais conhecidos são a saudação e o uso do uniforme. A saudação integralista (*Anauê!*) reunia as função de identidade e hierarquização.”⁴⁸ A hierarquia era assunto tratado com máxima seriedade

⁴⁵ O Monitor Integralista. Primeira quinzena de Dezembro de 1934. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP. Fundo Plínio Salgado. 131.021-131.038 038.

⁴⁶SCHMIDT, Patrícia. *Plínio Salgado: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. p. 118.

⁴⁷CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1990. p. 175-176 (Grifo do original). Para demais rituais, tais como *A Vigília da Nação; A Noite dos Tambores Silênciosos; As Vigílias de Abril*, conferir: *Idem*, p. 163-211; TRINDADE, Hégio. *op.cit.* p. 196-207; SCHMIDT, Patrícia. *op.cit.* p. 117-127.

⁴⁸CALIL, Gilberto. *op.cit.* p. 33.

pelo líder da AIB, alertando aos seus subordinados

Nunca deixará de cumprir uma ordem de seus superiores, desde que ela não fira os princípios cristãos que se baseia o nosso movimento, *porque uma ordem certa e discutida torna-se mais pernicioso do que uma errada e cumprida*, porque esta pelo menos prestigia o princípio da autoridade e revela em quem obedece um triunfo sobre si próprio.⁴⁹

Neste sentido, os jornais integralistas desempenharam tarefa fundamental para legitimar a hierarquia integralista - cujo topo era ocupado por Plínio Salgado – e assim disseminar as ordens emitidas pelo chefe. Os jornais integralistas assumiam função de transmissores da doutrina de maneira uniforme, com a finalidade de mantê-la intacta e coesa, independente da localidade em que a AIB fixasse suas sedes. Cavalari afirma que “Os jornais do interior, aqueles que chegavam ao militante mais distante, eram organizados de modo a reproduzir os jornais maiores, editados nos grandes centros onde se concentrava a elite dirigente do Movimento.”⁵⁰

A imprensa para o integralismo cumpria a função de propagar a doutrina do Sigma, realizando a massificação de seus receptores. Os meios de divulgação de informações eram submetidos ao *Departamento de Propaganda* - o que significa que a propaganda e as informações possuíam valor semelhante no movimento integralista, sendo tratadas pelo mesmo órgão. Neste sentido, o *Departamento de Propaganda* possuía diretrizes rígidas e centralizadas, que emanavam da chefia nacional, ocupada por Plínio Salgado, e se espraiavam para as demais *Províncias*.

1-transmitir às Províncias as ordens e directivas do Chefe Nacional;
2-fiscalizar e orientar as actividades dos Departamentos Provinciales;
(...)
5-nomear, dirigir e exonerar, de accordo com a chefia nacional os auxiliares do secretariado;⁵¹

Portanto, Salgado entendia, ser função da imprensa nacional a doutrinação das massas populares, em meio ao contexto de indecisão política que se instalava no país. Segundo Plínio, seria dever da imprensa a instrumentalização doutrinária (mas não política) da população “(...) com a garantia da paz, da harmonização de tôdas as forças econômicas e sociais, num rumo de superior finalidade política.”⁵² Tal conclusão remete ao conservadorismo imerso na liderança integralista, no

⁴⁹SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. in. *Páginas de Ontem*. p. 190 (Grifo meu).

⁵⁰CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *op.cit.* p. 79.

⁵¹*O Monitor Integralista*. Primeira quinzena de Dezembro de 1934. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP-Fundo Plínio Salgado: cx 131.021-131.038

⁵²SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. in. *Obras Completas*. Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955 (primeira edição de 1935.) p. 133-134.

intuito de afastar as massas de assuntos políticos, porém, popularizando a doutrinação. Em suma, a partir da apresentação de alguns aspectos da AIB, entre os anos de 1932-1937 (período de existência legal), observa-se a formação e o recrudescimento de uma instituição para-estatal, centralizada nas mãos do Chefe Nacional.

Demonstrados de maneira breve os aspectos das segmentações ideológicas internas, entre Salgado, Reale e Barroso; expostas as formas de disseminação doutrinária, e a preocupação na manutenção de sua unidade; assim como apresentado de forma ligeira a importância dos rituais, das cerimônias e da imprensa para a hierarquia integralista, passa-se agora para a abordagem mais detalhada a respeito da elaboração doutrinária do Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira.

1- “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: BASES E FUNDAMENTAÇÃO DO PENSAMENTO DE PLÍNIO SALGADO

Após ser apresentada, de maneira breve, a organização política e ideológica da AIB, pretende-se a partir de então, concentrar-se no conjunto doutrinário desenvolvido pelo Chefe dos “camisas-verdes”. Serão exploradas as derivações teóricas apropriadas por Salgado, no intuito de articular as bases de sua corrente de pensamento no interior da Ação Integralista. Assim sendo, há o objetivo de tecer análises a respeito de alguns dos autores e teorias citados com recorrência por Plínio em suas obras, examinando as formas como tais referências surgem em seus textos, e qual a função destas citações para o corpo doutrinário do integralismo, conforme defendido pelo chefe integralista.

Conforme visto anteriormente, a ideologia de Plínio Salgado, assim como o arcabouço teórico de Miguel Reale e Gustavo Barroso, apresenta singularidades na construção da retórica, e discurso intelectual legitimatórios na sustentação integralista. O pensamento doutrinário de Salgado sofre inserção de conteúdos heteróclitos - e por vezes conflitantes entre si - em razão de sua formação intelectual auto-didática. O componente religioso é recorrente nas obras de Plínio, desenvolvendo-se de três formas básicas.

A primeira delas é observada através da experiência familiar, quando o chefe integralista narra momentos de sua infância, ou fatos anteriores ao seu nascimento, com o objetivo de demonstrar a tradição católica arraigada a sua família.

Aquela igreja, de cuja comissão construtora fêz parte meu avô, em 1849, e que abrigou, desde então, a imagem de São Bento trazida da Guarda Velha em 1828, lembrava-me que esta fé religiosa, êste amor ao Cristo que vive em mim, foi certamente fruto do ambiente familiar em que respirei desde que abri os olhos à vida.¹

A segunda forma que a religiosidade aparece nas obras de Plínio Salgado se concentra na influência das leituras por ele realizadas, entre as quais destacam-se as obras de Farias Brito, filósofo cearense do período de transição dos séculos XIX para o XX. O foco central das obras deste pensador estava no combate ao materialismo e ao cientificismo, em defesa dos valores morais cristãos e do espiritualismo. Nos finais da década de 1920, Salgado explicava que,

¹SALGADO, Plínio. *Viagens pelo Brasil*. in. *Obras Completas*. Vol. 4. São Paulo: Editôra das Américas, 1954. p. 152.

Nôssas leituras eram tôdas marxistas. Não cheguei a ficar comunista, porque as 'novidades' do materialismo histórico já me tinham fascinado aos dezessete anos, quando lia Buchner, Lamarck, Haeckel, Le Bon, devorando a filosofia de Spencer, na qual encontrava, agora, tanta afinidade com a obra de Marx. *A recordação das páginas de Farias Brito despertava porém no meu espírito.*²

A última expressão do catolicismo nas obras de Plínio Salgado se faz através das encíclicas papais. As pregações referentes às encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) ocorre ao longo dos textos de Salgado. Devido à combatividade da carta de Leão XIII em 1891, contra o liberalismo e o comunismo, Salgado a cita com maior frequência, buscando demonstrar fidelidade da sua teoria integralista com os ensinamentos do pontífice. Exemplo desta busca pela consonância é observado em *Doutrina do Sigma*:

Já Leão XIII, em meados do século passado, referindo-se às providências repressivas que os governos adotam quando dão conta de sua própria fraqueza, lembra que elas não são as mais indicadas como remédio à desordem, cujas causas são muito mais profundas. A suprema autoridade da Igreja Católica diz mesmo, textualmente, que a “repressão leva ao desespero; o desespero leva à audácia; a audácia leva aos crimes mais monstruosos”.³

Entretanto, a religiosidade não é o único conteúdo que toma forma no interior da ideologia integralista concebida por Plínio Salgado. O integralista lança mãos de autores como José Vasconcelos, incentivando o caldeamento étnico e visando inibir o preconceito racial, quando disserta que “O preconceito da superioridade das raças, lembra José Vasconcelos, é um argumento de combate.”⁴; mas, por outro lado, faz referências a Oliveira Vianna – intelectual de pensamento racista, defensor da tese de degenerescência do elemento mestiço na sociedade brasileira. Vianna afirma em *Populações Meridionais do Brasil*:

Esse sentimento de decoro pessoal é peculiar à alta classe agrícola. O baixo povo não o possui. Ao contrário do que acontece com os camponeses peninsulares, pode-se dizer, de um modo geral, que não há entre nós, nos campos, nas camadas inferiores, homens graves. O elemento mestiço, que prepondera na plebe rural, não prima de modo algum, de respeitabilidade. (...). É, alias, essa mestiçagem, tida como desprezível, de capadócios e moleques, assim em contato imediato com a nobreza fazendeira, outra causa que reforça a sua preocupação de decoro e severidade.⁵

Esta heterogeneidade de correntes de pensamentos presente em sua construção teórica para o

²SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. in. *Obras Completas*. Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 17-18. (Grifo meu).

³SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. in. *Páginas de Ontem*. p. 194.

⁴SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. p. 41.

⁵VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: Populações rurais do Centro-sul*. p. 53.

integralismo é acentuada diante da pluralidade de temas abrangidos (a religiosidade; o cosmopolitismo; o materialismo em suas múltiplas facetas; a deterioração dos valores morais), que intercedem-se ao longo do desenvolvimento teórico-doutrinário de Plínio. Esta característica tende a dificultar a análise dos conteúdos apresentados na literatura produzida pelo chefe integralista, quando organizados em classificações temáticas artificiais, ou seja externas às feitas por Plínio, visto que os temas apresentados encontram-se intercalados em suas obras.

Desta forma, para se explorar as bases do pensamento de Plínio Salgado, optou-se por lançar mãos da criação de categorias, através do lema “Deus, Pátria, Família” - bandeira doutrinária da AIB. A partir da decomposição deste tripé doutrinário, se observará conteúdos presentes na concepção religiosa e moral; a forma como se apresenta o nacionalismo, o projeto de Estado Integral e o aparelhamento deste; e, complementar a este último, a definição do corporativismo visado por Salgado para o Estado Integral, cujo ponto central estaria situado na instituição familiar. Assim sendo, este capítulo se dividirá em três partes: Deus; Pátria; e Família.

1.1- DEUS: A REPERCUSSÃO DAS PREGAÇÕES DE LEÃO XIII E DA FILOSOFIA DE FARIAS BRITO NA DOCTRINA INTEGRALISTA DE PLÍNIO SALGADO

Neste tópico, serão abordadas as influências religiosas presentes nas obras de Plínio Salgado, e suas críticas ao materialismo que se sobrepunha à moral religiosa e à espiritualidade. Analisar-se-á a presença da fé católica na obra de Plínio, exercida tanto pela carta papal *Rerum Novarum* quanto pela filosofia do autor cearense Raimundo Farias Brito.

No contexto de retomada de forças da “reação católica” no Brasil, entre os anos de 1920 e 1930, o integralismo surge como amparo para a hierarquia católica. O discurso atrelado à religião, diante do cenário internacional de polarização ideológica entre os extremismos de direita e de esquerda, por vezes conduziu os católicos para a militância no integralismo, como forma de fortalecer a intenção política adotada pela renovação religiosa inaugurada entre os finais do século XIX e início do século XX.

Isto torna evidente ao observar o depoimento deixado pelo padre Hélder Câmara sobre a simpatia despertada pelo integralismo. O clérigo católico justificava sua adesão em razão do acirramento ideológico vivido, e o suposto lugar diferenciado ocupado pelo integralismo, diante da-

-quelas posturas de extremismo. Segundo Hélder Câmara “o mundo parecia dividir-se entre comunismo e forças da Direita. Quando surgiu o integralismo, anunciando Deus, Pátria e Família, eu achei aqueles ideais bastante coincidentes com o que eu tinha aprendido no Cristianismo.”⁶

Portanto a identificação dos preceitos religiosos no movimento de Plínio Salgado, auxiliou a adesão de simpatizantes católicos, como forma de combate ao materialismo. A coincidência entre os pilares da “reação católica” e a fórmula de anticomunismo, antiliberalismo, e retomada das tradições morais cristãs, trouxeram bons frutos para a AIB. Por intermédio da citação retirada de Alexandre Blankl Batista, conclui-se que

A AIB propagou-se celeremente nos meios católicos, atingindo várias regiões do Brasil e deixando realmente exitantes vários membros da hierarquia católica. Para a Igreja o integralismo assemelhava-se aos poços artesianos que 'nascem no mesmo lençol oculto no seio da terra, sobe irresistível, em altos jatos do subsolo em todos os Estados do Brasil.’⁷

No entanto, a simpatia e adesão da hierarquia católica às forças integralistas, passado os primeiros momentos, esteve longe de ser incondicional, haja vista o canal de negociações que fora estabelecido pela Igreja com o governo Vargas. A partir dos veículos de informação e articulação políticos católicos, tais como, respectivamente, a revista *A Ordem* e o Centro D. Vital as ações da “reação católica” preservaram-se independentes da tutela integralista, possuindo seu próprio interlocutor para dialogar e realizar demandas ao Poder Central. Embora o integralismo despertasse simpatia inicial em Alceu Amoroso Lima⁸, o então responsável pelo Centro Dom Vital não abdicou

⁶Câmara, *apud* RIVAS, Leda. *Gilberto Osório: um homem do renascimento*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001 (Perfil Parlamentar, século XX. v. 9.). p. 67. *apud*. Brito, Giselda Silva. *op.cit.* p. 69.

⁷TONINI, Veridiana M. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1957)*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 43. *apud*. BATISTA, Alexandre Bankl. *op.cit.* p. 37.

⁸“No artigo *Catolicismo e integralismo*, Tristão de Athayde [ou Alceu Amoroso Lima] aponta qual a atitude a ser tomada pelos católicos em face do movimento. Coloca a compreensão e a participação como atitudes ideais, observado que o integralismo possui os mesmos inimigos (comunismo), e amigos (Deus, Pátria e Família) que a Igreja. Apresenta três condições indispensáveis à filiação do católico ao movimento: predomínio da consciência católica sobre a política, real vocação política e nenhuma vinculação com a Ação Católica.” (VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem: uma revista da doutrina política e da cultura católica*. in. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro:FGV. jul./set., 1978. p. 142. *apud*. BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* p. 38-39.) Entretanto, constata-se que esta simpatia ao integralismo fora somente momentânea, caindo o movimento em descrença após o ano de 1945. Rodrigo Christofolletti disserta que “Não bastasse as referências nada lisongeiros publicadas pelo *Estado de S. Paulo*, a revista católica *A Ordem*, que na época era dirigida por Alceu Amoroso Lima, passou a publicar em seus editoriais, desde de 1945, um veemente repúdio à reorganização integralista. O seu ressurgimento foi considerado pela revista como 'um grave erro, que nem mesmo o surto comunista poderia justificar.' (*A ORDEM*, 1957:168). Ainda segundo a revista, tratava-se de um 'claro retardamento da evolução democrática, um incentivo à propagação comunista, daí concluir enfaticamente: 'neste setembro negro nos opomos enfaticamente ao integralismo.'” CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Breves Comentários sobre a Historiografia do integralismo no pós-guerra e o Cinquentenário de publicação da Enciclopédia do Integralismo*. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 373 (p. 365-386).

da autonomia política e influência estratégica conquistada diante do governo de Getúlio Vargas.

Por outro lado, apesar de servir-se do catolicismo como forma de propaganda política, no intuito de atrair novas adesões, o integralismo negou sua vinculação direta com a religião, após o Congresso de Vitória ocorrido em 1934. Neste, foi decidida a independência da Ação Integralista Brasileira com relação à Igreja. No artigo 2º do Estatuto Integralista aprovado em 1934, expondo a finalidade da Ação Integralista Brasileira, há no inciso 3º “**na ordem moral** a cooperação espiritual de *tôdas* as forças que defendem as idéias de Deus, Pátria e Família.”⁹ Sendo confirmada por Plínio Salgado a negação ao monopólio religioso do catolicismo no interior do integralismo, quando conclama a todas as religiões cristãs a combaterem juntas o perigo materialista que colocava em risco a nação.

É isso que se chama “ordem espiritual e moral”, confraternização de “todos os que, acreditando num Deus, fazem d’Ele o fundamento de toda ordem social” conforme diz a Encíclica de Pio XI, cujo texto foi compreendido pelos Integralistas tanto católicos, como luteranos, presbiterianos e espíritas, pois hoje formamos a frente única espiritual, arreatada pela bandeira de Deus, da Pátria e da Família, disposta a todos os sacrifícios para salvar a Nação das garras do materialismo do século.¹⁰

Segundo Gilberto Calil, o veto à idéia do integralismo em consolidar-se movimento confessional estaria atrelado à razão de, se assim fosse feito, haver a restrição à entrada de simpatizantes vindos de outras religiões, e de regiões de colonização européia, onde o catolicismo não fosse predominante. Desta forma, a rejeição em consolidar-se movimento confessional cumpriu papel estratégico, com o objetivo de ampliar o potencial de arregimentação exercido pela AIB, não significando, no entanto, a ruptura com os aspectos religiosos que permeavam a doutrinação do integralismo. Gilberto Calil entende que

Salgado, no entanto, avaliava que o caráter confessional (que alguns atribuíam ao movimento) limitava sua eficácia, especialmente nas regiões de colonização germânica. A AIB afirmou-se espiritualista e cristã, abrindo o integralismo às religiões da reforma e rejeitando a opção por um partido confessional, sem no entanto, abrir-se às religiões não-cristãs, consideradas usualmente como bárbaras e avessas à tradição nacional.¹¹

A intervenção de elementos dispostos em encíclicas papais continua persistente nas obras do chefe da AIB, mesmo após a decisão aprovada no Congresso de Vitória, de não imbuir o movimen-

⁹O *Monitor Integralista*. Primeira quinzena de Dezembro de 1934. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP- Fundo Plínio Salgado: cx 131.021-131.038. (Itálico meu)

¹⁰ SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. in. *Páginas de Ontem*. p. 196.

¹¹CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. p. 43.

-to de feições ideológicas puramente católicas. A utilização das epístolas papais por Plínio Salgado, realizava-se diante da teorização em defesa da família, diante do assédio exercido pelo Estado, e pela condenação do socialismo e sua afronta à propriedade privada. Portanto, ao se observar a Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, temos que:

Assim, este direito de propriedade que Nós, em nome da natureza, reivindicamos para o indivíduo, é preciso agora transferi-lo para o homem constituído chefe de família. Isto não basta: passando para a sociedade doméstica, este direito adquire aí tanto maior força quanto mais extensão lá recebe a pessoa humana.¹²

Nesta epístola papal, há a legitimação da iniciativa do Estado em intervir no seio familiar, somente no intuito de reduzir ou retirá-la da situação de dificuldade, não devendo ser esta intervenção, de forma alguma, permanente, segundo o Papa Leão XIII. Outro ponto que reverberará na doutrinação integralista feita por Plínio, está na interpretação dada à propriedade, como direito essencial da família. Atentando contra a propriedade, se estaria, segundo a Encíclica *Rerum Novarum*, dissolvendo os laços familiares. Lançando mãos deste argumento, há a condenação pela Encíclica de 1891, da violação da família pelo Estado, associando esta ação à iniciativa socialista.

Querer, pois, que o poder civil invada arbitrariamente o santuário da família, é um erro grave e funesto. Certamente, se existe algures uma família que se encontre numa situação desesperada, e que faça esforços vãos para sair dela, é justo que, em tais extremos, o poder público venha em seu auxílio, porque cada família é um membro da sociedade. (...). Não é isto usurpar as atribuições dos cidadãos, mas fortalecer os seus direitos, protegê-los e defendê-los como convém. Todavia, a acção daqueles que presidem ao governo público não deve ir mais além; a natureza proíbe-lhes ultrapassar esses limites. A autoridade paterna não pode ser abolida, nem absorvida pelo Estado, porque ela tem uma origem comum com a vida humana. (...). Assim, substituindo a providência paterna pela providência do Estado, os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços da família.”¹³

Salgado, por sua vez, ao dissertar sobre a formação de seu Estado Integral, expressa-se em consonância com a Encíclica de 1891, condenando o acesso irrestrito do Estado ao âmbito familiar, associando a propriedade, tal como a carta papal, à família. Em *A Quarta Humanidade* têm-se que “O conceito do afeto, da honra, da inviolabilidade da família colocam o Homem a salvo, não só das arremetidas individuais de seus símiles, mas da própria arremetida do Estado.”, acrescentando que

A Família é a defesa moral do Homem que só em razão dela, ele não se animaliza e só pelo seu respeito não se escraviza. Consequentemente sustentamos o princípio

¹²Papa Leão XIII. *Encíclica Rerum Novarum*.

¹³*Idem*.

da propriedade. Porque ela é a garantia da Família, a defesa material do indivíduo e o elo concreto através o qual as gerações se ligam.¹⁴

Entretanto, a relação entre a fé católica e a doutrinação de Plínio Salgado não opera somente como reflexo das pregações das Encíclicas papais. Há a contribuição de Raimundo Farias Brito nos conteúdos teórico-doutrinários apresentados por Salgado. Farias Brito teve seus pensamentos recuperados após a criação do Centro D. Vital, em 1922 – portanto, cinco anos após a morte do filósofo -, por seu discípulo Jackson de Figueiredo.

Desta forma, a filosofia de Farias Brito foi recrutada pela “reação católica”, agregando funções imprevistas pelo seu autor. Às obras do cearense, foram adicionadas interpretações políticas, das quais o filósofo, em vida não estava familiarizado. Esta cooptação ideológica feita pelos intelectuais católicos, resultou em distorções no pensamento de Farias Brito, que direcionaram-no, à revelia de sua vontade, para a militância de valores conservadores e de extrema-direita, ressonância dos anseios autoritários, tradicionalistas, anticomunistas e antiliberais presentes nos intelectuais que fizeram parte do Centro Dom Vital, ou estiveram a ele associado de alguma forma. Blankl Batista percebe que:

A grande e confusa polêmica feita em torno das obras de Farias Brito, sem dúvida, teve origem na apropriação das idéias do filósofo, feita pelos intelectuais católicos nas décadas de 1920 e 1930. Construindo uma interpretação estreita aos seus interesses ideológicos, eles consideraram o intelectual cearense como um intérprete da realidade brasileira, tarefa que ele não se propôs a fazer, segundo opinaram de modo consensual os estudiosos que, posteriormente, se ocuparam da análise de seu pensamento, em especial, aqueles da década de 1960.¹⁵

Assim, o filósofo cearense passa a ser disputado como precursor de correntes conservadoras e autoritárias, tais como respectivamente, o Centro D. Vital, defendendo a herança deixada ao seu discípulo, Jackson de Figueiredo; e o integralismo, onde Plínio Salgado aponta Farias Brito como o profeta do movimento qual chefia. Como reflexo desta necessidade de trazer o filósofo para o integralismo, Plínio atribui-lhe papel de predecessor do movimento:

Em 1914, antes da Grande Guerra, Farias Brito profetizou o advento do Integralismo Brasileiro, escrevendo estas palavras: “Ouve-se com que o ruído de uma música distante, a harmonia longínqua de um canto de guerra, como a anunciar a invasão de um exército salvador, em campo de batalha onde já começavam a fazer sentir os efeitos desastrosos da desolação e do terror, a previsão e certeza da vitória do inimigo. Despertam energias ocultas que dormiam ignoradas no fundo de nossa consciência.” Esse exército é constituído pelas novas gerações integralistas, pelos homens novos, batedores dos Tempos Novos, anunciadores da

¹⁴SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 110.

¹⁵BATISTA, Alexandre Bankl. *op.cit.* p. 111.

próxima alvorada humana.¹⁶

Nas obras de Farias Brito, há a oposição ao materialismo, ênfase à doutrina positivista, de modo que Plínio Salgado utiliza dos pensamentos do filósofo cearense como reforço às suas mobilizações à luta ao liberalismo e ao comunismo. Ligado ao combate ao materialismo, tanto na obra do filósofo quanto nos escritos do chefe integralista, estava a crítica à ciência, diante da oposição desta à filosofia metafísica.

Farias Brito distingue dois tipos de ciência, afirmando que: “Eu chamo de Psicologia a ciência do espírito, e entendo por espírito a energia que sente e conhece, e se manifesta, em nós mesmos, como consciência, e é capaz, pelos nossos órgãos, de sentir, pensar e agir.”¹⁷ Desta forma, Brito acredita na intervenção direta do espírito nas ações humanas. Conceitualização que foi requisitada por Plínio para consolidar sua explicação em torno da compreensão da Revolução. A este respeito, há em *Psicologia da Revolução* que “Tôdas as revoluções são atos ideais, porque tôda a alteração na marcha social pressupõe a autonomia da Idéia, o seu valor intrínseco, a sua prevalência sôbre as forças desencadeadas pelo determinismo dos fatos.”¹⁸

Retornando à discussão sobre o materialismo e a metafísica, levantada pelo filósofo cearense e levada por ele para o campo das “ciências”, Brito disserta sobre o caráter desagregador exercido pela “ciência da matéria”, em oposição à “ciência do espírito”:

(...) a ciência do espírito difere radicalmente das ciências da matéria e jamais poderá ser como estas, reduzida a sistematizações rigorosas e a fórmulas precisas. Além disto, difere também essencialmente das mesmas por suas significação prática. Com relação às ciências da matéria pode dizer-se que o conhecimento é generalizado em conceitos e sistematizados em leis, e ao mesmo tempo consolidado em livros.”¹⁹

Salgado mais uma vez lança mãos da filosofia de Farias de Brito como forma de respaldar sua doutrina, sobre o individualismo e o materialismo existentes no século XIX, responsáveis pela divisão e pelo declínio dos preceitos morais e religiosos. Salgado expõe que “Na ciência, é a análise contínua, dividindo e subdividindo, transformando as teses em corolários na marcha permanente, em que se renega a cada dia a verdade de ontem. (...). Tôdo o sentido deste século é o da divisão e da subdivisão”²⁰

¹⁶SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 120.

¹⁷BRITO, Farias. *O Mundo Interior*. p. 85.

¹⁸SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. p. 33.

¹⁹BRITO, Farias. *O Mundo Interior*. p. 95.

²⁰SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. p. 95. Em outra obra Salgado cita Farias Brito, dissertando contra o materialismo que se popularizou no século XIX: “Nada mais natural para uma concepção materialista da vida. Nada mais lógico, para uma época em que o naturalismo levou ao experimentalismo e êste à concepção unilateral do fenômenos. /A palavra cabalística do século XIX, diz Farias Brito, foi: 'evolução'. Acho que poderemos acrescentar a

O foco da segunda trilogia organizada por Farias Brito, se concentra na oposição entre o materialismo e o espiritualismo, saindo em defesa deste último. O filósofo cearense dedica a primeira obra dessa série – livro de nome *A verdade como regra das ações* – à investigação de como o conjunto de tradições calcadas em códigos morais regem a sociedade, sendo acionados os instrumentos jurídicos, tão somente como complemento, diante da ineficácia dos aportes morais.

O direito vem, pois, simplesmente como complemento da lei moral. Quer dizer: sendo deficiente a sanção moral fundada exclusivamente em fatos de ordem moral (condenação da própria consciência, execração pela consciência pública, etc.), não bastando estes fatos para conter o homem nos limites da lei, por isto se faz necessária uma sanção material, exterior, mais precisamente: se faz necessário o emprego da força para assegurar o cumprimento das leis morais cuja violação põe em perigo a ordem social.²¹

Nesta obra inicial, Farias Brito já demonstra o foco norteador das outras duas obras constituintes desta trilogia: a luta contra o materialismo. Em *A Base Physica do Espírito*, o cearense recupera o debate entre os limites da filosofia e da ciência, apontando para os males morais que a última poderia proporcionar à sociedade moderna.

Vê si por ahi que a influência da ciência, se bem que seja realmente extraordinária sobre o ponto de vista economico, todavia é quasi totalmente nula do ponto de vista moral, sendo para notar que os próprios sabios não estão isentos do crime e se servem, não raro, da própria ciência para modalidades extranhas e monstruosas do crime, que não foram conhecidas da antiguidade inculta, mas ao mesmo tempo ingenua e sonhadora.²²

Paralelamente a esta discussão, o autor procura recuperar a valorização da metafísica, que nos primeiros anos do século XX, assiste perda de espaço para o cientificismo. Neste sentido, Farias Brito, no intuito de retomar a importância da moral e da religiosidade, formula a hipótese do pioneirismo do Espírito sobre as manifestações revolucionárias, afirmando ser “(...) uma verdade que toda a revolução, quer de ordem política, quer de ordem social ou religiosa, é sempre resultado de idéias.”²³

Para analisar as origens do materialismo moderno, com o objetivo de compreender a origem da diferenciação e da criação de fronteiras entre filosofia e ciência aos moldes modernos, Farias Brito retrocede suas explicações ao contexto da Grécia Antiga:

essa palavra, estoutora: 'luta'." SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. in. *Páginas de Ontem*. p. 224.

²¹BRITO, Raimundo Farias de. *A verdade como regra das ações*. Vol. 51. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 81.

²²BRITO, Raimundo Farias de. *A Base Physica do Espírito*. p. 32.

²³BRITO, Raimundo Farias de. *A Base Physica do Espírito*, p. 29-30.

Os filósofos da escola jônica eram físicos, e como físicos, era por ação das forças mesmas da natureza que procuravam explicar, não somente os elementos exteriores, ou os movimentos do cosmos, como ao mesmo tempo o pensamento e a vida. E é esta a tradição a que se ligam Leucipo, Demócrito, Epicuro, Lucrecio e o materialismo moderno. Os eleatas, pelo contrário, eram psicólogos, e era assim pelo espírito que explicavam toda a realidade como toda a verdade. E é esta a tradição a que se ligam Sócrates, Platão, Aristóteles e todo o sistema espiritualista, isto entre os antigos.²⁴

Através da priorização da matéria objetiva em detrimento do espírito, como se aquela não fosse, “(...), senão uma espécie de divindade pagã, surda e cega, mas onipotente e justa que coloca cada coisa em seu lugar, que prevê tudo e que regula tudo e cujo o império é sem limites”²⁵, Brito interpreta ser o materialismo a *filosofia do desespero*. Sob as lentes de Farias de Brito, para o homem materialista, “Pode-se dizer que a vida é uma agonia contínua; e o momento em que começamos a viver é já, por assim dizer, o começo de morte. (...). Para vencer, pois, o desespero e a desgraça irremediável da vida, só há um meio, o completo esquecimento de tudo no nada.”²⁶

Plínio apropria-se destas interpretações para tecer críticas ao materialismo-histórico e ao liberalismo, presentes na sociedade brasileira entre os anos de 1920 e 1930. Salgado refere-se à sociedade burguesa como epicurista, diante da ostentação de riquezas e da depredação dos valores cristãos, ao mesmo tempo em que delega aos governos liberais, características estoicas, pois, “A êsse desbragamento, os governos assistem de braços cruzados, porque os governos adotam a filosofia da indiferença à dor, a doutrina pregada pelo velho Zenão, e que tanto sucesso fez na época da decadência de Roma.”²⁷

Ao longo de sua segunda trilogia - *A verdade como regra das ações* (1905), *Base Física do Espírito* (1912), e *O Mundo Interior* (1914) – Farias Brito aponta para o risco de convulsões populares, quando o conjunto de crenças da massa é abalado. Alertando para o perigo que a ciência materialista pode trazer para a coletividade, o filósofo expõe que: “Desfeitas as crenças populares, entregue o povo em ideal e sem fé, exclusivamente ao império das paixões desordenadas, quem será capaz e prever o que d’ahi poderá vir de loucura e excessos?”²⁸

Fica exposto que a concepção acerca da moral, para Farias Brito, ocupa posição importante frente ao controle das massas populares. Tais observações de conteúdo aristocrático, não deixaram de exercer influência na teoria de Plínio Salgado quanto ao juízo negativo a respeito das massas populares.

²⁴BRITO, Raimundo Farias de. *O mundo Interior*. p. 97.

²⁵*Idem*, p. 98.

²⁶*Idem*, p. 106-107.

²⁷SALGADO, Plínio. *Palavras Novas de Tempos Novos*. p. 203.

²⁸BRITO, Raimundo Farias de. *A Base Phisycs do Espírito*, p.31.

Ainda que Farias Brito oferecesse combate ao materialismo em defesa do espiritualismo, não deixou de sofrer influência do positivismo qual se opunha, em razão da predominância da doutrina de Comte no Brasil nos finais do século XIX e início do XX. Brito não fora seduzido pelo cientificismo, mas pelo discurso de ordem, preocupação recorrente entre os intelectuais dos anos iniciais da Primeira República, porém, a partir de diferentes abordagens. Cruz Costa enxerga o filósofo cearense da seguinte forma:

Adversário tenaz do positivismo, Farias de Brito sofreu, apesar disso, também a influência do meio intelectual brasileiro de sua época, impregnado pelas idéias comtistas, litreístas e spencerianas. As suas concepções da ciência - (...) - inspiram-se em Herbert Spencer, como se verifica quando afirma que a filosofia é o “conhecimento *in fieri*, o conhecimento em via de organização.”²⁹

Em *O Mundo Interior* Brito reforça o conservadorismo e o elitismo de sua filosofia, ao expressar-se favorável ao domínio aristocrático, em detrimento das massas populares. Isto fica exposto quando o filósofo utiliza de recurso metafórico para explanar acerca da infecção provocada pelo povo à idéia: “Lançai um pouco de água puríssima e límpida como cristal na corrente lamacenta de um rio e ela imediatamente se turva e a mesma cor das águas em cujo turbilhão é envolvida; o mesmo acontece à idéia que entra em contato com a consciência das multidões.”³⁰

É recorrente entre as obras de Salgado, juízo negativo semelhante, em relação à população brasileira. Todavia, não se pode dizer que todo o elitismo e conservadorismo presentes nas obras de Plínio Salgado sejam derivados da filosofia de Farias Brito. Muitas das manifestações de tradicionalismo constantes na teoria do chefe integralista, não são encontradas nos textos do autor cearense, por abrangerem conteúdos que excedem o proposto pela filosofia de Farias Brito. Portanto, ao dissertar sobre sua teoria de Estado, Salgado teve de procurar outros autores, no intuito de compor sua ideologia integralista.

Desta forma, passa-se a explorar a interpretação formada por Plínio a respeito da consolidação do Estado Integral, e sua concepção de Pátria, buscando observar os afluentes teóricos de seu projeto de construção nacional.

Neste tópico procurou se explorar as fontes que compuseram o pensamento religioso na teoria de Plínio Salgado, buscando demonstrar a necessidade de inserção política, manifesta pela

²⁹COSTA, Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira, 1967. p. 307-308.

³⁰BRITO, Raimundo Farias de. *O mundo Interior*. p. 110

hierarquia católica do contexto; assim como as estratégias lançadas pelo integralismo e seu chefe, na intenção de expandir o potencial de adesões ao movimento, rompendo desta forma com o domínio religioso exercido pelo catolicismo, dentro do integralismo. Mas nem por isso as teorias de Salgado deixaram empobrecer-se quanto às referências religiosas, buscando, não raramente, tecer vinculações entre passagens do processo de evangelização realizado pelos cristãos primitivos, e todas as suas privações e padecimentos, com o percurso traçado pelo integralismo. Exemplo deste paralelo estabelecido por Plínio, entre os martírios sofridos pelos primeiros cristãos e os “camisas-verdes” pode ser percebido em *Palavra Nova de Tempos Novos*:

No Coliseu, rugem os leões. Quem vai enfrentá-los? Crianças, velhinhos; mães com os filhos ao regaço, donzelas inermes. A multidão comove-se. Multiplica-se o número de cristãos. (...). Durante a batalha ferida entre os comunistas e os integralistas na Praça da Sé, em S. Paulo aqueles gritavam: 'Morra Deus!' No Alto, sorria um grande céu azul. Em baixo os integralistas derramavam seu sangue por uma idéia. Mulheres e crianças resistiam cantando ao fogo das metralhadoras. Não! Deus não morre no coração dos homens!³¹

É importante observar que religiosidade e política por vezes encontraram-se intrínsecas nas obras de Plínio Salgado, ligadas pela crítica ao capitalismo cosmopolita e ao marxismo, ambos, segundo o chefe integralista, “(...) são dois nomes para designar a mesma coisa: o materialismo. Ambos desejam o mesmo clima político; a liberal democracia.”³² Portanto, será assunto do próximo item, as formulações teóricas desenvolvidas por Salgado, no intuito de compreender a política nacional, sob objetivo de construir sua teoria para o Estado Integral.

1.2- PÁTRIA: PENSAMENTOS DE ALBERTO TORRES E OLIVEIRA VIANNA NAS OBRAS DE PLÍNIO SALGADO

Para a exploração do seguinte tópico, haverá a necessidade de reportar-se ao prólogo do capítulo, visto que Plínio Salgado traz para sua teoria aspectos de autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Além disso, as concepções teóricas de Salgado, ao idealizar o Estado Nacional integralista estão relacionadas à preocupação intelectual, predominante ao contexto das primeiras décadas do século XX, apresentando soluções institucionais ao país, para retirá-lo da crise política originada pela descrença no regime liberal. Desta forma, Salgado insere-se aos autores que Bolívar Lamounier denomina pensadores da *ideologia de Estado*.

³¹SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 226-227.

³²SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. in. *Páginas de Ontem*. p. 229.

Deste modo, o tópico apresentado se concentrará em investigar as derivações intelectuais apropriadas por Salgado para que o chefe do integralismo pudesse erigir seu edifício teórico, em torno do Estado Integral.

Conforme dito anteriormente, o pensamento de Plínio Salgado constituiu-se de forma heterogênea e autodidática, havendo conceitos de difícil interpretação, diante de sua linguagem prolixa, e pelo uso de recursos metafóricos. Esta é a situação do Estado Integral do chefe integralista, ao longo de sua obra. Diante da necessidade de ter confirmada e legitimada sua teoria, Salgado lança mãos de citações de pensadores da chamada *ideologia de Estado*, tais como Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Algumas das características predominantes nas obras de Alberto Torres são: a preocupação com a manutenção da ordem e da soberania nacional; a reestruturação constitucional e; a necessidade de unificação do território nacional, em bases territoriais e étnico-raciais, no intuito de haver a consolidação do povo brasileiro. A retomada de seus estudos, a partir dos anos 1930, se deu pela soma de fatores externos e internos que despertavam a preocupação da intelectualidade brasileira.

Após a Primeira Guerra Mundial, a liberal-democracia encontrava-se em descrédito no cenário político internacional, dando assento aos regimes extremistas, sejam de esquerda ou de direita, após a Revolução Russa, em 1917. Em conjuntura interna, o sistema republicano federalista despertava a insatisfação de setores sociais - entre os quais estavam alguns representantes da elite intelectual brasileira - impelindo-os a buscar novas soluções para sanar as instabilidades do cenário político. Desta forma, Alberto Torres encontrou grande inserção entre os pensadores que se voltavam para o problema nacional nos anos de 1920-1930, por ter teorizado possibilidades de administrar o Estado Brasileiro, quando o liberalismo era predominante em cenário mundial.³³

Como forma de resolver estes problemas políticos internos, o integralismo e, portanto, Plínio Salgado, resgatam o pensamento de Alberto Torres. Salgado recorre ao autor fluminense com a intenção de torná-lo, assim como Farias Brito, um “predecessor” da doutrina integralista.

Alberto Tôres é nosso contemporâneo. Precisamos rever e anotar a sua obra. Escolmá-la do que já hoje perdeu oportunidade; limpá-la do pecado da unilateralidade com que êle considera certos aspectos dos problemas nacionais; perdoar-lhe algum excesso; retificá-lo no que a experiência rude do mundo contemporâneo o está exigindo; po-la, enfim, em dia com o problema universal que Tôres aliás encarou com segurança em seus livros 'Le Problème Mondiale' e 'Vers

³³BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* p. 72.

la Paix'.³⁴

De fato, Salgado busca orientação nas obras de Torres, para consolidar teorizações sobre a formação institucional do Estado nacional; para enfatizar a importância que a questão agrária manifesta na economia brasileira e; para apresentar a necessidade de se consolidar a unidade étnica no Brasil. Porém, alguns aspectos existentes no pensamento torreano são desprezados pelo chefe integralista, por haver a disparidade entre os dois conteúdos. Logo, há a necessidade de discorrer sobre alguns pontos da obra de Torres para, posteriormente, apontar as apropriações requeridas por Plínio Salgado e os elementos recusados.

O foco do pensamento de Alberto Torres situa-se na unidade nacional e a construção de um Estado forte e mantenedor de sua soberania. O pensador fluminense dedica considerável espaço de sua obra ao problema do esvaziamento de poder sofrido pelo Governo Central, frente ao federalismo e aos conchavos políticos regionais. Diante deste impasse, Torres aponta para a fundação de seu Poder Coordenador, instituição similar ao Poder Moderador dos período imperial, com a finalidade de “harmonizar” e “integrar” os outros três poderes*.

As críticas à instalação superficial do sistema político liberal no Brasil eram constantes entre pensadores de diversas correntes ideológicas, embora tais questionamentos chegassem a conclusões diferentes, ora de reforma ora de derrubada do Governo liberal³⁵. Torres participa desta polêmica, porém, propondo reformulações ao regime, não deixando de perceber o distanciamento entre a fórmula legal de exercício do Poder, e a prática cotidiana.

Os homens públicos estavam, (...), longe de possuir o preparo dos fundadores da república americana. Cientistas, literatos e juristas da escola de Coimbra trouxeram para o nosso meio, brilhantes idéias, conceitos teóricos, fórmulas jurídicas, instituições administrativas, estudados nos centros europeus. Com tal espólio de doutrinas arquitetou-se um edifício governamental, feito de materiais alheios, artificiais, burocráticos.³⁶

As críticas direcionadas por Torres ao Estado liberal, eram elaboradas com a finalidade de

³⁴SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. p. 155.

*cf.:LAMOUNIER, Bolívar. *op.cit.* p. 372; BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* p. 105.

³⁵Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, em 1937, dissertava: “Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós.” (HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 160). Plínio Salgado, autor que desfrutava da pouca simpatia de Sérgio Buarque, desenvolvia críticas no mesmo sentido: “As nossas leis são recebidas sempre sem revolta porque cada cidadão está convencido que poderá burlá-las, segundo seu modo de ver e interpretar. A doutrina pode subsistir enquanto não se põe em contato direto com o fato. Então, começamos a presenciar até na jurisprudência dos nossos tribunais a fragilidade da idéia em face do objeto. Não se firmam doutrinas no Brasil, ainda quando decorram de idéias superficiais e pacíficas.” SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. p. 90-91.

³⁶TORRES, Alberto. *op.cit.* p. 62.

restaurar o sistema político, mantendo a organização e a ordem vigentes, sem, no entanto, efetuar modificações estruturais que resultassem na alteração do sistema político. Embora simpático à centralização do Poder, Torres não buscava a fórmula ditatorial, defendendo a manutenção do sufrágio e da representatividade política. Em defesa da democracia representativa, o autor disserta:

Um governo pode chamar-se democrático porque proclama princípios do sufrágio; pode julgar-se representativo porque se diz fundado sobre a base do sistema eleitoral; não é porém, realmente popular e representativo, se os seus órgãos não resultam, espontaneamente da própria vida nacional, se não tem, com o estado e a natureza do país a relação que se dá entre um reflexo e um foco de luz, entre uma sombra e o corpo que projeta.³⁷

Como forma de buscar a unidade interna, e sendo coerente com suas críticas ao liberalismo, Torres condena a discriminação racial, amenizando os conflitos étnicos, ao dissertar que estes fragilizam a coesão nacional.

Nas sociedade mistas de várias raças, - defendia Torres - a solidariedade política, jurídica e econômica envolve o interesse atual e futuro de todas as raças num mesmo interesse e num mesmo compromisso de apoio mútuo. (...). Admitir a desigualdade entre as raças importa decretar guerra entre elas, pois que a subordinação não é mais possível.³⁸

Concernente a este esforço, há a exaltação do negro e do índio, com a finalidade desmistificar a superioridade racial ariana - afirmação em voga no período - e inserir o Brasil em cenário internacional, através da elevação moral e intelectual destes elementos étnicos. Portanto o autor fluminense expõe a defesa dos elementos indígena e negro diante do preconceito eurocêntrico nos termos apresentados a seguir:

(...) temos verificado em cinco séculos de vida, que as diversas variedades humanas habitantes do nosso solo, são capazes de atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça. (...). Podemos afirmar que o negro puro e o índio puro são suscetíveis de se elevarem a mais alta cultura.³⁹

Considerando os aspectos destacados da obra de Alberto Torres, é possível perceber pontos de aproximação e distanciamento, mantidos por Salgado no esforço de consolidação da teoria integralista. Observa-se que a intenção de transformar o intelectual fluminense em um antecessor do

³⁷TORRES, Alberto. *op.cit.* p. 89.

³⁸TORRES, Alberto. *A Organização Nacional. op.cit.* p. 147. *apud.* BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* p. 76.

³⁹TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933 (1ª ed. De 1914). *apud.* BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* p. 75.

integralismo torna-se invalidada, visto que não se encontra no pensamento torreano afinidade à organização totalitária de governo, embora preconize o fortalecimento do Estado.

Por outro lado, Plínio Salgado demonstra a necessidade de se formar um movimento de massas, cunhado sob a fórmula totalitária, com o poder centralizado na figura carismática do chefe nacional, o próprio Plínio Salgado. Embora Salgado demonstre comportamento pendular ao seu papel de liderança, e, por vezes insegurança aos rumos ideológicos seguidos pela Ação Integralista, visto quando o chefe da AIB diz que: “O Integralismo não quer construir o Estado Totalitário, pois quer construir o Estado Harmonioso, o Estado Imutável na sua essência e mudável na marcha revolucionária que lhe impõe os deveres do Espírito, e lhe faculta o livre-arbítrio do Espírito, que nêle se reflete.”⁴⁰ suas intenções de liderança incondicional ficam explícitas através dos estatutos, cerimônias e escritos, onde o chefe integralista deixa claro o caráter inquestionável de sua autoridade. Comprovando a afirmação da figura de Plínio enquanto chefe supremo, nos “Estatutos da Ação Integralista” aprovados em 1937, há nos artigos 6 e 7 do capítulo “Da Chefia Nacional”: “O Chefe Nacional é perpétuo em seu cargo.” e “É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista comentar os actos do Chefe Nacional.”⁴¹

Na esfera nacional, Torres era defensor do regime representativo, porém, Salgado opõe-se a esta possibilidade de governo, por acreditar no despreparo político da população votante, portanto, inviabilizando a defesa do sufrágio eletivo. Em *Despertemos a Nação*, Salgado revela seu anseio de dirigir as massas, sem que isto significasse a autorização da participação destas nas decisões políticas. Ao relativizar o dano causado pelo analfabetismo, o chefe integralista defende a positividade da manutenção do status de classe iletrada, nas camadas populares, “(...) porque representaria a massa bruta, facilmente dirigida pelas elites cultas.”⁴²

Destaca-se portanto, o posicionamento elitista e anti-democrático que permeia o pensamento de Plínio, para o movimento e para o projeto de Estado integralista. O povo, para Plínio Salgado seria de constituição débil, incapaz de agir por si só, cabendo aos integralistas o papel de libertadores da *massa estúpida*.

Não podemos, de nenhuma maneira cortejar a massa popular. Ela é o monstro inconsciente e estúpido. Pelo contrário, devemos irritar o monstro, para que êle nos

⁴⁰SALGADO, Plínio. *Carta de Natal e Fim de Ano, 1935*. in. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 294-295.

⁴¹O *Monitor Integralista*. 7 de outubro de 1937. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP. Fundo Plínio Salgado. 131.021-131.038 038.

⁴²SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. p. 145. Neste ponto, Salgado aproxima-se de um dos lemas da ditadura salazarista, pois: “Muito pior do que a treva do analfabetismo no coração puro é a instrução materialista e pagã que asfixia as melhores inclinações.” ROSAS, Fernando. *op.cit.* p. 1036.

agrida. Precisamos provocar agressões violentas, sem o que não poderemos exercer ação decisiva. O povo já se escravizou, de há muito, aos seus exploradores. Não devemos bajular o escravo, e sim *salvá-lo do cativoiro*, não com agrados, mas com *imposições de novas formas de mentalidade*.⁴³

Todavia, há elementos que se estreitam entre as obras de Torres e Salgado, em razão da apropriação realizada pelo chefe integralista, aos pensamentos do intelectual fluminense. Retomando, Torres era um defensor da unidade nacional, portanto, simpático ao povoamento da totalidade territorial do país. O modo mais rápido e efetivo encontrado para a realização da tarefa, estaria na transformação das grandes porções de terras descolonizadas, em propriedades rurais. Desta forma, Torres é entusiasta do agrarismo, encontrando a solução para os problemas sociais que acometiam o país.

O intelectual fluminense, assim como posteriormente Salgado fará, enxerga na questão geográfica e ecológica do país a origem de seu subdesenvolvimento, diante das dificuldades encontradas pelos colonizadores em penetrar no interior do território - provocadas pelos acidentes geográficos que impediam a comunicação e ligação das porções territoriais. O autor de *A Organização Nacional* descreve o traçado do território brasileiro e suas desvantagens estratégicas, da seguinte forma:

Território heterogêneo, de conformação longitudinal, com rios e vias de comunicação menos favoráveis; erizados de cadeias de montanhas que dividem e separam, era mais penoso ligar e abranger as diversas zonas para lhes estudar o caráter comum e prefixar as condições de unidade e solidariedade⁴⁴

Todavia, Torres disserta que essas mesmas características, serão responsáveis por retirar o Brasil da condição de subdesenvolvimento, pois, “Nessas sucessivas gradações de climas, tórrido, tropical, temperado, possuímos um território dividido no ponto de vista físico, e, portanto, econômico, em regiões assinaladamente distintas.”⁴⁵. Torres aventa para a posição estratégica que o Brasil ocupa no globo, sendo a atividade agrícola a área em que o país deverá se especializar, no intuito de desempenhar função de relevância perante os demais países do mundo.

Salgado possui argumentos similares ao justificar a estagnação econômica do Brasil. Em adição às explicações de Torres, Plínio destaca a ausência de carvão mineral no país, combustível das locomotivas a vapor, como elemento definidor da situação dos Estados Unidos e do Brasil. Nas palavras de Plínio, esta matéria-prima, em abundância nos EUA permitiu a ligação de seus extremos, enquanto no Brasil, a comunicação se fazia por tropas de burros e carros de boi.

⁴³SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 257. (Grifo meu).

⁴⁴TORRES, Alberto. *op.cit.* p. 62.

⁴⁵*Idem*, p. 65.

Pois bem, o Brasil não dispunha e nunca dispôs dos elementos necessários ao desenvolvimento racional da agricultura e ao incremento da indústria: o carvão-de-pedra. A extração desse combustível era enorme, (...). De sorte que os Estados Unidos puderam fazer estradas e ferro para os sertões, onde se abriam cidades, e nós eramos obrigados a nos servir de carros de boi e de tropas de burros.⁴⁶

Salgado explicita, tal como Torres, estímulo à atividade rural, dissertando que com a invenção do motor elétrico e sua popularização, as condições de produção no Brasil se tornarão mais amenas, possibilitando, “Dentro das próprias leis da Economia Clássica, a predominância do produto agrários sobre o produto industrial vai ser uma fatalidade deste século. (...). Nesse dia que não está longe, os países de vasto latifúndio terão hegemonia econômica.”⁴⁷

Fazendo defesa aos países de zona intertropical – sub-desenvolvidos - Alberto Torres ressalta a importância destas regiões, consideradas por ele como berço do animal humano. Esta é mais uma tentativa do autor fluminense em inserir o Brasil na história mundial, visto que o país concentra boa parte de sua possessão territorial na zona intertropical. Assim, Torres afirma a importância de terras de clima médios ou cálidos, da seguinte maneira:

A zona intertropical: berço do animal humano; foi em climas médios ou cálidos que se fixou o tipo mais perfeito do reino animal; aí convergem, naturalmente, as aspirações, os desejos dos homens em todas as regiões. Só o esgotamento do solo, a proliferação das populações, as incursões bárbaras e as guerras conseguiram arremessar grandes massas de população para zonas frias. É natural que o homem tente voltar para seu berço, sempre que aí encontre terras férteis e clima propício.⁴⁸

Retomando à unidade étnica, tal como visto em Alberto Torres, esta possui seu espaço na teoria de Salgado. Em diversas obras, Plínio demonstra igual preocupação quanto a dificuldade em se criar uma fisionomia única de identidade nacional, frente a questão étnica. Em *Palavra Nova de Novos Tempos*, Salgado expõe que o Brasil é “País sem tipos uniformes de cultura, sem unidade étnica, temos de criar nêle, uma consciência, uma homogeneidade, uma fôrça que tenha, sôbre as formas larvares de todas as outras, a firmeza dos lineamentos precisos.”⁴⁹ Em *Geografia Sentimental* há: “Dentro de cada zona de produção multiplicam-se, porém, as fisionomias distintas de cada indivíduo, pelo contraste originário da formação étnica ou da procedência geográfica.”⁵⁰

O caboclo, para Plínio Salgado seria a essência da nacionalidade brasileira, por estar assentado no sertão, portanto, distante do cosmopolitismo capitalista que se apossou do litoral do

⁴⁶SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. p. 105.; *A Quarta Humanidade*. p. 73-74.

⁴⁷SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 72.

⁴⁸TORRES, Alberto. *op.cit.* p. 64. Plínio Salgado citou de maneira integral a referida fala como forma de cooptar o pensamento de Torres para o integralismo. cf.: SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 69.

⁴⁹SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 257.

⁵⁰SALGADO, Plínio. *Geografia Sentimental*. p. 32.

país, conforme defendia o chefe integralista. Para Plínio, a sucessão de caldeamentos étnicos, produzirá o novo tipo humano. Segundo o autor, as características deste tipo inédito seriam:

- a) - A agudeza dos instintos, pela proximidade étnica com o selvagem, intimamente ligado a sutis intercorrespondências com o meio cósmico. Essa fina inteligência do nosso caboclo, desconfiado, arguto, capaz de compreender tudo por um simples olhar, é uma expressão humana genuinamente nossa.
- b) – A extrema bondade, procedente da candura infantil dos povos-crianças, e que nos dá uma capacidade moral inigualável para considerar os problemas sociais e internacionais numa atitude superior, isenta dos pavores e ódios que solapam os povos antigos.
- c) – A profunda espiritualidade, que confere ao nosso sentimento cristão uma pureza inatingida por outros povos.
- d) – A tenacidade na luta, já provada em quatro séculos de desbravamento das florestas, da escravidão econômica, da pobreza de combustíveis, numa obra sem igual no mundo.⁵¹

A origem histórica do caboclo no Brasil, para Salgado, encontra-se no período colonial. Foi neste período, nas palavras do chefe do integralismo, o único momento em que o Brasil se fez realmente democrático diante da distância entre colônia e metrópole⁵². No intuito de respaldar sua tese de “democracia colonial”, Salgado lança mãos de argumentos apresentados por Oliveira Vianna, adaptando-os à sua teoria integralista. Tal como operou-se na interpretação do pensamento torreano, Salgado manteve a independência de seu pensamento ao apropriar-se das teorias de Oliveira Vianna.

Vianna mantém argumentação racista e elogiosa aos “elementos arianos” situados no território nacional. Destaca a moralidade, o equilíbrio e o senso ético destes, em detrimento ao contingente mestiço da população.

Essa aristocracia [rural] constitui, (...), centro de polarização dos elementos arianos da racionalidade. Nos seus sentimentos e volições, nas suas tendências e aspirações, ela reflete a alma peninsular nas qualidades mais instintivas e estruturais. São realmente essas qualidades que formam ainda hoje o melhor do nosso caráter.⁵³

Salgado, por sua vez, defende a miscigenação para a formação da “raça cósmica” atingindo desta forma, a *Quarta Humanidade*. Na defesa da miscigenação, feita por Salgado, encontram-se

⁵¹SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 73.

⁵²“Não se verificava na Colônia, nenhum sentimento de exclusivismo de casta, nenhum orgulho de origem. Misturavam-se nobres e plebeus porque todos se uniam para a grande aventura da América. O caráter absorvente da autoridade local, que se alteava quase discricionária, escapando a vigilância dos capitães-gerais e dos governadores-gerais, não era um índice antidemocrático. Pelo contrário, era um individualismo exacerbado, que se era o espírito que iria dominar mais tarde o século XVIII e XIX.” SALGADO, Plínio. *Psicologia da revolução*. p. 147-148.

⁵³VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: Populações Rurais do Centro-Sul*. p. 47.

aspectos religiosos, inerentes ao seu arcabouço teórico. Portanto, mesmo havendo apropriações teóricas, Plínio manteve sua doutrina autônoma em relação aos seus afluentes teóricos. Isto pode ser notado ao observar algumas características presentes nos pensamentos de Oliveira Vianna e Alberto Torres. Em *Populações Meridionais do Brasil*, por exemplo, Oliveira Vianna tece elogios à moralidade ariana encontrada na aristocracia colonial, denotando pensamento racista ausente nas obras de Plínio Salgado; por outro lado, a religiosidade, tal como manifestada na doutrina do chefe integralista, encontra difícil inserção nos projetos políticos de Alberto Torres, considerado o rigor técnico da argumentação do autor fluminense⁵⁴.

Desta forma, o catolicismo representa um dos pontos específicos encontrados em Salgado. Nas obras do líder integralista, a religiosidade ocupa a função agregadora da unidade nacional.

Vem comigo, estrangeiro, a esta colina sagrada. Presta bem atenção nos grupos de romeiros que acorrem, constantemente aos pés de Nossa Senhora. São homens e mulheres morenos, louros, negros, caboclos, mulatos, africanos, europeus, asiáticos, trazendo das flores da fé e da esperança num preito de amor. É a confraternização de todas as Províncias Brasileiras, realizando a Unidade Nacional sobre a base de um sentimento comum. É também a confraternização dos povos oriundos de todos os países da terra, que vieram a esta parte do Novo Mundo *fundir-se*, através das gerações para a formação definitiva de uma nação que desconhece os preconceitos da raça.

Vê: é uma Virgem Morena. A Sulamita do “Cântico dos Cânticos” quer significar, pela côr desta imagem, que *o verdadeiro cristianismo não pode conceber discriminações raciais*.⁵⁵

Em *Despertemos a Nação*, por exemplo, Salgado revela que na segunda fase do movimento modernista (1926), houve o interesse em se analisar a identidade nacional, munindo-se de maiores aportes políticos. Neste período, Plínio afirma que “Em conseqüência do estudo do índio, o mistério da Unidade Nacional absorveu-me. Minhas leituras eram, nesses dias, Alberto Tôrres, Euclides, Oliveira Vianna. O político despertava no escritor.”⁵⁶

Com a finalidade de realizar investigações a respeito do “mistério da Unidade Nacional” Salgado inicia leituras de Oliveira Vianna. A obra em que há maior correspondência teórica entre o chefe integralista e Oliveira Vianna é *Psicologia da Revolução*. Na segunda parte desta obra, Salgado encarrega-se de explicar as origens da mentalidade brasileira, partindo do período colonial,

⁵⁴“O mesmo se pode dizer quanto ao caráter religioso de cunho cristão e intuitivo, mais próximo à filosofia de Farias Brito, que impregnou todos os escritos de Salgado, e que, contudo, não encontrava nexos no pensamento de Tôrres. O intelectual brasileiro enfatizava a necessidade separar Estado e religião, vendo na dualidade do militarismo e das doutrinas religiosas os elementos que determinaram a evolução política e social dos povos.” BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* p. 90.

⁵⁵SALGADO, Plínio. *Geografia Sentimental*. In. *Obras completas*. v. 4. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 142 (Grifo meu).

⁵⁶SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. p. 14.

mesmo ponto de início de Vianna para investigar “(...) essa gente obscura do nosso interior, que tão abnegadamente construíram nossa nacionalidade e ainda mantêm na sua solidez e na sua grandeza.”⁵⁷

Conforme visto, Plínio Salgado formula concepções sobre a “democracia colonial”, ancorado na suposta ausência de autoridade da Metrópole sobre a Colônia, respaldando-se sobre os escritos de Oliveira Vianna, contudo, mantendo relativa independência em pontos importantes. Em meio a este mundo de pouca supervisão, havia a permeabilidade de classes, segundo Salgado, devido à riqueza de possibilidades que se evidenciava.

A democracia se realizava ampla e bárbara em todo o continente, onde as castas desapareciam no episódio todo comum da conquista da terra. Os desbravadores do sertão, os mineradores, os caçadores de índios, os fundadores da agricultura, os construtores dos primeiros caminhos, os tropeiros, os carreiros, os vendeiros, os sitiantes, o caboclo pastor ou roceiro, essa grande massa rarefeita, espalhada pelo nosso imenso território, não conhecia nem prerrogativas, nem privilégios, nem separações profundas de classes, nem diversidade de situação econômica influenciando nos costumes e nos processos de vida.⁵⁸

Deste modo, sua teoria estava preparada para receber as palavras de Oliveira Vianna ao mestiço, arrefecendo o aspecto pejorativo que o autor de *Populações Meridionais* atribuía ao caboclo, tornando positivo o isolamento político desenvolvido pelo mestiço. Assim, sobre a participação deste elemento étnico nas esferas decisórias, Salgado disserta que

Não teve e Oliveira Vianna procura explicar o fato, escrevendo no seu “Ocaso do Império”: “Incultas na sua quase totalidade, dispersas na barbaria das matas e dos sertões, as nossas massas populares, mesmos as que habitavam os núcleos urbanos, nada valiam então, - como ainda não valem hoje - como centros de idealidade política. Formas de governo, Instituições Constitucionais, Monarquia, República, Democracia, tudo isso representava abstrações que transcendam de muito o alcance da sua mentalidade rudimentar.”⁵⁹

Enquanto o autor de *Populações Meridionais* prestava reverência ao exercício do poder político colonial mantido pela aristocracia fidalga⁶⁰, Salgado traça elogios à dificuldade de penetração do poder externo no cotidiano do caboclo que vivia na colônia. Ao passo que Salgado a-

⁵⁷VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: Populações Rurais do Centro-Sul*. p. 18.

⁵⁸“SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. p. 135-136.

⁵⁹SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. p. 131.

⁶⁰“Essa forçada intenção de alta classe da colônia nas fazendas e campos do interior exerce, por seu turno, uma influência considerabilíssima sobre o destino de todos os elementos de pura extração fidalga, que a compõem, e que vemos iluminar com suas suntuosidades e grandezas a nossa rude barbaria colonial. Eles tendem a desaparecer, à medida que avançamos do I para o II, do II para o III século, através de um rápido e vigoroso processo de seleção, exercido num sentido democrático.” VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: Populações Rurais do Centro-Sul*. p. 32-33.

-firmava a ausência de Poder, hierarquia e distinção rígida de classes na colônia, Vianna disserta em *Populações Meridionais do Brasil*, que o poder existia, e estava concentrado nas mãos “dos elementos arianos da racionalidade.”, ou seja, a aristocracia rural.

Mesmo diante destas dissidências quanto ao contexto político colonial, Vianna e Salgado são consonantes em diversos aspectos políticos, contidos no período republicano. Deve-se considerar natural as semelhanças, haja vista a relação amistosa do autor de *O Ocaso do Império* com a Ação Integralista Brasileira, chegando a ser destacado pelo líder, Plínio Salgado para integrar a “Grande Comissão da Congresso da A.I.B.” em 1933. Esta comissão estaria encarregada de “(...) promover, organizar, orientar e ordenar os trabalhos do Congresso, é constituída de *companheiros nossos* residentes no Distrito Federal, Nitheroy e Victoria”⁶¹.

Em oposição a Alberto Torres, Vianna e Salgado possuíam projetos antidemocráticos, e favoráveis à instalação de regimes ditatoriais de natureza corporativista. Contudo, mesmo divergente à fórmula partidária liberal, defensor da hierarquia e da disciplina, Salgado negava – ao menos em sua teoria - a alternativa ditatorial.

Que fazer? Acabar com os partidos implantando a Ditadura? Não! Só os povos selvagens, bárbaros toleram ditaduras, sejam civis ou militares, sejam positivistas ou rotuladas de 'espírito revolucionário'.
Os partidos só podem se extinguir, organizando-se a verdadeira democracia cristã, que é o Estado Corporativo.⁶²

Vianna busca no corporativismo, assim como Salgado, a solução para a crise de legitimidade sofrida pelo regime liberal. Oliveira Vianna defende que o sistema liberal, incentivando a proliferação de partidos de cunho regional, estaria levando a administração nacional do país para instâncias locais de interesses, sendo obrigatória a supressão partidária no Brasil.

O nosso grande problema é justamente libertar o governo ou a administração *nacional* da influência desses partidos *locais*, que nunca se puderam tornar *nacionais*, apesar dos esforços dos grandes estadistas do Império. Ora, o 'governo de gabinete', no entanto – sendo a técnica criada para entregar justamente a administração da Nação aos partidos – importaria, aqui na subordinação inteira do governo e da administração do país a essa multiplicação de clãs partidários *locais*, que tanto nos comprometem e nos embarçam.⁶³

Torres, Salgado e Vianna caminham para o fortalecimento do poder público central. Salga-

⁶¹O *Monitor Integralista*, segunda quinzena de Dezembro de 1933. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP- Fundo Plínio Salgado: cx 131.021-131.038.(Grifo meu). Neste periódico há o seguinte expedido de Salgado: “Escolhi para a 'grande Comissão' os srs. Dr. Gustavo Barroso, Dr. Madeira de Freitas, sr. Sérgio Silva, (...), Dr. Oliveira Vianna, Dr. Manoel Ferreira.” (Ver Anexo II).

⁶²SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. In. *Páginas de Ontem*. p. 204.

⁶³VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas no Brasil*. p. 133.

-do, em uma de suas obras, delega ao Estado a função do *Grande Revolucionário*. “O Estado adquire, assim, uma autoridade nova, sobrepairando aos interesses de grupos sociais, políticos ou econômicos. O Estado passa a ser o supervisor, o mantenedor de equilíbrios, a concretização do ideal de justiça, e de liberdade, o criador dos ritmos sociais.”⁶⁴

Portanto, há entre os três autores a intenção de fortalecer o Estado, centralizando funções antes situadas em esferas regionais. Porém, distinto de Torres, as concepções de Salgado e Oliveira Vianna não corroboram com o sistema político-democrático, encontrando na hierarquia e na organização corporativa a alternativa adequada. Em via oposta, Salgado afastava-se de Vianna quanto a função da miscigenação no país, aproximando-se de Alberto Torres.

Vianna acredita no aspecto positivo do caldeamento étnico, no intuito de minorar as características racialmente inferiores encontradas na população brasileiras. O autor defendia que do cruzamento de elementos arianos, resultaria a disseminação para o restante da população, da moralidade e do decoro existentes nas populações arianas.⁶⁵ Conforme visto anteriormente a preocupação de Torres e Salgado, partia de outros aspectos, com ambos os autores observando o potencial de formação da unidade nacional que seria trazido a partir da fusão étnica, criando desta forma, uma identidade nacional.

Entretanto, na teoria de Plínio Salgado, o caldeamento étnico transcende a formação da identidade e unidade nacional, tal como defendido por Alberto Torres. Salgado destina à sua “raça cósmica” configuração imperialista, com a finalidade de evitar a confrontação bélica. Neste sentido, Plínio lança mãos do autor mexicano José Vasconcelos, formulador original do conceito de *raza cósmica*.

Este sub-tópico foi encarregado de abordar as influências que autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna exerceram no arcabouço de Plínio Salgado, diante da busca pela consolidação do projeto de Estado Integral. Dos aspectos levantados nesta parte, podem ser situados como influências ora de Alberto Torres, ora de Oliveira Vianna: a negação à fórmula liberal-democrática de exercício do Poder; o combate às teses racistas no intuito de manter e fortalecer a unidade do país, gerando uma identidade étnica nacional – concentrada no caboclo; e a origem colonial da História do Estado brasileiro.

Contudo, ao que tange à formação étnica, Salgado necessita de maior respaldo teórico, bus-

⁶⁴SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. In. *Páginas de Ontem*. p.184

⁶⁵VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: Populações rurais do Centro-sul*. p. 53.

-cando suporte nas obras do “sociólogo mexicano José de Vasconcelos”⁶⁶ - conforme Salgado o apresenta. A partir de então, se reservará maior atenção na obra principal deste intelectual mexicano – *La Raza Cósmica* – visando captar o reflexo desta na formulação teórica de Salgado, para o Estado Integral.

1.2.1- PÁTRIA: LA RAZA CÓSMICA E A QUARTA HUMANIDADE

Serão exploradas as concepções anti-racistas de Salgado, respaldadas nos conteúdos retirados da obra *La Raza Cósmica*, do autor mexicano José Vasconcelos. Outro foco de exame se concentrará na conversão desta retórica, em incentivo ao expansionismo territorial. Esta argumentação de imperialismo pan-americano, lançada por Salgado, é defendida através da teoria de “fusão étnica” e “raça cósmica”, apropriando elementos da obra de Vasconcelos. Portanto, cabe a este subitem investigar a forma como o chefe integralista interpreta e apropria a obra *La Raza Cósmica*, no intuito de tornar legítima a pregação anti-racista e, ao mesmo tempo, de expansionismo ao longo do continente americano, através do Estado Integralista.

Vasconcelos tomou notoriedade no Brasil no ano de 1922, quando enviado em Missão Especial às comemorações do centenário da independência, ocupou o cargo de Ministro da Educação Pública do governo do México. Naquele momento havia a necessidade do presidente mexicano Álvaro Obregón, em ampliar relações com os governos latino-americanos, visando o respaldo diplomático diante da insegurança despertada pela política imperialista dos Estados Unidos⁶⁷. Na intenção de estabelecer a integração dos países da ibero-América, José Vasconcelos segue campanha pelo continente.

O objetivo central de Vasconcelos gira em torno da criação do pan-americanismo como sentimento de coesão entre os países hispano-americanos (incluindo o Brasil), no intuito de fazer frente ao imperialismo anglo-saxão, representado pelos Estados Unidos e Inglaterra. Sob o esforço de inverter a situação de inferioridade dos latino-americanos quanto às relações internacionais, expressada pelo estigma de serem ex-colônias, o autor disserta, em sua obra *La Raza Cósmica*, sobre a idade geológica do continente americano.

⁶⁶SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 70.

⁶⁷CRESPO, Regina Aída. *Cultura e Política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938)*. in. Revista Brasileira de História. Vol. 45. n. 45. São Paulo: 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf%0D/rbh/v23n45/16525
Acesso em: 24/02/2010

Vasconcelos argumenta sobre o período de formação dos continentes e o povoamento dos mesmos. Neste sentido, o autor mexicano defende a maior idade do continente americano, caso comparado com os demais, concluindo ser razoável, portanto, a hipótese da América ter assentado civilizações anteriores às percebidas na Europa, África e Ásia, sendo aquelas igualmente mais desenvolvidas. Contudo, com o passar do tempo, a superioridade desta “civilização atlântida”, tal qual Vasconcelos a chama, desgasta-se, dando lugar a outras formas de povoamento.

La raza que hemos convenido llamar de atlántida prospero y decayó en América. Después de un extraordinario florecimiento, tras de cumplir su ciclo, terminado su misión particular, entró en silencio y fué decayendo hasta quedar reducida a los menguados Imperios azteca y inca, indignos totalmente de la antigua y superior cultura. Al decaer, los atlantes, la civilización intensa se trasladó a otros sitios y cambió de estirpes; deslumbró en Egipto; se ensanchó en la India y en Grécia injentando en las razas nuevas.⁶⁸

Vasconcelos observa que após o declínio desta civilização, o continente americano foi recolonizado e, após esta etapa, no decorrer da formação nacional dos países latino-americanos, o caráter fragmentário foi predominante, originando nacionalidades concorrentes entre si. Em *La Raza Cósmica* há a advertência de que estes países recém-independentes, ao entrarem em conflito e enfraquecerem-se reciprocamente, sem perceberem, beneficiam o único rival territorial no continente: o povo saxão. A teoria de Vasconcelos, inclina-se ao pan-americanismo dos países ibéricos, e sua obra soa como conclamação à unidade, contra os Estados Unidos.

Atravesamos épocas de desaliento, seguimos perdiendo, no solo soberanía geográfica, sino también en poderío moral. Lejos de sentirnos unidos frente al desastre, la voluntad se nos dispersa en pequeños y vanos fines. La derrota nos ha traído la confusión de los valores y los conceptos; la diplomacia de los vencedores nos engaña después de vencernos; el comercio nos conquista con sus pequeñas ventajas. Despojados de la antigua grandeza, nos ufanamos de un patriotismo exclusivamente nacional, y ni siquiera advertimos los peligros que amenazan a nuestra raza en conjunto. Nos negamos los unos a los otros. La derrota nos ha envilecido a tal punto, que sin darnos cuenta, servimos a los fines de la política enemiga, de batimos en detalle, de ofrecer ventajas particulares a cada uno de nuestros hermanos, mientras al otro se le sacrifica en intereses vitales. (...). Los creadores de nuestro nacionalismo fueron, sin saberlo, los mejores aliados del sajón, nuestro rival en la posesión del continente.⁶⁹

Dissertando sobre a frustração de Simón Bolívar ao ver o território colonial espanhol fragmentar-se em pequenas republicas após os processos de independência, Vasconcelos defende a

⁶⁸VASCONCELOS, José. *La Raza Cósmica: Misión de la raza iberoamericana*. Disponível em: <http://www.filosofia.org/aut/001/razacos.htm>. Acesso em: 23/02/2010.

⁶⁹*Idem*.

predestinação do continente americano em tornar-se o palco do retorno da civilização atlântida. Seus motivos para eleger o continente como local do florescimento desta nova civilização são semelhantes aos levantados por Alberto Torres, sendo observado o clima e os recursos naturais, com o diferencial do incremento científico, para atrair as populações das terras frias. Retomando, enquanto Torres disserta que foi n'

A zona intertropical: berço do animal humano; foi em climas médios ou cálidos que se fixou o tipo mais perfeito do reino animal; aí convergem, naturalmente, as aspirações, os desejos dos homens em todas as regiões. Só o esgotamento do solo, a proliferação das populações, as incursões bárbaras e as guerras conseguiram arremessar grandes massas de população para zonas frias. É natural que o homem tente voltar para seu berço, sempre que aí encontre terras férteis e clima propício.⁷⁰

Vasconcelos, descreve os aspectos positivos encontrados na Ibero-América, concentrando-se nos

(...); recursos naturales, superficie cultivable y fértil, agua y clima. Sobre este último factor se adelantará, desde luego, una objeción: el clima, se dirá, es adverso a la nueva raza, porque la mayor parte de las tierras disponibles está situada en la región más cálida del globo. Sin embargo, tal es, precisamente, la ventaja y el secreto de su futuro.⁷¹

Vasconcelos observa outra vantagem, situada na facilidade com que a população latino-americana possui em absorver o contingente estrangeiro, miscigenando-o, ignorando os preconceitos raciais. Isto é dito, pois o autor interpreta ser o caldeamento étnico elemento inerente à formação da população latino-americana, composta inicialmente pelo branco, pelo índio e pelo negro. Esta nova civilização - segundo Vasconcelos, derivada do mítico povo atlântico - se daria através do entrecruzamento racial que originaria um tipo inédito de humanidade.

Todavia, no decorrer de sua idealização sobre a “raça cósmica”, o autor mexicano veta a penetração dos elementos asiáticos, mais especificamente os chineses, por estes, nas palavras de José Vasconcelos, “se multiplicarem como as ratazanas.”⁷² Destacando a permeabilidade dos ibero-americanos o intelectual disserta que:

Los llamamos latinos, tal vez porque desde un principio no son propiamente tales latinos, sino un conglomerado de tipos e razas, persisten en no tomar muy cuenta el factor étnico para sus relaciones sexuales. Sean cuales fueren las opciones que a este respecto se emitan, y aun la repugnancia que el prejuicio nos causa, lo cierto es que

⁷⁰TORRES, Alberto. *op.cit.* p. 64.

⁷¹VASCONCELOS, José. *op.cit.*

⁷²“Pero al preceder de esta suerte, nosotros no obedecemos más que a razones de orden económico; reconocemos que no es justo que pueblos como el chino, que bajo el santo consejo de la moral confuciana se multiplican como los ratones, vengán a degradar la condición humana, (...)” *Idem.*

se ha producido y sigue consumiendo la mezcla de sangres. Y es en esta fusión de estirpes donde debemos buscar el rasgo fundamental de la idiosincrasia iberoamericana.⁷³

Plínio Salgado recorre diretamente a este argumento, no intuito de defender a “raça harmoniosa”*, produzida através da fusão étnica. O chefe integralista argumenta que “O combate ao preconceito das raças, lembra José Vasconcelos, é um argumento de combate.”⁷⁴. Visando cumprir objetivos similares aos traçados pelo intelectual mexicano, - a inversão do *status* de inferioridade visto por ambos os autores -, Salgado reafirma as raízes metropolitanas, declarando que negá-las seria o mesmo que trair à pátria, sendo que se rejeitaria, desta forma, um dos pilares da formação da identidade nacional. Declarando luta contra o preconceito da superioridade ariana, e visando fazer enaltecimento não somente aos colonizadores do Brasil, mas ao negro e ao índio – elementos formadores da identidade nacional, segundo Salgado – o chefe integralista organiza sua retórica, da seguinte forma:

Ora, nós brasileiros, preocupados com as conclusões dos europeus, assentamos que o maior dos vexames a que nos poderão expor é o de dizerem que não somos uma raça absolutamente ariana. E vamos mais longe: além de nos horrorizarmos ante as informações dos viajantes que nos dizem negros; além de nos indignarmos se um “globe-trotter” se referir a nossa origem tupi, ou simplesmente contar que há índios no Brasil, - vamos ainda mais longe: lamentamos que o nosso país não tivesse sido colonizado pelos holandeses, que aqui não houvesse triunfado as armas do Nassau, ou mesmo de Villegaignon, ou Cavendish!... Repudiamos nossas três origens!⁷⁵

Através destes argumentos, observa-se que Salgado caminha para o mesmo sentido de José Vasconcelos quanto à fusão racial, tendo esta, na teoria integralista função estratégica de coesão e identidade nacional. Das teorias de Plínio, consonantes com os escritos de Vasconcelos, concluí-se que o Brasil seria o lugar privilegiado para a formação da “raça harmoniosa”, pois

A raça brasileira, e de um modo geral, a sulamericana, tem um sentido cósmico originado das fontes étnicas. Cumpre observar que as ondas migratórias arianas e semitas, que se espraiam em nosso continente, não alteram a fisionomia profunda da alma americana. Assim como existe um meio físico, existe um “meio étnico”

⁷³VASCONCELOS, José. *op.cit.*

*Raça Harmoniosa – forma alternativa encontrada em algumas obras de Salgado para referir-se ao resultado dos caldeamentos étnicos. cf.: SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. p. 59.

⁷⁴SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*, p. 41.

⁷⁵*Idem, ibidem*. A citada passagem de Plínio Salgado guarda semelhanças com a defesa feita por Vasconcelos, dos conquistadores espanhóis: “En cambio nosotros los españoles, por la sangre, o por la cultura, a la hora de nuestra emancipación comenzamos por renegar de nuestras tradiciones; rompimos con el pasado y no faltó quien renegara la sangre diciendo que hubiera sido mejor que la conquista de nuestras regiones la hubiesen consumado los ingleses. Palabras de traición que se excusan por el asco que engendra la tiranía, y por la ceguedad que trae la derrota. Pero perder de esta suerte el sentido histórico de una raza equivale a un absurdo, es lo mismo que negar a los padres fuertes y sabios cuando somos nosotros mismos, no ellos, los culpables de la decadencia.” VASCONCELOS, José. *op.cit.*

imperativo.⁷⁶

O lugar privilegiado para o surgimento deste novo tipo humano seria, segundo Salgado, o Estado Integralista. Este Estado teria como característica a coesão dos valores religiosos e científicos, mas “(...) subordinando a ciência a um pensamento superior de finalidade humana.”⁷⁷. Em sua teoria, Salgado recusa abordar o Estado Integralista como sendo um fim em si, refutando desta forma a classificação de *totalitário* ao seu movimento. Salgado apresenta a concepção de Estado fundando distinções entre a absorção das instâncias nacionais, sociais, culturais, econômicas e religiosas praticadas pelo totalitarismo; e o integralismo, que nas palavras de Plínio, se assentaria na “harmonia entre tôdas essas expressões, a intangibilidade da 'pessoa humana'.”⁷⁸

Conhecidos os limites estabelecidos por José Vasconcelos ao novo continente (“*La tierra de promisión estará entonces en la zona que hoy comprende el Brasil entero, más Colombia, Venezuela, Ecuador, parte de Perú, parte de Bolivia y la región superior de la Argentina.*”⁷⁹), e ciente das vantagens trazidas pela instituição do Estado Integralista, o ideal expansionista começa a despertar-se em Plínio Salgado.

Em tons proféticos, o chefe integralista apresenta que a “Grande Pátria” formada a partir da ascensão política dos “camisas-verdes” trará contribuições para a nova Humanidade, pois eliminará o embate entre raças, religiões, classes ou nacionalidades.⁸⁰ Diante destes benefícios que seriam trazidos, após implementado no Brasil, o Estado Integralista seria exportado para os países vizinhos. Salgado declara:

Não me contento com a implantação do Estado Integralista no Brasil. Quero que essa idéia se irradie 'por tôda a América do Sul'. (...). Quando todos os países da América do Sul entrarem neste ritmo, terá chegada a hora da grande atitude. Esta Revolução Integralista é a Revolução do Continente.⁸¹

Alegando a preunicação feita por Simón Bolívar, e assumindo a responsabilidade de cumprir o sonho de libertação da América ibero-americana, o chefe da AIB respalda seus anseios imperialistas, almejando a tomada dos países fronteiriços ao Brasil, pelo integralismo. É afirmada a intenção expansionista, através da suposta herança deixada por personalidades históricas que vão de Cristo à Napoleão, quando se defende a “Revolução Integralista”, fazendo a convocação: “(...). ó integralistas do Brasil, deveis ascender a chama verde do Continente Americano, podeis dizer:

⁷⁶SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 66.

⁷⁷SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 65.

⁷⁸SALGADO, Plínio. *Estado Totalitário e Estado Integral (1936)*. in. *A Madrugada do Espírito*. in. *Obras Completas*. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 443.

⁷⁹VASCONCELOS, José. *op.cit.*

⁸⁰SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 125.

⁸¹SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 246-247.

'Aristóteles pensou para nós; Cristo deu a nos a alma; César e Napoleão foram nosso precursores; Simão Bolívar o nosso anunciador; a América o nosso Império; (...)'⁸²

O vínculo teórico com José Vasconcelos é inerente às teorias expansionistas de Plínio, sendo o Estado Integralista portador da Civilização Atlântica prenunciada em *La Raza Cósmica*. Salgado utiliza desta apropriação para traçar projetos políticos, econômicos e morais, após Revolução Integralista, unificadora do continente americano. Em *A Quarta Humanidade*, Salgado informa a proximidade da realização desta movimentação:

Vai-se aproximando a hora em que surgirá a grande civilização atlântica. (...). A união mais íntima entre os americanos meridionais dará a cada povo da nossa América uma segunda independência econômica. A implantação do Estado Integralista em cada uma das nações do Continente, será o primeiro passo que temos a dar em conjunto. Esse movimento que se iniciou no Brasil, deverá estender-se nos países sulamericanos. A suspensão de todas as barreiras alfandegárias entre esses povos, e o mais íntimo intercâmbio cultural e espiritual devem ser a preocupação imediata dos Estados Integralistas Sul-Americanos.⁸³

Em suma, Salgado utilizava do pan-americanismo lançado por Vasconcelos para fortalecer suas ambições autoritárias e expansionistas. Projetos políticos estes que não se restringiam ao território nacional, mas aos países que faziam fronteira, criando, desta forma o esboço de um bloco ideológico denominado de Estado Integralistas Sul-Americanos. No entanto, a possibilidade de se lançar ao combate pela via das armas é descartada por Salgado, diante da reconhecida debilidade bélica desfrutada pelo país. A intenção de formar o bloco ideológico, porém, através do expansionismo político e pacífico – diante da conjuntura -, é confirmada por Plínio:

Hoje, em nosso tempo, não devemos principiar pelas armas, porque somos nações econômicas e tecnicamente inferiores às grandes potências. Temos de reatar o fio da política bolivariana, iniciando, porém, a campanha por um esforço no sentido de uma unidade sentimental, cultural e econômica.⁸⁴

No entanto, estas idéias imperialistas, defendidas por Plínio Salgado, aparecem de forma pontual no decorrer de sua obra. As obras portadoras destas intenções, *A Quarta Humanidade* e *Palavra Nova de Tempos Novos* tiveram as respectivas primeiras edições lançadas em 1934 e 1937, cenário da constante ameaça comunista, da consolidação do nazismo no poder, além das fases de transição do Governo Provisório para o Governo Constitucional (1934), e do Governo Constitucio-

⁸²SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 288

⁸³SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 74-75

⁸⁴SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 284.

-nal para o Estado Novo (1937) do primeiro governo Vargas. Portanto, era imperativo consolidar forças diplomáticas independentes, no intuito de resistir aos assédios internacionais.

Todavia, ponto presente ao longo da teoria integralista de Plínio Salgado, era a tensão entre Estado e religião, no intuito de construir seu projeto político. O líder da AIB oscila, ao longo de suas obras, entre a aceitação da penetração da religiosidade no Estado, em sua modalidade Integralista, e a separação das duas esferas – embora houvesse a predominância da abordagem religiosa e moralista nas teorias de Salgado, de forma quase que indissociável.

Amostras desta indecisão quanto aos limites do Estado e da religiosidade podem ser apresentadas em sua *Carta de Natal e Fim de Ano* de 1935. Neste documento, destinado “(...), não propriamente às massa integralistas, mas à 'élites' integralistas (...)”⁸⁵, há a preocupação de que o movimento fuja de seus domínios e dos contornos de uma “Nação Cristã”, escrevendo:

Não temo os inimigos nem as adversidades, porém temo os próprios integralistas. Êles, na exaltação revolucionária, poderão perder aquilo que mais procuramos, aquilo que é fundamento da nossa política: a consciência de si mesmos. E, perdendo a consciência de si mesmos, perderão o conceito da autoridade como eu quero, e a concepção de Chefe, como é necessária a uma Nação Cristã.⁸⁶

Porém, em tom melancólico, pouco mais adiante, nega a criação da mística que envolve o chefe político nos movimentos totalitários, retirando sua justificativa das palavras de Cristo ao traçar distinção entre homem e Deus.⁸⁷ Salgado, ao menos em sua teoria, repudiava o caráter mítico construídos pelos líderes totalitários, atacando com veemência o nazismo, por interpretá-lo como:

A guerra às religiões em “estado latente”, (...) prestes a passar ao “estado patente” (...) é uma consequência natural do misticismo que ali se criou, sem base religiosa, isto é, misturando duas manifestações humanas diferentes, no âmbito restrito do Estado. É a própria concepção do Estado Totalitário no seu máximo exagero, no estilo de César: Chefe Militar, Chefe Civil e Pontífice. (...) *misticismo transportado do campo religioso, onde sempre deveria estar, para o campo das atividades políticas*; a concepção do Chefe, como um homem diferente dos outros, um semideus, a encarnação de Odin, e a concepção de seus adeptos, como seres inumanos, super-religiosos, porém que, *sem um fundamento cristão sincero*, ultrapassaram a linha hipócrita do velho puritanismo, atingindo o outro extremo, onde a explosão de todos os recalques acaba se manifestando como negação da

⁸⁵SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 289.

⁸⁶*Idem*, p. 290.

⁸⁷“Distinguímos o campo religioso da área política. Concebemos a autoridade não segundo ao furor místico, exacerbado, doentio dos adeptos em torno do Chefe, porém como princípio de manutenção das estruturas orgânicas da sociedade. É no Divino Mestre que encontramos a lição admirável: a César o que é de César, a Deus o que é de Deus.; sim, porque César é um homem, ainda que os romanos possam acreditar na sua divindade. Daí tiramos o conceito de Estado, os limites de sua área de ação, a natureza de sua ação.” *Idem*, p. 294-295.

própria virtude.⁸⁸

Ainda nestes ataques observa-se a oscilação dos argumentos de Salgado. Enquanto há a recriminação do comportamento de Hitler, por este, nas palavras de Salgado, transportar o misticismo do campo religioso para o campo das atividades políticas, há da mesma forma, a repulsa ao nazismo por não possuir um fundamento cristão sincero. Deve-se considerar que a religiosidade possui peso predominante na definição da antipatia de Salgado a Hitler e seu governo. Em *A Offensiva*, de 14 de fevereiro de 1936, Plínio questiona:

O último telegrama da Alemanha informa que o governo de Hitler mandou prender cerca de 150 sacerdotes católicos e centenas de membros de associações católicas, acusados de conspirar contra a segurança do Estado. (...) Que atos teriam praticado os católicos germânicos para incorrer na cólera do Estado Hitlerista?⁸⁹

Diante da característica da permanência da religiosidade no pensamento de Plínio, e consequentemente em sua concepção de Estado, o chefe integralista trava luta em sua teoria sob duas frentes de combate, ambas apontadas por Leão XIII na Encíclica *Rerum Novarum*: a penetração do individualismo na esfera estatal e da sociedade, disseminando valores egoístas e ostentatórios; e a intervenção do Estado na formação do indivíduo. Desta maneira, a família desempenha, a partir das palavras de Plínio, papel de mediação entre o indivíduo e o Estado.

Neste sub-tópico buscou demonstrar a influência que o autor mexicano José Vasconcelos possuiu na consolidação teórica a respeito das concepções sobre o Estado Integralista pensado por Salgado. Entre estas apropriações, destaca-se a ênfase dada pelo chefe integralista à questão étnica, repudiando a prática racial discriminatória, pautando em defesa da unidade racial, justificativas de cunho nacionalista, no intuito de costurar a identidade étnica do país. A partir desta retórica de fusão racial possibilita-se construir argumentos legítimos a incursões expansionistas visando a formação da “raça cósmica” - inspirada na obra de José Vasconcelos – e a consolidação dos Estados Integralistas Sul-Americanos, mas, mantendo a coerência e fidelidade religiosa da moral cristã.

É percebida a preocupação de Salgado em apegar-se às pregações católicas considerando-as em seus projetos políticos. Desta forma, o último pilar da tríade integralista de “Deus, Pátria e Família” ocupa grande importância na teoria de Salgado, pois, a família funcionaria como interme-

⁸⁸SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 292. (Grifo meu)

⁸⁹SALGADO, Plínio. *Nacional-Socialismo e Nacionalismo Cristão*. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP – Fundo Plínio Salgado: cx. 003.007.002 (Ver Anexo I)

-diária das relações entre indivíduo e Estado, não permitindo a interferência profunda de uma esfera sobre a outra.

1.3- FAMÍLIA: ESTADO, INDIVÍDUO, CORPORATIVISMO

O tópico final retornará à compreensão, mantida por Plínio Salgado, a respeito do Estado Integralista, porém, vinculando-o agora à família. Na relação apresentada pelo chefe integralista, entre Estado e família, compreende-se a importância desta na teoria de Plínio Salgado, pois amorteceria os choques entre indivíduo e sociedade e, indivíduo e Estado. Através desta ligação serão analisados os níveis de inserção permitidos pelo Estado no seio familiar, e a função dada à família no intuito de regular e organizar a sociedade, segundo a teoria de Plínio. Neste esforço, são perceptíveis as interferências da Encíclica de Leão XIII ao longo do pensamento de Salgado, ao articular sua teoria, perpassando-a pela estrutura familiar

A Encíclica *Rerum Novarum* inicia suas pregações a partir da exposição acerca do materialismo. Nesta carta, Leão XIII enxerga o liberalismo como destruidor das corporações, suprimindo a segurança do operário, em troca da competitividade sem regulação pública. Este enfraquecimento do Estado, segundo a carta, contribuiu para o avanço das ideologias de esquerda sobre os trabalhadores, utilizando do ódio ao liberalismo como forma de fomentar o socialismo.

O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma protecção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada.⁹⁰

Buscando o antídoto contra esta desagregação, iniciada no século XVIII, a Encíclica prega que a nação deve buscar a prosperidade através da moralidade e da organização da sociedade. Rege a carta papal que o bem-estar da população será conquistado com

(...) os costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade,

⁹⁰Papa Leão XIII. *Encíclica Rerum Novarum*.

a prática e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e, do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos, se os há, do mesmo género: todas as coisas que se não podem aperfeiçoar, sem fazer subir outro tanto a vida e a felicidade dos cidadãos.⁹¹

Na carta papal, apresenta-se o modelo de Estado forte e participativo, provedor do desenvolvimento econômico e social, através de políticas justas. Por outro lado, o documento recrimina a invasão do Estado à família, exceto para auxiliá-la, retirando seus componentes da situação de privação e penúria, pois é na família que a pessoa consolida seus valores morais e seu senso de justiça, não devendo ser esta violada.

Querer, pois, que o poder civil invada arbitrariamente o santuário da família, é um erro grave e funesto. Certamente, se existe algures uma família que se encontre numa situação desesperada, e que faça esforços vãos para sair dela, é justo que, em tais extremos, o poder público venha em seu auxílio, porque cada família é um membro da sociedade.⁹²

A família é, nos escritos de Leão XIII, uma sociedade elementar, antecedente à sociedade civil, de forma tal, que o direito à propriedade teria de ser mantido no intuito de preservar esta primeira sociedade. O direito à propriedade é defendido através da observação da responsabilidade da figura paterna em prover o sustento de seus dependentes.

Eis, pois, a família, isto é, a sociedade doméstica, sociedade muito pequena certamente, mas real e anterior a toda a sociedade civil, à qual, desde logo, será forçosamente necessário atribuir certos direitos e certos deveres absolutamente independentes do Estado. Assim, este direito de propriedade que Nós, em nome da natureza, reivindicamos para o indivíduo, é preciso agora transferi-lo para o homem constituído chefe de família. Isto não basta: passando para a sociedade doméstica, este direito adquire aí tanto maior força quanto mais extensão lá recebe a pessoa humana.

A natureza não impõe somente ao pai de família o dever sagrado de alimentar e sustentar seus filhos; vai mais longe. Como os filhos reflectem a fisionomia de seu pai e são uma espécie de prolongamento da sua pessoa, a natureza inspira-lhe o cuidado do seu futuro e a criação dum património que os ajude a defender-se, na perigosa jornada da vida, contra todas as surpresas da má fortuna. Mas, esse património poderá ele criá-lo sem a aquisição e a posse de bens permanentes e produtivos que possam transmitir-lhes por via de herança?⁹³

A partir da defesa da família pela propriedade, o trabalho é abordado pela Igreja retirando-lhe o aspecto depreciativo que o exercício de funções laborais mantiveram em séculos anteriores. A

⁹¹Papa Leão XIII. *Encíclica Rerum Novarum*.

⁹²*Idem*

⁹³*Idem*.

Igreja preconiza estar situado no trabalho o meio digno de se conquistar a propriedade, e salvaguardar a instituição familiar. Consta na Encíclica *Rerum Novarum*: “O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objecto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida.”⁹⁴

O trabalho ocupa um dos eixos centrais das predicas papais contidas na encíclica de 1891. A partir do exame das diferentes formas de esforço laboral, e de sua relevância funcional para a sociedade, a Igreja confirma a desigualdade entre os homens, justificando ser este aspecto da sociedade, irreversível. Segundo a epístola *Rerum Novarum*, a desigualdade é natural e inerente aos homens. Desta maneira Leão XIII firma posição contra o socialismo.

O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os *Socialistas*; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições.⁹⁵

Portanto, sob o papado de Leão XIII, vigorou a defesa da família, diante do maior desenvolvimento do capitalismo industrial. Neste período de transição dos modos de produção, as indústrias demandavam por maior número de trabalhadores, afetando a estrutura familiar, pois encontravam-se nas linhas de produção, mulheres e crianças, além dos pais de família, expostos a longas jornadas de trabalho.

Consequentemente à defesa da família a Igreja estabelecia o combate ao materialismo, por razões entre as quais destacam-se o individualismo incitado pelo liberalismo; a perda de fé na salvação espiritual, dando lugar à ostentação material; assim como a ameaça comunista que atentava contra a propriedade privada. Para a hierarquia eclesiástica, a propriedade representaria a estabilidade da família, sendo a posse de bens sua garantia, fornecendo-lhe abastecimento. Visando a manutenção do trabalho, e defendendo a diversificação de atividades na produção para a sociedade, a Igreja defende a desigualdade entre os homens, recriminando a tentativa dos socialistas de reverter este quadro. Entretanto, Leão XIII disserta que tais distinções sociais não devem resultar

⁹⁴Papa Leão XIII. *Encíclica Rerum Novarum*.

⁹⁵*Idem*.

na avareza, na falta de solidariedade, e na opulência.

A violência das revoluções políticas dividiu o corpo social em duas classes e cavou entre elas um imenso abismo. Dum lado, a onipotência na opulência: uma facção que, senhora absoluta da indústria e do comércio, desvia o curso das riquezas e faz correr para o seu lado todos os mananciais; facção que aliás tem na sua mão mais dum motor da administração pública. Do outro, a fraqueza na indigência: uma multidão com a alma dilacerada, sempre pronta para a desordem. Ah, estimule-se a industriosa actividade do povo com a perspectiva da sua participação na prosperidade do solo, e ver-se-á nivelar pouco a pouco o abismo que separa a opulência da miséria, o operar-se a aproximação das duas classes.⁹⁶

É válido lembrar da oposição às convicções liberais pelo Vaticano, constatada na carta de 1891. Segundo o papa, o liberalismo - causa da revolta do trabalhador e mola de revoluções - e o comunismo, foram os motivos da dissolução dos valores morais existentes, sendo necessária a presença forte do Estado na sociedade, porém, de forma pontual e efetiva, no sentido de retirar da condição miserável as famílias que estejam passando por necessidades, no intuito de prevenir que seus componentes sejam influenciados pelo materialismo, seja ele o liberalismo ou o comunismo.

Salgado parte da descrição do mesmo cenário de desagregação social narrado pela Encíclica *Rerum Novarum*, para apresentar seu Estado utópico como a solução da desagregação social implementada pelo materialismo. Salgado atribui responsabilidade à ciência pela fragmentação nas concepções tradicionais de crença e comportamento. Plínio observa que diante do enfraquecimento da religiosidade “O mundo cai no terreno das superstições científicas, ou da abstração das causas.”⁹⁷

Fazendo coro à carta de Leão XIII, o líder da AIB disserta sobre a desagregação praticada pela ciência, através da derrubada dos dogmas:

A mentalidade humana se desagrega em inúmeras concepções de existência, ao passo que a economia, através do individualismo que inspira todas normas de direito, expande-se num rumo firme de unidade, que marca os fortes lineamentos da grande batalha entre o Capital e o Trabalho. A ciência destruiu o sentimento de subordinação do Homem e da Sociedade a uma Causa, a um Fim. Não lhe deu em troca nada que pudesse substituir êsse firme e seguro alicerce onde outrora repousava o espírito humano, hoje atormentado por supremas angústias.⁹⁸

Salgado observa a dinamização econômica e política vivida pelo Brasil nos anos 1930 como sintomas da dissolução moral causada pelo materialismo⁹⁹. Plínio atesta a investida do liberalismo

⁹⁶ Papa Leão XIII. *Encíclica Rerum Novarum*.

⁹⁷ SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 42.

⁹⁸ SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. p. 88.

⁹⁹ Sobre a localização moral das causas do materialismo, Gilberto Vasconcelos escreve que “Um dos traços nucleares do discurso integralista é a idéia que as relações sociais são determinadas pelos traços morais. O conteúdo material

e do comunismo contra os valores morais tradicionais, através da observação das várias lutas que se ensaiam na sociedade, em razão, conforme afirma o integralista, da expansão materialista contra Deus, a Pátria e a Família.

Uma luta sem tréguas desencadeou-se sobre a terra. Luta da criança contra seus pais e mestres. Luta da mulher à procura de uma ridícula emancipação que a torna escrava, mais miserável, mais deslocada do centro de interesses da Espécie e da própria Sociedade. Luta de empregados e patrões. Luta da concorrência comercial desenfreada. Luta dos partidos políticos.¹⁰⁰

Percebe-se o encadeamento dos embates apresentados acima, iniciados na família (“Luta da criança contra seus pais e mestres”) resultando em proporções nacionais. Em relação a parcela referente às mulheres em procura por postos de trabalho, transparece a influência da carta papal de 1891, mesmo que a Encíclica *Rerum Novarum* seja menos ortodoxa em comparação ao chefe integralista.

Leão XIII comenta a “inaptidão” feminina a certos tipos de trabalho, dissertando que sua natureza seja destinada ao trato doméstico e a educação dos filhos, enquanto em Salgado há o desagrado explícito à participação da mulher ao mercado de trabalho. Na carta papal, há que

Trabalhos há também quê se não adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos, que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família.¹⁰¹

Em vista destas ações negativas postas em prática pelo liberalismo, afetando os meios políticos, sociais e econômicos, o chefe integralista elege o Estado Integral como alternativa ao regime político a ser superado, sem, no entanto, recorrer ao comunismo ou ao fascismo. Mesmo considerando o fascismo italiano como foco de inspiração quanto à consolidação do corporativismo como regime de Estado, Salgado interpreta ser a Ação Integralista Brasileira, uma *terceira via*, entre o nazi-fascismo e o comunismo:

É justamente porque o nosso movimento difere do italiano e do alemão que deve-

desaparece inteiramente. (...). Seu combate ao socialismo nunca se baseia na idéia de uma maior produtividade do sistema capitalista ou uma consideração de ordem econômica. O 'regime vermelho' deve ser rejeitado por um motivo: a subordinação do espírito à matéria. (...). A fim de mostrar a autonomia do integralismo em relação aos fascismos europeus, os camisas-verdes apontavam a 'maior espiritualidade', ou 'o primado do espírito', contido em sua doutrina. A especificidade do integralismo, enquanto discurso totalitário não se localiza nesse ponto, todavia é inegável que da matriz espiritualizante desdobram-se vários de seus traços ideológicos, a exemplo da redução da luta de classes a uma mera questão psíquica.” VASCONCELOS, Gilberto. *op.cit.* p. 23-24.

¹⁰⁰SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 313.

¹⁰¹Papa Leão XIII. *Encíclica Rerum Novarum*.

-mos libertar-nos, definitivamente da adoração dos homens, que é ainda remanescente de uma época morta. A Humanidade Nova abandonará os últimos prejuízos das idolatrias. A idolatria da Massa, na Rússia, como a idolatria do Homem, na Alemanha ou na Itália, como a idolatria do voto, nas liberais-democracias, são todos resíduos de um século morto.¹⁰²

Salgado diz que será na *Quarta Humanidade*, o nascimento do Estado Integral e, junto a ele, novas formas econômicas e sociais de se relacionar. Neste novo tipo de organização há a influência religiosa, pois, o Estado Integralista buscado por Salgado seria edificado “(...), consultando, a um tempo, a aspiração do Infinito da criatura humana e as contingências da vida material.”¹⁰³

Portanto, tal como apresentado pela carta de Leão XIII¹⁰⁴, a organização estatal integralista, segundo Plínio Salgado, não seria um fim em si mesma, mas estaria voltada para a recuperação dos princípios morais e espirituais. Por este motivo, Plínio enxerga na família o pilar estruturante de sua utopia, pois esta é a definidora da identidade do indivíduo, delimitando as fronteiras entre o elemento particular e o conjunto social. Em suas palavras, o chefe integralista define a função da família, sendo

A Família é que dá ao Homem o senso das proporções exatas. É ela que lhe imprime o sentido profundo da humanidade. É em razão dela que o Estado não absorve o indivíduo nem o indivíduo absorve o Estado; que o interesse coletivo não atenta contra o interesse individual, nem o interesse individual se sobrepõe ao interesse coletivo. (...). É no quadro da Família que o Homem adquire o senso equilibrado das perspectivas sociais. É no seu âmbito que se possibilita a concepção harmoniosa do Indivíduo, da Classe Profissional, da Coletividade, do Estado e da Pátria.¹⁰⁵

Do modo como Salgado enxerga a família, esta instituição seria a estrutura elementar para Estado organizado. Nestes contornos, Plínio destaca a relevância da família em diversas partes de suas obras, descrevendo-a em uma delas, como sendo “A primeira realidade que se oferece ao Homem, logo que abre os olhos da consciência para o mundo, é a realidade da Família.”¹⁰⁶ Defendendo-a como base de seu Estado Integral, Salgado argumenta que a forma da família se sustentar e zelar por sua manutenção, estaria na propriedade. Sendo o Estado, segundo a concepção

¹⁰²SALGADO, Plínio. “Carta Aos Camisas-Verdes” in. *Páginas de Ontem (10 de dezembro de 1934)*. p. 257.

¹⁰³SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 64.

¹⁰⁴“Muitas outras coisas deve igualmente o Estado proteger ao operário, e em primeiro lugar os bens da alma. A vida temporal, posto que boa e desejável, não é o fim para que fomos criados; mas é a via e o meio para aperfeiçoar, com o conhecimento da verdade e com a prática do bem, a vida do espírito. O espírito é o que tem em si impressa a semelhança divina, e no qual reside aquele principado em virtude do qual foi dado ao homem o direito de dominar as criaturas inferiores e de fazer servir à sua utilidade toda a terra e todo o mar: (...)” Papa Leão XIII. *Encíclica Rerum Novarum*.

¹⁰⁵SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 234.

¹⁰⁶SALGADO, Plínio. *A Revolução da Família (1934)*. in. *A Madrugada do Espírito*. p. 414.

do chefe integralista, fixado sob bases morais e espirituais; a família o suporte do Estado Integralista; e a propriedade a garantia desta perpetuar-se, Plínio justifica o direito à propriedade:

A Família é a defesa moral do Homem que, só em razão dela, não se animaliza e só pelo seu respeito não se escraviza. Conseqüentemente, sustentamos o princípio da propriedade. Porque ela é a garantia da Família, a defesa material do indivíduo e o elo concreto do qual as gerações se ligam.¹⁰⁷

Assim como na Encíclica *Rerum Novarum* o direito à propriedade privada é reservado no integralismo de Plínio Salgado, devido à compreensão da posse ser natural e inerente ao homem. E tal como a encíclica, há a oposição ao liberalismo, devido ao individualismo incitado por ele. O líder da AIB afirma que “O direito de propriedade é fundamental para todos nós, considerado seu caracter natural e pessoal. O capitalismo atenta hoje contra esse direito, baseado como se acha no individualismo desenfreado, assinalador da physionomia do systema economico liberal-democratico.”¹⁰⁸

Em razão da defesa da propriedade ser similar aos paradigmas do Vaticano em 1891, Salgado afirma, a relevância do trabalho para a elevação da nação. O chefe integralista fixa o trabalho como *razão de ser* dos governos e a fonte da soberania nacional. O trabalho possuiria, portanto, aspecto organizador da sociedade, e mantenedor dos grupos profissionais. O corporativismo, portanto, ganha espaço na teoria de Salgado, consolidando sua viga sob a Família e o Trabalho como elementos centrais do ordenamento do Estado Integralista.

O Trabalho não pode ser o objeto de exploração do Capitalismo, nem o objeto de escravidão do Comunismo. O Trabalho não pode ser o beneficiário da munificência e altruísmo do Estado; porque o Trabalho deve constituir a própria razão de ser da existência dos Governos, a fonte de soberania nacional, a origem da autoridade, a inspiração da justiça, o imperativo que cria os deveres dos dirigentes, em face de um dever humano que decorre de uma lei natural.¹⁰⁹

A partir da justificativa da soberania nacional a família, da mesma forma que o trabalho, firma-se como um dos sustentáculos do Estado Integral, através do corporativismo, na teoria de Plínio Salgado. Em sua concepção, há o compromisso de proteção da família pelo Estado, sendo este composto por um conjunto de famílias.

A liberdade moral da familia é o sustentaculo da liberdade e da força do Estado. O Estado mesmo é uma grande familia, um conjuncto de familias. Com esse caracter

¹⁰⁷ SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 110.

¹⁰⁸ SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro de 1932*. p. 5

¹⁰⁹ SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Tempos Novos*. p. 318.

é que elle tem autoridade de traçar rumos á Nação. Baseado no direito da familia que o Estado tem o dever de realizar a justiça social, representando as classes productoras.¹¹⁰

Defendendo a unidade do Estado, e recorrendo ao anti-liberalismo e ao pensamento anti-democrático, o autor reforça sua intenção sobre o corporativismo como forma de regime. “Os partidos só podem se extinguir, organizando a verdadeira democracia cristã, que é o Estado Corporativo. Não haverá descontentes nem perseguidos, porque todos os homens inscritos agora nos partidos são brasileiros e pertencem a uma profissão.”¹¹¹ O Estado corporativo, nos projetos de Salgado, se estenderia sobre todos os trabalhadores, mantendo-os em suas classes profissionais, sem no entanto, interferir no ambiente familiar*.

O “Estado Harmonioso” projetado por Salgado, portanto, seria “O Estado espiritualista e cristão é que se propõe a manter o equilíbrio dos grupos, a fim de assegurar a intangibilidade do Homem. A Família é o Grupo síntese, que oferece ao Estado o sentido dos lineamentos exatos.”¹¹² O chefe integralista confirma o papel central que exerceria a família na consolidação de sua utopia estatal, sendo aquela o primeiro esboço do Estado Integral pensado por Plínio.

Conclui-se a relevância da família na teoria de Plínio Salgado, sendo revestida de significado religioso, mas também de função política, visto que ela seria o ponto inicial para a construção do Estado Integralista. É corrente nas obras de Salgado a condenação da interferência estatal em meio familiar com o objetivo de determiná-las, ou modificar sua estrutura. No entanto, o próprio movimento integralista marcava sua influência na instituição familiar, quando outorgava normas a seus militantes ao batizarem seus filhos, casarem-se e serem sepultados, estabelecendo, portanto, exercício totalitário de dominação. Todavia, o totalitarismo não deve ser interpretado como monopólio do fascismo, haja vista a prática deste em outras formas de Estado repressor, a exemplo do regime soviético. Desta forma, é necessário tecer considerações em torno do parentesco do integralismo e dos fascismos europeus. Esta tarefa será vista nas conclusões finais deste trabalho.

¹¹⁰SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro de 1932*. p. 7.

¹¹¹SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. in. *Páginas de Ontem*. p. 204.

*Afirmações desta natureza devem ser sempre colocadas em observação, visto que, conforme já explicitado, mesmo em fase de movimento, a Ação Integralista realizava esta intervenção através de seus rituais, cerimônias e símbolos.

¹¹²SALGADO, Plínio. *A Revolução da Família*. (1934). in. *A Madrugada do Espírito*. p. 413.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste esforço acadêmico foram analisados dois tipos de projetos para ascensão ao poder, ambos derivados de concepções anti-liberais, anti-democráticas e de centralização política, que tornaram-se populares após a Primeira Guerra Mundial. São eles: o autoritarismo e o totalitarismo. Buscou-se, através da observação destes dois modelos perceber: as formas de ação política; o contato com as massas e a politização (ou não) das mesmas; e as alianças realizadas pelos movimentos de extrema-direita que aspiraram ascender ao Poder, utilizando do autoritarismo ou do totalitarismo como orientação ideológica. Para se tecer este exame, foram selecionados cinco países diferentes, com tipos específicos de projetos autoritários ou totalitários: Itália e Alemanha, a partir da ideologia nazi-fascista; Portugal com o Salazarismo; Espanha com a FET-JONS e o Franquismo; e o Brasil, com o movimento integralista.

Optou-se por esta estratégia de pesquisa, buscando evidenciar regimes ou movimentos totalitários e autoritários, para que ao final, fosse efetuada a análise de suas características e, as confrontasse com as bases do integralismo de Plínio Salgado. Considerando as singularidades ideológicas e a concorrência pela hegemonia doutrinária existentes no interior da AIB (disputa estabelecida com maior destaque, entre Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale), buscou-se enfatizar o arcabouço doutrinário de Salgado.

A escolha da doutrina de Plínio como objeto de pesquisa justifica-se pela sua condição de chefe nacional do integralismo, ao longo da existência política do movimento. Desta forma, as divulgações de Plínio Salgado predominam na difusão para as massas de militantes do integralismo. Esta informação é relevante para se captar fontes (dispostas em periódicos, artigos e livros) produzidas por Plínio, assim como perceber a quem se destinavam as informações produzidas.

Embora houvesse a disputa interna por poder no interior do integralismo, Salgado reforçava sua autoridade de Chefe Nacional, através dos veículos de informação do movimento (revistas, periódicos e outros tipos de propagandas). Rodrigo Santos Oliveira aponta para esta preocupação de Salgado em manter sua legitimidade como liderança.

Lembremos que *A Offensiva* era leitura obrigatória de todos os integralistas e esta era a principal forma que Salgado utilizava para se fazer presente em todos os lares. Sua voz, a partir das páginas de *A Offensiva*, tinha o poder de garantir o seu reconhecimento como 'Chefe', pois eram os seus textos que definiam aquilo que era a ideologia do movimento. Desta forma, o 'Chefe' era visto pelo leitor através das páginas do jornal devido à constância do seu nome.¹

¹ OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *op.cit.* p. 154-155.

Sabendo da proporção dada às falas do líder integralista, uma das questões que norteou esta dissertação foi: Como compreender, ideologicamente, o arcabouço doutrinário de Plínio Salgado?

É recorrente entre os pesquisadores do integralismo, a compreensão da AIB como afiliada aos fascismos europeus. De fato, Salgado revela-se simpático ao fascismo, ao dissertar que “Somos mais avançados do que o fascismo, no qual, diga-se de passagem, *temos muito a observar e aproveitar; (...)*”² Todavia, o líder da AIB mostra sua rejeição ao regime alemão diante, ente outros fatores, do racismo (eixo central do nazismo) defendido por Hitler. Ao delinear as fronteiras do integralismo e os demais movimentos de extrema-direita, Plínio expõe:

O integralismo, pois, no Brasil, é bem diverso do integralismo francês de Charles Maurras, porque êsse não passa de um “nacionalismo integral”, com a preocupação de restaurar as tradições; diverso é também do integralismo lusitano, que transplantou o sentido tradicionalista da corrente gaulesa, com a tendência de reatar o processo social moderno ao espírito medievalista; e diferente é, por outro lado, não só do “racismo” alemão, cuja tese de superioridade étnica exprime um prejuízo de cultura, como, ainda, do “fascismo” italiano, ao qual somente nos assemelhamos no concernente à nova atitude do Estado em face da luta social.³

Mesmo diante destas palavras, não foi objetivo desta pesquisa responder à indagação proposta somente através das palavras de Plínio Salgado. No intuito de esquivar-se deste vício, optou-se pela abordagem comparativa. Embora o Integralismo, o Franquismo, o Salazarismo reservem consonâncias com os movimentos/regimes italiano e alemão, deve se observar as peculiaridades que permitem ou não, compreendê-los como formações fascistas.

As alternativas de direita extremista aqui trabalhadas (incluindo os fascismos), possuíam pontos em comum, tais como: o anseio de constituir regime centralizador; a militarização da sociedade; a condenação ao pensamento iluminista; rejeição a valores liberais e individualistas. Estes pontos citados, foram desenvolvidos a partir da persistência do cenário de crises políticas e econômicas, e na sensação de insegurança presente nos países que foram cenário dos movimentos de direita ultranacionalistas.

Diante das dificuldades internas vistas nos países posteriormente afetados pela direita extremista, o discurso nacionalista em suas formas exacerbadas agregava a população em processo de atomização. A massa, descontente com a atuação liberal dos governos, via-se atraída por propostas de coesão social e unificação nacional. Aos emissores destes discursos - ex-combatentes da Grande Guerra, em processo de proletarização (Hitler na Alemanha), ex-militantes socialistas (Mussolini na Itália e Miguel Reale no Brasil), ou elementos vindos da intelectualidade católica

²SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. p. 102.

³*Idem*, p. 83.

(Salazar em Portugal e Plínio Salgado no Brasil) - o modelo militar de disciplina e hierarquia era tomado como ideal para reorganizar a sociedade, diante da desintegração da ordem tradicional e risco iminente de revolução social.

A busca por consolidar um projeto político derivado do corporativismo foi outro elemento comum entre os regimes e movimentos aqui trabalhados, embora observasse a superficialidade das propostas de fonte corporativista na maioria destes grupos analisados. A indumentária do corporativismo foi utilizada para garantir a coesão e a organização interna da massa de seguidores e simpatizantes. O temor da solidão em meio ao individualismo das relações liberais; a falta de expectativas de um futuro melhor; e a necessidade de fazer parte de um agrupamento ou uma coletividade, tornavam a solução corporativa - escorada em valores de família, nação e ordem – alternativa atrativa para um contingente popular heterogêneo em relação à proveniência social. Neste sentido, Arendt disserta que diante do processo de atomização:

O peculiar desprendimento do homem da massa parecia corresponder ao desejo de anonimato, ao desejo de ser apenas um número e funcionar apenas como um peça, para que se pudesse apagar a sua falsa identificação com tipos específicos ou funções predeterminadas na sociedade. A guerra havia sido sentida como aquela 'ação coletiva mais poderosas que todas' que obliterava as diferenças individuais, de sorte que o sofrimento, que tradicionalmente distinguia os indivíduos com destinos próprios não intercambiáveis, podia agora ser interpretado como 'instrumento de progresso histórico'. A elite do pós-guerra desejava incorporar-se a qualquer massa, sem distinções nacionais.⁴

Todavia, a necessidade de se criar uma religião cívica, portanto concorrente com a Igreja católica, tornava os regimes fascistas italiano e alemão distantes dos regimes autoritários ibéricos e do integralismo brasileiro, permeáveis à influência religiosa. O culto cívico às figuras do *Duce* e do *Fuhrer*, a criação do mito do homem providencial, encarnado em Mussolini e Hitler, regente do destino do povo e da nação, em boa medida entravam em conflito com doutrina católica, evidenciando uma disputa ideológica, pela autoridade sobre a mentalidade da população.

Esta competitividade com a Igreja não é observada no Salazarismo, no Franquismo, tampouco no Integralismo de Plínio Salgado, por razões distintas. Devido à especificidade das condições políticas de Portugal e Espanha, a Igreja possuía tradicional inserção nos assuntos políticos destes países. Com a derrocada da monarquia em Portugal, e instauração da República liberal, portanto laica, e a ameaça iminente de uma revolução anarquista na Espanha, a Igreja forneceu apoio político aos golpes de Estado neste dois países, conservando sua autoridade inserida nas esferas de decisão de Portugal e Espanha, após modificação das formas de governo.

⁴ ARENDT, Hannah. *op.cit.* p. 379.

A situação no Brasil foi distinta. Embora a Igreja retomasse seu vigor nos anos de 1920, através da formação de um núcleo de referência para a intelectualidade católica (o Centro D. Vital), a hierarquia católica não se via ameaçada por forças comunistas, além de manter convivência estável com as oligarquias políticas atuantes no poder. Desta forma, o quadro eclesiástico manteve-se autônomo em relação à Ação Integralista Brasileira, embora houvesse a simpatia de alguns membros do clero ao movimento dos “camisas-verdes”.⁵

A concorrência ideológica com a Igreja, da forma que ocorreu na Itália e na Alemanha, não estava presente no projeto político de Plínio Salgado. As motivações para evitar a competição são diversas - desde o fervor religioso do líder da AIB, à oposição ao *messianismo contemplativo*. Salgado concebe que a formação de um *gênio político*, só poderá ocorrer em um meio onde as condições sejam de unidade nacional, de mobilização popular, de forma tal que, esta personalidade não seria a causa, mas a consequência do desenvolvimento da população. Salgado justifica:

Pois o chefe exprime uma consciência, uma cultura, uma unidade de propósitos, e enquanto estas não forem criadas, não se terá estabelecido a corrente de pensamento, o estado de espírito propício ao aparecimento de um intérprete da Nação. Ao messianismo contemplativo da raça, temos de opor a criação dinâmica das circunstâncias culturais e morais, que constituem o meio propício à elaboração das personalidade típicas expressivas do gênio da Pátria.⁶

Embora afirme a existência deste “intérprete da Nação” tendo como requisito “uma cultura, uma unidade de propósitos”, Salgado não buscava a politização das massas, ao contrário dos fascismos italiano e alemão.⁷ Neste sentido, havia a preocupação em formar a elite do integralismo, no interior do próprio movimento, preparando seus membros superiores para os cargos de comando, além de prevenir contra a inserção de idéias estrangeiras no integralismo. Rosa Maria Cavallari apresenta:

Em síntese, o integralismo, além de disciplinar seus quadros, ou seja, aqueles que tinham sido convertidos à *boa nova*, pretendia atingir dois objetivos claramente definidos: arregimentar novos adeptos, trazendo para si os indecisos e os recalcitrantes; e preparar a *elite*, aqueles que iriam exercer função de comando dentro do Movimento. Buscava, ao mesmo tempo, a consolidação e a expansão do Movimento.⁷

⁵SILVA, Giselda Brito. *op.cit.* p. 66-78.

⁶ SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. p. 101-102.

⁷Retomando a Emílio Gentile, quando disserta sobre o regime italiano: “(...), o fascismo pode ser considerado um dos primeiros movimentos totalitários da transformação política, e certamente o primeiro movimento-regime de caráter nacionalista e revolucionário, a afirmar o 'primado da política' e a experimentar, à sua maneira, uma politização de todos os aspectos da vida individual e coletiva, para integrar a sociedade no Estado e criar uma comunidade nacional orgânica.” GENTILE, Emilio. *op.cit.* p. 31-32.

⁷CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *op.cit.* p. 49.

Em suma, são algumas das características do integralismo, que delineiam fronteiras – todavia tênues – com os fascismos: o distanciamento entre movimento e massa popular; a relação intrínseca de religião e teoria integralista – no caso de Plínio Salgado; e o projeto político de governo repelindo o assédio do Estado à família. Sobre este último aspecto, considera-se tão somente os apontamentos teóricos e discursos feitos por Salgado. Reconhece-se que embora a não intervenção do Estado no seio da família esteja presente nas obras de Plínio, é difícil assegurar que estas promessas defendidas seriam levadas a cabo. Diferente dos movimentos fascista italiano e alemão, a Ação Integralista Brasileira não alcançou o Poder Central. Diante destas limitações, procurei prender-me apenas nas fontes que indicavam os projetos integralistas buscados por Plínio Salgado, respeitando os limites de informações presentes naqueles documentos.

Diante das características existentes na teoria do chefe integralista, percebe-se a aproximação doutrinária entre o movimento de Salgado e os regimes de Salazar e Franco. Esta relação já fora estabelecida por Héglio Trindade: “Comparando-se, finalmente, a atitude de Salgado face ao fascismo com a de Reale, o primeiro fato que surpreende é a ausência de qualquer referência explícita à influência fascista ao integralismo. A ambição do chefe integralista é a de forjar uma doutrina política original.”⁹

Desta forma, embora seja indubitável a presença de elementos fascistas no Salazarismo, no Franquismo e no integralismo, permeando a teoria de Plínio Salgado – cerimônias, ritos, militarização da sociedade e projeto de organização e centralização política, aspectos bastante próximos dos regimes de Mussolini e Hitler – estes agrupamentos, salvo melhor juízo, não estão aptos a serem abordados como tipicamente fascistas. O *caudilhismo*, o *caciquismo*, o poder político e ideológico mantidos pela Igreja nestes regimes e movimento, tornam a adoção do modelo fascista, em forma integral, de difícil colocação em prática ou pouco interessante para as ambições político-ideológicas, mas não inviabilizam as apropriações de alguns elementos teóricos ou estéticos da ideologia nazi-fascista.

Concluindo, diante da exposição das similaridades e divergências existentes entre as balizas de comparação apresentadas, há a compreensão do integralismo concebido por Plínio Salgado, como não sendo pertencente à ideologia fascista, embora seja revestido por elementos apropriados desta. Nesta pesquisa, entende-se estar o integralismo de Plínio Salgado em posição intermediária entre o autoritarismo, conforme visto no salazarismo, e o totalitarismo aos moldes fascistas.

O integralismo não surgiu da base popular, tal como ocorreu no fascismo italiano e no nazis-

⁹TRINDADE, Héglio. *op.cit.* p. 262. Em nota de mesma obra e mesma página Trindade destaca que “A posição de Salgado, ao contrário, tem muitas afinidades com o Integralismo lusitano. Os autores de Portugal que mais o influenciaram foram António SARDINHA, ROLÃO PRETO, Oliveira SALAZAR, João ALMEAL, Hipólito RAPOSO.”

-mo. Retomando, a Ação Integralista Brasileira foi constituída a partir da SEP (Sociedade de Estudos Políticos). Na reunião inaugural daquela sociedade, participam alguns intelectuais, segundo Trindade: “Candido Motta Filho, Ataliba Nogueira, Mario Graciotti, João Leães Sobrinho, Fernando Calage e vários estudantes da Faculdade de Direito.”¹⁰

Como desdobramento da SEP, a AIB surge absorvendo boa parte dos integrantes daquela sociedade. Neste sentido, a AIB possui origem distinta a vista na formação do fascismo na Itália e na Alemanha. Enquanto a composição do integralismo se deu através da elite intelectuais presente na sociedade paulista, os fascismos se fizeram através de indivíduos desajustados às novas relações promovidas pelo liberalismo, elementos burgueses proletarizados, e ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial.

Assim como na ditadura de Oliveira Salazar, em Portugal, esta formação integralista vinda “de cima” irá contribuir para a baixa mobilização política vista no integralismo, o que não implica, diretamente, em baixa mobilização popular. Ao contrário do que fora visto no regime salazarista, porém, a identificação emocional ocorreu entre massa e integralismo, diante da delimitação de seus alvos de combate (o comunismo, o liberalismo, o cosmopolitismo). Além disso, o integralismo apresentava definições ideológicas que comportavam uma utopia mobilizadora: o Estado Integral através da Revolução do Espírito. Segundo Juan Linz, ao examinar os regimes autoritários

Tais regimes pagam um preço pela falta de ideologia, no nosso sentido do termo. Essa ausência limita a capacidade de mobilizar as pessoas de forma a criar uma identificação emocional e psicológica das massas com o regime. A ausência de uma ideologia articulada, de um sentimento de compartilhar de um mesmo universo de significados, a falta de propósitos, a longo prazo, de um modelo apriorístico de sociedade, reduz o poder de atração de tais regimes sobre aquele nos quais as idéias, significados e valores são centrais.¹¹

O apego ao aparato técnico mantido por Salazar, inibiu a criação de uma ideologia, portadora de utopia a ser realizada a longo prazo, evitando o vínculo entre a massa e o líder, conforme observado nos regimes totalitários. Este aspecto da ditadura portuguesa, afasta Plínio Salgado de Salazar, aproximando o primeiro das lideranças fascistas. No nazismo e no integralismo, ao contrário, são definidas as utopias, e sua longa duração, não compreendida pelas vidas humanas.

Himmler, que conhecia também a mentalidade daqueles a quem organizava, descreveu não apenas os membros da SS, mas as vastas camadas de onde os recrutava, quando disse que eles não estavam interessados nos ‘problemas do dia-a-dia’, mas somente em questões ideológicas que ‘trabalham numa grande tarefa que

¹⁰TRINDADE, Hégio. *op.cit.* p. p. 124-125.

¹¹LINZ, Juan. *op.cit.* p. 127

só aparece uma vez a cada 2 mil anos.’¹²

Plínio Salgado é mais comedido em seus prazos quando diz que “Nossa campanha durará, pelo menos um século. Os camisas-verdes realizarão paradas e desfiles, conferências, cursos, estudos, não com a mentalidade dos galináceos, que não consideram nada além do exíguo terreiro, mas com a visão das grandes aves de asas abertas no infinito azul.”¹³

O conceito de *autoritarismo* é utilizado por Juan Linz para identificar posturas de governos que sejam distintas das formas totalitárias de Poder, embora se organizem sob ditaduras. Linz lança mãos do conceito para apontar regimes que, todavia distintos do fascismo ou do totalitarismo soviético, estejam longe sere denominados democráticos. Ao inserir o *autoritarismo* na definição do integralismo de Plínio Salgado, há o conhecimento dos limites estabelecidos pelo autor ao conceito, visto que é utilizado tão somente para *regimes políticos*, não abrangendo movimentos ideológicos, conforme foi a AIB. Porém, buscando esta pesquisa defender a distinção entre fascismo e integralismo segundo seu chefe, é que apropria-se do conceito de Juan Linz, estendendo seus limites para movimentos doutrinários.

Entendendo que o integralismo, embora conserve aspectos distintos, estaria longe de ser um antípoda do fascismo – visto que é explicitamente opositor às democracias liberais -, é que se buscou o auxílio do conceito autoritarismo. Entretanto, segundo o próprio Linz: “*Tais regimes pagam um preço pela falta de ideologia*, no nosso sentido do termo.”¹⁴ Surge o desajuste em relação ao integralismo, pois além de ser um movimento – e não um regime – este possui seu arcabouço teórico constituído.

Nestes termos, observa-se no integralismo elementos existentes tanto no autoritarismo como no totalitarismo. Portanto, nega-se o tratamento fascista ao integralismo, embora não se rejeite a presença de elementos pertencentes ao fascismo, em sua formação. Então, acredita-se ser o integralismo um movimento de extrema-direita, que reúne aspectos tanto do autoritarismo quanto do totalitarismo, conforme apresentado ao longo da pesquisa.

¹²Discurso de Heinrich Himmler sobre a “Organização a dever da SS e da polícia”. apud. ARENDT, Hannah. op.cit. p. 365-366.

¹³SALGADO, Plínio. *Desfraldar Bandeiras*. in. *Palavras Novas dos Tempos Novos*. p. 256-257.

¹⁴ LINZ, Juan. op.cit. p. 127. (Grifo meu).

BIBLIOGRAFIA

- SITES CONSULTADOS:

- <http://www.historia.uff.br/nec/materia/artigos/o-fascismo-como-totalizante-uma-heretica-tentativa-de-inflexão-marxista-em-um-concei>. Acesso em : 05/01/10
- www.arquivoestado.sp.gov.br, Acesso em :21/01/2010.
- <http://www.filosofia.org/aut/001/razacos.htm> Acesso em : 23/02/2010.
- www.scielo.br/pdf%0D/rbh/v23n45/16525 Acesso em :24/02/2010.
- www.locus.ufjf.br/c.php?c=baixa_artigo&arq=MZL2. Acesso em : 26/02/2010.
- www.vatican.va Acesso em : 01/06/10
- <http://journals.cambridge.org/action/displayFulltexttype=1&fid=315464&jid=CEH&volumeId=14&issueId=02&aid=315463> Acesso em: 13/10/10.
- <http://journals.cambridge.org/action/displayFulltexttype=1&fid=44888&jid=CEH&volumeId=8&issueId=01&aid=44887>. Acesso em: 14/10/10.

- FONTES PRIMÁRIAS:

Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP- Fundo Plínio Salgado: cx 131.021-131.038.

Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP – Fundo Plínio Salgado: cx 003.007.002.

- **Obras de Plínio Salgado:**

A Quarta Humanidade. In. *Obras Completas*. v. 5. São Paulo: Editora das Américas, 1957.

Despertemos a Nação. In. *Obras Completas*. v.10. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

Estado Totalitário e Estado Integral (1936). in. *A Madrugada do Espírito*. in. *Obras Completas*. Vol. 7. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

Geografia Sentimental. In. *Obras Completas*. v. 4. São Paulo: Editora das Américas, 1954.

Manifesto de Outubro de 1932. São Paulo: Secretaria Nacional de Propaganda, [193-]

O Nosso Brasil. In. *Obras Completas*. v. 4 São Paulo: Editora das Américas, 1954.

Página de Ontem. In. *Obras Completas*. v. 12. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

Palavra Nova de Tempos Novos. In. *Obras Completas*. v. 7 São Paulo: Editora das Américas, 1955.

Psicologia da Revolução. In. *Obras Completas*. v. 7. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

Viagens pelo Brasil. In. *Obras Completas*. v.4. São Paulo: Editora das Américas, 1954.

- FONTES PRIMÁRIAS QUE EXCEDEM AS OBRAS DE PLÍNIO SAGADO

BRITO, Raimundo Farias de. *A Base Phisycal do Espírito*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1912.

_____. *A Verdade como Regras das Ações*. vol.51. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 2005.

_____. *O Mundo Interior: ensaio sobre dados gerais do espírito*. vol. 52. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 2006.

- FONTES SECUNDÁRIAS:

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Tradução de: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução de: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução*: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1988.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARCO-BLANCO, Miguel del. *Hunger and Consolidation of Francoist Regime (1939-1951)*. in. *European History Quartely*. p. 458-483. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayFulltexttype=1&fid=315464&jid=CEH&volumeId=14&issueId=02&aid=315463>. Acesso em 13 out. 2010.

AZZI, Riolando. *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: edição Loyola, 1980.

BATISTA, Alexandre Blankl. “*Mentores da Nacionalidade*”: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem*: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BENES, Edvard. *Democracia de Hoje e de Amanhã*. Tradução de Jiri Reiszman. Rio de Janeiro: Editôra Calvino, 1945.

BERSTEIN, Serge. *Uma situação contrastada*: Descrédito e Fecundidade. in. RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996. p. 57-97.

BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes e o Brasil, 1922-1943*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História (IFCH/UNICAMP), 1998.

BERTONHA, João Fábio.. *O Fascismo e os Imigrantes Italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDPUCR, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz – 10ª ed .- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução de: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CALIL, Gilberto Grassi. *A Nova face do Verde: o integralismo no pós-guerra e a criação do PRP*. Rio Grande do Sul: Dissertação de mestrado pela PUC-RS, 1998.

_____. *O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIUCRS, 2001.

_____. *O Integralismo no Processo Político: A trajetória Partido de Representação Popular (1945-1965) – Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. Rio de Janeiro: tese de doutoramento pela UFF, 2005.

CARDOSO, Adalberto. *Estado Novo e Corporativismo*. In. *Lócus: revista de História: Programa de Pós-Graduação em história*. V. 13, n 02, 2007. (pp. 109-118).

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do Sigma ou Sigma: entre a anta, o leão, a águia e o galo – a construção de memórias integralistas*. Rio de Janeiro: tese de doutoramento pela UFF, 2007.

_____. *A busca da essência na continuidade: O pensamento Integralista nos séculos XX e XXI: do Sigma ao Sigma*. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 299-324

CAZORLA-SANCHEZ, Antonio. *Dictatorship from Below: Local Politics in the Making of Francoism State, 1937-1948*. in. *The Journal of Modern History*. Chicago: University of Chicago Press, 1999. pp. 882-901. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3003926>. Acesso em: 13/10/10.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª ed.. Alges, Portugal: DIFEL, 2002.

CHASIN, J.. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

CHAUÍ, Marilena. *Apontamentos para uma crítica a Ação Integralista*. In. CHAUÍ, Marilena & Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 17-151.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Breves Comentários sobre a Historiografia do integralismo no pós-guerra e o Cinquentenário de publicação da Enciclopédia do Integralismo*. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 365-387.

COSTA, Cruz. *A História das Idéias no Brasil*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira, 1967.

CRESPO, Regina Aída. *Cultura e Política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938)*. in. *Revista Brasileira de História*. Vol. 45. n. 45. São Paulo: 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf%0D/rbh/v23n45/16525 Acesso em: 24/02/2010

DELGADO, Ignacio Godinho. *A Previdência social e o mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: LTr, 2001.

_____. *Trajatória e Contra-Reforma da Política Brasileira*. in. SALGADO, Gilberto (org.). *Cultura e instituições sociais*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo do Oiapoque ao Chuí: a distribuição dos grupos nazistas no Brasil dos anos 30*. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 17-28

DOTTA, Renato Alencar. *Apontamento para uma história da Ação Integralista Brasileira em São Paulo (1932-1938)*. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 347-364.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L.. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações do poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Enciclopédia do Século XX. *Marinetti, Filippo Tommaso*. 5º vol. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/Editora Expressão e Cultura, 1972.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *As três Economias políticas do Welfare State*. In. Lua Nova: Revista de cultura e política. *O Presidencialismo em questão & Welfare State e Experiências Neoliberais*. São Paulo: Centro de Estudos de cultura contemporânea. 1991. p. 85-116.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social*. in *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará/ ANPOCS, 1998. p. 38-72.

FEST, Joachim. *Hitler*. vol. 1. Tradução de Analúcia Teixeira Ribeiro...[etal.]. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

FRIDEN, Jeffrey A.. *Capitalismo Global: História econômica e política do século XX*. Tradução de Vivian Mannheimer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

GENTILE, Emilio. *Itália Fascista: do partido armado ao Estado Totalitário*. in. GENTILE, Emilio & FELICE, Renzo de. *A Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo*. Tradução de Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone Editora, 1988. p. 7-64.

GINZBURG, Carlo. *Mitologia Germânica: sobre um velho livro de Geórges Dumézil*. in GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 181-206.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 19--.

_____. El “Risorgimento”. Traducción de: Marlio Macri. Buenos Aires: Granica, 1974.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Tradução de: Klaus von Puchen. São Paulo: Centauro, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggiore Gracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

LEVY, Carl. *Fascism, National Socialism and Conservative in Europe, 1914-1945: Issues for Comparativist*. in. *Contemporary History*. Cambridge: Cambridge Press, 1999. p. 97-126.

LINZ, Juan. *Regimes Autoritários*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira. in. O' DONNEL, Guillermo [et al.]. *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.119-189.

LUKACS, John. *A Última Guerra Européia: setembro de 1939-dezembro de 1941*. Tradução de Osvaldo Barreto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MANNHEIN, Karl. *Sociologia da Cultura*. Tradução de: Roberto Gambini. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974

MARSHALL, T.H., *Política Social*. Tradução de Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro Zahar editores, 1967.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações*. in. LOCUS: revista de história. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História/Departamento de História, 2007 v.13, n.02 (p. 9-31)

MARTINS, Fernando. *O Segundo Integralismo Lusitano e o Salazarismo: Origens, Decadência e Queda*. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional-Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 89-113.

MARTINS, Luciano. *A Revolução de 1930 e seu Significado Político*. In *Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisas e documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: Editora da UnB, 1983.

MELO, Marcus André B. C.. *Interesses, Atores e a Construção Histórica da Agenda Social do Estado no Brasil (1930/90)*. In *Ciências sociais hoje, 1991*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1991. p. 262-287.

MEMORANDO DA REUNIÃO EM MONTEVIDÉU DOS CHEFES DE MISSÃO NA ARGENTINA, BRASIL, CHILE E URUGUAI, EM 28 E 29 DE JULHO DE 1938. 6903/E518244-56. in. *O III Reich e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editôra Laudes S.A., 1968.

- MIRANDA, Gabriel Felipe. *Os Integralistas no Rio de Janeiro*. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 249-262.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- NEUMANN, Franz. *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Tradução de: Luiz Corção. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1969.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A Genealogia da Moral*. Tradução de Antonio Carlos Braga. 5 ed.. São Paulo: Editora Escala, 2009.
- O'DONNELL, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Tradução de Cláudia Shilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa Integralista: Imprensa Militante (1932-1937)*. Rio Grande do Sul: tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela PUC-RS, 2009.
- PARIS, Robert. *As Origens do Fascismo*. Tradução de Elisabete Perez. São Paulo: Perspectiva S.A., 1976.
- PASCHKES, Maria Luiza de. *A Ditadura Salazarista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- PAXTON, Robert. *Anatomia do Fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PAYNE, Stanley G.. *Falange: A History of Spanish Fascism*. Stanford: Stanford University Press, 1967.
- PECÁULT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEDREIRA, Jorge. *Economia e Política na Explicação da Independência do Brasil*. in. MALERBA, Jurandir (org.). *A independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 55-97.

PINTO, Antonio Costa. “*Caos e Ordem*”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 39-54.

_____. *Elites, Single Parties and Political decision-making in Fascist-era Dictatorship*. In. Contemporary European History. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 429-454. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayFulltexttype=1&fid=115020&jid=CEH&volumeId=11&issueId=03&aid=115019>. Acesso em: 01/06/10.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do Fascismo*. Tradução de José Silva Dias. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

RÉMOND, René. *O Século XX: de 1914 aos nossos dias*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1979.

ROSAS, Fernando. *O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo*. In Revista Análise Social. Lisboa: Universidade de Lisboa. Vol. 35. 2001. p. 1031-1054. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>. Acesso em: 01/09/10

ROUX, G. *Organização do Estado Novo Italiano: Estudo de Direito Político*. Tradução de Fernando Miranda. 2ª. São Paulo: Saraiva & Cia. Editores, 1937.

RUIZ, Julius. *Spanish Genocide?: Reflections on the Francoist Repression after to Spanish Civil War*. In. *Contemporary European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 171-191.

SCHMIDT, Patrícia. *Plínio Salgado: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina,

2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Os Fascismos*. in. REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. *O Século XX*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 111-164.

SILVA, Giselda Brito. *A Lógica de Suspeição contra o Sigma*: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco. Recife: tese de doutoramento para a UFPE, 2002.

SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. 4^a edição. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

TRENTO, Angelo. *O Fascismo Italiano*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: Difel; Porto Alegre: UFRGS, 1974.

TROTSKY, Leon. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas, 1979.

VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VASCONCELOS, José. *La Raza Cósmica: mission de la raza iberoamericana*. 10^a ed. México. D.F.. Espasa - Calpe Mexicana S.A., 1986.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul*. (vol. 1) Belo-Horizonte: Itatiaia/Niterói, RJ: Ed. UFF, 1987.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

ANEXOS

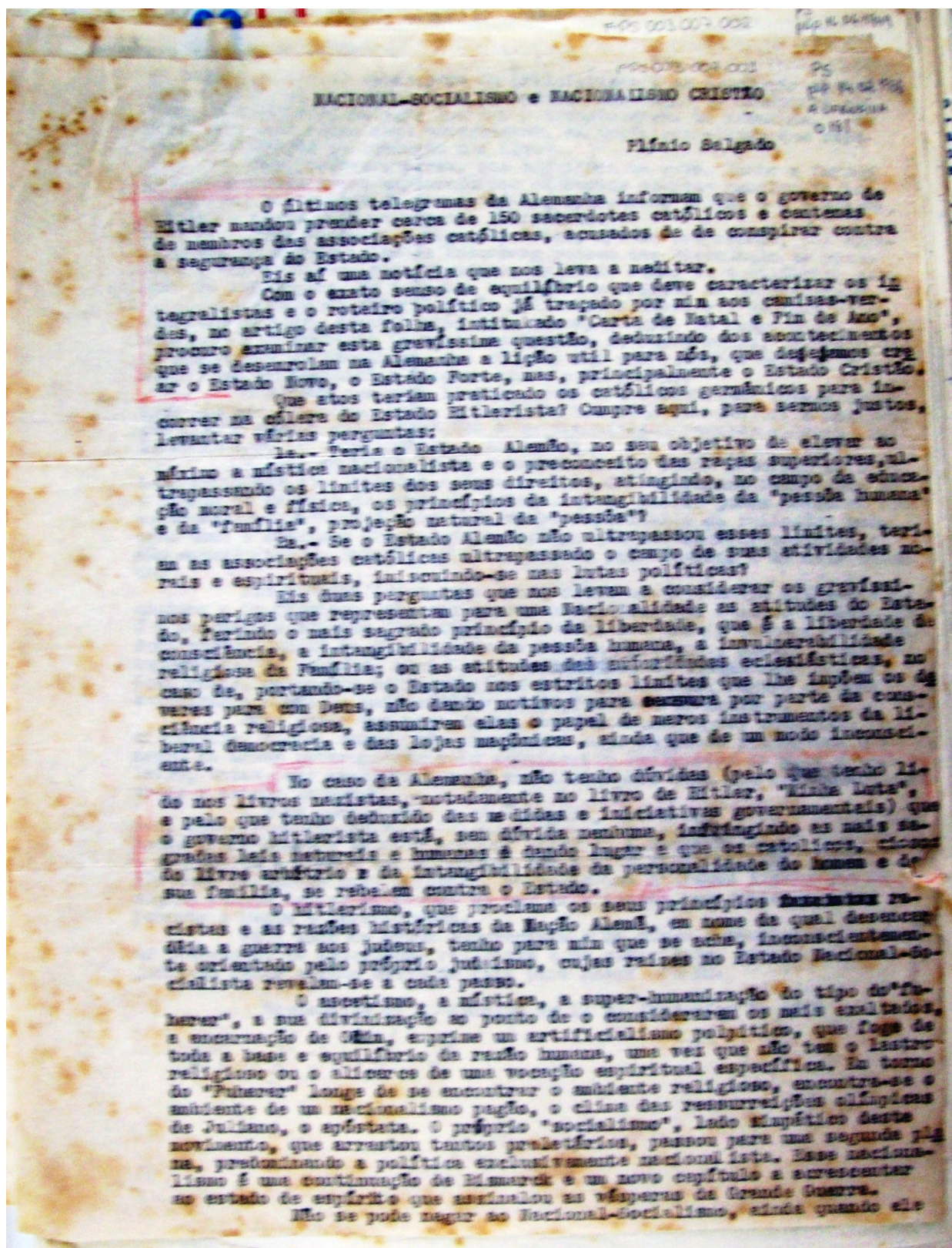


Ilustração 1: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP – Fundo Plínio Salgado: cx003.007.002

P-03 007.002
P-03 007.002

se haja desviado da linha pura do proletariado e da revolução social para o ritmo de uma orientação baseada no prestígio da indústria pesada, o verdadeiro milagre que foi a transformação da Alemanha, de país humilhado pelos seus adversários, em Nação respeitada que readquiriu a sua voz no concerto dos povos.

Esse esforço, porém, que dignifica um povo, tem a impressão de que está sendo explorado por elementos semitas habilmente infiltrados, no sentido de disvirtuá-lo, aparecendo Hitler e a Alemanha, perante o mundo, sob um aspecto antipático.

Havendo censura rigorosa Reich, não se compreende, por exemplo, que as megalomanias de Rosenberg possam ter circulação em pleno século XX. Há nisso, positivamente, falta de senso de equilíbrio, sentido de proporções, de respeito ao espírito cristão da Nacionalidade.

O caso da esterilização foi outro a revelar o sentido materialista da vida, sentido esse que, nunca, jamais, em tempo algum, conseguiu dar um conteúdo de moral verdadeira e, muito menos, traduzir-se em expressões de ascetismo, que só pode ser compreendido como um desvio, cujas consequências ninguém ainda pode prever.

O Estado tem seus limites, como a personalidade humana tem seus limites. Do mesmo modo, a Religião tem seus limites. Só a inspiração cristã mantém essas relações e os equilíbrios perfeitos. Fora do cristianismo, só pode imperar a violência.

Agora, se o Estado se conserva na sua linha precisa; se o Estado reconhece os limites e a área de ação da autoridade religiosa; se o Estado em matéria de educação estabelece um acordo justo entre os seus interesses nacionais e os interesses espirituais da religião; nesse caso toda e qualquer autoridade religiosa que se insurgir contra ele, não estará fazendo obra espiritual, porém, politicagem, e da mais barata.

Nós, integralistas, que somos coisa absolutamente diferente do nazismo e do fascismo, não nos cansamos de dizer que o nosso fundamento é o fundamento cristão. Repetimos mil vezes que jamais caminharemos num fumo pagão, jamais de deliraremos de ser um movimento, preliminarmente espiritual, em seguida, social-revolucionário, e, sustentando aqueles dois ramos, colocamos os imperativos da nacionalidade dentro da qual encontramos ainda as mais sólidas tradições de cristianismo.

Para criar uma raça forte, eugenicamente apta, enérgica, nacionalista, digna, audaz, não precisamos hoje em nossa propaganda e amanhã em nosso governo, ferir os sentimentos religiosos do povo brasileiro, antes pelo contrário, será estribando-nos nele que conseguiremos criar o Estado Integral.

A luta que se esboça na Alemanha, entre católicos e hitleristas, oferece oportunidade para nós, integralistas, para sermos profundamente cristãos que nos inspira, o respeito pelos prelados e sacerdotes da nossa terra; estes, com a alta visão política, que não deve faltar na hora presente, evitando que atitudes impensadas de alguns venham lançar os germes de uma animosidade que seria um crime perante a Nação e perante Deus.

Pois será da mútua compreensão e do mútuo entendimento entre os detentores da autoridade religiosa e da autoridade civil que conseguiremos fazer alguma coisa de útil para nossa Pátria.

Transcrito d' A Ofensiva de 14 de Fevereiro de 1936

Ilustração 1: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP – Fundo Plínio Salgado: cx003.007.002



Ilustração 2: Monitor Integralista. Segunda Quinzena de Dezembro de 1933. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP- Fundo Plínio Salaado: cx 131.021-131.03.